

piauí_230

novembro



piauí_230_R\$ 38,00_ano 20_novembro_2025
ISSN 1980-1750
0.0230
9 771980 175002

ins249

UM FILME DE
GUILLERMO DEL TORO

Frankenstein

SÓ MONSTROS
BRINCAM DE DEUS

SÓ NA **NETFLIX** | 7 DE NOVEMBRO

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

ines249

UM FILME DE
GUILLERMO DEL TORO

Frankenstein

SÓ MONSTROS
BRINCAM DE DEUS

SÓ NA **NETFLIX** | 7 DE NOVEMBRO

VERIFIQUE A CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

capa	<i>Cento e vinte e um</i> , de Eloar Guazzelli Filho
colaboradores_6	Quem fez o quê na edição de novembro imagens Caio Borges
questões vultosas_7	LULA CONTRA AS DIREITAS Agora, unidas, elas inventaram os “narcoterroristas” Fernando de Barros e Silva + imagem Cássio Loredano
esquina_8	As agruras da orquestra que se apresentará na COP; a estreia brasileira em um campeonato mundial de bondes; a difícil produção de <i>wasabi</i> no Brasil; uma onça-pintada nadou 1,27 mil metros em Goiás; uma visita ao acervo de Zuza Homem de Mello; a profissão de trancista ganha reconhecimento formal; o sucesso dos calдинhos nas praias do Recife imagens Andrés Sandoval
autos & baixos_14	“VERDADEIRO COMÉRCIO” As ramificações do escândalo de venda de sentenças na Justiça Breno Pires + imagem Reinaldo Figueiredo
diário do geraldo_24	QUEM ANISTIOU ODETE ROITMAN? Será que Fux se encantou pela quantidade de laquê e intercedeu pela absolvição dela? Renato Terra + imagem Caco Galhardo
arquivos estatísticos_28	NO ESCURO A crise do IBGE, o apagão de dados e a aflição de milhares de demógrafos e pesquisadores Beatriz Bulla + imagem Ricky José Netto
dossiê piauí_34	GERAÇÃO DEMOCRACIA PARTE VII_A FLORESTA E A OBRA José Henrique Bortoluci + imagem Victor Moriyama
questões ambientais I_42	PROCURA-SE UM LÍDER As contradições da política ambiental de Lula às vésperas da COP Bernardo Esteves + imagem Daniel Kondo
questões ambientais II_50	A VERSÃO DOS AFOGADOS A distribuição desigual de ônus e bônus nas intervenções da COP Roberto Andrés + imagem Daniel Kondo
portfólio_56	UMA OUTRA REALIDADE Sonhos e mitos retratados pelo artista indígena da Amazônia Joseca Yanomami + apresentação Hanna Limulja
questões psiquiátricas_64	ELA TINHA ESQUIZOFRENIA E, de repente, não tinha mais Rachel Aviv + imagem Ari Hisae
relato pessoal_72	O ESPELHO DA ORFANDADE A mãe, o pai, a filha, o irmão — e o impossível da história de cada um Conceição Freitas
vultos da literatura_76	“ESTOU DESAPARECENDO?” Os últimos dias de Dalton Trevisan Felippe Aníbal + imagem Maringas Maciel
questões de forma_84	MURRO EM PONTA DE FACA Existe hoje uma dificuldade generalizada em admitir que nem todo texto é literário José Falero + imagem Eloar Guazzelli Filho
ficção_90	PERFIL DE SANTA CLARA Ela pronunciou baixinho a oração de todos os dias Lília Guerra + imagem Lya Nazura
poesia_93	A decisão é um instante de loucura, e a indecisão não lhe é distinta José Almino + imagens Ayodê França
cartas_94	Uma reflexão sobre Gaza e o apagamento da dor alheia
despedida_96	SOBRE RATOS E BÊBADOS A chocante história da morte do rato Sig Allan Sieber



colaboradores_novembro



Beatriz Bulla



Felipe Aníbal



Conceição Freitas



Breno Pires



Lília Guerra



José Falero

CAIO BORGES

Eloar Guazzelli Filho [Capa] é artista plástico, ilustrador, quadrinista e diretor de arte de animação. Publicou, entre outros livros, *Porto Alegre: guia inútil de lugares improváveis*, e sua sequência, *A casa azul: Porto Alegre* (HQueria).

Fernando de Barros e Silva [*Lula contra as direitas*, p. 7] é repórter da **piauí** e apresentador do *Foro de Teresina*. Ilustração de **Cássio Loredano**.

Breno Pires [*"Verdadeiro comércio"*, p. 14] é repórter da **piauí** baseado em Brasília. Ilustração de **Reinaldo Figueiredo**.

Cynthia Bonacossa [Cartuns a partir da p. 18] é cartunista e médica patologista; quando não está desenhando coisas, ela está cortando pessoas. É autora do livro *Estudante de medicina* (Veneta) e publica todo mês no site Ciência na Rua e no perfil @cynemyk do Instagram.

Renato Terra [*Quem anistiou Odete Roitman?*, p. 24], documentarista, dirigiu

Narciso em férias e *Uma noite em 67*. Seu novo filme *O Brasil que não houve: as aventuras do Barão de Itararé no reino de Getúlio Vargas* acaba de estrear no Canal Curta!. Ilustração de **Caco Galhardo**.

Beatriz Bulla [*No escuro*, p. 28] é jornalista, apresentadora do programa *É Notícia*, na RedeTV!, e do canal Amado Mundo. Foi correspondente do *Estadão* nos Estados Unidos.

José Henrique Bortoluci [*A floresta e a obra*, p. 34], escritor, é doutor em sociologia pela Universidade de Michigan e professor da FGV. Publicou *O que é meu* (Fóforo). Foto de **Victor Moriyama**.

Bernardo Esteves [*Procura-se um líder*, p. 42], repórter da **piauí**, é autor de *Admirável Novo Mundo: uma história da ocupação humana nas Américas* (Companhia das Letras). Ilustração de **Daniel Kondo**.

Roberto Andrés [*A versão dos afogados*, p. 50], urbanista e professor da UFMG,

é diretor da Rede Nossas Cidades e autor de *A razão dos centavos* (Zahar). Ilustração de **Daniel Kondo**.

Joseca Yanomami [*Uma outra realidade*, p. 56] é artista plástico. Apresentação de **Hanna Limulja**.

Rachel Aviv [*Ela tinha esquizofrenia*, p. 64] é repórter da revista *The New Yorker*, onde o artigo foi originalmente publicado. Tradução de **Isa Mara Lando**. Ilustração de **Ari Hisae**.

Conceição Freitas [*O espelho da orfandade*, p. 72], jornalista e escritora, colabora com o site Metrôpoles. Publicou *Guia fora do plano* (independente).

Felipe Aníbal [*"Estou desaparecendo?"*, p. 76], jornalista radicado em Curitiba, é autor do livro *Waltel Branco: o maestro oculto* (Banquinho Publicações).

José Falero [*Murro em ponta de faca*, p. 84], escritor, é autor da coletânea de

contos *Vila Sapo* (Todavia). Ilustração de **Eloar Guazzelli Filho**.

Lília Guerra [*Perfil de Santa Clara*, p. 90] é escritora e auxiliar de enfermagem. Publicou, entre outros livros, *O céu para os bastardos* (Todavia). Ilustração de **Lya Nazura**.

José Almino [*Poesia*, p. 93] é sociólogo e poeta. Publicou *A estrela fria* (Companhia das Letras) e *Encouraçado e cosido dentro da pele* (Confraria do Vento). Ilustração de **Ayodê França**.

Allan Sieber [*Sobre ratos e bêbados*, p. 96], humorista e quadrinista, publicou, entre outros livros, *As sete vidas do gato Journalbo* (Bebel Books e Mandacaru) e codirigiu, com Tasso Dourado, o documentário *Peréio, eu te odeio*. A HQ foi criada para a exposição dos 50 anos do *Pasquim*, organizada pelo HQ Mix em 2019.

Ilustrações de *Esquina* por **Andrés Sandoval**.

Onà Irin: caminho de ferro

Nádia Taquary

ATÉ 22.2.2026

terça a sábado, 10h às 21h
domingos e feriados, 10h às 18h

Agendamento de grupos escolares
para visitas mediadas através do e-mail:
agendamento.belenzinho@sescsp.org.br

Grátis | Livre



Thales Leite

Sesc Belenzinho
Rua Padre Adelino, 1.000 Belém
Tel.: 11 2076-9700
f / sescbelenzinho
sescsp.org.br/belenzinho

IDEALIZAÇÃO E CONCEPÇÃO

PARCERIA INSTITUCIONAL

REALIZAÇÃO



questões vultosas

LULA CONTRA AS DIREITAS

Agora, unidas, elas inventaram os “narcoterroristas”

FERNANDO DE BARROS E SILVA

Lula completou 80 anos no último dia 27 de outubro em grande forma, durante sua viagem ao Sudeste Asiático. O presente de aniversário veio na véspera, com o encontro tão esperado entre ele e Donald Trump, em Kuala Lumpur, capital da Malásia. Ainda que nada tenha sido definido em termos concretos durante a conversa, criaram-se ali as condições políticas para a revisão das tarifas impostas pelos Estados Unidos ao Brasil. O saldo da reunião foi amplamente positivo para o brasileiro. A imagem dos dois presidentes de mãos dadas, sorrindo diante da câmera, com as respectivas bandeiras nacionais ao fundo, era exatamente o que Lula buscava trazer na bagagem.

No dia seguinte, já no Air Force One, Trump disse a jornalistas que desejava “um feliz aniversário ao presidente [do Brasil]”. E comentou que Lula “é um cara muito vigoroso”, acrescentando ter ficado “muito impressionado” com ele.

Há um ano, a imagem do líder brasileiro não era exatamente essa. Um pouco antes de completar 79 anos, em 19 de outubro de 2024, Lula caiu no banheiro do Palácio da Alvorada quando cortava as unhas e bateu a parte de trás da cabeça. Levou cinco pontos e foi obrigado pelos médicos a cancelar a viagem que faria à Rússia, para participar da cúpula do Brics.

Em dezembro daquele ano, depois de sentir fortes dores de cabeça, o presidente ainda se submeteria a uma cirurgia de emergência para drenar um sangramento no cérebro, decorrência da queda no banheiro. Fez na sequência uma segunda cirurgia, para evitar novos sangramentos, e se recuperou sem apresentar sequelas desde então.

Além do revés de ordem pessoal, que colocou sob suspeição sua capacidade física para concluir o mandato e tentar a reeleição, nos meses subsequentes ao acidente Lula também enfrentou um período de adversidades políticas. A partir de janeiro, viu sua popularidade cair de forma consistente ao longo do primeiro semestre deste ano.

Em maio, a Quæst registrava que o governo era desaprovado por 57% dos bra-

sileiros e aprovado por apenas 40%. Lula havia perdido apoio entre os mais pobres, as mulheres e os nordestinos, segmentos historicamente apontados como parte da “lulândia”. Era preocupante, claro, mas não significava o fim do mundo, longe disso. Foi, no entanto, o suficiente para que os *soi disant* analistas projetassem um final de mandato melancólico para o petismo.

A Lula – identificado pela clássica imagem do *lame duck*, o pato manco – restaria cumprir tabela para, no fim de 2026, entregar a rapadura à direita triunfante, àquela altura com os olhos voltados para o homem que iria, por assim dizer, depurar o bolsonarismo, inaugurando entre nós um novo ciclo de negócios & privatizações & vale-tudo, mas de garfo e faca. Estamos falando do governador Tarcísio de Freitas, aquele que, até segunda ordem, ficou com o boné do Maga na mão.

No início de julho, como sintoma do entusiasmo reinante na direita, o jornalista Merval Pereira escreveu em *O Globo* uma coluna que não deixava espaço para dúvidas. Seu título: *Para Congresso, governo Lula já acabou*. Para o Congresso e para o colunista, que vale a pena citar: “Acredito que o governo Lula, para este Congresso, está acabado. Os parlamentares se preparam para eleger um novo presidente em 2026, no lugar de Lula. A tática do governo de tentar jogar os congressistas contra a opinião pública nunca funcionou, na verdade. Por mais que se possa criticar o Congresso, não se pode abrir mão dele, que é uma das peças fundamentais da democracia. Não se pode anulá-lo, dizendo que é um poder que só trata dos ricos.”

Segundo Merval, “sabia-se que o Congresso era de oposição, de centro-direita, mas não havia a ideia que os parlamentares considerassem tão medíocre o governo Lula, que discordassem tão radicalmente das suas orientações”.

Não se sabe se essas linhas vão integrar as obras completas do imortal. Mas deveriam. Não há nelas uma única frase que se salve, o que não deixa de ser um documento de época. Assim como este Congresso, Merval também trabalha para os ricos.

Mas sigamos. Embora o cenário de melhora para o governo já viesse se insinuando antes de julho, o que determinou a inversão das expectativas políticas foi o anúncio do tarifaço, no dia 9 daquele mês. Com o país sob ataque, Lula abraçou o discurso da defesa da soberania nacional e deu um nó na direita. Ao longo de mais de cem dias, da primeira carta que Trump lhe endereçou, penalizando o Brasil, até a foto oficial da reconciliação, na Malásia, o petista só se fortaleceu.

Seria, no entanto, um equívoco de proporções mervalianas vaticinar que a fatura de 2026 está decidida, como alguns afoitos disseram por aí. Houve até um jornalista que contou ter ouvido na Faria Lima que por lá já se trabalha com a hipótese da vitória de Lula em primeiro turno. Nada disso é sério.

O Brasil é um país fraturado. Não me refiro à fratura social, exposta desde sempre, retrato de uma nação falhada, incapaz de incorporar parte imensa de sua população às condições mínimas da cidadania. Penso, aqui, na fratura política, cujas feições começaram a ser delineadas entre as manifestações de 2013 e o impeachment de Dilma Rousseff, até assumir sua carranca medonha em 2018, com a vitória de Bolsonaro, a glorificação do autoritarismo e da barbárie. Ainda estamos aqui.

Na terça-feira fatídica, 28 de outubro, quando o Rio de Janeiro viveu seu dia de Faixa de Gaza, enquanto o governador Cláudio Castro patrocinava o maior morticínio da história do país, Gilberto Kassab participava em São Paulo de um desses convites da direita, chamado NeoConference. E dizia lá pelas tantas que a “segurança será um tema muito relevante nas próximas eleições” e o “posicionamento dos candidatos em relação a esse tema” terá muito peso.

Fazendo contas, o secretário de Tarcísio manifestou otimismo. Disse que em onze meses a desvantagem para Lula pode ser revertida, citou a surpreendente vitória de Javier Milei nas eleições legislativas da Argentina e concluiu que, independentemente de quem seja o

candidato da direita à Presidência, “quando esse candidato unir a todos, terá um piso de 45% dos votos”. Pragmático, como de costume, o presidente do PSD deixou claro que seu cálculo para chegar ao poder inclui o PL de Bolsonaro (e Cláudio Castro).

Eis, de forma bastante didática, o que está em jogo e em disputa em 2026: o país vai decidir se apoia que pessoas pobres, traficantes ou não, continuem sendo torturadas e/ou executadas de forma sumária pela polícia, às pencas, ou se devemos buscar formas mais inteligentes, menos espetaculosas e sobretudo legais de combate ao crime organizado. A direita já fez sua opção e está dobrando a aposta na matança.

O massacre do Rio de Janeiro é, desde já, um cartão de visita do candidato que reunirá, segundo Kassab, ao menos 45% do eleitorado. A nomenclatura também já foi ajustada. Inspirado em Trump, para quem o combate ao tráfico não é uma questão de segurança pública, mas uma operação de guerra, Castro chamou as vítimas das forças do Estado de “narcoterroristas”.

O secretário da Polícia Civil do Rio, Felipe Curi, foi mais específico. Segundo ele, “o que as polícias do Rio enfrentam não é mais questão de segurança pública, é uma guerra irregular, assimétrica, uma questão de defesa e de soberania nacional”. Ao reproduzir a frase, o jornal *O Globo* acrescentou em seu editorial: “É um argumento que não pode ser desprezado.” Estamos a um passo de pedir a ajuda do Tio Sam para exterminar o Comando Vermelho. É o que se poderia chamar de bolsonarismo de centro.

Lula ainda festejava o resultado de sua “química” com o presidente americano quando o governador do Rio patrocinou o fuzilamento de ao menos 117 pessoas. No mesmo dia 28, os Estados Unidos anunciaram ter explodido mais quatro embarcações nas águas do Pacífico, totalizando 57 mortes desde o início dessas operações contra o tráfico, em setembro.

Enquanto isso, o *uss Gerald R. Ford*, maior porta-aviões do mundo, repousava tranquilamente nas águas do Caribe. ★





EM CLIMA DE RÉQUIEM

As agruras da orquestra que se apresentará na COP

Na noite de 10 de novembro, data em que começa a COP30, membros de delegações internacionais e convidados vão ocupar as tradicionais cadeiras de madeira e palhinha do centenário Theatro da Paz, em Belém, para assistir à estreia mundial de *I-Juca Pirama*, ópera baseada no poema indianista de Gonçalves Dias publicado em 1851. O libreto é de Paulo Coelho. Gilberto Gil e o maestro italiano Aldo Brizzi assinam a partitura, que será interpretada pela Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz (OSTP).

No fosso do palco, fora do campo de visão da plateia, se esconde a realidade de uma orquestra que se afunda em um emaranhado de problemas, como salários defasados, instrumentos antigos e agenda desorganizada. Não bastasse o drama presente, tampouco há garantias para o futuro: os contratos dos músicos vencem em dezembro e ninguém foi informado sobre a renovação. No ano que vem, a orquestra comemora trinta anos de atividade.

Em outubro, o produtor da orquestra, Régis Falcão, informou aos músicos que enviaria um relatório à Secretaria de Cultura do Pará (Secult) solicitando novo mobiliário para o teatro e manutenção técnica de instrumentos antigos. “O sonho é alto, sabemos disso, mas se conseguirmos ‘pelo menos’ as tão sonhadas cadeiras profissionais, bancos profissionais de contrabaixo e tímpanos e estantes profissionais, já será um grande passo”, escreveu Falcão em mensagem à orquestra, antes de encaminhar seu relatório à Secult. Um músico da OSTP – que, como outros titulares da orquestra, falou à **piauí** sob condição de anonimato, por receio de retaliações – define o tom do documento de Falcão: “É um pedido de socorro, quase que implorando por materiais novos.”

A **piauí** teve acesso ao documento, que traz fotos de itens avariados da orquestra e estima o custo dos reparos necessários. “Nosso timpanista está pedindo há quatro anos para trocar as peles do tímpano do instrumento. Quando ele pisa no pedal faz um chiado enorme no meio do

concerto”, conta o mesmo músico. A troca das quatro peles custaria entre 8 mil e 12 mil reais, segundo os cálculos do relatório. “Quando tentamos procurar a solução para algum problema, a culpa sempre é jogada de um lado para outro. A produção da orquestra joga para o maestro, o maestro diz que é culpa da Secult, e a Secult não fala nada, porque não temos acesso a eles”, diz o músico.

A Orquestra Sinfônica do Theatro da Paz é composta por 62 músicos, além do regente titular e diretor artístico, Miguel Campos Neto, e da maestrina assistente, Laura Gentile. Fecham a equipe o produtor Régis Falcão, uma arquivista, três montadores e um inspetor. Todo esse corpo artístico é gerido desde 2011 pela Academia Paraense de Música (APM), organização contratada pela Secult por meio de licitação. A APM também administra a Amazônia Jazz Band, um grupo de Belém que se apresenta no Theatro da Paz. “Um novo chamamento público definirá a entidade responsável pela gestão dos corpos artísticos do Theatro da Paz no próximo ciclo (a partir de 2026), conforme a legislação vigente”, informa a Secult, em nota.

Em 7 de setembro do ano passado, no intervalo de *Gianni Schicchi*, ópera do italiano Giacomo Puccini, os músicos da OSTP receberam uma mensagem por celular enquanto ainda estavam sob os aplausos da plateia. Era a arquivista Tassiane Gazé, informando que acabara de receber as partituras de dois concertos de compositores do Azerbaijão. As peças deveriam ser estudadas para que a orquestra ensaiasse dali a dois dias com o maestro azerbaijano Ayyub Guliyev. “A gente teria basicamente um dia para passar obras que a gente nunca tinha ouvido”, lembra um músico que está há mais de quatro anos na orquestra. “Era um repertório megadifícil, com um maestro superexigente.”

O ensaio correu de forma truncada. Constrangidos, os músicos resolveram desabafar com Guliyev, que se espan-

tou com o prazo exíguo que a orquestra teve para trabalhar na peça. “Isso não é justo. Eu estou ensaiando há dois meses um Villa-Lobos que vou tocar com minha orquestra no Azerbaijão”, disse Guliyev. “Foi vergonhoso para nós isso acontecer com um maestro convidado”, desabafa o músico entrevistado.

Os ensaios de *I-Juca Pirama* também foram uma corrida contra o tempo. Em 20 de outubro – a 21 dias da estreia, portanto –, a Secult informou à **piauí** que a partitura da ópera estava em revisão final e seria entregue à orquestra após a conclusão do processo. Na manhã do dia 22, os músicos receberam a partitura. Mas só às 23h49 do dia 26, domingo, a produção da orquestra lhes enviou um e-mail marcando o primeiro ensaio da ópera – para a manhã do dia seguinte, segunda-feira, dia 27, faltando 15 dias para a estreia. Um músico ouvido pela reportagem disse que, para uma peça inédita, o tempo razoável de ensaio seria de um mês, no mínimo.

Em julho do ano passado, um mês antes do episódio com o maestro do Azerbaijão, outra bomba já havia caído no colo da orquestra: a notícia de que o Festival de Ópera, evento anual do Theatro da Paz desde 2002, seria cancelado por falta de verba. O festival nem fazia mais jus ao nome: estava reduzido a apenas uma ópera, *La bohème*, de Puccini. Como a orquestra já havia ensaiado, a apresentação aconteceu, mas só com os solistas no palco, sem a parte cênica. “Uma grande soprano que cantaria a ópera desistiu de ir depois que soube disso”, afirma um músico. Desde setembro de 2023, a direção do Theatro da Paz, que é um órgão estadual do Pará, está sob os cuidados do escritor e jornalista Edyr Augusto Proença.

Até o local dos ensaios no teatro é incerto. O ideal seria a orquestra ensaiar no palco. No entanto, há ocasiões em que a OSTP é realocada para uma sala no terceiro andar, onde não cabem todos os músicos. “A Sala Waldemar Henrique é utilizada apenas em situações pontuais,

como ensaios de naipes ou ajustes de logística”, alega a Secult. “Eu costumo dizer que não somos a orquestra do Theatro da Paz, mas a orquestra no Theatro. Somos inquilinos aqui”, diz um músico.

Os salários estão sem reajuste desde 2021. Os músicos recebem entre 2,8 mil e 3,1 mil reais por mês. “Eu brinco que um músico da Osesp [Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo] recebe em um mês o que eu recebo em um ano”, diz outro integrante. Os músicos titulares da Osesp ganham entre 10,8 mil e 39 mil reais mensais, mas a orquestra é uma fundação, que conta com patrocínios de empresas e apoiadores individuais, não dependendo exclusivamente de recursos públicos.

Para complementar a renda, a maioria dos músicos da orquestra paraense faz dupla jornada, tocando em casamentos e dando aulas particulares. Há um músico da família de sopros que intercala óperas e concertos com entregas de comida por aplicativo.

OTheatro da Paz não vive só de música clássica. Até a última semana de outubro, o seu site anunciava três shows durante o período da COP, que vai até o dia 21 de novembro: Ney Matogrosso, Toquinho e Lenine. O ingresso mais barato para a apresentação de Ney Matogrosso, que será no dia 13, custa 990 reais. Quem quiser ficar na melhor área da plateia vai ter que desembolsar 2 590 reais, praticamente o salário de um mês de um músico da OSTP. Em geral, as apresentações da orquestra são gratuitas ou têm o ingresso simbólico de 2 reais.

Não será o caso durante a COP. O calendário da Secult informa que, depois da estreia de *I-Juca Pirama*, no dia 10, a orquestra terá pela frente outras duas récitas da mesma ópera, nos dias 11 e 12, com o tenor Jean William Silva no papel-título, um guerreiro tupi que é capturado pelos timbiras. Depois, fará concertos nos dias 15 e 16. E nos dias 18 e 19, uma apresentação em conjunto com o balé *Amazônia motirô*, da Companhia de

Dança Ana Unger. Os ingressos da ópera e dos concertos da orquestra variam entre 20 e 200 reais.

Mesmo com todas as críticas acerca dos valores absurdos de hospedagem em Belém e das deficiências de infraestrutura e logística urbana, o governo brasileiro e a presidência da COP bateram o pé: o evento não sairia da capital paraense. Os músicos da OSTP dizem que vão estar prontos para que as apresentações não ganhem um tom de réquiem. ✪

Pedro Tavares

OLIMPIADAS SOBRE TRILHOS

A estreia brasileira em um campeonato mundial de bondes

Depois de apenas duas horas de sono, os três funcionários do VLT Carioca despertaram inquietos no hotel em Viena. Eram cinco da manhã, o Sol ainda não tinha nascido na capital austríaca, mas Lisamar Rodrigues da Silva, Rogério Oliveira do Nascimento Filho e Andreson de Lima Jacomim já não aguentavam mais se revirar na cama.

Havia uma boa razão para a ansiedade: naquela manhã de sábado, dia 13 de setembro, os três seriam os primeiros brasileiros a participar do Campeonato Mundial de Condutores de Bondes. Nas edições anteriores, a competição era aberta apenas a países da Europa, mas neste ano condutores de 25 países estavam em Viena para exibir suas habilidades.

A seleção dos competidores no Rio de Janeiro foi rigorosa. Silva e Nascimento Filho foram vitoriosos entre os 123 condutores do VLT Carioca – empresa de transporte urbano ferroviário –, após um processo seletivo que durou um mês, com exame escrito, provas e simulações. Jacomim, que é supervisor de tráfego da empresa e acompanhou a dupla de condutores até a Áustria, enumera algumas etapas da seleção: “Cenários caóticos, análise da caixa-preta dos trens, vistoria de viagens por imagem, simulações com obstáculos.” A proficiência em inglês também pesou, já que seria a língua universal do evento.

Viena tem linhas de bonde operando de forma contínua desde o século XIX. O VLT (veículo leve sobre trilhos) do Rio não carrega essa tradição: foi inaugurado em 2016 para a Olimpíada no mesmo ano. Mas seus dois condutores são apaixonados pelo bonde. Silva, de 43 anos, acompanhou a construção da malha ferroviária em seu bairro, a Gamboa, e Nascimento Filho, de 31 anos, se entusiasmou com o VLT ao embarcar no veículo para ir até o Aeroporto Santos Dumont, em 2019.

Depois da seleção, os condutores passaram por três meses de preparação. Os trens do VLT, porém, são muito diferentes dos modelos de bonde que eles conduziram na Áustria, onde só tiveram 6 minutos de treino no dia anterior ao campeonato. “Não dá para comparar o que vivemos em Viena com o que tentamos fazer no Rio, mas nos deu o norte”, disse Jacomim, de-

pois da competição. “Lá, a cabine oposta é completamente diferente. Uma alavanca e um botão mal manipulados podem dar trancos no trem”, explicou Silva. Em compensação, ela ficou impressionada com a recepção que o público da competição deu aos motorneiros. “O condutor é ovacionado, é estrela, dá autógrafos, tira fotos”, contou. “A cidade parou para assistir ao Mundial.” Nascimento Filho confirmou: “O espírito era de Olimpíada.”

Competiram 25 países de seis continentes, diante de um público de 50 mil pessoas. Outras 130 mil em todo o mundo acompanharam a transmissão ao vivo, pela internet. “Foi um recorde para o evento”, disse à **piauí** Wieland Stumpf, o presidente da organização que promove o evento.

Os competidores do VLT Carioca contaram que a torcida dos brasileiros só não foi mais barulhenta do que a austríaca, obviamente a mais numerosa. Mas disseram que os brasileiros conquistaram a simpatia até dos adversários. “O Brasil foi o segundo time do coração de todos”, afirmou Jacomim. Para Nascimento Filho, o clima era de celebração do ofício de condutor de bonde: “Era todo mundo apoiando todo mundo.”

Um trecho de 250 metros da rede de bondes de Viena foi isolado no Centro da cidade para o campeonato mundial. A disputa se deu em oito modalidades, nas quais os competidores ganhavam pontos por precisão e tempo. Em uma das provas, o condutor deveria acelerar e frear o bonde por três vezes, com suavidade, parando exatamente em pontos determinados. Como se isso já não fosse um desafio, havia uma dificuldade adicional: uma tigela de água foi fixada na parte da frente do bonde, e esperava-se que ao fim da prova ainda estivesse cheia.

Outra prova testou o controle de velocidade dos condutores. Eles tinham de percorrer um trecho de 20 metros mantendo a velocidade constante de 25 km/h – sem velocímetro. Na prova em marcha

a ré, um condutor permanecia na cabine, seguindo apenas os comandos de apito da colega, que, do lado de fora, o orientava com apitos longos e curtos para que ele parasse em um ponto específico.

A prova que Silva mais gostou foi também uma das favoritas do público. No boliche ferroviário, o bonde tinha que acertar uma bola gigante para que ela derubasse uma série de pinos de borracha de 2 metros de altura alinhados na pista à frente. “Para nós e para quem está assistindo, foi um impacto visual muito grande”, disse a condutora. No mesmo espírito lúdico, houve uma prova de *curling* com bonde. Como no esporte de inverno em que se empurram discos de granito que deslizam sobre o gelo, o trem precisava empurrar um carrinho para que ele parasse em um ponto específico dos trilhos.

“A prova da porta foi a mais difícil”, avaliou Nascimento Filho. O desafio era estimar o comprimento do bonde para executar a parada perfeita, com a porta do trem alinhada a uma marca no solo. Cada centímetro fora do alvo resultava em perda de pontos. “Tivemos que ter uma noção técnica de um trem diferente do nosso. Na adrenalina, na correria da competição, essa foi a mais complicada.”

O time de Viena venceu o campeonato. Os brasileiros não subiram ao pódio: terminaram em 17º lugar. Mas comemoraram o fato de terem superado países com maior tradição ferroviária, como Escócia, Croácia, Estados Unidos e China. E voltaram da Áustria com uma nova perspectiva sobre a própria profissão. “Nossa visão aumentou”, disse Nascimento Filho. “Foi igual a escalar uma montanha: ao subir um passo, a gente tem uma visão maior. Me fez enxergar como a mobilidade urbana faz diferença na vida de um cidadão.”

Silva encantou-se com a civilidade austríaca. “Se você colocar qualquer um dos meus colegas para conduzir na Áustria, eles vão falar que estão no paraíso”, ela brincou. “Lá, os pedestres não atra-

vessam na frente dos trens.” Jacomim reparou que os vienenses percebem as linhas urbanas como algo que lhes pertence: “Eles entendem que o transporte melhora a vida deles. Esse senso de cuidar, de ser dono, é muito forte.”

O trio voltou ao Rio com a missão de compartilhar a experiência, para fomentar uma nova mentalidade sobre o transporte público. Também está de olho em novas competições. O próximo mundial de condutores de bondes será em Melbourne, na Austrália, em 2027. ✪

Beatriz Portugal

PLANTA MIMADA

A difícil produção de *wasabi* no Brasil

Embora seja apresentada como *wasabi* nos cardápios, a pastinha verde que acompanha o sushi em restaurantes não tem nem o cheiro dessa raiz japonesa. Especiaria aromática, o *wasabi* é uma planta de cultivo difícil. Mesmo no Japão, seu país de origem, nem sempre se encontra o produto fresco, pois ele resiste à produção em larga escala – e seu manuseio nos restaurantes é muito delicado.

A *Eutrema japonicum*, nome científico do *wasabi*, pertence à família das plantas *Brassicaceae*, que abrange hortaliças menos caprichosas, como couve, brócolis, repolho e rabanete. O produto utilizado na culinária vem de sua raiz – na verdade, um rizoma (caule subterrâneo) –, que em geral mede em torno de 20 centímetros e pesa 50 gramas. Plantações de *wasabi* exigem água corrente gelada, limpa e em abundância. No Japão, ela provém de rios que recebem o degelo de regiões montanhosas. A produção de *wasabi* é ainda mais complicada no Brasil, onde não há montanhas nevadas para gelar a água dos rios.

Apesar disso, o engenheiro agrônomo Vinícius Shizuo Abuno, de 30 anos, abraçou o desafio de cultivar essa planta delicada. A fazenda de sua família em Pilar do Sul, no interior de São Paulo, é a única do país que produz *wasabi* em escala comercial. Descendentes de japoneses, os pais de Abuno, produtores rurais de hortaliças e flores, encontraram na raiz uma oportunidade de mercado exclusiva, já que ninguém mais a cultivava.

A ideia surgiu quando eles provaram o *wasabi* em uma visita ao Japão. Em 2013, começaram a estudar a possibilidade de plantá-la em Pilar do Sul. A família foi ao menos seis vezes ao país asiático para conhecer produtores de *wasabi*. Também consultou artigos científicos japoneses sobre o cultivo da planta. “Existe pouca informação e detalhes técnicos sobre o manejo”, diz Abuno. Quem produz *wasabi* fora do Japão, explica o engenheiro agrônomo, precisa encontrar por conta própria formas de adaptar seu cultivo ao clima local.

A plantação experimental da família Abuno começou em 2016, mas as primeiras entregas foram realizadas apenas em 2019, pois o *wasabi* leva



de um ano e meio a dois anos até estar pronto para a colheita.

Em 2022, a família fundou a Minato Wasabi, empresa dedicada à produção da raiz. No Brasil, o processo é mais custoso do que no Japão: é preciso manter a plantação submersa na água corrente e a equipe de quatro pessoas comandada por Vinícius Abuno tem que limpar, gelar, fornecer nutrientes e bombear o líquido artificialmente. Quase dez anos depois dos primeiros testes, Abuno admite que ainda enfrenta dificuldades, pois parte do que é cultivado acaba se perdendo. “É uma planta que precisa ser mimada”, diz.

A fazenda da família Abuno tem espaço para aproximadamente 13 mil plantas de *wasabi*. São colhidos entre 12 e 15 kg por mês. O custo para os restaurantes varia de 2 mil a 4 mil reais o quilo, e o consumidor final chega a pagar até 10 mil reais por quilo (claro que ele consome apenas alguns gramas). Atualmente, a Minato Wasabi vende a especiaria somente para restaurantes japoneses de luxo em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Santa Catarina e Minas Gerais, e tem fila de espera para adquirir o produto. Nos comentários no Instagram da empresa, muita gente expressa sua frustração por não poder comprar a iguaria, que não é vendida para consumidores individuais.

Os restaurantes ralam o *wasabi* com uma lixa de pele de tubarão, na frente do cliente disposto a pagar o preço. Abuno alerta: se o *wasabi* não foi ralado na sua frente, provavelmente não era verdadeiro. Uma vez colocado no prato, o tempero deve ser consumido em até 10 minutos. Depois disso, ele perde o gosto.

Não é o que acontece na maioria dos restaurantes. Com a popularização do sushi mundo afora, buscou-se uma alternativa mais viável e barata ao *wasabi*. O que costuma ser servido é, em geral, uma mistura de raiz-forte e mostarda, acrescida de corante verde para imitar o produto verdadeiro. O sabor do produto legítimo, entretanto, é bem distinto: mais suave, floral e herbáceo, sem a pungên-

cia imediata da raiz-forte. “O *wasabi* não dá aquele soco no nariz”, diz Abuno, que ressalta uma picância crescente no sabor. “A sensação é que estamos consumindo uma planta, e não um tempero.”

Em 2022, a We Believe in Great Ideas (WBGi), *venture builder* (organização que ajuda a criar novas empresas) especializada em agronegócio, entrou como sócia da Minato Wasabi, que desde então passou a investir em escala e em tecnologia. A plantação agora tem sensores para acompanhamento e medição dos parâmetros de cultivo: condutividade elétrica, pH, umidade da terra, temperatura da água e do ar, controle de gás carbônico, além do resfriamento e da limpeza da água. “O projeto é uma criança. Ainda tem muito o que se desenvolver e se investir”, afirma Abuno.

O maior impacto ambiental da produção, segundo o engenheiro agrônomo, está em sua grande demanda por energia, pois é preciso bombear e resfriar a água da plantação. Essa água, explica Abuno, é reutilizada, mas isso não chega a representar grande economia. “Dá na mesma pegar água nova, porque praticamente temos que limpar, filtrar e resfriá-la de novo.”

No Japão, os produtores de *wasabi* transformam as fazendas em verdadeiros parques temáticos da especiaria. Vendem sorvete, cerveja, maionese e biscoito feitos de *wasabi* fresco. Vinícius Abuno tem a ambição de, um dia, fazer o mesmo em Pilar do Sul. ★

Amanda Gorziza

A JORNADA DE CANOEIRO

Uma onça-pintada nadou 1,27 mil metros em Goiás

Quando veio a pandemia de Covid, o biólogo brasileiro Gabriel Caputo se refugiou no rancho da sua família em Niquelândia, no Norte de Goiás. O sítio fica à beira do lago formado pela barragem da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, construída nos anos 1990. Caputo frequentava a região havia quinze anos e sempre ouvia dos moradores locais que não fosse à Serra Negra, pois ali havia muitas onças. A Serra Negra faz parte de uma reserva particular de desenvolvimento sustentável de uma mineradora de alumínio que opera na região. O alerta dos moradores teve efeito contrário. “O biólogo já fica com a curiosidade atizada”, ele disse à *piauí*. “Se tem onça, é para lá que a gente vai.”

Caputo, que tinha 26 anos na época, providenciou uma armadilha fotográfica, um dispositivo com câmera acionada por sensores de calor e movimento capaz de registrar a passagem de animais selvagens. Instalou-a numa árvore situada num platô a cerca de 400 metros do nível do lago, com vista privilegiada para uma ilha frondosa. Semanas depois, quando consultou o cartão de memória da câmera, o biólogo observou que uma onça-pintada tinha sido o primeiro animal a acionar o dispositivo.

O felino surge à direita do quadro e caminha de forma desconfiada em direção à câmera. É noite, e o bicho aparece com os olhos brilhando como dois faróis. Ele se aproxima e fareja a armadilha fotográfica. Caputo viu a cena pela primeira vez no próprio platô, quando descarregou o cartão de memória em seu laptop. Na hora, olhou para trás, assustado. O biólogo fechou o computador e foi embora apressado, eletrizado pela visão.

De dia, o platô era frequentado por antas, emas, veados, caititis e outros bichos. A onça voltou ao local, sempre à noite. Num vídeo, ela aparece deitada contemplando a ilha, que não se vê por causa do breu. Trata-se de um macho adulto que Caputo batizou de Canoeiro, em homenagem aos avós-canoeiros, indígenas que circulavam por aquela região e foram quase todos dizimados. “Eles nunca aceitaram ser escravizados e habitavam todos os ambientes que a onça utiliza”, disse o biólogo.

Em 2023, Caputo passou a integrar a Força-Tarefa Onças do Cerrado, uma rede de monitoramento do felino com armadilhas fotográficas operadas por pesquisadores e voluntários. Criada pelo Instituto Onça-Pintada, uma ONG sediada em Goiás, a iniciativa conta com cerca de 180 câmeras ativas espalhadas por aquele estado e por Tocantins. Caputo ganhou novas câmeras para instalar na região da Serra da Mesa e colocou uma delas na ilha que fica diante do platô, uma das maiores do lago. “É um lugar que tem muita vegetação nativa e mata densa, propensa para ter todas as espécies.”

E não deu outra: a armadilha flagrou bichos a perder de vista. “Tem anta, caititu, macaco, tamanduá, teiú, tatu, irara, cotia, jacu”, enumerou Caputo. “São todas presas da onça.” E tem também a própria onça, como provou um vídeo em que um felino passa de relance na frente da câmera. O biólogo notou uma mancha que lhe pareceu familiar e decidiu comparar com outros registros: era Canoeiro. Caputo correu para anunciar a novidade aos colegas da força-tarefa. O biólogo Leandro Silveira, criador da iniciativa, logo reagiu: “Isso é inédito.”

Era impossível que a identificação do bicho estivesse errada. “O padrão de pelagem de uma onça jamais se repete”, disse Silveira à *piauí*. “É como uma impressão digital.” Como a ilha fica a 2,33 mil metros do continente, Canoeiro só pode ter chegado lá nadando. Mas o biólogo não conhecia na literatura científica nenhum registro de uma onça-pintada que tivesse percorrido uma distância tão grande a nado. Ele anunciou o feito aos colegas na forma de um artigo assinado com seis colaboradores que foi submetido a uma revista científica e publicado em setembro no *bioRxiv*, uma plataforma que reúne estudos ainda não avaliados por outros cientistas.

Uma imagem aérea da região mostra que Canoeiro pode ter nadado mais de 2 km numa travessia direta, mas pode também ter feito escala numa ilha. Nes-



ANDRÉS SANDOVAL_2025

se caso, teria feito um trajeto de 1,06 mil metros e outro de 1,27 mil metros. Como não se sabe qual foi a opção do felino, os biólogos adotaram uma postura conservadora e declararam a marca de 1,27 mil metros como a mais longa distância percorrida a nado por uma onça e documentada por humanos.

Que as onças nadam não é surpresa. É sabido que elas se alimentam de animais aquáticos ou semiaquáticos, como peixes, botos ou jacarés. “A onça-pintada é a rainha das águas, é o grande felino mais adaptado a esse meio”, disse o biólogo Gustavo Figueirôa, um especialista em manejo e conservação de fauna que não teve envolvimento com o artigo. Estudioso das onças do Pantanal, Figueirôa se acostumou a vê-las nadando nas margens dos rios em busca de alimento. “É um bicho que tem uma facilidade muito grande de predação na água.”

Apesar disso, não há muitos relatos na literatura científica de grandes felinos nadando. Um estudo publicado no ano passado relatou que dois leões, batizados de Jacob e Tibu, foram filmados por um drone enquanto atravessavam um canal que conecta dois lagos no Oeste de Uganda, percorrendo uma distância de mais de 1 km. Estavam provavelmente atrás de fêmeas, que andavam escassas em seu território.

Já no caso das onças, Silveira e seus colegas alegam que o recorde antes de Canoeiro era de cerca de 200 metros. Ele vem de um estudo publicado em 1932, a partir de um relato feito por Alexander von Humboldt, naturalista alemão que viajou pela América Latina nos séculos XVIII e XIX e contou ter visto onças nadando na área onde o Rio Arauca deságua no Orinoco, na Venezuela. Os autores não



levaram em conta, porém, um livro de 1974 de Tony de Almeida, caçador e guia de safáris. Almeida contou ter visto uma onça atravessar o Orinoco na cheia, quando a largura do rio era de 8 a 10 km. Questionado sobre o relato, Silveira alegou que não tem validade científica.

Mais do que a distância percorrida por Canoeiro, o que surpreendeu os biólogos foi constatar que as onças podem transitar por entre as ilhas do lago artificial. Até então, eles achavam que aquele tipo de ambiente atuava como uma barreira para a dispersão dos felinos. “Esse animal mostra que talvez não seja uma barreira do nível que a gente imaginava”, disse Leandro Silveira.

Para ele, esse achado deve ser levado em conta no planejamento de ações de conservação das onças num cenário de fragmentação dos habitats em que elas vivem, causada por interferência humana. E a conservação desses felinos é particularmente desafiadora, por se tratar de um animal que gera tanto fascínio quanto medo. “A onça desperta em nós a memória evolutiva de que não somos o topo da cadeia alimentar”, afirmou Silveira.

Canoeiro não está mais na ilha: foi filmado em março no platô, em seu registro mais recente. Gabriel Caputo suspeita que o animal frequente a ilha nos períodos de seca, porque ali o acesso à comida é mais fácil. Isso ajudaria a explicar por que a onça não aparece nos vídeos feitos no platô durante os meses de seca. Para provar a hipótese, porém, é preciso fazer novas observações. No que depender do biólogo, a interação com a onça continuará apenas por vídeo. “Quero vê-la só de longe.” ✪

Bernardo Esteves

SONS DO BAÚ

Uma visita ao acervo de Zuza Homem de Mello

Com andar lento, mas firme, Ercília Lobo caminha pelo exíguo quintal do Instituto Çarê, associação cultural sem fins lucrativos sediada em uma casa de três cômodos na Zona Oeste de São Paulo. Ela se dirige à edícula do imóvel, onde encontra, organizados em prateleiras, um gravador, uma máquina de escrever, centenas de CDs e nove caixas plastificadas com dezenas de pastas. Lobo, que completa 81 anos no dia 16 de novembro, retira uma das pastas. Na etiqueta, lê-se: “Nova York-1957”. Mirando o objeto, ela diz: “Dá uma saudade dele.”

A pessoa de quem ela sente saudade é Zuza Homem de Mello, jornalista e pesquisador musical, que morreu em outubro de 2020, aos 87 anos, vítima de um infarto enquanto dormia em sua casa, no bairro de Pinheiros.

Em 1957, Zuza estava nos Estados Unidos estudando música, primeiro na Lenox School of Jazz, em Massachusetts, e depois na Juilliard School, em Nova York. Apaixonado por jazz – celebrava o fato de ter visto apresentações ao vivo de Miles

Davis e John Coltrane –, ele escrevia textos sobre o gênero para jornais e revistas.

Na volta a São Paulo, em 1959, dedicou-se a estudar a canção popular brasileira e, em particular, a Bossa Nova. Tornou-se referência no assunto e escreveu livros como *A era dos festivais*, *Copacabana: a trajetória do samba-canção*, e os dois volumes de *A canção no tempo*, em coautoria com o historiador Jairo Severiano.

O material vistoriado por Lobo na edícula é uma pequena parte do acervo de Zuza, seu companheiro por 35 anos. No total, o Çarê conserva quase 15 mil itens, entre discos de vinil, artigos de jornal, fitas rolo, fitas cassete, livros e outros objetos. Em 2021, a viúva transportou esse material para um depósito no interior de São Paulo, até que o Çarê pudesse acomodá-lo adequadamente em salas climatizadas. Apenas em meados de 2023 o acervo completo retornou à capital paulista.

Desde então, Ercília Lobo tem discutido com Angela Fileno, coordenadora de acervo do Çarê, sobre formas de difundir o trabalho do marido. “O que mais me interessa é a divulgação do seu pensamento musical”, diz a viúva na cozinha do instituto, enquanto toma uma xícara de café.

Zuza guardou as gravações das entrevistas que fez e dos depoimentos que recolheu para elaborar cada um de seus livros. Desde julho, trechos desses diálogos têm sido veiculados no podcast *Baú do Zuza*, uma coprodução do Çarê com o Instituto Galo da Manhã. A apresentação é do músico Arrigo Barnabé.

As entrevistas divulgadas até agora no podcast foram realizadas por Zuza entre 1967 e 1971 e incorporadas ao livro *Música popular brasileira cantada e contada*, de 1976. Nesse período, o musicólogo colheu depoimentos de compositores como Vinicius de Moraes, Tom Jobim, Dorival Caymmi, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Geraldo Vandré. “O Zuza era supercuidadoso, mas essas entrevistas foram gravadas em fitas e armazenadas todas juntas em uma única pasta, o que compromete a conservação”, explica Fileno. As distorções do áudio foram corrigidas por técnicos de som, com auxílio de inteligência artificial. Danificada, a fita com o depoimento de Chico Buarque foi restaurada para o episódio de estreia do podcast.

Os registros mostram como os artistas viam a própria carreira em meio às transformações culturais do Brasil no fim dos anos 1960. Depois de Chico Buarque, foram divulgados no site do Çarê, no Spotify e no YouTube episódios com Johnny Alf, Wilson Simonal e Vinicius de Moraes. A primeira temporada termina em dezembro, com Claudette Soares, e a segunda começa em março de 2026, com Elis Regina. “Nem sei como comecei a cantar”, diz Elis no papo com Zuza. “Sempre fui uma criança tímida. Tão tímida que tinha vergonha de conversar em casa com meus pais, irmãos e tios. Se você me perguntar o que pensei ou o que pretendia, não sei

dizer. Quando vi, estava cantando.” Depois da cantora, será a vez das entrevistas com Sérgio Ricardo e Ronaldo Bôscoli.

Angela Fileno ainda não conseguiu a autorização de todos os entrevistados. Os episódios com Caetano, Gil e Vandré, por exemplo, estão em suspenso. No início do projeto, a coordenadora, com a ajuda de Ercília Lobo, fez contato com alguns artistas. Também buscou o auxílio do músico e produtor cultural Edson Natale, que foi gerente de música do Itaú Cultural por duas décadas. Algumas negociações são complicadas. A família de Dorival Caymmi, por exemplo, proibiu a veiculação, alegando que a conversa com o compositor é um registro datado.

A coordenadora do Çarê busca autorização para divulgar outros arquivos, todos em áudio, como o programa de rádio que Zuza apresentou na Jovem Pan entre 1977 e 1988 e as gravações que ele fez como engenheiro de som e produtor musical da TV Record entre 1959 e 1967 – estas incluem *O fino da bossa*, programa apresentado por Elis Regina e Jair Rodrigues, e shows de Ella Fitzgerald e Nat King Cole. Lobo conta que, no passado, a Jovem Pan recusou pedidos dela e do marido: “O programa tinha idealização, produção, seleção musical, montagem e apresentação de Zuza Homem de Mello. Ele fazia tudo, mas mesmo assim não liberaram.”

Examinando anotações manuscritas do marido com luvas descartáveis oferecidas por Fileno, Lobo se derrete: “Olha a letrelinha dele.” Boa parte desses documentos ainda não foi examinada pela equipe do instituto, formada por três jovens que se dividem na catalogação e digitalização do acervo. Recentemente, eles encontraram um caderno do compositor Johnny Alf, escrito à mão, com letras de canções. Além de oferecer acesso digital a essas preciosidades, o instituto espera, no futuro, fazer exposições.



Ercília Lobo foi responsável pela organização final de *Amoroso*, biografia de João Gilberto escrita por Zuza e publicada em 2021. Na conversa com a coordenadora do Çarê, ela lembra que duas pastas com arquivos e áudios do músico baiano foram entregues ao instituto. E revela que ainda tem outros itens em casa. “Esses dias, achei uma gaveta cheia de fotos que posso te dar. Tem uma do Zuza com o João Gilberto”, diz. Segundos depois, completa: “Mas dessa você faz uma cópia.” ✪

Guilherme Henrique

ENTRELAÇADO ANCESTRAL

A profissão de trancista ganha reconhecimento formal

Aos 16 anos, Rafaela Azevedo descobriu uma antiga arte das mulheres negras: o cabelo trançado. Era o início do século XXI, quando práticas que valorizam a identidade negra ainda não eram tão celebradas – e Rafa, como gosta de ser chamada, começou a trançar os próprios cabelos.

Ela tem crespos, de “curvatura fechada”, como dizem os especialistas. É um tipo de cabelo que, mesmo após tantos anos de campanhas e manifestos pela valorização dos traços negros, nem sempre é aceito por padrões de beleza ainda pautados pela branquitude. “Comecei a trançar o meu cabelo devido a uma necessidade minha mesmo, de querer um cabelo grande, depois de passar por preconceito na escola”, diz ela. A necessidade pessoal tornou-se profissão. Hoje com 40 anos, Rafa trabalha como trancista em Belém.

É preciso insistir na distinção: Rafa não é cabeleireira. É trancista. Geralmente exercido por mulheres negras que prestam serviços a uma clientela negra, esse ofício não costumava receber a devida valorização. Era tratado como uma categoria menor na oferta dos salões de beleza. Em junho passado, houve uma mudança substancial nessa situação: o Ministério de Trabalho reconheceu a profissão de trancista, que foi incluída na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o número 5161-65.

Há nove anos na profissão, Rafa estudou muito para dominar, por exemplo, o entrelace. Essa técnica consiste em fazer tranças bem junto à raiz dos cabelos da cliente para logo depois entrelaçar apliques de cabelo sintético ou natural. “O meu trançado começou pelo entrelace”, diz ela, que cobra a partir de 300 reais pelo serviço.

No primeiro ano de carreira, atendia em domicílio. Depois improvisou um salão em sua própria casa, onde trançou cabelos por cinco anos. Atualmente, ela gerencia o Rafa Entrelace, na região central de Belém. O lugar conta com dois espaços: o salão onde as clientes têm seus cabelos trançados e uma loja de produtos para fazer e manter essas tranças – jumbos, *laces*, pastas modeladoras e pentes específicos.

Thaise Vieira, outra mulher preta que se tornou trancista, começou sua especialização durante a pandemia, quando muitas pessoas perdiam seus empregos. Passados os anos de isolamento social, ela criou um estúdio especializado em tranças, o Espaço Uzuri.

Na língua africana suaíli, *uzuri* significa beleza. No estabelecimento da trancista de 38 anos, a palavra carrega múltiplos significados. “É um espaço onde tu podes te sentir em casa, para te reconectar com aquilo que tu perdeu”, explica. “Não é um espaço somente para fazer trança. É um espaço de aprendizado também.”

Aprendizado, de fato: o Espaço Uzuri, também em Belém, oferece um curso básico de formação de trancistas. Serve até para quem “nunca fez trança na vida”, garante a proprietária. As aulas incluem teoria e prática. Além das principais técnicas de trançado, abarcam a história das tranças, marketing digital e educação financeira. “A gente tenta ensinar para elas aquilo que ninguém ensinou para a gente antes”, diz Vieira. “É para que elas possam chegar o mais rápido possível aonde querem chegar.”

Até alguns meses atrás, a legislação trabalhista obrigava as trancistas a se cadastrarem como cabeleireiras. A categoria reivindicava reconhecimento da profissão. A deputada federal Rogéria Santos (Republicanos-BA) abraçou essa bandeira, com apoio de Ireuda Silva, vereadora de Salvador pelo mesmo partido. No ano passado, Santos apresentou um projeto de lei para regularizar a profissão de trancista, que segue em tramitação na Câmara dos Deputados. Em outra frente, ela solicitou ao ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que o ofício fosse incluído na CBO – o que foi atendido.

Agora, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) está organizando discussões interministeriais para viabilizar que essas

profissionais tenham direito a se estabelecer no mercado formal apresentando-se como trancistas. Assim, poderão emitir notas, fazer contribuições previdenciárias e emitir certificados dos cursos profissionalizantes desenvolvidos por elas. Segundo a chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do MTE, Anatalina Lourenço da Silva, o objetivo é que, em breve, as profissionais comecem a usufruir de tais direitos. “A gente pretende muito dar celeridade nesse processo”, afirma.

O advogado trabalhista Francisco Assis Neto, formado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) diz que a formalização da categoria é só o primeiro passo. Uma “mudança do pensamento social” seria necessária para que a profissão deixe o lugar social subalterno a que foi historicamente relegada. “Sabemos que a profissão de trancista está associada a um grupo muito específico da sociedade, o das pessoas negras, que ao longo da história do Brasil teve sua cultura e suas músicas marginalizadas e até mesmo criminalizadas”, afirma. Para Assis Neto, é essencial complementar a inclusão na CBO com políticas públicas, “seja de conscientização, seja de acompanhamento ou assistência”.

Rafaela Azevedo e Thaise Vieira se orgulham de trabalhar com um saber africano que atravessou os séculos e foi herdado pelo povo negro brasileiro. Rafa garante amar o que faz, mesmo que para realizá-lo ela precise extrapolar as oito horas diárias de trabalho. “Não cumprio o meu horário. Se der para atender depois do expediente normal, eu atendo.” A sua principal preocupação é elevar a autoestima de quem a procura, com a ajuda de um “conhecimento ancestral” – como ela define o trançado. “Ele está no nosso DNA”, diz. ✪

Leandra Souza

REFRESCO QUENTE

O sucesso dos caldinhos nas praias do Recife

No pingo do meio-dia, com o termômetro marcando 29°C perto do Quiosque 17 da Praia de Boa Viagem, no Recife, dois banhistas se deliciam com um caldo quente de feijão preto, servido com ovo de codorna, torresmo, azeitona e muita pimenta. É domingo, o dia mais intenso da semana para os vendedores do Caldinho do Leandro, hoje um dos petiscos mais populares nas areias da capital pernambucana.

Os ambulantes que oferecem o caldo ao longo dos 11 km de orla entre Boa Viagem e Brasília Teimosa são autônomos. Mas o produto que eles levam nas garrafas térmicas vêm do mesmo fornecedor. José Carlos Leandro, de 49 anos, comanda o empreendimento que leva seu nome e faz os caldos na casa onde mora com a mulher e os três filhos em Jardim Monte Verde, bairro no Sul do Recife, a 10 km da praia.

A cozinha semi-industrial, montada no térreo da residência, funciona de segunda a segunda. Quatro funcionários se revezam para dar conta da produção,

dividida em quatro etapas: os caldos são cozidos, depois passam pelos liquidificadores, são coados e então engarrafados em térmicas de 1 litro. O cardápio tem quatro sabores: feijão preto, camarão, peixe e sururu (um molusco típico do Nordeste). Leandro supervisiona o trabalho, para garantir que tudo seja preparado de acordo com suas receitas.

Nos fins de semana, a produção chega a quatrocentas garrafas por dia, que são vendidas a 25 reais aos “franqueados” do Caldinho do Leandro. Nas areias, o copinho de 150 ml sai por 10 reais. “Se aumentar, o povo não compra”, diz Leandro. Os ingredientes adicionais ficam por conta de cada vendedor, ao gosto do freguês: milho, ervilha, torresmo, ovo de codorna e azeitona costumam ser os mais pedidos.

Leandro só faz a cobrança no fim do dia, quando os revendedores voltam da praia – e ainda aceita de volta as garrafas que não foram comercializadas. Ele também fornece uniformes, sem custo: camisa de manga comprida com proteção uv, bermuda e boné com a logomarca do Caldinho do Leandro, tudo na cor vermelha.

José Carlos Leandro começou a vender caldinho aos 19 anos, trabalhando para Severino Barbosa de Oliveira, conhecido na praia como Biu. O patrão era o pai de sua namorada, Silvânia, com quem Leandro se casaria. Oliveira deu ao genro o kit básico de trabalho na areia: duas bolsas térmicas e cinco garrafas.

Incentivado pelo sogro, Leandro decidiu criar suas próprias receitas. “No começo, a gente ia levando aqueles desacertos. Às vezes, o caldinho saía salgado demais”, lembra. “Eram os próprios clientes que diziam o que estava faltando, e a gente ia ajustando até chegar no ponto certo.” Ele começou o negócio com a ajuda de Silvânia e dois irmãos, Josivaldo e Genivaldo. À medida que seus caldos foram ganhando fama, vizinhos e conhecidos começaram a bater à sua porta pedindo para revendê-los. “Aí eu botava um, depois botava mais outro. Era um complemento para a renda de pessoas que estavam desempregadas”, recorda. Em 2005, quando já tinha vinte vendedores, ele deixou o mormaço da praia para trabalhar só no calor da cozinha. Hoje, conta com mais de cinquenta vendedores.

Em fevereiro, na prévia do Carnaval de Olinda, oito amigos que integram o tradicional bloco Enquanto Isso na Sala da Justiça foram para a folia vestindo as camisas vermelhas do Caldinho do Leandro. Providenciaram até garrafinhas térmicas iguais às dos vendedores. Evangélico, Leandro não é de pular Carnaval, mas ficou feliz com a homenagem. “É uma forma de divulgação. E um sinal de que as pessoas confiam e gostam do meu caldinho”, diz.

Como a demanda vem crescendo, neste ano o empresário começou a expandir o negócio. Abriu um ponto fixo para vender caldos de terça a domingo – um trailer no bairro do Ibura, perto de sua casa. Além dos sabores tradicionais,



ANDRÉS SANDOVAL, 2025

o lugar serve o caldo de vaca atolada, feito com costela bovina e mandioca, que ainda não foi lançado nas praias. Quem toma conta do ponto é Pedro, de 19 anos, filho mais novo de Leandro.

O Caldinho do Leandro passou a aceitar encomendas para festas e aniversários, com entrega em domicílio ou retirada na sede, que vai se mudar para um local maior, de 200 m², em Jaboatão dos Guararapes, município vizinho do Recife.

Há turistas que refugam o caldo quente sob o Sol do Nordeste. Acreditam que, com um calor de 30°C, é melhor chupar um picolé, e não tomar uma sopinha. Mas a cultura do caldinho à beira-mar está embasada em boas razões fisiológicas. Ingerir líquidos quentes pode aumentar levemente a temperatura do corpo, ativando mecanismos de termorregulação como a vasodilatação e a sudorese – que ajudam a dissipar o calor e, assim, baixar a sensação térmica.

Os beduínos do Saara conhecem essa técnica há pelo menos mil anos. Pastores nômades do Oriente Médio, que viajam sob temperaturas extremas, têm como tradição servir e beber chás fumegantes de hortelã. A lógica é a mesma: aquecer por dentro para enganar o calor de fora. O nutricionista Crístenes Melo, coordenador dos cursos de saúde do Centro Universitário dos Guararapes (UNIFG), faz apenas uma ressalva ao caldinho sob o Sol: em dias de muito calor, o consumo de alimentos e bebidas quentes exige cuidado redobrado com a higiene, o manuseio e o armazenamento, para evitar contaminações alimentares.

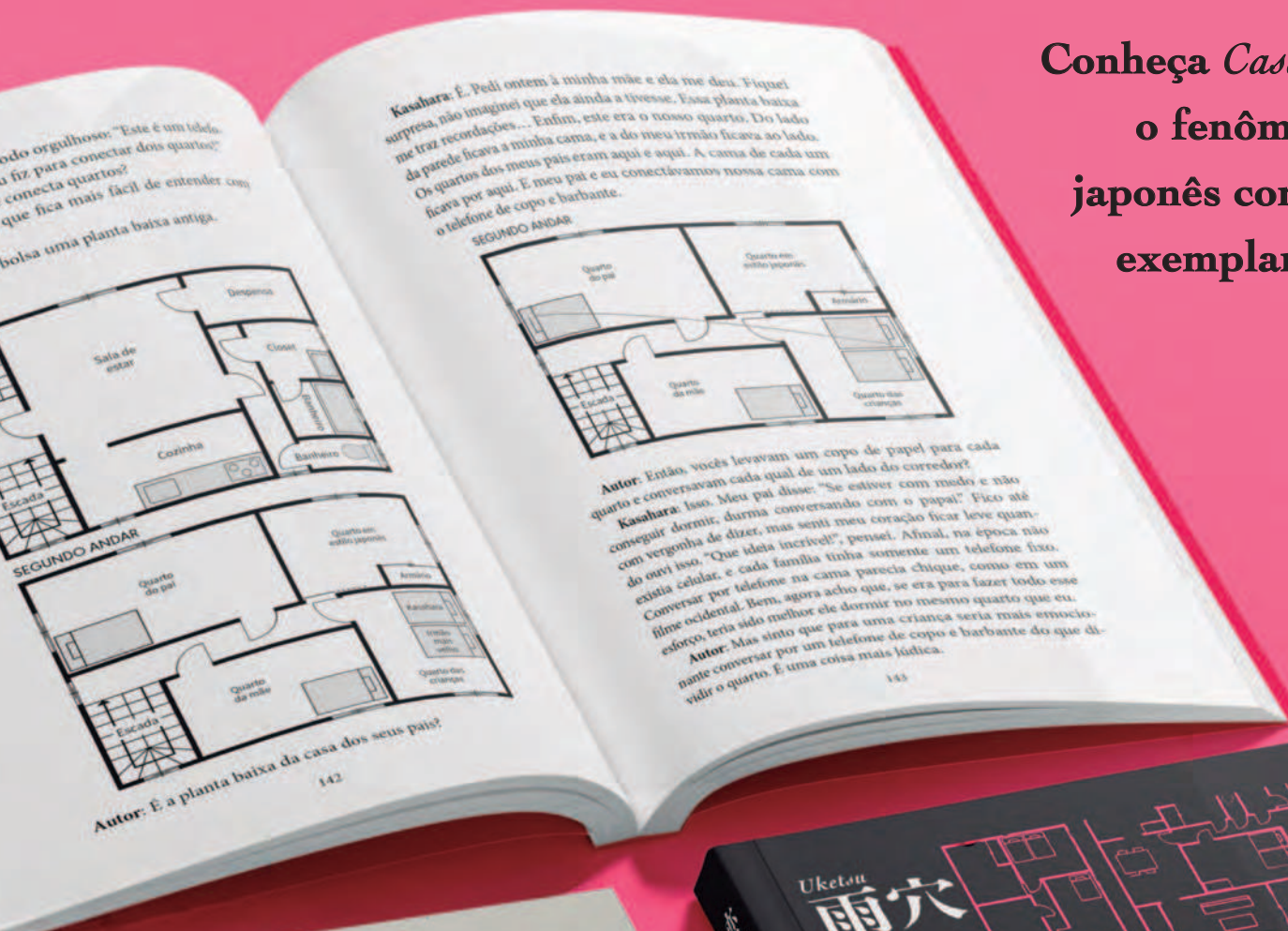
Longe dos camelos do deserto, mas pertinho dos tubarões de Boa Viagem, Mariana Gomes, estudante de medicina de 24 anos, dá uma explicação menos científica para a escolha do seu caldo preferido, o de peixe, que ela costuma pedir servido em dois copos, um dentro do outro, para não queimar a mão: “O quente deixa a cerveja ainda mais gelada.” ✪

Felipe Fernandes



Nos menores cômodos se escondem os segredos mais macabros

Conheça *Casas estranhas*, de Uketsu, o fenômeno editorial de terror japonês com mais de 2 milhões de exemplares vendidos no mundo



Uketsu
雨穴

“VERDADEIRO COMÉRCIO”

As ramificações do escândalo de venda de sentenças na Justiça

BRENO PIRES

A família se reuniu em torno do morto com a gravidade de quem velava um segredo. Na noite em que o advogado Roberto Zampieri foi assassinado com doze tiros dentro do próprio carro, em Cuiabá, seu irmão Galileu não pediu justiça, nem vingança. Fez só uma exigência: que ninguém analisasse o iPhone 14 da vítima. Conforme consta no boletim de ocorrência, os policiais advertiram que a recusa em fazer uma perícia técnica no celular poderia atrasar a investigação do crime, mas o irmão insistiu. Disse que a família toda havia concordado em manter sigilo do conteúdo do celular. Na delegacia, ninguém sabia a razão de tanto segredo, nem o agente que fez a vistoria do veículo enquanto o corpo de Zampieri ainda estava no carro – ocasião em que a luz do celular da vítima acendeu de repente, sinalizando que uma mensagem havia acabado de chegar.

O aparelho foi então lacrado. Em 7 de dezembro de 2023, dois dias depois da

morte de Zampieri, as coisas mudaram. Outro irmão da vítima, Giuseppe, autorizou a Polícia Civil a examinar o celular, com uma ressalva: os policiais deveriam extrair do aparelho apenas informações que pudessem esclarecer o crime. Nada além disso. A polícia começou então a perícia, enquanto continuava a investigação por outros meios. Não demorou a chegar ao principal suspeito do homicídio: Antônio Gomes da Silva, um senhor corpulento de 55 anos, que aparecera um mês antes no escritório de Zampieri e se apresentara como padre. Usava bengala, boina e óculos.

No escritório, o falso padre disse que queria comprar uma fazenda de Zampieri, localizada na Baixada Cuiabana. A compra seria feita em nome de um sobrinho que morava no Texas, nos Estados Unidos. Enquanto as negociações se desenrolavam, o falso padre esteve algumas vezes no escritório, ocasiões em que as câmeras captaram sua imagem sem boina, sem óculos e sem bengala, facilitando o reconhecimento mais tarde.

Mas, depois do assassinato, o tal padre não apareceu mais no escritório – o que despertou as primeiras suspeitas. Detido, ele confessou: havia cobrado 40 mil reais para matar o advogado. Já tinha recebido metade do pagamento.

Com base em seu depoimento, a polícia localizou dois cúmplices: Hedierson Fialho Martins Barbosa, um instrutor de tiro que trabalhou sob as ordens de Etevaldo Luiz Caçadini de Vargas, um coronel reformado que, por coincidência, foi colega de Jair Bolsonaro na Academia Militar das Agulhas Negras, em 1977. Coronel Caçadini, como é conhecido, é um bandido de aluguel. Liderou um grupo chamado Comando C4 – “comando de caça a comunistas, corruptos e criminosos” – que oferecia serviços de espionagem e homicídio. Cobrava 250 mil para “monitorar” ministros do Supremo Tribunal Federal, 150 mil no caso de senadores e 100 mil no de deputados federais. Inter-

rogado, o instrutor de tiro confessou sua participação no crime, apontou o envolvimento do coronel Caçadini, mas não deu a identidade do mandante.

O delegado Nilson Farias de Oliveira, responsável pela investigação, conta com a extração dos dados do celular de Zampieri para chegar ao mandante. O conteúdo foi arquivado em um HD interno Seagate, com 500 gigabytes, e colocado dentro de um envelope lacrado. O primeiro relatório sobre o conteúdo do celular entrou nos autos em 15 de fevereiro de 2024, mais de dois meses depois do homicídio. Tinha 39 páginas, reproduzia várias mensagens de WhatsApp e se circunscrevia às conversas entre os suspeitos, respeitando os limites estabelecidos pela família do morto. As informações ajudaram a elucidar alguns pontos, e parecia que se tratava de mais um homicídio comum em Cuiabá.

Mas havia aquela mensagem que piscara no celular ao lado do corpo de Zampieri. O agente que vistoriava o car-



ro conseguiu ler a notificação da mensagem e as primeiras linhas. O remetente estava identificado como “Des Sebastião”. E o texto dizia: “Zampieri. Convivemos em harmonia e respeito por mais de 25 anos. Ganhava e perdia nos meus votos e [você] sempre mostrava ser um advogado consciente. Deus o tenha. Que o receba de braços abertos.” Quem mandaria uma mensagem para um conhecido que acaba de morrer para desejar boa entrada no Paraíso? A resposta veio logo: “Des Sebastião” era o desembargador Sebastião de Moraes Filho, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. (Indagado sobre a razão da mensagem, o desembargador disse: “Sou católico fervoroso e não vejo nada de errado nisso. Sou vítima, nunca recebi nada. Decidia a maioria contra seus interesses”).

Na vistoria do carro, o agente havia feito outra descoberta: encontrara um papel encharcado de sangue, com anotações sobre processos que estavam sob a relatoria de outro desembargador, João Ferreira Filho, que, como Sebastião de Moraes Filho, também integrava a 1ª Câmara Cível de Direito Privado do Tribunal de Justiça. Era natural que um advogado tivesse anotações do tipo, mas os investigadores registraram o fato de que aquela Câmara julga disputas fundiárias entre produtores do agronegócio – um tema que, em Mato Grosso,

pode levar uma família da pobreza ao primeiro bilhão em uma única geração.

O enredo começou a fazer sentido quando a Polícia Civil chegou ao mandante do homicídio: Aníbal Manoel Laurindo, veterinário e dono de terras. No dia do crime, 5 de dezembro de 2023, Laurindo trocou telefonemas com o coronel Caçadini. Eles eram próximos. Participavam de dois grupos bolsonaristas – o Frente Ampla Patriótica e o 100% Conservadores. No fim de outubro, enquanto o crime ainda estava sendo arquitetado, a dupla chegou a se encontrar em um evento da tal frente patriótica, conforme ficou registrado em uma postagem no Instagram.

Laurindo ordenou o assassinato porque suspeitava que Zampieri estava usando sua influência sobre os desembargadores para esbulhar uma propriedade rural de seu irmão, avaliada em 100 milhões de reais. Em 7 de fevereiro de 2024, a polícia pediu a prisão de Laurindo e de sua mulher. No mesmo dia, o Ministério Público denunciou os três comparsas – o matador e a dupla que arquitetou o crime. O juiz Wladimir Perri aceitou a denúncia, transformou os três suspeitos em réus e mandou liberar o acesso aos dados extraídos do celular de Zampieri. Quatro dias depois, determinou “a imediata restrição das informações contidas no celular

apreendido da vítima”, ordenou que qualquer pedido de acesso ao conteúdo deveria ser apresentado a ele próprio e disse que todas as futuras manifestações da Polícia Civil deveriam ser entregues de forma física – e não digital. Sinal de que temia vazamentos.

Daí em diante, Perri tomou uma série de atitudes que chamaram a atenção, principalmente sua decisão de violar o lacre do envelope que continha o HD com dados do celular, sem a necessária presença dos promotores. (Procurado, o juiz não quis falar com a **PIAUÍ**.) Alarmado, o Ministério Público resolveu denunciá-lo ao Conselho Nacional de Justiça, em Brasília. Quando o CNJ, que comanda processos disciplinares contra magistrados, recebeu a denúncia, o caso, que inicialmente parecia se limitar a um homicídio em Cuiabá, pela primeira vez ultrapassou as divisas de Mato Grosso.

Enquanto todos os envolvidos – juiz, promotores, acusados – se engalinhavam em torno dos dados do celular, surgiu uma nova tentativa de jogar um manto de silêncio sobre o caso. A viúva Adriana Zampieri contratou o vice-presidente da OAB de Mato Grosso, o advogado Giovane Santin, e pediu a devolução do celular ou a destruição do HD com os dados. Queria dar um sumiço em todas as informações que não haviam sido incluídas no relatório policial, pois não se referiam ao homicídio sob investigação. Abriu-se então uma batalha pelos segredos do celular.

Com “perplexidade e preocupação”, o Ministério Público voltou a acionar o CNJ, temendo que as provas fossem destruídas. Atendendo ao pedido, o ministro Luis Felipe Salomão, corregedor do CNJ, pediu cópia de todo o material. O advogado da viúva recorreu, mas voltou a perder. Houve então um pedido de reconsideração, mas, mais uma vez, Salomão negou. Queria cópia de tudo sobre a sua mesa. E tinha razão.

Em Cuiabá, chegou-se a estudar a possibilidade de mandar um servidor de carro até Brasília, levando todas as cópias. As duas cidades ficam a mais de 1 mil km de distância uma da outra. Por sorte, a operação foi abortada quando alguém alertou que seria preciso providenciar uma segurança reforçada, capaz de enfrentar uma eventual emboscada na estrada, já que, àquela altura, estava claro que o caso mexia com interesses poderosos. O material, então, foi levado por uma juíza do Tribunal de Justiça, que viajou de avião até Brasília. Quando o CNJ finalmente iniciou o exame dos dados, um mundo clandestino começou a ser descortinado. Era o início do que logo se transformaria no maior escândalo de corrupção na história do Judiciário brasileiro.

O gabinete do ministro Luis Felipe Salomão analisou mais de 9 mil mensagens do celular de Roberto Zampieri. De imediato, ficou evidente

que os dois desembargadores de Mato Grosso, Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho, negociavam vantagens financeiras e presentes caros para julgar recursos de interesse do advogado. Segundo as investigações da Polícia Federal, as mensagens revelam que as propinas podiam ser pagas de diversas formas: dinheiro em espécie, barras de ouro ou relógios caros, como um Patek Philippe, estimado em 75 mil dólares.

Outra forma de pagamento se dava por meio da inclusão de familiares dos desembargadores em contratos milionários de prestação de serviços advocatícios. O nome do advogado Mauro Thadeu de Moraes, filho do desembargador Sebastião de Moraes Filho, por exemplo, entrou num contrato de 12 milhões de reais em troca de uma decisão favorável. Nas mensagens dos criminosos, a inclusão do filho era para “acertar as honrarias”. O ministro Salomão enxergou aí um “cenário gravíssimo” e, em agosto de 2024, afastou os dois desembargadores de suas funções. No mês seguinte, a Polícia Federal abriu um inquérito, comandado pelo delegado Marco Bontempo.

Mas as 9 mil mensagens guardavam segredos ainda mais potentes. Os personagens de maior relevância do esquema de corrupção, na verdade, eram outros: o casal formado por Andreson de Oliveira Gonçalves, que usou por dois anos uma carteira da OAB do Pará obtida de forma ilícita, e sua mulher, a advogada Mirian Ribeiro Rodrigues de Mello Gonçalves, dona de um escritório em Primavera do Leste, no interior de Mato Grosso. Segundo a investigação da PF, ele era o lobista que atraía clientes e traficava influência sobre os tribunais – influência às vezes real, outras vezes fictícia. Ela era a advogada cujos préstimos eram formalizados em contratos milionários – contratos às vezes reais, outras vezes de fachada.

A investigação sobre o trabalho da dupla revelou que a rede de corrupção não estava limitada ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso, mas chegava a Brasília. O epicentro de sua atuação era o Superior Tribunal de Justiça, a segunda mais alta instância da Justiça brasileira, abaixo apenas do Supremo Tribunal Federal. Nas mensagens examinadas pela PF, há indícios claros de que Andreson Gonçalves tinha acesso antecipado a minutas de decisões dos ministros do STJ e, ainda mais grave, subornara servidores para que as sentenças fossem moldadas aos interesses de seus clientes.

Os investigadores da Polícia Federal se surpreenderam com a dimensão do esquema quando tiveram acesso ao primeiro relatório do Coaf, o órgão do Banco Central que fiscaliza as operações financeiras e combate a lavagem de dinheiro. O relatório dizia que Zampieri e o casal Gonçalves haviam feito centenas e mais centenas de operações suspeitas, que envolveram 1,5 mil pessoas físicas e jurídicas e movimentaram um total de 2,8 bilhões de reais. O ca-



Assista a coletânea de filmes em www.belasartessalacarte.com.br

nal preferencial de Andreson Gonçalves para circular a dinheirama era a sua empresa Florais Transportes.

O relatório do Coaf também trouxe uma informação que mudaria o curso do processo. O documento informava que a advogada Mirian Ribeiro, como é conhecida a mulher de Gonçalves, fez pagamentos que somaram 900 mil reais e, em meio a essas transações, havia o nome de uma autoridade com direito a foro privilegiado no STF. Diante disso, todo o caso – do homicídio em Cuiabá à influência criminosa no STJ – subiu para o STF, onde ficou sob a relatoria do ministro Cristiano Zanin. Mais tarde, o Coaf detalhou que a autoridade com direito a foro privilegiado era o ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti, do Tribunal de Contas da União. Em pouco tempo, no entanto, descobriu-se que a operação do ministro era uma banalidade: constava uma transferência de apenas 670 reais. Mesmo diante do valor inexpressivo, a Polícia Federal pediu que o caso fosse mantido no STF, já que as investigações atingiam agora gabinetes do STJ e poderiam, em tese, apontar o envolvimento de outras autoridades com direito a foro privilegiado. (Fontes ouvidas pela **piauí** afirmam que, se não houvesse envolvimento de alguma outra autoridade com foro, o caso já teria saído do STF.)

Em novembro de 2024, apenas um mês depois de assumir o caso, Zanin autorizou a Polícia Federal a deflagrar a primeira fase da Operação Sisamnes, que passou a investigar a rede de favores judiciais, de Cuiabá a Brasília. Escreveu: “A atuação do investigado Andreson de Oliveira Gonçalves é demonstrada de forma veemente nos autos, revelando-se bastante indiciária sua decisiva função no verdadeiro comércio de decisões judiciais no Superior Tribunal de Justiça.” Em seguida, escreveu que era cedo para qualquer julgamento, mas o exame do caso denotava “um sistema de pagamento de decisões judiciais e de informações processuais privilegiadas que envolve intermediadores, advogados e servidores públicos”.

A operação policial iluminou a atuação de Gonçalves em Brasília. No STJ, ele chegou a constar como advogado em alguns processos, mas seu forte era o comércio de influência. Um lobista tende a atuar em três níveis diferentes nos tribunais. Pode ter acesso aos servidores que trabalham com o magistrado e costumam auxiliá-lo na redação das sentenças. Pode também contemplar parentes do magistrado com contratos polpudos, uma alternativa sempre à disposição, considerando que há hoje uma infestação de filhos, filhas, esposas, maridos e ex-cônjuges de ministros advo-

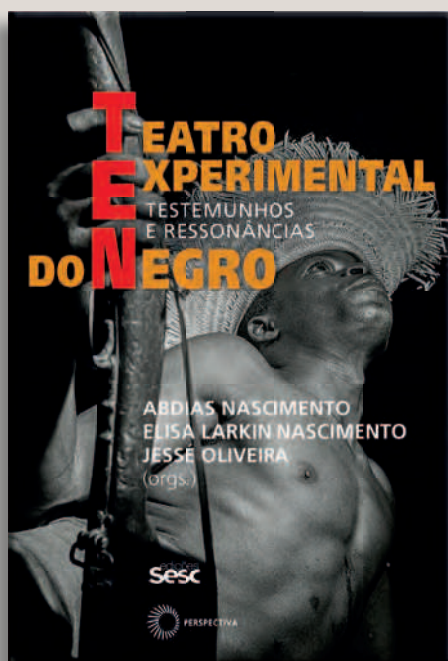
gando em Brasília. Ou, numa terceira modalidade, pode ter acesso, ele mesmo, ao magistrado, regalando-o com empréstimos de jatinhos, palestras, viagens, hospedagens.

Zampieri e o casal Gonçalves criaram um modelo híbrido. Dono de quatro aeronaves, Gonçalves costumava emprestá-las para autoridades na capital federal. (A PF investiga a lista de quem já desfrutou da regalia.) Ao mesmo tempo em que oferecia favores, montou uma rede estável de servidores corruptos lotados em gabinetes de ministros do STJ. Até agora, as múltiplas ramificações das investigações já chegaram, com níveis bastante variáveis de suspeita, em servidores de onze gabinetes – um dos quais pertencia ao ministro Paulo de Tarso Sanseverino, que faleceu em 2023. Para um tribunal com um total de 33 ministros, é uma proliferação alarmante. No estágio atual do trabalho, ainda não se sabe se algum ministro do STJ está respondendo a inquérito. Até prova em contrário, é um esquema que se infiltrou nos gabinetes à revelia dos juízes.

O caso mais notório envolve o servidor Márcio José Toledo Pinto. É um ex-sargento da Aeronáutica, que foi condenado por roubo de equipamento eletrônico das Forças Armadas. Entre 1994 e 1995, afanou um notebook, dois

computadores (com monitor, mouse e teclado) e impressoras. Em 1998, por decisão do Superior Tribunal Militar, pegou quatro anos de prisão em regime semiaberto e acabou expulso da corporação. (Ele disse à **piauí** que foi coagido a assumir um crime que nunca cometeu.) Mais tarde, Toledo Pinto virou funcionário do STJ. Foi assessor do gabinete da ministra Isabel Gallotti durante quatro anos e, depois, do gabinete da ministra Nancy Andrighi – até que começaram as investigações sobre venda de sentenças. Nos dois postos, segundo mensagens acessadas pela PF, Toledo Pinto vazou minutas das duas ministras e atualizou os criminosos sobre trâmites das ações. “Voto pronto e enviado para vc”, diz uma mensagem remetida aos mercadores de sentença.

Em março de 2021, Toledo Pinto abriu uma empresa de transporte em nome da sua mulher. Batizou-a de Marvan, fusão das três letras iniciais do seu primeiro nome (MÁRCIO) e da mulher (VANESSA). Em apenas dois anos e meio, mesmo sem ter um único funcionário registrado, a Marvan recebeu 4 milhões de reais em 45 transferências – média de 130 mil reais por mês. Todas as transferências foram feitas pela Florais Transportes, a empresa de Andreson Gonçalves. (Um detalhe: a Florais e a Marvan tinham o mesmo contador.)



80 anos do Teatro Experimental do Negro (TEN)

Criado por Abdias Nascimento, o grupo teatral TEN foi um projeto revolucionário que fez do palco um espaço de resistência, contestando o mito da democracia racial no Brasil e ampliando os caminhos para a luta antirracista e a representatividade negra nas artes cênicas do país.

apoio cultural e pesquisa:



coedição:





Não deve ser apenas uma coincidência que a Marvan tenha deixado de receber depósitos da Florais justamente em dezembro de 2023, quando Zampieri foi assassinado em Cuiabá. Em setembro passado, o ex-sargento da Aeronáutica foi finalmente demitido do STJ. À **piauí**, ele refutou todas as acusações – “estou plenamente convicto de que minha inocência será provada” e disse que sobre a Marvan irá se “manifestar apenas em juízo”.

Outro servidor sob investigação é Daimler Alberto de Campos, que ocupou por mais de uma década a chefia de gabinete da ministra Isabel Gallotti. A PF suspeita que ele operava como fonte de Gonçalves, fornecendo informações sigilosas e antecipando o teor de decisões. A **piauí** apurou que, na montanha das 9 mil mensagens, a secretária de Zampieri – identificada como Dayse – demonstra que tinha acesso recorrente a Daimler Campos. Nas mensagens em que dá retornos a Zampieri, Dayse informa o resultado de seus contatos com Daimler Campos – que a análise será “feita em breve”, que a assessoria “será cobrada”, que os “recursos estão adiantados”.

A quebra de sigilo bancário dos investigados mostra que, entre 2019 e 2023, Daimler Campos recebeu 8,8 milhões de reais em sua conta-corrente, uma quantia aparentemente muito acima de sua capacidade financeira. Nas mensagens de celular, Gonçalves também aparece cobrando de Zampieri a remessa de valores que seriam destinados a Daimler Campos. No entanto, os investigadores ainda não sabem dizer se Gonçalves de fato tinha propinas a pagar ao servidor, ou se estava inventando uma lorota para embolsar o dinheiro. Um indício da

manobra é que o telefone atribuído a Daimler Campos na agenda do celular de Gonçalves não pertence ao assessor.

Bernardo Fenelon, o advogado de Daimler Campos, mandou uma nota à **piauí** em que afirma o seguinte: “A apuração demonstra claramente que o nome do nosso cliente, assim como outras diversas autoridades, foi utilizado de forma espúria e ilícita. É nítido que o grupo criminoso falseava, em grande parte, relações fictícias para vender influências fictícias. No caso de Daimler, isso é comprovado de forma incontestável pela própria investigação. Após mais de um ano de apurações, nenhum elemento, nenhum indício o vincula aos ilícitos. Basta verificar que os contatos salvos e as conversas identificadas pertencem a terceiros. São pessoas que ele absolutamente desconhece! Infelizmente, fica nítido que a autoridade policial optou por não investigar tais pessoas.”

Sobre as movimentações financeiras, Fenelon afirma: “Ainda que inicialmente pudessem gerar alguma dúvida, referem-se, na verdade, a empréstimos bancários e dívidas de cartões de crédito. O que poderia e deveria ter sido, facilmente, identificado pela quebra de sigilo. [...] Todos esses pontos serão devidamente esclarecidos pela defesa técnica, e a injustiça à qual o nosso cliente está sendo submetido ficará cristalina.”

Além de Daimler Campos, o servidor Rodrigo Falcão de Oliveira Andrade, que chefiava o gabinete do ministro Og Fernandes desde 2008, também está sob investigação. Identificado nas mensagens de Zampieri como o “amigo do Og”, Falcão, como é conhecido, pode ter municiado o grupo com informações sigilosas sobre a Operação Fa-

roeste, que estava sob a relatoria de Og Fernandes e, ironicamente, investigava um esquema de venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia.

No caso de Falcão, assim como aconteceu na investigação sobre Toledo Pinto, a Polícia Federal também encontrou vestígio de dinheiro. Ao analisar os dados da quebra do seu sigilo bancário, os investigadores constataram que o ministro Og Fernandes fez 82 transferências financeiras para o servidor entre março de 2020 e dezembro de 2023. Os valores das operações, que totalizaram 900 mil reais, costumavam oscilar entre 15 mil e 30 mil reais. A primeira transferência ocorreu em 24 de março de 2020, data em que se deflagrou uma nova fase da Operação Faroeste.

O relatório da PF, porém, ressalva: “Tal coincidência financeira, por ora, não revela indicativo apto a levantar suspeita sobre o ministro Og Fernandes, mas [...] é uma informação que não deve ser descartada.” Em conversa com a **piauí**, Og Fernandes explicou a situação: “Ele fazia todos os pagamentos meus, que são variados, seja aqui em Brasília, seja na minha terra natal [o magistrado é natural do Recife]. Ele me informava quanto eu tinha que pagar em relação aos meus compromissos, eu repassava o valor, ele pagava e acabou. Era isso.”

A PF encontrou outra ponta financeira de Falcão. Em uma operação de busca e apreensão em seu apartamento no bairro de Boa Viagem, no Recife, os agentes localizaram três caixas de relógios da marca Rolex. As caixas não continham mais os relógios, apenas as notas fiscais da compra. Um cupom fiscal indicava que o pagamento de 106 mil reais foi feito em dinheiro. Outro informava que o relógio custara 160 mil reais, que foram pagos em duas parcelas. Diante desses indícios, o relatório afirma que há uma “aparente incongruência entre o padrão de vida do investigado e os seus rendimentos lícitos”. (O ministro Og Fernandes exonerou Falcão no dia 26 de novembro de 2024.)

O advogado de Rodrigo Falcão, Célio Avelino, disse que seu cliente – e também sobrinho – não vazou informações sigilosas nem participou de qualquer esquema. “Não há nada a apurar contra ele”, disse. O advogado também afirma que as transferências do ministro Og Fernandes “decorrem de compromissos pessoais”. Em relação aos bens, afirmou que boa parte do dinheiro de Falcão vem da herança. Seu pai foi desembargador no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Avelino acrescentou que, recentemente, a OAB autorizou Falcão a advogar, o que, em sua visão, “reforça sua idoneidade”.

As investigações, de fato, precisam separar fatos e versões, pois Gonçalves tinha uma inclinação para manipular e mentir. A PF suspeita que dois documentos supostamente vazados por Falcão eram, na verdade, uma invenção de Gonçalves. Em mensagens, Gonçalves diz que recebeu de Falcão cópias de

uma minuta da Procuradoria-Geral da República e de uma decisão do ministro Og Fernandes. Mas os metadados dos arquivos mostram que uma mudança inserida num documento foi obra de um usuário chamado Wesley Luiz. Os agentes da PF suspeitam que se trata de um sobrinho de Gonçalves, que trabalha como gerente da Florais Transportes.

A **piauí** também investigou a autenticidade dos documentos e concluiu que são inteiramente falsos. O documento da PGR está assinado por uma subprocuradora que, na época, nem atuava no caso. Quanto à decisão do ministro Og Fernandes, os dados da identificação do processo e do código de registro referem-se, ambos, a outros processos – um dos quais só seria protocolado um ano depois. Ou seja: tudo indica que Gonçalves de fato tinha acesso a decisões verdadeiras, mas também falsificava ou recebia decisões e minutas falsas para extorquir os réus endinheirados, dizendo que só sua mulher, a advogada Mirian Ribeiro, seria capaz de reverter a situação. Ela, então, era contratada.

O gabinete do ministro Paulo Dias de Moura Ribeiro espelha essa dinâmica. Logo no início da Operação Sisamnes, a Polícia Federal abriu uma investigação em separado para esse caso que, até agora, continua sob sigilo. O que se sabe é que as suspeitas iniciais giravam em torno da servidora Waleska Bertolini Vieira Mussalem, que trabalhava com o ministro Moura Ribeiro desde 2016 e hoje está lotada no setor de pesquisa bibliográfica do STJ. Na época, as investigações flagraram uma coincidência. No mesmo dia em que a servidora elaborou a ementa, o relatório e o voto do ministro em um processo, Andreson Gonçalves disse em uma mensagem que tinha acabado de falar “com a Valesca”.

Além disso, desde a sua primeira análise das 9 mil mensagens, o ministro Luis Felipe Salomão, corregedor do CNJ, registrou que Gonçalves recebera antecipadamente várias minutas do gabinete de Moura Ribeiro, onde o lobista se vangloriava de ter proximidade com servidores. Diante disso, na representação da primeira fase da Sisamnes, a PF pediu que Waleska Mussalem fosse afastada de suas funções e submetida a uma operação de busca e apreensão, mas o ministro Cristiano Zanin, do STF, achou que os indícios de envolvimento da servidora eram insuficientes.

Uma investigação da **piauí**, no entanto, revela que a advogada Mirian Ribeiro nadava de braçada nos bastidores do gabinete de Moura Ribeiro. (Apesar do sobrenome, não há qualquer relação de parentesco entre eles.) De alguma forma, a advogada conseguia concentrar seus processos no gabinete do ministro. Desde que atua no STJ, a advogada já teve 201 processos tramitando na corte – 47 dos quais passaram pelo gabinete de Moura Ribeiro. A concentração não

se explica pela área de atuação do magistrado, considerando que outro colega, Marco Buzzi, que também atua no campo do direito privado, é relator de apenas quatro processos.

A outra curiosidade é a robusta taxa de sucesso da advogada nas 47 ações. Excluindo os casos em andamento ou já encerrados por acordo, a análise da **piauí** mostra que Mirian obteve 29 vitórias. Ou seja, venceu em 72,5% dos casos em que atuou. É um índice excepcional, à luz do fato de que, em ações que circularam pelos gabinetes de outros ministros, seu placar de vitórias ficou em 43,5%. Por fim, há um terceiro aspecto que chama a atenção. Em dezesseis casos, a advogada só foi contratada quando o processo já estava sob a relatoria de Moura Ribeiro, um indicativo de que seu sucesso naquele gabinete era um atrativo para a clientela. Alguns exemplos:

* Uma ação em que o cantor Zezé di Camargo contestava uma dívida com a empresa de saneamento de Goiás caiu nas mãos do ministro Moura Ribeiro num dia e, no dia seguinte, Mirian foi contratada para defender o artista. Ganhou a causa.

* Outra ação, movida por uma empresa do agronegócio, envolvendo uma disputa fundiária em Mato Grosso, chegou ao gabinete do ministro num dia e, também no dia seguinte, a advogada assinou contrato. Ganhou de novo.

* Em um terceiro processo, em que compradores e vendedores brigavam em torno de três lotes rurais em Alto Floresta, em Mato Grosso, Mirian foi contratada 23 dias depois que o ministro Moura Ribeiro virou relator do caso. Mais uma vez, saiu vitoriosa.

* Em outra ação, na qual uma incorporadora pedia o reconhecimento de um contrato de permuta de imóveis, deu-se uma dinâmica diferente. O caso caiu nas mãos de Moura Ribeiro em agosto de 2021 e empacou. Depois de um ano com o processo parado, Mirian foi contratada – e pouco mais de um mês depois a ação voltou a andar. Ganhou de novo.

A **piauí** descobriu também que quem primeiro advogou em processos no gabinete de Moura Ribeiro foi o próprio Andreson Gonçalves, até que sua carteira da OAB foi cassada. Entre 2018 e 2019, ele tinha cinco processos no STJ, três dos quais no gabinete de Moura Ribeiro. Em um deles, Gonçalves tentava derrubar o bloqueio de uma herança de seus clientes, mas não vinha obtendo sucesso. Quando o caso chegou ao gabinete do ministro, Gonçalves virou o jogo. Assim que saiu o desbloqueio, ele comemorou em mensagem enviada para Zampieri: “Esse caso tinha dado para outra parte. Consegui reverter.”

Procurado pela **piauí**, o ministro Moura Ribeiro não quis falar.

Em que pese manter um modesto escritório em Primavera do Leste, cidade a três horas de Cuiabá, Mirian Ribeiro chamou a atenção de um dos maiores grupos empresariais do Brasil: a J&F, a holding dos irmãos Wesley e Joesley Batista. A advogada defendeu empresas do grupo – que inclui a gigante JBS – em treze ações na corte. É uma das razões pelas quais, no seu relatório mais recente, a PF propõe uma investigação em separado sobre a “relação de ANDRESON e MIRIAN RIBEIRO com o grupo JBS”.

Um dos casos examinados pela polícia ocorreu em 21 de agosto de 2020, quando a ministra Nancy Andrighi publicou sua decisão numa ação de 600 milhões de reais que envolvia a Eldorado Brasil, outra empresa dos irmãos Batista. O fato sob investigação é que a decisão já estava nas mãos dos interessados oito dias antes da publicação, como se depreende de uma conversa entre Gonçalves e Zampieri.

A **piauí** encontrou um caso em que os irmãos Batista tentavam reverter uma penhora no valor de quase 90 milhões de reais e vinham acumulando derrotas. Depois de perder na segunda instância, recorreram ao STJ. A ação caiu nas mãos do ministro João Otávio de Noronha, que decidiu contra os Batistas. Depois disso, o caso parou de avan-

çar, atolado na burocracia do tribunal. Os Batista então contrataram Mirian Ribeiro para atuar no processo, ao lado de outros dois advogados. Perderam mais uma vez, ganharam em outra decisão, voltaram a perder, e a causa se prolongou tanto que a outra parte, o Banco Arbi S.A., decidiu fazer um acordo. Ouvido pela **piauí**, um advogado do banco, que pediu para não ter sua identidade revelada, disse que nunca entendeu a razão do acordo. “Só fui informado da decisão. Confesso que fiquei um pouco frustrado.”

O escritório de Mirian Ribeiro também foi contratado pela JBS para atuar numa causa de 44 milhões de reais que tramitava no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, a corte onde são processadas causas do Distrito Federal e mais doze estados do Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Entre idas e vindas, o caso se prolongou por cerca de cinco anos, mas acabou rendendo mais uma vitória para os Batista, que foram isentados de pagar os 44 milhões à União.

Aparentemente, a J&F também percebeu a taxa de sucesso de Mirian no gabinete do ministro Moura Ribeiro. Tanto que, antes da deflagração da Operação Sisamnes, a holding chamou a advogada para atuar em dois processos que já estavam sob a relatoria de Moura Ribeiro. No primeiro caso, a advogada

Ministério da Cultura, Petrobras e Museu da Pessoa apresentam:

EXPOSIÇÃO

VOCÊ JÁ
ESCUTOU
A TERRA

A Terra tem resposta para todos nós.
Uma experiência imersiva que busca a escuta da vida.
Curadoria: Ailton Krenak e Karen Worcman.

No Museu do Estado do Pará (Belém),
a partir de 24 de outubro de 2025.

A exposição “Você Já Escutou A Terra?”
faz parte da programação “Vidas, Vozes
e Saberes em um Mundo em Chamas”, do
Museu da Pessoa.

Visite a exposição digital em
escuteaterra.museudapessoa.org

Identificação

Apoio Financeiro

Patrocínio

Apoio

Patrocínio

Patrocínio Oficial

Realização



foi contratada onze meses depois que o caso caiu com o ministro. No outro, cinco meses depois.

Em um deles, a Seara, mais uma empresa do grupo J&F, havia perdido em todas as instâncias numa disputa bilionária sobre a falência do Banco Santos. Contratada, Mirian conseguiu uma virada e tanto. Dentre todos os julgadores do caso em todas as instâncias, Moura Ribeiro foi o único a votar em favor da causa dos Batista. Mas não durou muito. Quando o assunto foi submetido a uma das turmas do STJ, Moura Ribeiro ficou isolado e a maioria do colegiado votou por restabelecer a derrota da Seara.

Em nota à **piauí**, a J&F informou que o escritório de Mirian Ribeiro não presta mais serviços ao grupo desde que as primeiras denúncias foram divulgadas. As revogações, no entanto, não constam nos processos em curso no STJ.

A análise do celular de Roberto Zampieri sugere que dois empresários estavam entre os grandes mercadores de decisões judiciais: Valdoir Slapak e Haroldo Augusto Filho, sócios em uma empresa com sede em Cuiabá, o grupo Fource – que repassou ao advogado morto nada menos que 22 milhões de reais no período sob investigação. Slapak é considerado o cérebro, enquanto Haroldo Filho é o rosto mais visível da Fource. Antes de chegar em Mato Grosso, Haroldo Filho ganhou o noticiário policial em Rondônia ao ser flagrado em desvios milionários na Assembleia Legislativa. Fez delação, ganhou uma redução de pena, cumpriu prisão em regime semiaberto, deixou Porto Velho e re-

fez a vida em Mato Grosso, onde se vinculou ao Grupo Fource.

Para a Polícia Federal, a Fource “estruturou-se como pilar de impulsionamento do esquema criminoso em apuração”, fazendo a ponte entre empresários e operadores. Um dos indícios está numa transação realizada em 30 de março de 2020. Nesse dia, um fundo administrado pela Fource, o Afare I, participou de uma triangulação de 4 milhões de reais que envolveu Zampieri e a Florais Transporte, a empresa de Andreson Gonçalves que distribuía a propina.

A triangulação, segundo suspeita a PF, pode estar relacionada à manobra para evitar que um grande produtor rural, Nelson Vigolo, dono da Bom Jesus Agropecuária, fosse preso no âmbito da Operação Faroeste, que investigava venda de sentenças na Bahia. A PF encontrou uma mensagem em que Andreson Gonçalves afirma, em linguagem cifrada, que Vigolo seria o único suspeito a se livrar da prisão na Operação Faroeste. Gonçalves informa também que Mirian, sua mulher, havia sido contratada por 3 milhões de reais para defender Vigolo. Tudo isso – as conversas e a triangulação – ocorreu no mesmo dia 30 de março de 2020. (Entre os investigados graúdos da Operação Faroeste, Vigolo foi o único a escapar da prisão. Mais tarde, fez um acordo de delação, concordou em pagar 20 milhões de reais e, se condenado, cumprirá um ano de prisão domiciliar.)

Há indicações de que o grupo Fource pode ter entrado no comércio de sentenças ao operar a recuperação judicial da agropecuária Bom Jesus. Para resolver a vida da empresa de Nelson Vigolo, a Fource enveredou por um caminho de irregularidades que, ao fim e ao cabo,

exigia sempre o verniz de alguma decisão judicial – e aí começou a entrar nesse universo, primeiro em Mato Grosso e, em seguida, em Brasília. A PF investiga a origem de tudo. Está apurando o papel do juiz Renan Leão, da 4ª Vara Cível da Comarca de Rondonópolis, a 220 km de Cuiabá. Leão avalizou todo o processo de recuperação judicial da Bom Jesus. Procurado pela **piauí**, o juiz disse que todas as vezes que tratou da recuperação judicial da Bom Jesus foi “sempre através de advogado”. Também negou ter contato com Vigolo, Haroldo Filho ou Zampieri.

Em nota enviada à **piauí**, a Fource critica duramente as investigações da Polícia Federal. Diz que são “ilações” baseadas em “mensagens e documentos descontextualizados” e afirma que “é grave e preocupante que a PF, em vez de apurar fatos com isenção, adote uma postura que beira o denunciismo e alimente narrativas midiáticas sem provas”. Em defesa da idoneidade da empresa, afirma: “Até o momento não há qualquer indiciamento, denúncia ou processo com crimes tipificados contra a Fource e seus sócios; portanto, juízos de valor veiculados em relatórios ou na imprensa são meramente opinativos.” A nota ainda lembra que a PF “não apontou até aqui qualquer caso concreto de ‘venda de sentença’ que tenha favorecido a Fource”.

A **piauí** descobriu, no entanto, que as ligações entre a Fource e Vigolo podem ser mais profundas do que a PF registrou até agora em seus relatórios. Existe até sobreposição no quadro de funcionários, com diretores do Grupo Fource também atuando como diretores em empresas de Vigolo. Um relatório do Coaf, ao qual a **piauí** teve acesso, informa que o fundo Afare I transferiu 21,3 milhões de reais, em favor do pai de Vigolo. Outra ligação: o Afare comprou créditos da recuperação judicial da Bom Jesus. No fim de 2018, tinha um saldo de 40 milhões de reais. A Fource nega as conexões: “Sobre o empresário Nelson Vigolo e suas empresas, não há nem houve relação hierárquica de qualquer natureza entre todos os envolvidos desde a constituição da Fource [...]. Eventuais interações foram de caráter estritamente negocial e dentro da legalidade e dos objetivos de cada uma das partes envolvidas”. À **piauí**, Vigolo também negou qualquer vínculo dele e da Bom Jesus com a Fource.

Seguindo seu padrão de atuação, Andreson Gonçalves, segundo mensagens examinadas pela PF, insistiu com os prepostos de Vigolo de que a única forma de livrar o agropecuarista da prisão na Operação Faroeste seria contratando o escritório de sua mulher, Mirian. As mensagens mostram tratativas com sócios da Fource para que ela e três advogados fossem contratados. Ouvidos pela **piauí**, os três profissionais confirmaram que houve negociações para atuar no processo, mas afirmaram que o negócio não foi fechado. Um deles, Alexsander Martins, ao ser informado pela **piauí** que Mirian foi a única contratada e levou 3 milhões

de reais, espantou-se. “Se teve esse pagamento, então Andreson nos sacaneou.”

Mais do que passar a perna nos três advogados, Andreson Gonçalves pode ter passado a perna no próprio Vigolo e seus prepostos da Fource, incorrendo em outro caso de fabulação. A PF não descarta a hipótese de que Gonçalves sabia que o agropecuarista não seria preso e inventou o risco de prisão apenas para chantageá-lo a contratar Mirian. (À **piauí**, o ministro Og Fernandes disse que a Procuradoria-Geral da República nunca fez pedido de prisão contra Vigolo.) Antes de sua mulher assinar o contrato de 3 milhões, Gonçalves ficou ameaçando que “o amigo” podia mandar prender o agropecuarista. “Moço, o amigo está o veneno”, escreveu. “Já falou que vai deixar todo mundo preso.” No fim, Vigolo pagou – ou melhor, seus prepostos da Fource pagaram. A suspeita indica que o lobista trapaceava qualquer um, ora vendendo decisões jurídicas reais, ora vendendo decisões fictícias.

Os sócios da Fource, é claro, não estavam interessados em comprar segredos judiciais fictícios. Em mensagem de 10 de agosto de 2023, por exemplo, Gonçalves compartilha com Zampieri duas minutas elaboradas pelo gabinete da ministra Nancy Andriighi, referentes a um assunto de interesse de Haroldo Filho, da Fource. As minutas eram reais e verdadeiras, mas o vazamento deu errado. Quando divulgou sua decisão, a ministra havia alterado as duas.

Neste caso, há uma suspeita ainda mais grave. A sindicância do STJ concluiu que quem vazou as minutas da ministra foi Toledo Pinto, o ex-sargento que virou servidor do STJ. De acordo com a análise no sistema interno do tribunal, Toledo Pinto editou, salvou, imprimiu e logo excluiu o conteúdo de cada um dos dois processos no intervalo de minutos, de modo que ninguém mais pudesse acessar o teor do documento. Isso ocorreu duas vezes, em 22 de junho e 28 de junho de 2023. A suspeita é que Toledo Pinto possa ter inserido alterações para atender aos pleitos de Gonçalves e Zampieri a fim de beneficiar a Fource. É um caso alarmante, no qual o lobista pode ter chegado ao ponto de conseguir mudar uma decisão judicial – ainda que a mudança não tenha prevalecido. Toledo Pinto também nega envolvimento.

Todo ano, a Fource patrocina um congresso sobre recuperação de empresas, promovido pela OAB de Mato Grosso. No ano passado, cinco ministros do STJ voaram para Cuiabá para participar do congresso. Um deles, João Otávio de Noronha, viajou a bordo de um jato da Fource. Abordado pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, Noronha disse que pensava estar numa aeronave da OAB, mas deixou escapar que não viajara sozinho. Ele não identificou os outros passageiros, mas um deles era o ministro Raul Araújo Filho, que confirmou à **piauí**,

mas disse que não sabia quem era o dono da aeronave. Em sua nota, a Fource afirma que “sempre buscou patrocinar e apoiar eventos organizados por instituições sérias, idôneas e com a participação de pessoas que pudessem compartilhar conhecimento. Foram eventos realizados com transparência, respeitando regras aplicáveis a entidades de classe e patrocínios privados”.

Haroldo Filho, o rosto visível da Fource, também aplicou a estratégia de tentar se aproximar de parentes dos ministros. A Polícia Federal lhe atribui “influência direta em alguns gabinetes, circunstância que lhe permitia, nesses casos, transitar seus interesses processuais sem a necessidade de recorrer a intermediários”. Segundo reportagem publicada pelo *Estadão*, Anna Carolina Noronha, filha do ministro João Otávio de Noronha, do STJ, acabou tendo proximidade com a Fource. O jornal revelou que Anna Carolina recebeu 300 mil reais da Afare I, o fundo da Fource, entre 2020 e 2021. Procurada pela *piuí*, Anna Carolina não deu retorno. Seu pai, porém, disse à reportagem que os pagamentos à filha decorreram de serviços jurídicos.

A investigação da PF também encontrou contatos dos investigados com a advogada Catarina Buzzi, filha do ministro

Marco Buzzi, do STJ. Além de alugar uma sala comercial de Haroldo Filho, onde funciona seu escritório em Brasília, Catarina já fez contato com Zampieri, conforme identificou a PF. “Dr. Roberto! Tomei a liberdade de pedir seu número ao Haroldo. Agora está na agenda. Foi um prazer reencontrá-lo.” Zampieri responde à gentileza: “Boa tarde, Catarina. O prazer é todo meu. Obrigado.”

Os agentes federais investigam um caso em que o empresário Carlos Alberto Chaves, dono da Brasil 10 Empreendimentos Imobiliários, afirma em uma mensagem que pagou 1,1 milhão de reais em favor de Catarina, mas está exigindo o dinheiro de volta porque “a promessa de trabalho” não foi cumprida. Na época, Chaves tinha uma ação no STJ, no gabinete do ministro Buzzi, cujo resultado lhe foi desfavorável. Quando o caso foi noticiado pelo site de notícias *Metrópoles*, Catarina negou que tivesse advogado para a Brasil 10 e disse que provaria na Justiça que se tratava de “denúncia vazia”. Meses depois, o caso foi encerrado com um acordo entre as partes. O dado curioso é que, no período da disputa, Catarina ainda não tinha carteira da OAB.

Ao examinar o pagamento de 1,1 milhão de reais, a *piuí* encontrou dados que mostram que a operação circulou pelo submundo do crime – o que é péssimo sinal para defender a legalidade da

transação. A maior parte do dinheiro – 800 mil reais – caiu na conta de uma empresa hoje investigada por suspeita de lavagem de dinheiro do PCC, a principal organização criminosa do país. Uma parcela bem menor – 100 mil reais – foi depositada em favor do escritório da advogada Aline Gonçalves de Sousa, casada com o desembargador César Jatahy, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Aline de Sousa também já recebeu repasses de 938 mil reais da Florais Transportes, o propinoduto de Andreson Gonçalves, e trabalhou numa ação ao lado de Mirian, a mulher do lobista.

À *piuí*, Catarina Buzzi afirmou que não prestou assessoria jurídica à família Chaves, nem recebeu qualquer valor. Ela não explicou por que encerrou o processo com um acordo. Seu advogado afirmou: “É lamentável que os mesmos personagens, que tentaram criar um falso escândalo no passado, tentem [agora] misturar notícia velha com investigação em andamento para atingir determinadas pessoas.” Por meio da assessoria do STJ, o ministro Marco Buzzi disse que não acompanha as relações profissionais de sua filha, mas “tem nela uma pessoa de absoluta boa-fé”. Disse ainda que só sabe sobre as investigações da PF o que saiu na imprensa. “No mais, não cabe ao ministro tecer comentários sobre hipóteses ou deduções apriorísticas

de fatos indefinidos e de pessoas não conhecidas.” Aline de Sousa não quis falar.

A quadrilha da venda de sentenças já tentou estabelecer conexões até no STF. Em um apenso da sindicância do STJ sobre o conteúdo do celular de Zampieri, ao qual a *piuí* também teve acesso, há uma conversa nesse sentido, que estava inédita até agora. No contexto, fica claro que Haroldo Filho havia contratado os serviços da advogada Karine Nunes Marques, irmã do ministro Kassio Nunes Marques, do STF. Na conversa, Gonçalves até repreende a estratégia de Haroldo Filho. Ele escreve: “Haroldo tem que ver que contratar parentes de ministro do Supremo não é certeza de ganhar.”

Karine Marques foi contratada por Haroldo Filho para atuar num processo da cervejaria Petrópolis. Além de Karine, a ação é assinada pelo advogado Otto Medeiros, profissional de confiança de Walter Faria, dono da Petrópolis. No entanto, não deu certo. O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, do STJ, rejeitou o pedido dos advogados – o que explica a afirmação de Gonçalves de que a contratação de parentes de magistrados não garante vitória. Mas Haroldo Filho, ainda atuando como preposto de Walter Faria, aparentemente insistiu na mesma estratégia e contratou a advogada Maria Carolina

Doe seu IR

para o Hospital Pequeno Príncipe.

Excelência em transformar a vida de crianças de todo o Brasil, como a Sofia.

Você pode destinar **até 6% do seu Imposto de Renda** – seja a **pagar** ou a **restituir** – para os projetos do **maior hospital pediátrico do Brasil**, de forma fácil e sem custos.

Acesse doepequenoprincipe.org.br, simule seu **potencial de doação**, preencha o **formulário** e solicite seu **boleto**.

Para mais informações, escaneie o QR code ao lado.



Até
26/12



Contamos com
o seu apoio!

doepequenoprincipe.org.br

(41) 2108-3886 (41) 99962-4461





Feitosa de Albuquerque Tarelho, enteada do ministro Gilmar Mendes, do STF. A ação continua em curso.

A investigação do que o ministro Cristiano Zanin chamou de um “verdadeiro comércio de decisões judiciais no Superior Tribunal de Justiça” envenenou o ambiente na corte. Entre setembro e outubro, a **piauí** conversou com cinco ministros do STJ – dois dos quais pediram para não serem identificados. As palavras mais ouvidas nestas conversas foram “perplexidade”, “ansiedade” e “frustração”. Entre os ministros, há uma “sensação de injustiça”, pois a exposição de seus gabinetes sempre deixa no ar uma suspeita de envolvimento dos próprios magistrados no escândalo. Em uma reunião, a ministra Nancy Andrighi chegou a chorar durante um desabafo.

Demonstrando confiança nos colegas, os ministros disseram que um esquema de venda de sentenças só poderia existir à revelia dos juízes. “Se tem um poder que não pode se deixar corromper, é o Judiciário. Porque a confiança da sociedade nele decorre de um vínculo de credibilidade”, disse um deles. Outro, que recebeu a revista às 19 horas de uma quinta-feira, contou que, naquele momento, ainda tinha 356 decisões para assinar, admitindo que é impraticável que todos os processos passem pela análise aprofundada de cada ministro. Em média, cada um dos 33 gabinetes do tribunal emprega cerca de quarenta auxiliares, que fazem pesquisas jurídicas e redigem decisões que – como diz um ministro – “fazem bilionários”. Ele completa: “A ambição é rima rica para a corrupção.”

Até aqui, nenhum ministro consta na lista dos investigados, mas a expressão usada por Cristiano Zanin ao autORIZAR a operação policial – “verdadeiro comércio de decisões judiciais” – permanece como uma espada de Dâmo-cles sobre o conjunto dos ministros do STJ. Mesmo o nome da investigação da Polícia Federal, batizada como Operação Sisamnes, causa desconforto entre os ministros, já que se refere a um juiz condenado pelo rei da Pérsia a ser esfolado vivo por corrupção.

Para o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, “ninguém se sente bem com o nome do tribunal divulgado na imprensa numa circunstância como essa”. Segundo ele, o caso definitivamente “não reflete o STJ como um todo”. Cueva defende que a investigação chegue “à raiz do problema” e seja concluída “com a máxima eficiência e brevidade possível para punir os culpados e impedir que se repita”. Os ministros estão inquietos com a lentidão das apurações, que prorroga as suspeitas e impede o tribunal de virar a página. “Acho que a Polícia Federal já teve suficiente tempo para encerrar as diligências referentes ao STJ”, diz o ministro Og Fernandes. “Já decorreu quase um ano. Tem pessoa presa desde então. Já era tempo de uma conclusão indicando quem tem responsabilidade e o que precisa ser feito. Esse tempo deixa o tribunal em posição extremamente desconfortável.”

Em nota à **piauí**, o ministro Herman Benjamin, presidente do STJ, disse que o tribunal ainda tem investigações internas em curso e não descarta novas demissões. Também lembrou que, em novembro do ano passado, o STJ criou um grupo de trabalho para “avaliação

e aprimoramento, permanente dos requisitos de segurança da informação” no tribunal.

As investigações sobre o Poder Judiciário, embora tenham se tornado um pouco mais frequentes, ainda são raras. De 2008, ano em que a contagem desses casos começou, até agora, o Conselho Nacional de Justiça aplicou apenas 215 punições, das quais 191 são contra magistrados. Além disso, neste momento, há 32 magistrados afastados de suas funções enquanto duram as investigações. Na lista de punições, há bastante diversidade. Há casos de violência psicológica, intimidação, assédio sexual, discriminação sexual e regional, corrupção e falsidade ideológica. Há também casos diretamente relacionados ao exercício profissional, como venda de sentença, morosidade excessiva, má gestão, exploração de prestígio e acesso ilegal a processos e informações sigilosas.

Neste momento, a Polícia Federal investiga um esquema de venda de sentenças no Maranhão, cujos suspeitos incluem 4 desembargadores do Tribunal de Justiça, 3 juízes e 14 advogados. Em julho, saiu a primeira denúncia criminal contra os quatro desembargadores. No Tocantins, há uma investigação federal não só sobre venda de sentenças no Tribunal de Justiça, mas também sobre exploração de prestígio nas cortes de Brasília. Para piorar, há sinais de que o vazamento de dados sigilosos ocorria até em inquéritos criminais, comprometendo investigações sobre as organizações criminosas. Na Bahia, a Operação Faroeste afastou nove desembargadores, que ainda serão julgados pelo STJ.

Em Mato Grosso do Sul, uma operação apura irregularidades tão escrachadas que, numa conversa de WhatsApp interceptada pelos investigadores, a assessora de uma juíza comenta: “Ai, não sei como que o CNJ não pega, a Polícia Federal não pega.” Em outra mensagem, um advogado se diverte em tom de deboche: “Pqp... Leilão danado kkkkk. Cada um quer mais que o outro.” Em uma investigação no Tribunal de Justiça do Piauí, a Polícia Federal fez uma operação na casa do desembargador José James Gomes Pereira, suspeito de montar um esquema de venda de sentença em seu gabinete. Na batida policial, os agentes encontraram no quarto do magistrado um item incomum: um manual, escrito em inglês, orientando como operar uma máquina de contar cédulas.

Quando parecia que o escopo de toda essa investigação estava mais ou menos definido, a Polícia Federal abriu outra caixa de segredos – o celular do próprio Andreson Gonçalves, apreendido em novembro do ano passado. O lobista havia apagado o conteúdo do aparelho. Os agentes federais, porém, entraram em contato com a Meta, a dona do WhatsApp, nos Estados

Unidos. Em agosto passado, receberam os dados – uma enorme quantidade que só agora começa a ser escrutinada. Mas outro mundo já está sendo revelado.

Apareceram indícios de que não eram apenas empresários que procuravam favores judiciais. Havia servidores dos gabinetes do STJ que também batiam à porta do mercado clandestino para vender decisões aos interessados. Já se sabia de um caso assim, revelado pela *Veja*. Segundo a revista, a advogada Caroline Azeredo mandou um recado ao deputado distrital Wellington Luiz (MDB), sugerindo que ele poderia ganhar sua causa no STJ se desembolsasse 500 mil reais. À polícia, o deputado confirmou o achado. A sindicância do STJ descobriu que Márcio Toledo Pinto, o ex-sargento da Aeronáutica, foi o assessor que elaborou a minuta favorável ao deputado – o que resultou no estopim para sua demissão. A OAB do Distrito Federal suspendeu Caroline Azeredo preventivamente, abriu um processo disciplinar e acabou arquivando tudo por falta de provas. Ela voltou a advogar em Brasília.

Talvez a OAB tenha se precipitado. A sindicância do STJ destacou o episódio envolvendo a advogada como um caso “excepcional”, devido à “existência de elementos claros de colaboração ativa do servidor acusado [Toledo Pinto] com agentes externos ao tribunal”. O relatório chama Caroline Azeredo e Andreson Gonçalves de “conhecidos lobistas” e afirma que os achados da investigação “reforçam a tese de que houve conluio” entre a advogada e o ex-servidor com um objetivo claro: “Obter vantagem indevida a partir da minuta redigida em desconformidade com os precedentes e com o histórico processual do caso.”

Os dados preliminares do celular de Gonçalves também revelaram planilhas de controle, rascunho de contratos com políticos e advogados de Brasília e mais conversas sobre repasses de dinheiro em espécie. O grosso do conteúdo, porém, ainda não foi examinado pelos agentes federais, mas deverá ajudar a esclarecer o papel de um novo personagem: o empresário Diego Cavalcante Gomes, de Brasília. Entre 2021 e 2023, ele recebeu mais de 6,5 milhões de reais da Florais Transportes, a distribuidora de propina de Gonçalves. A PF suspeita que ele seja o “homem da mala” do esquema, já que costumava retirar o dinheiro em valores fracionados, procedimento comum para quem quer fugir do radar das autoridades financeiras. Diego Gomes chegou a ser preso preventivamente, quando tentou esconder seu celular dos policiais numa batida em sua casa, mas foi solto depois de dois meses e meio.

Em entrevista à **piauí**, Diego Gomes negou envolvimento em qualquer esquema de propina. Disse que os 6,5 milhões de reais que recebeu de Gonçalves não tinham relação com decisões judiciais. Mas sua explicação descreve uma

operação bizarra. “O cara me depositava o dinheiro, eu pegava, entregava o dinheiro de volta no escritório dele e tchau”, diz. Em troca, Gomes conta que cobrava uma comissão de 3% sobre o total da operação. “Se eu soubesse que era para fazer qualquer coisa ilegal, eu não faria.” Indagado sobre o que pensava que estava fazendo, Gomes disse: “Um favor.”

As autoridades com conhecimento das investigações calculam que, até agora, chegou-se apenas à ponta do iceberg. Como a polícia ainda vai acessar os dados do celular de Haroldo Augusto Filho, o mercador da Fource, e de outros personagens suspeitos, os investigadores acham que há “potencial muito forte” de que novidades importantes venham à tona. Mas, assim como na batalha que se deflagrou para sumir com o celular do advogado Roberto Zampieri, há forças interessadas em que tudo seja enterrado.

Preso desde 26 de novembro do ano passado, Andreson Gonçalves começou secretamente a negociar um acordo de delação premiada em abril deste ano. Acompanhado por seu advogado Huen-del Rolim, teve pelo menos duas reuniões com a PF. As conversas eram tão promissoras que os agentes federais pediram autorização do ministro Cristiano Zanin, do STF, para formalizar a negociação. Segundo três fontes ouvi-

das pela **piauí**, Zanin autorizou. Mas, antes da terceira reunião, tudo mudou. Rolim foi substituído por Eugênio Pacelli, advogado que já havia trabalhado na delação de Wesley Batista, do grupo J&F. Feita a troca, Gonçalves desistiu da delação. Em seguida, o lobista conseguiu o direito de ficar em prisão domiciliar, em razão do seu estado de saúde. Na prisão, ele emagrecera 30 kg como resultado de uma cirurgia bariátrica, em razão da qual teve problemas digestivos. Desde julho passado, está em sua casa, num condomínio em Primavera do Leste. Mirian, que sempre foi contra a delação premiada, mantém rígido controle sobre quem visita o marido. Usando uma tornozeleira eletrônica, ela tem liberdade para sair de casa e continua trabalhando no escritório de advocacia. A **piauí** esteve na cidade, mas o casal não quis falar.

No dia 3 de outubro, a PF fez uma operação de busca e apreensão na residência do casal. O motivo não foi divulgado, mas a **piauí** apurou que a operação se deu a pedido do Grupo de Inquéritos Especiais (Gise) da Polícia Federal do Paraná. Ou seja: não decorreu da investigação da Operação Sisamnes, que apura a venda de sentenças. O que se sabe é que o Gise está tocando duas operações relacionadas ao PCC: uma sobre narcotráfico internacional e ou-

tra sobre a cadeia produtiva dos postos de combustíveis.

Cinco dias depois da operação policial na casa de Gonçalves, em Primavera do Leste, o delegado Marco Bontempo, que vinha chefiando toda a investigação, deixou o cargo depois de enviar ao Supremo um relatório de 375 páginas. O conteúdo vazou rápido. Dois dias depois, já estava em manchete no *Estadão*, em reportagem de Aguirre Talento. Dentro da Polícia Federal, o relatório foi recebido com surpresa. Sob reserva, agentes envolvidos na investigação reclamaram que a versão enviada ao Supremo traz conclusões sobre ministros do STJ e empresas – sobretudo a Fource e, em menor escala, a J&F – que extrapolam o conjunto das provas produzidas até aqui. Um membro da Procuradoria-Geral da República chegou a apontar o risco de que o delegado estivesse “alucinando como o ChatGPT”.

Uma leitura atenta do relatório de Bontempo, ao qual a **piauí** também teve acesso, mostra que, de fato, o delegado deixou algumas pontas soltas, mas a impressão geral é de um trabalho articulado. Apresentado como “relatório parcial”, o texto não pede a abertura de nenhuma investigação sobre ministros, nem formaliza nenhum novo nome de pessoa física ou jurídica que não tenha

aparecido antes na investigação da PF. Bontempo menciona linhas de investigação que considera pertinentes, mas frisa que dependem de “aprofundamento probatório”.

Talvez o trecho mais duro do relatório seja aquele em que diz que há “robustos indícios da existência de uma rede criminosa sistêmica, composta por múltiplos operadores, camadas de atuação e fluxos financeiros sofisticados, refutando, assim, a ideia de fenômeno criminal isolado ou de uma relação pontual dos envolvidos”. Diante disso, começaram a circular especulações de que as críticas ao relatório são uma tentativa de detonar a investigação com o propósito de enterrá-la.

Bontempo alegou esgotamento físico e mental para deixar a função. A torcida é que seu substituto tenha ouvido as palavras ditas pelo atual corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell, durante um evento do CNJ em Cuiabá, em junho passado. “Nós temos o dever de expurgar da magistratura nacional aqueles que se hospedaram indevidamente nela.” Em um indício do clima de metástase que cerca o STJ, o gabinete do próprio Campbell chegou a ser instado pela polícia a fornecer a lista de seus funcionários que estavam sob suspeita de alguma irregularidade. Felizmente, as suspeitas caíram por terra. 🌟

amanhã plural
amanhã artístico
amanhã criativo
amanhã inovador
amanhã sonhador
amanhã 10 anos
amanhã científico
amanhã carioca

em dezembro,
nova exposição

OCEANO

museu do **amanhã**

PARCEIROS DO MUSEU DO AMANHÃ
PATROCÍNIO MASTER



MANTENEDORES



PATROCÍNIO



PARCERIA
ESTRATÉGICA



GESTÃO



CONCEPÇÃO



REALIZAÇÃO



GOVERNO DO
BRASIL

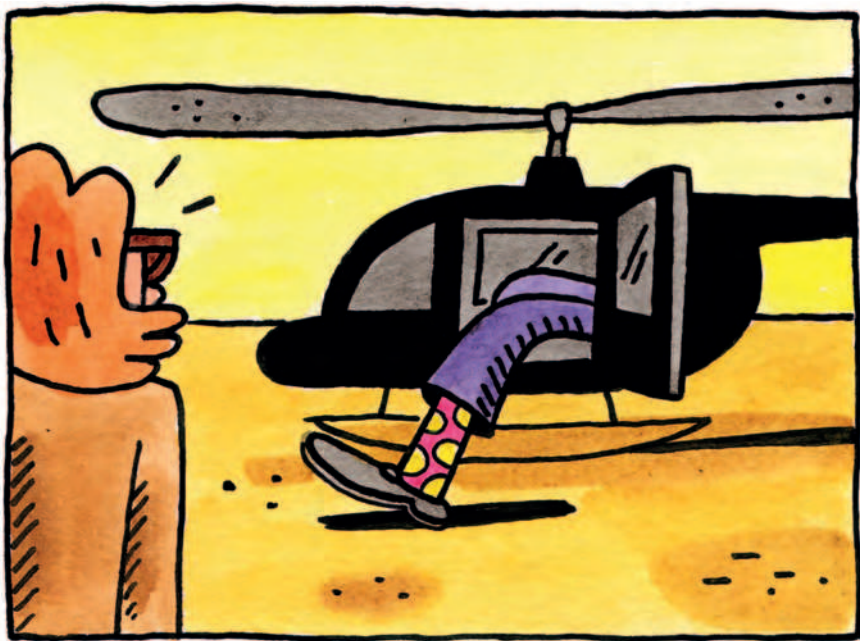


GOVERNO DO
BRASIL



QUEM ANISTIOU ODETE ROITMAN?

CACO GALHARDO, 2025



1º DE OUTUBRO Passei meses negociando sem sucesso com o governo americano. Bastou o President’Lula cruzar os feromônios com o Trump para rolar uma química e a coisa andar. Fica uma situação chata pra mim. Estou no mapa, tenho meu território, mas é como se não existisse. Tem dias que eu me sinto como um Suriname.

Aliás, o President’Lula enfim me confidenciou o que disse para o Trump naqueles famosos segundos em que se cruzaram nos bastidores da ONU: “Presidente Trump, o senhor gosta de soda?” Diante da reação estupefata do laranjão, Lula arrematou: “Porque no meu coração soda você.” Não sei como traduziram isso. Talvez aí resida a mágica do momento.

2 DE OUTUBRO Estamos desde a Proclamação da República debatendo uma reforma tributária que beneficie os mais pobres. Quando finalmente colocamos a desoneração do imposto de renda na pauta, o projeto é aprovado por unanimidade. A política brasileira às vezes parece que obedece à lógica do ornitorrinco: o animal tem bico de pato, pelos de urso e cauda de castor. É mamífero e bota ovo.

6 DE OUTUBRO Lula e Trump conversaram, sem mim, por telefone. Como sou solícito até o último fio de cabelo, me peguei pensando em como eu poderia somar. Então abri uma exceção extraordinária e tomei uma iniciativa realmente ousada. Fiz um post em inglês nas redes sociais. Espero que minha contribuição seja decisiva.

7 DE OUTUBRO Fui convidado para integrar o *line-up* do palco principal do Festival Internacional Curicaca no estádio

Mané Garrincha. Preparei um número emocionante no meu ukulele. Ensaiei a semana inteira para cantar *Babalú* no mesmo tom da Angela Maria. Mas quando estava aquecendo a voz no camarim, o pessoal explicou que o evento não era musical. Fiquei com uma mão na frente e a outra atrás. Com certeza no Suriname seria diferente.

8 DE OUTUBRO Pronto, a ficha caiu. Aculpa é das novas amigas do President’Lula. Desde que ele resolveu ficar amigucho dos irmãos Batista, do Alcolumbre e do Motta, devo ter virado comunista demais pra ele. Buscando algum acolhimento, liguei pro Jones Manoel, que me consolou com um dito do Dostoiévski: “Quanto mais escura a noite, mais brilhante a estrela.” É isso. Não cederei – continuarei brilhando. O proletariado vencerá.

9 DE OUTUBRO Enquanto o César Tralli não assume a bancada, eu deixei de ver o *Jornal Nacional* para assistir ao *The Morning Show*. É uma tendência mundial de trocar o jornalismo real pelo jornalismo ficcional. E falei pra Libelu: sabia que a personagem da Jennifer Aniston ia aceitar a volta da Reese Witherspoon. Tava na cara. Esses roteiros são muito bons, mas sou uma pitonisa pindamonhangabense que acerta tudo. Tudo!

12 DE OUTUBRO Pedi um autorama de Dia das Crianças. Com carros sustentáveis e IPI Verde.

14 DE OUTUBRO Gregory Allan Rusland. Esse é o nome do vice-presidente do Suriname que tomou posse agorinha em 2025. O mais intrigante é que o governo

do Suriname fica instalado numa praça chamada Onafhankelijkheidsplein.

15 DE OUTUBRO Ontem embarquei para a Índia com uma ideia fixa na cabeça. Meu astrólogo disse que Mercúrio e Marte estão transitando pelo signo de Escorpião e que esse período é batata para tirar projetos impossíveis do papel. Mande um zap imediatamente para Carlos Henrique Baqueta Fávaro, do Ministério da Agricultura e Pecuária, e sugeri a criação do programa Chuchu para Todes. Ele adorou a ideia e disse: “Vou ver e te falo.”

16 DE OUTUBRO Minha visita à Índia tem um nível de dificuldade colossal. Me considero capaz de fechar os acordos comerciais, representar o Brasil e tal. Mas, pelo amor de Santa Rita dos Desamparados, como eu pronuncio o nome do vice-presidente Chandrapuram Ponnusami Radhakrishnan? O homem não tem um apelido? Chandra? Popo? Radão? Ainda não consegui aprender o nome da praça do Suriname e agora me cai essa bomba no colo.

17 DE OUTUBRO Visitei o All India Institute of Ayurveda e descobri que meu corpo estava vibrando em 220 Hz. Sinal de prosperidade. Pior para o Trump, que não soube aproveitar. Na saída, um guru sussurrou um mantra em meu ouvido. “Om Namah Chuchu”. Levantei 5 cm quando repeti por 5 minutos.

Voltei preparado para aplicar tarifas espirituais nos Estados Unidos.

18 DE OUTUBRO Fiquei tão espiritualizado que quase esqueci de ver o final de *Vale tudo!* Tive que catar na internet e quase caí pra trás! Odete Roitman não morreu! Que bafafá! Depois de fazer tanta maldade, ela sai voando de helicóptero e se livra de toda sorte de punições. Agora começo uma nova apuração: quem anistiou Odete Roitman? Será que o Fux se encantou pela quantidade de laquê e intercedeu pela absolvição dela? Veremos.

O final da novela foi uma polaroide do Brasil atual: quem não tá correndo atrás do dinheiro do agro é porque tá de tornozeleira eletrônica.

19 DE OUTUBRO Acompanhei catatônico o roubo no Museu do Louvre. Depois dessa falha de segurança, atualizei todas as minhas senhas de Geraldão-Chuchuzao12345 para Geraldão-Chuchuzao12345@.

21 DE OUTUBRO Sim, tivemos desavenças sérias no passado. Muitas delas envol-

vendo o batalhão de choque da Polícia Militar de São Paulo. Mas fiz questão de mostrar para o Guilherme Boulos que sou um novo Geraldo. Ao cumprimentá-lo pelo cargo de secretário-geral da Presidência da República, entreguei logo uma pulseira de folhas de louro e falei da importância de vibrar em 220 Hz. Nos abraçamos emocionados e, de supetão, cantamos: *O melhor lugar do mundo é aqui e agora*. Ele é boa pessoa. Moderado demais, mas boa pessoa.

22 DE OUTUBRO Libelu chegou no quarto dando pulinhos de alegria e dizendo que estava animada para chegar dezembro. “Por causa das rabanadas do Natal”, pensei. Qual o quê! Descobri que ela estava serelepe assim porque o filme *Orgulho e preconceito* será relançado nos cinemas no final do ano. Ela sempre me compara com o Mr. Darcy e até sugeriu que eu usasse um look parecido com o dele no filme, com capas e alguns acessórios de época que não sei o nome. Tivemos que levar essa obsessão dela pra terapia de casal. O grande infortúnio aqui é que o Mr. Darcy não gosta de pobres, e eu sou o Geraldão do povo. Desculpe, Libelu, esse fetiche eu não vou conseguir realizar.

24 DE OUTUBRO Ontem o Lula anunciou que vai concorrer ao quarto mandato. Sempre solidário e disruptivo, entrei logo na fila do guichê do setor de comunicação digital, peguei a minha senha e consegui deixar uma ideia arrebatadora: gerar em inteligência artificial a imagem do Lula abraçado com Galvão Bueno e Pelé gritando “É tetraaaa! É tetraaaa!”.

Tocou o telefone vermelho do meu gabinete. Uma voz trêmula do outro lado trazia uma apuração urgente da Abin. O deputado Nikolas Ferreira comentou sobre o peitoral de Jones Manoel. Me deu uma ponta de orgulho. De um jeito ou de outro, o Jones está desconstruindo esse menino. E me peguei pensando no peitoral do César Tralli.

26 DE OUTUBRO A reunião do Trump com o President’Lula correu bem, mas as tarifas continuam valendo. E por quê? Tá lá na foto – só não viu quem não quis: toda a delegação brasileira de meias escuras. Antes do embarque, eu bem que entreguei um pacotinho de papel de seda pro Mauro Vieira, avisando: “Veste essa meia divertida pra desconstrair o ambiente. É batata: a tarifa cai na hora.” Era uma meia cheia de Miceys, um golpe de boa diplomacia. Ia ser um arraso. Ninguém ouviu o comunista aqui e deu no que deu: mais meses de negociação... ✨



Há 20 anos, nos encontramos na música

O futuro da música
é sempre o agora.
Há duas décadas, Natura Musical
impulsiona novos talentos e grandes
nomes da música brasileira,
fortalecendo nossa cultura e diversidade.

Agora, chegou a hora de conhecer
os artistas e projetos escolhidos
no **Edital 25 | 26**.



Confira os projetos
contemplados.

@naturamusical
natura.com.br/naturamusical

Criar, crescer e transformar

Ao contribuir com a produção e o consumo de informação, YouTube impulsiona a economia criativa do Brasil



Fram Alves, do canal @FramAlvesunhas

Aos 16 anos, Taíse Franciele Alves estava indecisa sobre como planejar o seu futuro. Natural da cidade mineira de Mato Verde, no Vale do Jequitinhonha, e moradora da pequena Artur Nogueira, no interior paulista (com pouco mais de 50 mil habitantes), acabou seguindo a sugestão da irmã, cabeleireira, para fazer um curso gratuito de manicure. A ida despretensiosa se tornou um encantamento na primeira aula e ela logo iniciou os atendimentos em casa. Primeiramente na mesa da cozinha, depois no cômodo que o pai, pedreiro, construiu nos fundos — ela cuidando das unhas das clientes; a irmã, dos cabelos.

A parceria das duas evoluiu para o aluguel de uma sala comercial. Àquela altura, em 2018, já era conhecida como Fram Alves, e conquistou parte da clientela com fotos nas redes sociais, mostrando os resultados de seu trabalho. Foi quando recebeu a sugestão do cunhado de criar um canal no YouTube. A princípio, apenas para repetir a estratégia de ser uma “vitrine” de unhas feitas, até se dar conta da demanda por vídeos com passo a passo completo, requisitados pelas colegas de profissão. Com gravação e edição feitas por ela mesma, o canal teve um crescimento consistente, e a monetização resultou na independência financeira e na expansão do negócio.

Hoje, aos 25 anos, Fram mantém um curso online (que soma mais de 2,5 mil alunas), um estúdio próprio e assina uma base para unhas em parceria com uma grande marca do ramo. O canal *Fram Alves_unhas* tem 1,72 milhão de inscritos. “Através do YouTube, consegui ensinar muita gente que iniciava na profissão, e também ajudei profissionais já experientes. É muito gratificante ver que as pessoas querem aprender comigo e que eu estou ajudando outras mulheres a conseguirem o que eu consegui”, celebra a manicure. Entre tantos sonhos realizados, o

maior deles está a caminho: Fram está curtindo a gestação da primeira filha, Bella.

ECONOMIA CRIATIVA EM EXPANSÃO

A história de Fram exemplifica o impacto do YouTube na economia criativa do Brasil, que fomenta crescimento a partir do talento e da originalidade de forma muito democrática. Afinal, na plataforma cabem das grandes empresas de mídia (73% delas concordam que o YouTube é uma fonte importante de receita) aos talentos independentes (77% dos criadores que ganham dinheiro com seus canais reconhecem ser uma fonte de renda importante). De acordo com a pesquisa Oxford Economics realizada em 2024, esse ecossistema contribuiu com 4,94 bilhões de reais no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, gerando mais de 130 mil empregos equivalentes a ocupações de tempo integral. Globalmente, o YouTube pagou nos últimos quatro anos mais de 100 bilhões de dólares (quase 534 bilhões de reais) a criadores, artistas e empresas de mídia.

Muito desse resultado se deve à decisão da companhia, em 2007, de destinar mais da metade da receita de publicidade para os criadores. Essa iniciativa fez surgir as empresas de mídia nativas da rede de compartilhamento de vídeos — muitas delas, indivíduos que se tornaram marcas.

Esse modelo de compartilhamento de ganhos, o Programa de Parcerias do YouTube, tem um ciclo muito simples. Anunciantes compram inserções de campanhas publicitárias em vídeos na plataforma que são disponibilizadas antes, durante ou depois de um conteúdo. O valor gerado é compartilhado com os criadores, de acordo com o engajamento, que ficam com metade da receita de publicidade apurada.

Além dessa oportunidade, é possível monetizar de outras seis formas: clube de membros (conteúdos exclusivos), super chat (prioridade nos comentários em transmissões ao vivo), super stickers e valeu demais (figuras e animações de incentivo), ingressos para eventos e o YouTube Shopping (vendas diretas integradas aos vídeos).

“Estamos notando que o lucro gerado em nossa plataforma é reinvestido em conteúdo, equipes e operações; isto é, reinveste-se em criatividade, geração de empregos e ampliação de negócios. Ao observar esse momento atual e as projeções para as próximas duas décadas, acreditamos que a economia de criadores está apenas começando, e a economia de criadores do Brasil é referência global”, comenta Alana Rizzo, Líder de Políticas Públicas do YouTube.

MÚSICA REGIONAL, ALCANCE ILIMITADO

As ferramentas que proporcionam mais chances de gerar receita, atreladas a outras soluções que otimizam a produção, permitem aos criadores foco na qualidade e no aumento do vínculo com o público, inclusive reunindo numerosas comunidades de gostos semelhantes. Foi o que aconteceu com o *Sua Música*, negócio criado em João Pessoa, na Paraíba, que tornou-se um fenômeno e já projetou diversos artistas do Nordeste, principalmente ligados ao forró, piseiro e arrocha — como Wesley Safadão e João Gomes.

O trabalho começou em 2010, com um site de distribuição de músicas que evoluiu para uma plataforma de streaming, com mais de 16 mil artistas cadastrados e mais de 7 milhões de usuários únicos mensais. A expansão para o YouTube veio em 2017. “O canal veio como uma forma de divulgar nossa marca e ser uma extensão da promoção do artista”, conta o CEO Roni Maltz Bin. Segundo a pesquisa Oxford Economics (2024), 79% das empresas de música acreditam que o YouTube é uma importante fonte de receita. Como comprova o canal, é um parceiro essencial para criação e distribuição de conteúdo.

O modelo de negócio ainda envolve distribuição digital para as DSPs (digital streaming platform) e investimento em fonogramas em artistas iniciantes, através do Sua Música Digital. Outra frente é a transmissão de grandes eventos, como o São João de Campina Grande. Em 2021, a empresa inaugurou seu hub em Fortaleza. O local, com mais de 1,3 mil metros quadrados, inclui estúdios, palco

para shows e transmissões, além de espaços de criação para artistas e marcas.

Com 2,29 milhões de inscritos, o canal @suamusica projeta novos passos, mirando no alcance nacional a partir de São Paulo para, em seguida, avançar pela América Latina até chegar aos Estados Unidos. “Nosso canal tem papel sociocultural e de turismo, levando a cultura nordestina para o Brasil inteiro e para o mundo”, destaca Bin.

O YouTube é um multiplicador da diversidade cultural e das identidades regionais do país, um espaço para os criadores quebrarem estereótipos e alimentarem o orgulho de sua origem — seja pela música, pelos costumes ou pela culinária local. Isso promove uma maior compreensão dos diferentes “Brasis”, ampliando o repertório e, ao mesmo tempo, fortalecendo a sensação de pertencimento a uma comunidade.

DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A história do casal Kizzy Terra, gaúcha de Porto Alegre, e Hallison Paz, pernambucano de Recife, teve início no Instituto Militar de Engenharia (IME), no Rio de Janeiro, quando ingressaram no curso de engenharia da computação. Começaram a empreender juntos quando estavam cursando o mestrado em matemática e idealizaram o aplicativo Kilombu, uma vitrine gratuita para empreendedores negros. E, após participarem de um workshop do YouTube, decidiram criar o canal que mudaria suas vidas.

Em 2017, nasceu o *Programação Dinâmica*. No começo, um hobby de Hallison, criando videoaulas sobre programação com linguagem simples, mas com profundidade. O desconforto inicial diante da câmera foi se dissipando, e Hallison se tornou mais



Hallison Paz e Kizzy Terra, criadores do canal @pgdinamica



São João de Campina Grande, transmitido pelo canal @suamusica

confiante após Kizzy aceitar o convite de também participar dos vídeos. A dupla decidiu se dedicar profissionalmente ao canal a partir de 2019, incrementando novos temas, como ciência de dados e inteligência artificial (IA), com o objetivo de promover o pensamento crítico sobre o impacto das novas tecnologias. Esse propósito de ampliar o acesso à educação de qualidade, com conceitos simplificados, mas ainda com base científica e prática, foi compreendido pela audiência, cada vez maior.

A partir de 2020, o canal começou a monetizar e se tornou o sustento do casal. No ano seguinte, sentiram a necessidade de diversificar o negócio, e criaram a startup Alforriah, dedicada a formar líderes com senso crítico e olhar inclusivo para pessoas negras, como eles, que consideram uma missão uti-

lizar suas trajetórias para inspirar e mostrar que carreiras em tecnologia são possíveis.

“O YouTube foi a plataforma para que tudo desabrochasse. Porque nós já éramos essas pessoas, mas por muito tempo ninguém estava nos vendo. Decidimos nos expor, ampliar nossas vozes e fazer com que nossa bagagem pudesse alcançar outras pessoas”, detalha Kizzy, considerada uma das maiores cientistas de dados do Brasil. Foi reconhecida como Mulher em IA do Ano (2021) e LinkedIn Top Voice Next Gen (2022). Ano passado, no evento *Cresça com o Google: Liderança feminina na era digital*, ela palestrou sobre IA generativa para mais de 5 mil mulheres empreendedoras, no ginásio do Ibirapuera, na capital paulista.

Ao longo de oito anos, o *Programação Dinâmica*, que soma 222 mil seguidores,

tornou-se referência. Conquistou prêmios como o Creators Pitch e o Brand Challenge Magalu, ambos no Youpix Summit (2020), além de dois reconhecimentos do próprio YouTube: o canal foi selecionado para os programas Fundo Vozes Negras (2022) e Criadores de Impacto (2024 e 2025). Durante essa trajetória, a rotina de pesquisadores nunca parou. Hoje, Hallison é doutor em matemática pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa); e Kizzy é doutoranda em Tecnologias da Inteligência e Design Digital na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). “A gente acredita muito na educação. Acho que ela vai continuar sendo importante para nossa construção como sociedade e cidadãos, e o YouTube tem um papel fundamental nisso.”

As histórias de criadores que transformaram ideias em carreiras ilustram como iniciativas independentes podem se tornar uma força coletiva. Essa combinação de relevância cultural com impacto econômico gerou um ecossistema robusto, no qual a criatividade brasileira gera empregos, envolve comunidades, preserva tradições e inspira novas possibilidades.

O IMPACTO DO YOUTUBE NO BRASIL EM 2024

R\$ 4,94 BILHÕES
de contribuição para o PIB brasileiro

+ DE 130 MIL EMPREGOS
gerados no ecossistema criativo da plataforma

76%
dos criadores que monetizam acreditam que o YouTube oferece oportunidade de criação e faturamento que não encontrariam na mídia tradicional

81%
dos usuários concordam que podem encontrar conteúdos que refletem sua cultura e perspectiva

78%
das empresas de mídia ou música que usam a rede de compartilhamento de vídeos consentem ser um ótimo espaço para descobrir talentos

83%
dos professores que usam o YouTube acreditam que a plataforma ajuda a aumentar o engajamento dos alunos

80%
dos usuários concordam que o YouTube oferece oportunidades iguais para que todos aprendam e cresçam

Fonte: Oxford Economics

Acesse o Relatório de Impacto 2024 do YouTube completo:



NO ESCURO

A crise do IBGE, o apagão de dados e a aflição de milhares de demógrafos e pesquisadores

BEATRIZ BULLA

Parecia até um milagre: no dia 23 de setembro de 2024, finalmente, depois de um silêncio interminável, a direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) convocou uma reunião com os especialistas da Comissão Consultiva do Censo Demográfico de 2022. A convocação, feita por e-mail, agitou o grupo de WhatsApp dos catorze especialistas. Afinal, seria a primeira reunião desde que o economista Marcio Pochmann assumira a presidência do órgão, mais de um ano antes. A equipe dos catorze até suspeitava que a Comissão Consultiva tivesse sido extinta, dada a falta de contato. Além disso, o mundo dos estatísticos, dos demógrafos, dos economistas, dos pesquisadores e dos consultores estava ansioso pela divulgação dos microdados do Censo, como são chamadas as informações mais minuciosas do levantamento. Coletados entre agosto de 2022 e março do ano seguinte, esses dados – uma massa de informações capazes de orientar uma montanha de pesquisas e análises – ainda continuavam na gaveta, provocando uma paralisia nos estudos país afora.

Às 14 horas do dia 3 de outubro, Pochmann abriu a reunião virtual com uma fala protocolar que durou cinco minutos – e deixou o encontro. A maioria dos especialistas, que discutem o Censo com grande profundidade, ficou decepcionada, mas a reunião prosseguiu sob o comando da estatística Elizabeth Hypólito, diretora de Pesquisas do IBGE havia sete meses. O assunto central logo entrou em pauta: era preciso definir um calendário para a divulgação dos microdados do Censo. O apelo foi ouvido, mas o calendário de divulgação só foi anunciado seis meses depois, em 28 de março passado. Não deixava de ser uma vitória. Os microdados, de acordo com o calendário, seriam publicados no terceiro trimestre deste ano. A vitória, no entanto, revelou-se vã. O terceiro trimestre terminou no fim de setembro – e, até o fechamento desta reportagem no fim de outubro, os microdados não haviam sido divulgados.

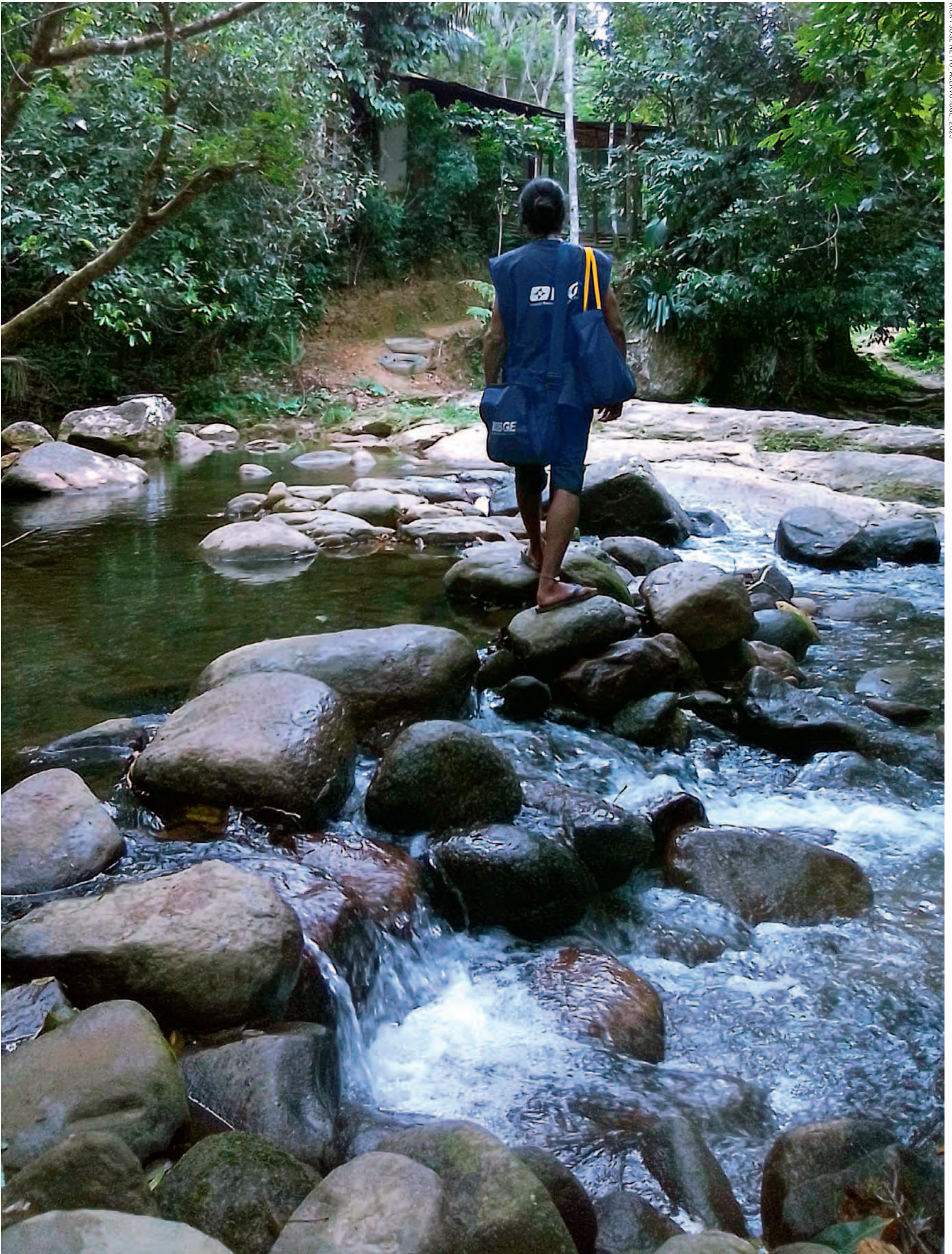
Em julho, o demógrafo Bernardo Lanza Queiroz passava por uma temporada de pesquisas em Oslo, na Noruega, mas sua pesquisa sobre oferta de trabalho para pessoas de mais de 60 anos seguia parada à espera dos microdados do

Censo de 2022. Os indícios colhidos inicialmente indicavam um aumento de oferta para alguns grupos de idosos, mas a prova só podia ser obtida se tivesse acesso à massa bruta dos dados. Na Universidade de Campinas, a doutora em demografia Glaucia Marcondes, que coordena o Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo), enfrentava a mesma dificuldade. Ela não conseguia responder a uma pergunta aparentemente simples: as pessoas têm, de fato, se casado menos nesta década? Os números de registros civis podem ser enviesados e passar uma ideia distorcida, pois nem toda união é oficializada. Para um retrato mais próximo da realidade, Marcondes ainda aguardava os microdados que continuam na gaveta. “Para o pesquisador, Censo é sinônimo de microdados”, afirma José Irineu Rigotti, professor de demografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). “Temos alunos de doutorado e mestrado que tiveram que reformular pesquisas, porque o Censo não chegou a tempo.”

Não é só a comunidade acadêmica que fica sem respostas na ausência do Censo. O Fórum Brasileiro de Seguran-

ça Pública precisa adaptar seu trabalho para fazer as publicações de referência nacional que costuma produzir, como o *Atlas da Violência* e o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. “A ausência dos microdados atrasa uma agenda de análise intramunicipal que refina pesquisas”, afirma Renato Sérgio de Lima, diretor-presidente da organização. Ele exemplifica: não dá para calcular, por exemplo, o tamanho da população negra em regiões dentro das cidades – e, portanto, estabelecer como a raça se relaciona com a segurança em um bairro ou localidade. “É um ponto de partida que dificulta um retrato mais detalhado sobre a realidade socioeconômica e afins”, diz Lima.

Diretores de institutos de pesquisa de opinião pública também reclamam que a falta de dados interfere na elaboração dos levantamentos, já que as amostras da população estão desatualizadas. Há, também, um impacto notável na elaboração de políticas públicas, pois os microdados são usados para nortear o destino de recursos públicos. Exemplo: o Censo ajuda o governo a elaborar uma política de saúde focada em crianças mais sujeitas a contrair dengue, pois os



Pesquisador do IBGE em Camburi, São Paulo: para o presidente Marcio Pochmann, o órgão é “super fechado”, com 940 cargos de confiança, mas só 19 que podem ser preenchidos por gente de fora



microdados vão informar onde essas crianças estão. Em outro exemplo, uma prefeitura, com base em microdados, pode projetar a demanda por vaga na rede municipal de creches. Sem esses dados, o gestor público é forçado a usar informação velha – do Censo de 2010 – ou informação de outras pesquisas amostrais, que são menos precisas.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), por exemplo, que acompanha as flutuações da força de trabalho e outros dados socioeconômicos, tem dados por estados e regiões metropolitanas, mas não por municípios. Só os microdados do Censo permitem fazer conexões mais amplas, juntando informações, digamos, sobre domicílio, família, educação, mercado de trabalho. “Já estamos preparando o Censo de 2030 e ainda não saíram os dados de 2022. O dado novo já nascerá velho”, lamenta José Eustáquio Diniz Alves, pesquisador aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do IBGE. Diniz Alves, que estuda religião, explica que, sem os microdados, não pode cruzar religião com emprego e renda, por exemplo. Nem fazer o recorte das diversas denominações dentro de uma mesma religião. Assim, não se sabe a fatia da população evangélica que se define como pentecostal.

O incômodo com a falta dos microdados era tal que os técnicos resolveram divulgar dados por temas. Enquanto o material geral não ficava disponível, pelo menos alguns setores seriam nutridos com as informações do Censo, ainda que limitadas. O fatiamento por temas já foi feito em Censos anteriores, mas, desta vez, precisou ser intensificado. A iniciativa começou ainda na gestão de Cimar Azeredo Pereira, presidente interino do IBGE nos primeiros seis meses do governo Lula. De

lá para cá, já houve trinta divulgações temáticas. Saíram dados sobre os indígenas, composição racial, comunidades quilombolas. Entre as novidades, a população foi informada que o Centro-Oeste teve o maior crescimento populacional entre as regiões brasileiras, que o número de imigrantes voltou a crescer – o que não acontecia desde 1960 – e que, em 2022, pela primeira vez as mulheres passaram a chefiar quase metade dos domicílios. Também foi possível saber que mais de 75% das pessoas formadas em medicina são brancas e que a maior parte da população do Brasil se autodeclarou parda em 2022.

“Essas divulgações intermediárias causam muito alvoroço e muita mídia, mas são limitadas, porque trazem dados com poucas variáveis”, diz Cássio Turra, professor de demografia da UFMG e um dos integrantes da Comissão Consultiva do Censo. “É quando saem os microdados que temos liberdade para botar a mão na massa”, reitera a demógrafa Glaucia Marcondes, da Unicamp.

O Censo Demográfico 2022 tornou-se uma crônica do descaso. Pelas boas práticas, o Censo deve ser feito a cada década, nos anos terminados em zero – uma convenção internacional que ajuda na comparação dos dados entre países. No Brasil, o levantamento foi devidamente realizado em 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980. Em 1990, o governo Fernando Collor não liberou dinheiro a tempo e o IBGE foi forçado a adiar o censo para o ano seguinte, quebrando a série histórica. De lá para cá, nos anos 2000 e 2010, voltou-se à normalidade.

Os resultados iniciais do Censo de 2010, realizado sob o governo Lula, foram divulgados em novembro do mesmo ano. Os microdados saíram dezessete

meses depois, em abril de 2012. Naquela ocasião, pela primeira vez os recenseadores usaram tablets nas entrevistas com a população, aposentando os registros em papel. A agilidade na divulgação dos dados foi comemorada e o avanço tecnológico parecia prenúncio de tempos melhores. Até que, em 2020, o governo Jair Bolsonaro adiou o levantamento em razão da pandemia, ainda que muitos outros países tenham realizado o levantamento sob a Covid. No ano seguinte, o Congresso aplicou um corte de mais de 97% nas verbas para o Censo. O então ministro da Economia, Paulo Guedes, não se empenhou em reverter o desastre, e Bolsonaro adiou o levantamento de novo. Assim, o Censo só começou em 2022 e, ainda por cima, apenas porque o Supremo Tribunal Federal obrigou o governo a fazê-lo.

E foi uma sucessão de trapalhadas. A verba era curta e a coleta dos dados demorou mais do que o projetado. Com salários baixos, houve casos de recenseadores abandonando os postos no meio do trabalho. Além disso, Bolsonaro estava em guerra com o IBGE. Quando o instituto divulgou dados mostrando que a taxa de desemprego havia subido e a população subutilizada estava batendo recordes, Bolsonaro não gostou dos números e colocou em dúvida a credibilidade do instituto. “É uma coisa que não mede a realidade, parece que são índices feitos para enganar a população”, disse. Não foi a primeira e nem seria a última vez que Bolsonaro criticou a metodologia do IBGE. (O recurso de culpar o mensageiro é clássico. Em agosto passado, Donald Trump, irritado com os maus números sobre desemprego, disse que os dados haviam sido “manipulados” para prejudicá-lo e demitiu a responsável pelo levantamento. Erika McEntarfer estava no cargo havia quase dois anos.)

Com o objetivo de promover a destruição de instituições que não atendiam aos seus interesses, Bolsonaro tentou jogar aos seus apoiadores contra o IBGE. Assim, os recenseadores do Censo de 2022 tiveram dificuldades adicionais para entrevistar os cidadãos, que se recusavam a recebê-los. A demora na coleta dos dados gera problemas nos resultados porque os entrevistadores usam uma data de referência nas perguntas. É preciso perguntar, por exemplo, qual era a renda daquela família numa data estabelecida – e não no momento da entrevista. Quanto mais longe do início da coleta e da data de referência, menos precisa é a resposta do entrevistado, que frequentemente não se lembra das informações com exatidão.

Além disso, há especialistas que criticam o desenho do Censo de 2022. Os dois questionários usados – o básico, aplicado para toda a população, e o ampliado, feito apenas com uma amostra dos brasileiros – são diferentes dos utilizados no Censo anterior, de 2010. Há uma lista menor de perguntas e, em alguns casos, a formulação delas foi alterada, o que pode dificultar a comparação. Entre os especia-

listas, a leitura comum é de que em 2022 se fez o “censo possível” – não o melhor, mas aquele que estava ao alcance da mão.

Para coroar as trapalhadas, o principal dado do Censo foi questionado. Em dezembro de 2022, o IBGE divulgou que a prévia do Censo indicava um número bem inferior à projeção feita no ano anterior. Em vez de 213,3 milhões de habitantes, o país agora tinha 207 milhões. As prefeituras, que dependem do dado populacional para definir sua fatia dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, questionaram a queda. Então, o Tribunal de Contas da União teve que definir os critérios de distribuição do dinheiro. Em junho de 2023, veio outra surpresa quando o IBGE divulgou os primeiros resultados oficiais do Censo. Descobriu-se que, em 2022, a população não somava nem 207 milhões, nem 213,3 milhões, mas 203 milhões. (O IBGE projeta que a população brasileira neste ano é de 213,4 milhões.)

Apesar dos ataques de Bolsonaro, os ibgeanos, como os servidores do instituto se autodenominam com orgulho, conseguiram resistir às tentativas de desmonte. “É fantástico que tenhamos conseguido fazer o Censo, com todas as limitações que aconteceram”, celebra Laura Wong, demógrafa da UFMG. Com a posse do presidente Lula em 2023, os ibgeanos se empolgaram. Em campanha, Lula prometera recuperar as instituições fragilizadas e retomar os concursos públicos, cuja ausência vinha desidratando o quadro de servidores de vários órgãos. O IBGE era um caso simbólico. Do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 até que Lula nomeasse um presidente efetivo, em agosto de 2023, o instituto teve cinco presidentes.

Mas a esperança dos ibgeanos com a ascensão de Lula não durou muito. “Aí, temos o Censo, mas não temos os dados”, lamenta Laura Wong. Já se passaram 27 meses sem que os microdados sejam publicados. “As duas grandes razões para esse atraso são uma equipe pequena e um Censo que precisa muito passar pelo processo técnico da crítica para extrair dados razoáveis”, diz o engenheiro Roberto Olinto, que presidiu o IBGE entre junho de 2017 (no governo Temer) e fevereiro de 2019 (no início do governo Bolsonaro). A avaliação crítica do Censo não é um processo trivial: tem etapas técnicas bem definidas para eliminar inconsistências e qualificar os dados.

Olinto acrescenta o que acredita ser outra razão para a demora: um presidente com ideias e estilo de gestão que ampliam a crise pela qual passa o IBGE. O estatístico Antônio Tadeu Oliveira, que trabalhou no IBGE por 43 anos até sua aposentadoria em 2023, avalia que, desta vez, o problema do instituto não está em Brasília, mas dentro de casa. “A direção do IBGE lavou as mãos para o Censo”, diz ele, em referência ao presidente Marcio Pochmann. “A sensação que eu tenho é que ele [Pochmann] não quer colocar as mãos num paciente que está sangrando.

Ele cria ideias mirabolantes quando não dá conta do principal, do básico.”

Jóia da burocracia brasileira, o IBGE, em seus quase 90 anos de existência, montou uma competente série histórica radiografando o país, avançou em suas técnicas, reuniu um corpo técnico altamente qualificado e alinhou-se entre as melhores agências estatísticas do mundo. Na sua história, sofreu várias tentativas de interferências políticas, mas conseguiu resistir. “Isso porque o IBGE tem uma burocracia que não só é muito qualificada e tem autonomia, mas também porque tem laços muito fortes com a sociedade, com o mercado, com os organismos internacionais, com a academia, com a imprensa”, diz Gabriela Lotta, professora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e referência nos estudos sobre governo e burocracia. “É uma organização que cria uma identidade funcional de maneira impressionante.”

No entanto, o IBGE encontra-se em um estado de penúria e descaso faz anos. A lenta desidratação – de funcionários, de orçamento – é especialmente grave numa era em que informação é um ativo essencial e o próprio tempo estatístico, com as novas tecnologias, se acelerou brutalmente. Com isso, o IBGE está começando a ser superado por seus similares em outros países da América Latina, como o México e a Colômbia.

Desde a posse de Pochmann em agosto de 2023, o instituto virou um caldeirão em ebulição. O corpo técnico se sente alijado das decisões estratégicas e define a gestão atual como “autoritária e desestruturante”. A **piauí** ouviu trinta pessoas, entre servidores, integrantes da Comissão Consultiva do Censo, demógrafos, usuários de dados do IBGE, especialistas em administração pública, ex-presidentes do IBGE e integrantes do governo Lula. A maioria, sobretudo servidores da ativa, pediu para não ser identificada com receio de sofrer represálias internas, mas há um diagnóstico mais ou menos comum: o IBGE atravessa uma crise aguda e o atual comando não vem contribuindo para as soluções. “Eu vejo o IBGE, na parte de recursos humanos, dentro de um abismo”, diz a demógrafa Suzana Cavenaghi, que integra a Comissão Consultiva do Censo.

A escassez de servidores continua grave. Em 2010, o IBGE contava com 7 mil funcionários efetivos para fazer a operação censitária daquele ano. Agora, tem metade disso, de acordo com o Assibge, o sindicato nacional da categoria. Entre 2016 e 2024, deu-se um notável esvaziamento em razão da ausência de concurso público para preencher as vagas abertas por pedidos de aposentadoria e transferências de servidores para outros órgãos. No ano que vem, haverá concurso para preencher 9 580 vagas, mas são todas temporárias. “O IBGE tem contratado mão de obra temporária para atividades permanentes. É um problema que pode afetar a qualidade porque são trabalhadores que têm rotatividade. Além disso, gera uma espécie

de fratura dentro do órgão. Tem servidores que têm direitos e outros que não têm”, diz Elvis Vitoriano da Silva, diretor do Assibge. “O que temos visto nos últimos anos, e a atual gestão não tem sido diferente, é uma espécie de naturalização desse processo.”

No ano passado, o governo Lula abriu o Concurso Público Nacional Unificado para preencher 6 640 vagas em 21 órgãos públicos. No caso do IBGE, o concurso contemplou apenas 895 postos de trabalho. Mais tarde, abriram outras 88 vagas. Somando-se tudo, dá 983 novos postos permanentes, o que é apenas pouco mais do que o número de servidores do instituto que podem se aposentar neste ano – 903. Para piorar, os servidores reclamam que a atual gestão planeja alocar parte dos novos servidores para a própria presidência, e não para as áreas técnicas. (A direção do IBGE diz que esses servidores serão encarregados de desenvolver o novo Sistema Nacional de Geociências, Estatística e Dados, o Singed, ambicioso projeto que pretende reunir as bases de dados oficiais de diferentes órgãos.)

A maior crise da gestão de Pochmann começou em julho de 2024, com a ideia de criar a IBGE+, uma fundação que passaria a captar dinheiro junto à iniciativa privada para financiar as pesquisas do instituto. Era uma forma de contornar as limitações orçamentárias, mas os servidores dizem que só ficaram sabendo da novidade em setembro daquele ano – e a crise então ganhou uma dimensão pública. De início, os servidores se colocaram contra a ideia, com receio de que o financiamento privado da IBGE+ comprometesse a independência dos levantamentos estatísticos. Achavam que o Conselho Diretor da fundação não tinha uma composição equitativa e não queriam que o novo órgão usasse a sigla IBGE em seu nome, de modo a imunizar o instituto de eventuais escândalos e parcerias duvidosas.

Mais tarde, já no início deste ano, dezenas de chefes e servidores do IBGE assinaram uma carta aberta na qual acusaram a gestão de Pochmann de ter um “viés autoritário, midiático e político”. Em outra carta, divulgada dias depois, os funcionários denunciaram que o presidente usava os canais de comunicação oficial do instituto para se autopromover. A proposta de captar recursos privados para ajudar a financiar o IBGE não era nova. Quando presidiu o instituto entre 1994 e 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o sociólogo Simon Schwartzman cogitou uma solução na mesma linha, mas não conseguiu tirá-la do papel. “Não tive apoio do governo, nem dos funcionários. Então, eu desisti”, relembra Schwartzman.

Pochmann também fracassou no mesmo ponto. Entre o fim de 2024 e o início de 2025, o governo Lula estava acuado por pressões da oposição, sua taxa de popularidade caía, o preço dos alimentos subia e os bolsonaristas emplacavam a narrativa de que o governo queria taxar o Pix. Os bolsonaristas Rogério Marinho

A PARTE PELO TODO

UM PODCAST VIAJANTE

OUÇA AGORA A SEGUNDA TEMPORADA:



Mantenedor Institucional



Produção

Apoio de mídia



revista **piauí**

Realização

INSTITUTO **TOMIE OHTAKE**

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO DO **BRASIL**
DO LADO DO POVO BRASILEIRO



(RN) e Gustavo Gayer (GO) entraram com representação no Tribunal de Contas da União para barrar a criação da Fundação IBGE+, e a direita começou a chamar o novo órgão de “IBGE paralelo”, de modo a sugerir algum tipo de manipulação oculta. O governo sentiu cheiro de fumaça e preferiu evitar um incêndio maior.

Com aval do Palácio do Planalto, o Ministério do Planejamento, comandado por Simone Tebet, foi encarregado de avisar Pochmann que a criação da Fundação IBGE+ precisava ser suspensa. “Mas se a ideia é boa, por que suspender, companheiro?”, insistiu Pochmann, numa reunião em que tentaram demovê-lo da ideia. Não adiantou. No dia 29 de janeiro, depois de uma reunião com a ministra Simone Tebet e João Villaverde, secretário de Articulação Institucional do Planejamento, Pochmann cedeu e uma nota oficial foi divulgada anunciando a “suspensão temporária” da Fundação IBGE+.

À **piauí**, Pochmann falou sobre o aspecto positivo da crise. Disse que o IBGE está passando por uma “transformação profunda” e que as críticas fazem parte do ambiente democrático. Mudanças deste porte no sistema estatístico nacional, segundo ele, só ocorreram antes em períodos autoritários, nunca na vigência do regime democrático. “As pessoas podem falar mal, não tem problema. Se estão falando é porque alguma coisa está ocorrendo na casa”, disse. “Isso é ótimo, estamos vivendo um momento estratégico, precisamos repensar a casa.”

Em meio à crise da fundação que nunca saiu do papel, surgiu outra confusão que ajudou a agitar o funcionalismo: a mudança da sede da instituição do Centro para o Horto Florestal, na Zona Sul do Rio de Janeiro, outra decisão, segundo os servidores, tomada às pressas,

sem diálogo e sem levar em conta as dificuldades de acesso, em especial para servidores que moram na Baixada Fluminense. A mudança, de acordo com Pochmann, representará uma economia de 15 milhões de reais anuais em aluguel no prédio atual. Como tudo o que diz respeito ao IBGE nos últimos tempos vira polêmica, a mudança incendiou o ambiente depois de um encontro público de Pochmann com o então ministro da Previdência Social, Carlos Lupi.

No encontro, transmitido online, Lupi disse que havia oferecido um prédio para o IBGE ocupar no Centro do Rio. “O teu pessoal não foi ver o que eu te ofereci, tem um prédio inteiro ali na Pedro Lessa, nº 36. Você me disse que tinha interesse em ir para lá, ocupar uma parte do espaço físico, lembra? Ninguém se movimentou, não, viu? Queixa pública”, disse Lupi. O prédio da Rua Pedro Lessa fica a uma caminhada de dez minutos da atual sede do IBGE. Pochmann ouviu a queixa de cabeça baixa. Quando tomou a palavra, já perto do final do evento, disse que o prédio não servia porque demandava reformas de 100 milhões de reais. Lupi rebateu. Disse que não estavam falando do mesmo imóvel. A reunião acabou.

Além da mudança de endereço e do caso da Fundação IBGE+, Pochmann aposta suas fichas no Singed, a unificação das bases de dados oficiais. Ele já disse que o Singed dará ao país “soberania de dados” e permitirá ao governo criar “políticas públicas preditivas”. Para viabilizar o projeto, Pochmann assinou um contrato de 76 milhões de reais para dispor dos serviços do Serpro, a empresa de processamento de dados do governo – um negócio que, para os servidores, foi pouco transparente. Diz Alexandre Amorim, presidente do Serpro: “Conseguimos pos-

sibilitar que as duas organizações, com duas bases de dados, com duas formas de trabalhar, produzam um pensamento crítico, informações críticas, para elaborar políticas públicas. É um processo de modernização da máquina pública, do IBGE e do papel do Serpro, que vem sendo esse guardião das informações, mas também desenvolve uma infinidade de soluções para o governo federal e para o cidadão.”

Se os projetos derem certo, Pochmann pode emplacar a maior mudança feita no IBGE nas últimas décadas. Terá impacto no que o instituto faz, para que serve, como se financia e como se organiza internamente. Em seu discurso de posse, numa cerimônia que contou com a presença de Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin, Pochmann já fez menção ao projeto do Singed. “Estamos diante de um novo mundo, um novo Brasil, um novo IBGE”, disse.

A comunidade dos ibgeanos – técnicos, especialistas, sindicalistas – se divide entre os que defendem e os que criticam as propostas de Pochmann, mas são unânimes em reclamar da falta de debate interno. “Todos os novos projetos do IBGE foram sempre discutidos e debatidos não só com especialistas, mas com os ministérios, as universidades, os centros de pesquisa, o mercado, os usuários dos dados. E isso não está acontecendo. Não tem debate para fora e não tem debate para dentro”, diz Wasmália Bivar, que presidiu o instituto de 2011 a 2016. “Você tem que ir convencendo as pessoas, trazendo elas junto. Não adianta brigar. Resistência à mudança sempre vai existir, mas as pessoas precisam ser convencidas.”

Quando a estatística Elizabeth Hypólito comandou a reunião com os catorze especialistas da Comissão Consultiva, em outubro passado, a relação entre os servidores e Pochmann já havia desandado. Meses depois do encontro virtual, começou uma dança das cadeiras que mais parece uma sangria de cérebros. Hypólito, a diretora de Pesquisas, pediu demissão da sua função e foi acompanhada pelo seu diretor-adjunto, João Hallak. A geógrafa Ivone Batista também deixou a diretoria de Geociência junto com sua diretora-adjunta, Patrícia do Amorim Vida Costa. Desde a posse de Pochmann, foi a segunda mudança em duas diretorias fundamentais para o IBGE.

No mesmo mês, houve novas trocas. O administrador e servidor aposentado Marco Cicero Maciel, que chegou a ocupar o cargo de diretor executivo da Fundação IBGE+ durante a breve existência dela, e o estatístico e demógrafo Tadeu Oliveira, que também estava no conselho da fundação, pediram exoneração. Todos os seis haviam sido indicados para aquelas funções relevantes pelo próprio Pochmann e eram, no princípio, seus aliados. “Há uma frustração gigantesca da burocracia federal que resistiu no governo Bolsonaro quanto à falta de apoio que essa gestão tem dado, não só ao IBGE”, diz Gabriela Lotta. “Se esperava

que a volta de um governo petista fosse retomar algumas práticas anteriores, como nomear um quadro interno para presidir o órgão e reconhecer que a burocracia tem autonomia, é capaz, segurou a onda, protegeu o órgão.” (Em todos os mandatos anteriores, Lula e Dilma escolheram um servidor de carreira para comandar o IBGE. Pochmann é a exceção.)

No Conselho Diretor do instituto, o órgão mais alto na hierarquia, Pochmann também nomeou pessoas de fora do IBGE. Das seis cadeiras, três vieram de fora na configuração atual: Marcos Mazoni, diretor de Tecnologia da Informação, presidiu o Serpro; José Daniel Castro da Silva, coordenador-geral do Centro de Documentação e Disseminação de Informações, trabalhou no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com Pochmann; e Jorge Abrahão de Castro, coordenador-geral da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, também foi colega de Pochmann no Ipea e, como ele, é doutor em economia pela Universidade de Campinas. (A **piauí** tentou ouvi-los, mas eles não responderam ao contato.) Pochmann é um defensor da entrada de quadros externos. Para ele, o IBGE é um órgão “super fechado” e que, de 940 cargos de confiança, só dezenove podem ser preenchidos com gente de fora. Destes, de acordo com ele, só seis, incluindo ele próprio, não são servidores de carreira do instituto.

No dia 14 de outubro, Marcio Pochmann recebeu a **piauí** na sala da presidência do IBGE, um escritório com mobiliário de madeira escura e vista para o Pão de Açúcar, no décimo andar de um prédio antigo no Centro do Rio de Janeiro. “Eu cheguei aqui e não tinha ninguém nesse prédio”, começou ele. “Tinha uma anomia na casa. Não tinha com quem conversar, não tinha plano de trabalho.” Ele reconhece que a demora na divulgação dos microdados do Censo está indo longe demais, mas tem suas explicações.

Segundo ele, há quatro fatores que contribuem para o estado atual: a instabilidade na gestão do IBGE, com as trocas sucessivas no comando do órgão; o esvaziamento do instituto em razão da falta de concursos públicos e ausência de recomposição salarial; o atraso tecnológico do órgão imposto pela austeridade econômica. “O quarto fator é que quando chegamos aqui, nos deparamos com um questionamento ao Censo”, diz ele, fazendo referência à contagem populacional que gerou protestos por parte das prefeituras.

“O Censo é válido, foi feito com o que havia de possibilidades naquele momento, mas a produção das suas informações tem a ver com a forma com que os dados chegaram. E, da forma como eles chegaram, é preciso ver a melhor consistência possível, para divulgar o que é possível ser divulgado”, diz. “Esperamos comprometer um certo tempo para divulgarmos uma informação precisa.” Na conversa

com a **piauí**, ele não previu uma data de divulgação, mas ponderou que talvez possa avançar até 2026.

Pochmann afirma que tem trabalhado para melhorar a estrutura do IBGE e comemora um incremento orçamentário, a recomposição salarial a servidores e o concurso já realizado. Reconhece, no entanto, que são ganhos pequenos dado o contexto ainda precário em que o instituto opera. Segundo ele, o orçamento do IBGE correspondia a 0,32% do orçamento federal em 1986. Em 2023, a fatia caiu para 0,04% do orçamento e, recentemente, subiu para 0,05%. Mesmo admitindo essas dificuldades, Pochmann rejeita a ideia de que há uma crise no instituto e diz que hoje preside um IBGE melhor do que aquele que encontrou.

Para ele, a transformação do instituto está apoiada em três pilares: aumentar a escala da capacidade de processamento de dados (onde entra a parceria com o Serpro); o uso de uma inteligência artificial nacional para trabalhar os dados; e o uso de “estatísticas experimentais”.

Ele defende que o Censo de 2030 não seja realizado “da maneira tradicional” e diz que o censo agropecuário, por exemplo, poderá usar uma espécie de formulário “pré-preenchido” a partir de registros administrativos. “Temos que estar cada vez mais adequados às exigências contemporâneas para as políticas públicas”, afirma.

Pochmann minimiza as críticas ao seu modo de gerir o instituto e até questiona a legitimidade de seus críticos – o que, até agora, só tem gerado mais animosidade contra a sua figura. Ele diz que os servidores que reclamam são um grupo pequeno, mas barulhento. Diz que “a imprensa gosta de ouvir ex-presidentes que nem conseguiram ficar um ano na casa”. E não esconde a mágoa pelo tratamento que a imprensa lhe dá. “Desde o anúncio da minha nomeação, como é que a imprensa se comportou? Recuperou lá. Que eu vou manipular preços, vou alterar estatísticas, você vai ver, só tem avaliação negativa, eu já cheguei assim.”

Sentado à mesa de reuniões de sua sala, Pochmann então se virou para trás e alcançou uma estante de livros, de onde tirou duas brochuras com registro dos encontros com servidores realizados desde que chegou à presidência do IBGE. “É uma gestão democrática, transparente, participativa”, afirma. A **piauí** voltou aos funcionários críticos para ouvi-los sobre esses encontros. Eles concordam que existiram os encontros, mas dizem que foram pró-forma.

Em outubro, aconteceu a reação mais recente de servidores contra Pochmann. Gerentes e diretores assinaram uma carta contra alterações no estatuto do órgão, propostas pela direção. A minuta do novo estatuto, segundo os funcionários, “concentra o fluxo decisório no topo da

hierarquia, na figura do presidente ou de seu substituto, o diretor-geral, reduz a autonomia técnica ao transformar suas atividades em um bloco monolítico e extingue a gestão colegiada ao rebaixar o Conselho Diretor a um órgão meramente consultivo”. Para Pochmann, a discussão do estatuto com a casa é uma prova de que sua gestão é democrática.

Na ausência dos microdados tão esperados, a divulgação setorial do Censo de 2022, iniciada na gestão anterior à de Pochmann, continuou em frente. Era uma forma de aliviar a falta da massa bruta dos dados. A divulgação passou a ser feita em diferentes cidades, e não mais apenas no Rio de Janeiro, sede do órgão, como sempre acontecia. A ideia de regionalizar a divulgação era também um meio de tentar neutralizar o efeito da campanha anti-IBGE de Bolsonaro, que levou muitos brasileiros a se recusarem a responder às pesquisas do instituto. O censo dos quilombolas foi divulgado em Brasília. O censo indígena, em Belém. O racial, já com Pochmann recém-empossado, no Pelourinho, em Salvador.

Em seguida, Pochmann passou a privilegiar aliados políticos na escolha dos locais de divulgação, e o evento começou a se estender por duas horas. Na primeira metade, os dados eram apresentados por diretores do IBGE. Na segunda, davam-se os discursos políticos

das autoridades regionais convidadas para a cerimônia. A aparente politização dos encontros começou a gerar incômodo entre os servidores. Na região do Grande ABC, berço do sindicalismo que projetou Lula nacionalmente nos anos 1970, Pochmann divulgou um recorte do Censo sobre as características dos domicílios brasileiros, com detalhes sobre o acesso à rede geral de água e esgoto. Nesta divulgação, o país soube que a fatia de brasileiros que moravam em apartamentos passou de 8,5% em 2010 para 12,5% em 2022. Das 55 autoridades anunciadas pela cerimonialista no evento, 27 tinham cargos na administração do prefeito de Diadema, o petista José de Filippi Júnior, que disputava a reeleição (e acabou perdendo).

Em uma sociedade democrática, diz a pesquisadora Ana Lúcia Santana Schroeder, mestre em direito pela FGV e autora de uma dissertação sobre a autonomia do IBGE, o acesso irrestrito aos dados sobre quem somos, quantos somos e como estamos não é apenas uma demanda técnica de demógrafos, é também um direito social dos cidadãos. “Isso garante reprodutibilidade, auditoria independente e escrutínio público, reduzindo os riscos de manipulação política ou de seleção conveniente de indicadores”, diz. Neste campo, como em tantos outros, quanto mais informação e mais transparência, melhor para o país. ★

MINISTÉRIO DA CULTURA

E SHELL

APRESENTAM

Fu p

SENTE A PULSAÇÃO E VEM COM O CORAÇÃO!

19 A 23/11 + 27 A 30/11

VIADUTO DE MADUREIRA | CUFA | ZÊ ÊNE

SHOWS

JONATHAN FERR • MANO BROWN • AWURÊ • BAILE CHARME

LUEDJI LUNA • MAJUR

DEBATES

MART'NÁLIA • SANDRA SÁ

CONCEIÇÃO EVARISTO • STEVE MCQUEEN • MIREILLE FANON

ANA MARIA GONÇALVES • MICHELLE ALEXANDER • DIONNE BRAND

CHRISTINA SHARPE • PATRICK CHAMOISEAU

E MUITO MAIS...

ENTRADA GRATUITA

IDEIAS PARA REENCANTAR O MUNDO

PRONAC 244948

Lei Rouanet

Patrocinador

motiva

VALE

itaú

Ford Foundation

suave

NA NAVE

GOVERNO DO BRASIL

GERAÇÃO DEMOCRACIA

PARTE VII_A FLORESTA E A OBRA

A luta pela Amazônia – e contra ela

JOSÉ HENRIQUE BORTOLUCI

No dia 30 de junho de 1988, Alilzete Alves Theofilo pegou carona num caminhão de transporte de madeiras e seguiu pela Rodovia Transamazônica, partindo do assentamento rural em que morava até o hospital de Medicilândia, no Pará, para dar à luz a Erasmo. Ele veio ao mundo com o destino talhado por aquela imensa obra de infraestrutura, que ele chama de “rodovia do genocídio”. Construída na década anterior a seu nascimento para ligar o interior da Amazônia ao litoral do Nordeste, a Transamazônica foi fundamental para definir o padrão de ocupação humana em seu entorno: quem viveria ali, de que forma o espaço seria ocupado, de acordo com que leis e, sobretudo, a quem pertenceriam as terras ao longo da rodovia, que hoje corta imensos municípios, e o que seria feito daquela parte da Floresta Amazônica que a estrada rasgou.

Erasmo Alves Theofilo nasceu três meses antes da promulgação da Constituição brasileira de 1988. Hoje, ele está incluído no Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do Estado do Pará. Camponês e ativista, teve que se afastar do lugar onde nasceu e viveu até recentemente, na zona rural do município paraense de Anapu. Um território que ele cruzava em sua cadeira de rodas, numa luta de quase toda a vida, seguindo o caminho de seus pais. Em suas palavras, hoje ele é um exilado em seu próprio país.

A região de Anapu é uma das mais perigosas do país para ativistas, camponeses e defensores de direitos humanos. A irmã Dorothy Stang, assassinada a mando de fazendeiros em 2005, é o nome mais conhecido de uma longa lista de

pessoas mortas por grileiros e outros criminosos. Erasmo me diz: “Se eu seguisse lá, podia morrer anônimo. Ninguém sabe quem é Márcio, quem é Paulo Anacleto, meus companheiros que foram mortos logo antes de eu sair de lá. Mas sabem quem é a Dorothy, pelo menos.”

Poucas semanas antes de eu iniciar uma viagem que planejava fazer a Anapu e Altamira, Erasmo me liga e me convence a desistir dos planos, ao menos por ora: Ronilson de Jesus Santos, outro líder da luta pela reforma agrária na região, havia sido assassinado, e o seu filho sobreviveu por pouco. Quando conto que faria uma viagem de dez dias por outras regiões da Amazônia para ouvir pessoas, ver lugares e ir de barco de Belém a Manaus (um sonho meu desde a infância), ele me diz, sem vacilar: “Minha recomendação é que você tenha medo. Aqui, nessas terras, você tem que ter medo de fazer certas perguntas, de entrar em lugares que não conhece, de fotografar. Você está acostumado com a cidade. Aí, se querem te fazer mal, vão te difamar, vão te processar. Aqui, eles te matam.”

A fala de Erasmo não é só de medo. Em nossas conversas por videochamada, ele interrompia suas respostas para tentar me mostrar uma revoada de pássaros que naquele momento passava sobre sua casa. Ou para me mostrar fotos da casa simples em que a família vive, imagens da horta de sua mãe, Alilzete, fotos da escola que a comunidade construiu em um dos assentamentos que ele ajudou a regularizar. Depois, interrompe a entrevista porque tem que saber de seus pais se a comunidade conseguiu resgatar um bezerro que havia caído em um buraco. Mesmo distante, Erasmo tenta ajudar no resgate do animal, coordenando a



Erasmo Alves Theofilo: “Sendo direto, o Brasil não melhorou em vinte anos, pelo menos não na minha realidade. Na luta que vivo – ambiental, camponesa, florestal – só vi retrocesso”

comunidade. E, antes de desligar, ele me diz: “Eu não posso desistir, é impossível. Para algumas pessoas, pedir para parar de lutar é pedir para morrer um pouco.”

Sou de Medicilândia. Anapu, Altamira, Medicilândia... Essas cidades da região onde eu vivi só cresceram mesmo por causa da Transamazônica. Lá, tudo gira em torno dela. E a matança em volta, de indígenas e trabalhadores rurais também. É uma rodovia do genocídio. A Transamazônica passa em Medicilândia, na vila em que eu nasci. E esse nome aí da cidade foi dado em homenagem ao presidente militar [o general Emílio Garrastazu Médici, 1905-85] que mais matou. Continua assim até hoje, você veja...

Nasci com paralisia infantil. Perdi meu irmão gêmeo ainda no ventre. A paralisia pegou o cérebro dele e as minhas pernas. Fiquei três dias com ele morto na barriga da minha mãe. Nasci com 1,2 kg, fiquei seis meses na incubadora. Você vê que eu já lutava antes de nascer. Meu pai me levou pra Belém com 3 anos pra eu me tratar, porque nessa época eu já tinha dificuldade de andar. A gente rodou o Brasil – Belém, Teresina, São Paulo, Paraná – sempre atrás de tratamento. Fiz dezenove cirurgias, a última foi com 13 anos. E ninguém sabe me dizer ao certo a causa desse problema. Falam em paralisia, em eclampsia, mas nenhum médico assinou embaixo. Fora isso, tive uma infância como qualquer criança. Sempre fui danado, teimoso. Jogava bola, botando joelheira e me jogando no chão. Queria provar que eu conseguia.

Eu era a típica criança da roça. Minha comida preferida até hoje é arroz com feijão e sardinha. Meu pai me levava com ele pra roça desde que eu estava com 4 anos. Eu já tinha dificuldade de andar, mas me virava, e ele me levava pra mostrar que eu podia ser um homem honrado e fazer as coisas como qualquer outra pessoa. Enquanto ele roçava, eu espantava passarinho com estilingue. Depois, a gente almoçava na beira do rio: arroz, feijão e sardinha.

Até os 10 anos, eu era muito ativo. Andava, corria, brincava. Mas com 12, meu corpo foi mudando, e parei de andar. O corpo já não aguentava mais o peso, e as cirurgias já não ajudavam mais. Meu corpo cedeu. Desde então, uso cadeira de rodas, ou então, às vezes, ando com aquelas cadeiras brancas de plástico, de bar, passo a passo, me empurrando na cadeira.

Os problemas começaram quando saí da comunidade rural onde a gente vivia pra fazer fisioterapia em Altamira. Lá, sofri preconceito. Sofri bullying, era pesado. Mas conhecer outras pessoas com deficiência foi minha salvação, porque foi isso que me levou pra militância. Com 16 anos, nós fundamos a primeira associação de pessoas com deficiência da região. Fui eleito presidente, mas, por ser menor de idade, fiquei como vice. O presidente assinava, mas quem fazia o trabalho era eu. Minha militância começou ali, depois vieram as associações de agricultores e, hoje, a causa ambiental.

Também acompanhei meu pai nas lutas camponesas desde os 12 anos. Minha juventude foi marcada por isso. Na época, a mata aqui da região era mais preservada, e não se falava em Belo Monte. Já tinha muita violência contra camponeses e indígenas. Às vezes, pra encontrar meu pai, a gente andava dois dias dentro da mata. Pra mim, era aventura. Ver anta, onça, bandos daqueles porcos do mato – era meu fim de semana ideal. Quando eu ia visitar meu pai, a gente nadava no Rio Macapuxi. Um rio estreito e profundo, cheio de peixe. Mas eu aprendi a nadar mesmo foi no Xingu. Era lá que eu mais nadava.

Meu pai é alemão. Veio criança pro Brasil. A família ficou um tempo no Paraná, onde só arrendava terra. Depois, foi para a região onde eu nasci por causa da abertura da Transamazônica, porque diziam que lá a terra era grande e de graça. Meu pai chegou em Medicilândia em 1972.

Meu avô teve 25 filhos. Então, entre Altamira e Uruará, sempre tem alguém da minha família. Todo mundo é camponês. A gente nasceu dentro do sindicato rural. Meu pai, Eduardo Theofilo Filho – anota o nome dele pra você colocar na reportagem – foi um dos primeiros presidentes de associação na Transamazônica. Fundou cooperativa, liderou associação de agricultores e trabalhou com o Dema [Ademir Alfeu Federicci], uma liderança que foi assassinada em 2001. Tenho foto dos dois de enxada na mão. Meu pai também sofreu atentados: foi pego de refém em Macapuxi pelos madeireiros, e tivemos que fugir de lá e vir pra Anapu. Mas, ao contrário do Dema, ele sobreviveu.

Minha vida não é tão diferente da dos meus pais. A diferença é que hoje eu tenho visibilidade – o que meu pai nunca teve. Mas a luta é a mesma. Quando eu era criança, a gente mudou três vezes por causa das ameaças contra ele. E hoje também tenho que me mudar, me esconder.

Foi ele quem fez o primeiro contato entre os brancos e os indígenas do povo Arara, junto com o padre Alírio Bervian. Mas isso gerou um problema enorme. Levaram o filho de uma liderança indígena pra Brasília. Quando voltaram com o Toti – que hoje é cacique e meu amigo –, o Exército invadiu a aldeia e matou muitos indígenas. Depois, ampliaram a reserva em mais de 40 km. Meu pai ajudou a retomar o território. Cresci com os araras. Quando o Exército vinha, eles se escondiam nos lotes do Incra onde minha família morava. Eu vi tudo isso de perto, de pequeno.

Se você visse meu pai uns cinco anos atrás, você ia pensar: estou vendo um guerreiro. Hoje, já não é mais o mesmo. Ele está com 65 anos, no último estágio da lucidez, e não posso ficar lá pra cuidar dele. Hoje, minha maior dor é ver o Alzheimer dele

avancar e eu não poder estar lá. Não posso voltar pro território – eu vivo escondido no programa de proteção, porque, se eu volto pro meu território, posso perder a vida.

Minha mãe, Alilzete, é uma baiana arretada, dessas que a gente só entende a força com o tempo. Ela nasceu em uma comunidade quilombola na cidade de Itamaraju. Passou por uma vida muito dura, mas sempre foi mais forte que tudo. Sorriente, firme, guerreira de verdade. Enquanto eu e meu pai somos da linha de frente, ela é quem articula. Fala com todo mundo na região. Aonde chega, puxa conversa, dando conselho, chamando pra reunião. Especialmente com as mulheres. Ela ficou triste nos últimos anos com a casa mais vazia, porque gosta de movimento, de gente.

*

Meu primeiro contato com a Amazônia foi no Fórum Social Mundial de 2009, em Belém. A cidade era imensa, quente, saborosa, desigual. Em sua lua de mel, em 1984, meus pais tinham viajado para lá, de caminhão. “Presta atenção, tem mangueira pra todo lado”, eles me recomendaram. Meu pai, caminhoneiro que trabalhou na região quando as grandes obras encabeçadas pela ditadura militar estavam sendo construídas, me contava histórias das matas, estradas e rios da Amazônia. Eu contei algumas dessas histórias no livro *O que é meu*.

Em Belém, provei pela primeira vez daquela presença constante do Rio Guamá, da comida exuberante, da simpatia dos moradores e do calor que fustiga os visitantes de fora. A cidade, como toda metrópole brasileira, misturava pontos novos e reluzentes – os shoppings e condomínios marcados pela mesmice arquitetônica e social – e uma imensidão de bairros da classe trabalhadora, alguns deles ainda com casas de palafita, como a comunidade localizada entre as duas universidades federais onde aconteciam muitos dos eventos do fórum.

Nas universidades, bradávamos o lema de que “outro mundo é possível”; naquele bairro de gritante pobreza, que atravessávamos a pé, éramos confrontados com o mundo real. Numa tenda montada na Universidade Federal do Pará, vi Marina Silva palestrar para uma grande plateia, enquanto caía uma chuva amazônica sobre a lona. Marina explicava para nós que a floresta era assim: uma vez por dia, ela se manifestava dramaticamente, despejando um mundo de água sobre nossas cabeças. Muitos dos presentes chamavam Marina de presidente – isso pouco depois de seu rompimento com o governo Lula e cerca de um ano antes de sua saída do PT. Não podíamos prever toda a enxurrada política que atravessaria o país nos anos seguintes. Muito mudou, tão pouco mudou.

Como muitas pessoas do Sudeste e do Sul do Brasil, eu experimento com relação à Amazônia alguma familiaridade e um carinho inegável, já que ouvi falar sobre a floresta, suas cidades e estradas desde que nasci. Procurei também estudar sobre a imensa região que engloba quase metade do território do país; nos últimos quinze anos, fiz diversas viagens curtas de trabalho para Belém e Manaus. Ao mesmo tempo, me sinto um estrangeiro na Amazônia. Sou mais um nome numa linhagem de brasileiros de outras partes que visitam a região, depois voltam para suas cidades de origem e escrevem livros, teses, reportagens, postam fotos nas redes sociais, contam histórias de sua visita, fazem discursos e negócios.

A Amazônia sempre foi uma espécie de laboratório de testes para estrangeiros de todo tipo. “Estrangeiros” como eu, como os gaúchos e paranaenses que se mudaram para lá nos anos 1970 e 1980 a fim de explorar a terra e “colonizar” a região, gringos, como Henry Ford, que tentou montar ali sua utópica Fordlândia no final dos anos 1920. Estrangeiros como a leva de pessoas que viajam para a COP30, levando em seus laptops as “soluções” para “salvar a floresta” – elaboradas em seus escritórios em Londres, São Francisco, São Paulo ou Estocolmo.

*

Mário de Andrade, no livro *O turista aprendiz*, resume bem o misto de exotização e de genuíno espanto com a grandeza desse contato com a floresta que marca a experiência dos estrangeiros em visita à Amazônia. Alimentado pelas leituras que descreviam a floresta como uma terra selvagem e primitiva, ele conta que comprou uma bengala em São Paulo antes de sua longa viagem pela região: “As reminiscências de leitura me impulsionaram mais que a verdade, tribos selvagens, jacarés e formigões. E a minha alminha santa imaginou: canhão, revólver, bengala, canivete. E opinou pela bengala.”

Mais à frente no livro, ele descreve uma sequência infundável de atordoamentos com a grandeza de tudo o que via, descrevendo a Foz do Amazonas como a visão mais sublime da natureza e “o aroma do pau-rosa e da macacaporanga desprendido da resina de todos os troncos”, que “era tão inebriante que a gente oscilava com perigo de cair naquele mundo de águas brabas. Que eloquência!”

“Que eloquência”, penso também, ao perceber como a floresta é infinita em cada uma das escalas – seja na dos satélites, seja na das lupas e microscópios.

A Amazônia, de certa forma, é um objeto impossível de ser conhecido, se por conhecer queremos dizer buscar uma totalização, uma imagem-síntese, que abarque e controle o multicolorido do real. Da borda do rio se observa a imensidão da floresta adentro. Mas dali só se vê isso: a borda, e o rio caudaloso e marrom, cor que testemunha o seu parto nos Andes, do outro lado do continente. Em cima das nossas cabeças, invisíveis, os rios aéreos, com seus milhões de toneladas de vapor d’água conectando extremos do território sul-americano e atuando de forma definitiva na regulação do clima de todo o continente.

Essa escala colossal também se manifesta na vida cotidiana dos amazônidas, sobretudo os mais pobres. Algumas de suas atividades mais corriqueiras, como sacar os recursos mensais do Bolsa Família ou tirar um novo documento, podem levar dias de viagens de ida e volta até a cidade mais próxima. Em muitas cidades da Amazônia é possível ver dezenas de indígenas e ribeirinhos passando noites ao relento à espera da abertura de uma agência bancária ou de um órgão do governo.

Nossos olhos, nossos sentidos e nossa imaginação política não estão equipados para entender a dimensão da maior floresta tropical do mundo, com seu berço fluvial, que comporta um quinto da água doce do planeta, e com o rio mais volumoso do mundo, o Amazonas. Mesmo cientistas tarimbados, com vidas inteiras dedicadas ao estudo do bioma, apenas engatinham na compreensão das relações entre os múltiplos entes que compõem aquela massa viva.

Numa trilha pela mata na região do Tumbira, dentro de uma reserva ecológica no Rio Negro, Manoel Garrido – antigo construtor de barcos feitos de madeira de desmatamento que hoje trabalha com turismo comunitário sustentável –, nos aponta um pequeno quadrado da mata, com não mais de 2 m². Ali, naquela minúscula amostra da floresta, conseguíamos ver um universo feito de formigas aromáticas (“Os índios esfregam na pele antes de caçar, pros bichos não sentem o cheiro deles”), vespas que convivem com o formigueiro (“Eu fico pensando como é que elas vivem junto ali dentro”), um buraco onde se esconde uma aranha gigante, que aparece quando percebe nossa presença (“Ela vive aí sozinha, não sei como consegue, uma vida de solidão”), marcas de patas de onça (“Não precisa ter medo, já deve ter uns dois dias que ela passou por aqui”), vários tipos diferentes de cipós, árvores de raízes aéreas (“Se você está perdido na floresta tem que bater forte aqui porque emite um som que dá pra ouvir longe”) e diferentes tipos de caules (“Essa a gente não derrubava pra fazer barco porque a madeira é muito densa e o barco afunda”), sem falar nos pássaros no alto (“Esse que tá piando alto é o alarme da floresta, só está piando assim porque viu a gente entrar, ele dedurava para os fazendeiros quando os escravos fugiam”). E aquilo era só a superfície do mergulho num verdadeiro *aleph* florestal, que desafia o conceito de infinito e sobrepassa a lógica de que dispomos para entender as relações entre elementos de um universo.

Esse mistério, essa grandeza, embaralha espaço e tempo: se é tão imensa, a floresta há de ser eterna. A imponência no espaço confunde nossas mentes limitadas, como se ela fosse uma garantia da sua permanência no tempo. Essa torção lógica dá margem a várias formas de negacionismo e de cinismo, seja por desinformação ou má intenção, que manipulam essa sensação de perenidade e resiliência da floresta para promover a sua destruição.

Assim que entro no barco em que farei a longa viagem de Belém a Manaus pelo Rio Amazonas, um rapaz mais ou menos da minha idade puxa conversa comigo. Depois de alguns minutos, ele me diz que sua família tem terras, muitas terras: “A gente tem fazenda e gado pelo Pará inteiro, a gente derruba, planta pasto, cria gado, faz tudo.” Por perceber que sou de São Paulo, ele viu em mim uma oportunidade de negócios e pergunta se tenho interesse em investir em terras ou comprar gado. Quando digo que não tenho, ele me convida para visitar uma das fazendas de sua família durante a parada de algumas horas que o barco fará em Santarém – quem sabe eu não mudaria de ideia e não passaria a investir em pecuária na Amazônia. Eu desconverso.

*

Erasmus continua sua história:

Minha mãe sempre repete: “Nosso maior inimigo é o medo.” Eu sou meio doido, eu não fujo. Agora, dizer que não tenho medo? Tenho, sim. Medo de tudo, como qualquer um. Só não fico falando e alimentando o medo nos outros. Sou canceriano, sensível. Se eu tiver que me definir, sou 100% coração. E sou antes de tudo um caipira. Minha última companheira foi a Natalha. Tenho quatro filhos: três do coração e um biológico, o Dudu. Os filhos dela viraram meus filhos de coração. A Natalha é urbana, e eu tentei me adaptar à cidade. Mas não deu. Não é meu lugar. Ela é cheia de energia, gosta de sair, dançar. Eu sou do mato. Gosto de paz, de silêncio, de caçar, pescar. Sempre que dá, já estou no mato.

Lá na roça a gente não tem carro, vive sem luxo. Mas comida nunca faltou. Sempre comemos muito bem. Lá em Medicilândia, o povo não tinha grana, mas

fazia as melhores festas, as melhores roças, casas bem-feitas – tudo feito por nós. Tudo era junto, compartilhado. Por isso, a cidade me machucou. Na roça, meus pais podem descansar, deitar um pouco na rede no meio da tarde. Na cidade, o sujeito se mata de trabalhar pra se aposentar com um carro estacionado na garagem. E isso é visto como sucesso. Pra mim, é desumano.

Sempre quis fugir do sistema. Lá em Anapu desenvolvi projetos de energia solar, internet gratuita pra comunidade. Na cidade, o maior gasto é com alimentação – e a comida é ruim! Vocês comem mal e pagam muito. No campo, eu escolho o que comer. A carne não tem veneno, o suco é natural. A comida é de verdade. Se não quiser carne, vou na represa: tem tucunaré, matrinxã, tilápia. Eu mesmo pego. Isso é riqueza: ter um lugar, saber que é meu, viver cercado de possibilidades. O rico trabalha a vida inteira pra pescar no sítio. Quando estou na minha terrinha, saio lá fora, vejo curica, arara, mais de trinta araras voando em cima da minha cabeça de uma vez. A cidade se industrializou demais – e as pessoas empobreceram por dentro.

A gente só quer ficar lá, plantar, colher. Isso, inclusive, é o que nos aproxima dos irmãos originários: o camponês e o indígena compartilham esse desejo de viver da terra. Vejo isso nos mais velhos. Eles têm clareza. Estando na minha terra, mesmo sem dinheiro, sou rico. Se eu for pra cidade, viro pobre.

A relação do camponês com a floresta é totalmente diferente da lógica que causou a devastação. O camponês sempre foi mais extrativista que desmatador. Estar isolado nunca foi problema – era até desejo de muita gente. Tem gente que vive a 70, 80 km da vila, feliz no mato. A ocupação do território segue uma lógica simples: onde tem terra boa, água e árvores frutíferas, é lá que as pessoas se instalam. E, claro, são também os lugares onde estão os ipês, os jatobás, as castanhas – tudo de valor. Pra quem vive da terra, essas árvores em pé são renda: vende semente, muda, colhe castanha. Mas aí passa alguém que já trabalhou em serraria, vê o ipê com outros olhos. Volta, avisa o povo do dinheiro – e começa o assédio. Tentam convencer a família a vender a madeira. É o início do conflito. É sempre assim desde a Transamazônica.

Crime organizado na região é grilagem, madeira e gado. Os maiores fazendeiros lá enriqueceram com projetos da Sudam [Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia] nos anos 1970 e 1980. Ganhavam dinheiro a fundo perdido pra supostamente desenvolver a região. Eles iam ocupando terra, grilando, expulsando pequenos agricultores, entrando em território indígena, derrubando floresta para provar que era produtivo. Ou seja, o Estado financiou o crime e a devastação ambiental, e a gente vê as consequências disso até hoje. A partir dos anos 1980, diminuíram as políticas de incentivo regional, mas esses empresários foram ganhando poder político, viraram prefeitos, e depois foram conseguindo, de tempos em tempos, a anistia das terras que eles tinham ocupado.

Participei de seis retomadas, sempre em terras de fazendeiros ocupadas ilegalmente. Morei no lote 88, que era de um deles. Retomamos os lotes 94, 105, 104, 102, 96 e 97 – tudo glebas enormes do antigo processo do Incra. Pra você ter noção: o lote 96 tinha 10 km² e era de uma pessoa só. Hoje, mesmo com grileiro tentando voltar, essas áreas abrigam 3,5 mil famílias. Estou tentando convencer o povo a plantar mais, até falo de crédito de carbono – não que eu acredite muito, mas, se ajudar a animar o pessoal, vale. Trabalho perto do movimento indígena do Xingu.

Com o Ministério Público Federal, conseguimos reintegrações importantes, como na Ilha Grande do Xingu: tiramos 45 invasores e recolocamos 214 indígenas – xipayas, kuruyas, jurunas –, e o lugar virou uma Área de Preservação Permanente reconhecida. Tenho muito orgulho, e eles também me protegem: já ficaram seis guerreiros comigo quando recebi ameaças. Em troca, ajudo com visibilidade, documentos e articulação. É uma parceria real.

Mas não é de graça. Os grileiros que foram atingidos por essas reintegrações tentaram sequestrar meus filhos, em retaliação. Tentaram me matar.

*

O desmatamento, o genocídio indígena e o assassinato de ribeirinhos, quilombolas e agricultores familiares não surgem em 1985 ou 1988, e certamente não são invenções de nossa geração ou da geração de nossos pais. A devastação de nossos ecossistemas está relacionada ao processo colonial em sua historicidade, mas sobretudo em sua lógica. Seu capítulo mais recente – e decisivo – começou com a ditadura militar de 1964, que transformou a devastação da Amazônia num projeto de país. Os instrumentos para isso foram muitos, mas a joia da coroa colonial foi a construção da Transamazônica, que provocou a criação de cidades em seu entorno e de um sistema de vias e picadas que dá vazão ao comércio decorrente dos usos ilegais da floresta.

Vista a partir da Amazônia, a democracia brasileira é frágil – quando não é uma patente decepção. Em grande medida, ela promoveu a reprodução dos padrões violentos de ocupação inaugurados na ditadura, com alguns breves períodos de avanços, sempre frágeis. O processo de devastação não foi linear nem descolado de dinâmicas das políticas brasileiras.

Até 1985, foram desmatados 50 milhões de hectares da Amazônia. Daquele ano até 2023, foram mais 88 milhões, num total de 138 milhões de hectares. Ou seja, cerca de 64% da destruição da maior floresta tropical do mundo se deu durante o atual regime democrático. Do total da cobertura original da Amazônia, em torno de 17% já havia sido desmatada até 2023 – e 17% estava degradada. O desmatamento atingiu seu pico em 2004, levando à criação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. Esse plano, junto ao monitoramento por satélite do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e à ampla demarcação de territórios indígenas e áreas de proteção de diversos tipos, foi fundamental para uma queda histórica de 84% do desmatamento até 2012 – uma das maiores realizações da história humana em diminuição de emissões de carbono.

No entanto, a tendência de alta do desmatamento retornou a partir de 2016, coincidindo com um desmonte das políticas ambientais e uma política oficial de ataque aos defensores da floresta e de incentivo à invasão de terras públicas. O dia 10 de agosto de 2019 entrou para nosso calendário de desgraças como o “Dia do Fogo”, quando grileiros incendiaram largas porções da floresta de forma coordenada, uma demonstração perversa da crença na impunidade. O Dia do Fogo poderia se tornar um antiferiado nacional, em memória daquele festim diabólico de apoio ao presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro ano de governo.

Os números do desmatamento voltam a recuar nos últimos anos do governo Bolsonaro, e de forma mais significativa partir de 2023, no primeiro ano do governo Lula. Os especialistas apontam que o desmatamento é a soma de diferentes investidas sobre as terras – ou seja, é sobretudo um processo fundiário, com repercussão política e ambiental. Uma combinação de grilagem, tráfico de madeira, pecuária, mineração e, cada vez mais, uma cadeia de atividades criminosas, como o tráfico de drogas, de pessoas e animais, crimes que conectam elites locais, populações empobrecidas exploradas nessas atividades, atores políticos, agentes financeiros na Avenida Faria Lima e redes ilegais internacionais.

Essa teia criminosa se adensou nos últimos treze anos, e cresce o consenso de que os mecanismos que levaram à queda do desmatamento de 2005 a 2014 não são suficientes para lidar com esse novo cenário. Enquanto isso, a floresta se aproxima do que os cientistas chamam de “ponto de não retorno”, estágio crítico em que o ecossistema perde a capacidade de se autorregenerar, caminhando cada vez mais para a sua derrocada – até que a floresta seja transformada numa savana degradada, pontuada por ilhotas de pastos e cidades abrasadas pelo calor.

*

Primero vem o madeireiro, conta Erasmo: *Ele compra ou faz acordo com as famílias, tira toda a madeira de lei. O camponês, que vivia do extrativismo e da pequena agricultura, perde renda. O madeireiro derruba a floresta com trator e motosserra. Em troca, fica com a madeira. Depois, vem o capim e o gado – a saída para os camponeses é transformar a área em pasto.*

Os camponeses têm terra pequena, não dá pra criar gado de forma sustentável. Aí surgem vários pastos pequenos – até que o grande produtor compra tudo e transforma numa fazenda só. Tudo com apoio do prefeito, do dono do cartório e, se precisar, da polícia.

A luta de hoje é a mesma de antes. A gente não quer sair, nem ficar rico, nem morar em São Paulo. Os camponeses do entorno do Rio Macapuxi, que viviam no meio da mata, também não queriam sair. Criamos até uma reserva ali, mas não foi respeitada. O prefeito invadiu, virou fazenda. Ninguém quer largar seu território. A Sara Rodrigues Lima, companheira do Xingu, não queria deixar de pescar pra virar operária em outra cidade.

Vou te contar uma história de agora, da região de Anapu. A luta é difícil, e o dinheiro na mão, mesmo que pouco, às vezes seduz... Chega o fazendeiro, oferece 100 mil reais por um lote. E tem camponês que aceita. Como ele vê o dinheiro vivo, às vezes vende. Aí o fazendeiro tenta comprar mais três, quatro lotes ao redor. Gasta 400 mil. Fica com 40 alqueires. E já tem curral com mais de trezentas cabeças de gado. E o que está rolando agora? O grileiro começa a distribuir gado pros colonos. Só que colono, com 10 alqueires, não sustenta gado. Aí coloca dez cabeças, o gado come tudo, se reproduz, vira vinte. Acaba o pasto. E o colono não tem como comprar outra terra. Quem aparece de novo? O grileiro. E oferece dinheiro pelo gado. Ou entra com contrato de meia: o colono cuida, paga tudo, mas 60% do lucro é do fazendeiro. A terra é do colono, mas o gado não é. E ele vai comprando mais e mais terra.

Antes do preço do cacau subir, teve agricultor cortando cacau pra plantar capim. Eu tinha um projeto com mais de 50 mil pés. Vi gente destruindo tudo. Eu chorava. “Isso não dá dinheiro”, diziam. “Gado dá.” Mas o gado nem era deles. E, assim, sem perceber, o colono vira funcionário do grileiro. Esse é o modelo que está se espalhando.

O agronegócio está tomando tudo. Antes, a gente plantava banana, arroz, feijão, cacau, pimenta. Hoje é só gado. Passo lá e só vejo pasto. Os lotes dos colonos, que cultivaram ali a vida inteira, foram vendidos por 40, 50, 60 mil. Como era tudo titulado, juntaram os títulos e fizeram uma escritura só. Assim, uma pessoa só expulsou vinte, trinta famílias de uma vez. Quando o agro compra tudo ao redor, as famílias que resolvem ficar começam a viver mal: ficam mais isoladas, não têm com quem trocar diferentes culturas que produzem. Para os grandes empresários do agro, viver simplesmente da terra parece crime. É como se estar tranquilo na roça fosse um problema pro sujeito. E aí querem tirar, porque “dá pra lucrar mais”. Conheço gente que hoje vende banana em Altamira e cujos pais morreram de tanto sofrer quando saíram da terra.

*

No barco em que viajo, observo o céu imenso. Posso ver diferentes conjuntos de nuvens separados por enormes distâncias, partes abertas no céu, uma chuva no horizonte. O barco inicialmente ladeia a Ilha de Marajó e depois penetra no continente, se afastando da Foz do Amazonas e deslizando em direção ao coração da floresta. As margens são salpicadas por casas de ribeirinhos, e muitas vezes vejo crianças pequenas – de 5, 6 anos – brincando em barquinhos no rio, que são seu quintal, seu universo. À noite, a mancha de luz da Via Láctea atravessa o céu – um véu sobre a escuridão da mata que é interrompida apenas pelo farol do navio, que o comandante acende de tempos em tempos para se manter na rota, rio acima.

O cenário humano no barco é rico, muito vivo, e as pessoas acham formas de matar o tempo na viagem de seis dias, com o sol febril ou as estrelas sobre a cabeça. Assim que embarco, vejo uma família indígena dançando com uma bebê, que bate os pezinhos em uma mesa e levanta as mãos, alegre. Um outro grupo: homens e mulheres entram, animados, com cachaça e garrafas de cerveja nas mãos, e seguem nessa toada durante toda a viagem. No bar, a caixa de som toca brega e sertanejo o tempo todo, muito alto, das oito da manhã às onze da noite. Um homem, pouco mais velho que eu, faz um comentário durante a partida, falando alto o suficiente para que eu ouça e me engaje em uma conversa. Depois, ele aponta para Belém e comenta que a cidade é muito alta, vertical, que o Centro cresceu muito. “É bem mais alta que Manaus”, ele diz. Pergunto se ele é de Manaus, ele responde que sim. Emendo outra pergunta: “É a primeira vez que você faz essa viagem?” Ele me olha e responde apenas: “Eu sou marinheiro.” Talvez não haja resposta mais bonita para a minha pergunta ou para qualquer pergunta, do que dizer: “Eu sou marinheiro.”

Tenho tempo para ouvir as pessoas, conversar na fila do jantar, enquanto tomo uma cerveja ou fumo um cigarro no deque. Sou chamado de galego, louro, alemão. Entendo que sou estranho ali, em meio a uma maioria de pessoas de diferentes regiões da Amazônia, em sua maioria trabalhadores e famílias de baixa renda que viajam pelos motivos mais diversos e armam suas redes coladas uma à outra. Uma meia dúzia de gringos viaja também, entre eles uma moça espanhola, que todo fim de tarde ensina ioga para as crianças no deque do navio. Famílias do Nordeste estão indo visitar parentes ou em alguma viagem de trabalho. Uma família cearense, festeira, conta piadas em voz alta na fila do jantar: “Se o Trump bombardear este barco, não sobra nem meus chifres pra minha mulher pendurar na parede.” A fila toda ri.

Como em todo lugar, os celulares são dominantes no barco. Eles servem para tudo, inclusive para substituir os radinhos que deviam dominar a paisagem sonora antes do advento da internet rápida. Caminhando entre as redes, ouço pregações de pastores evangélicos, música (brega, sertanejo, gospel, funk), comentaristas de futebol. Muitas vezes, vi pessoas assistindo a alguma novela ou programas policiais da tevê. Há um estranho entrelaçamento entre uma ocupação muito semelhante à de décadas atrás (a longa viagem de barco, como as que meu pai fazia) e novas formas de interação e conexão com o mundo, mesmo no meio da floresta. Não deixa de ser irônico que a empresa que garante essa conexão seja a Starlink, de Elon Musk, o hiperbilionário supremacista branco e um dos mais assombrosos personagens contemporâneos.

São seis dias no barco – seriam cinco, mas o motor da embarcação quebrou, e tivemos que esperar um dia inteiro pela chegada de outra para seguir viagem. Na primeira manhã, acordo e vejo que a floresta, antes parte da escuridão da noite, está lá, imensa. Tomo o café, pego o celular e leio que, no dia anterior, o Congresso aprovou o Projeto de Lei 2159/2021, o infame PL da Devastação. A ministra Marina Silva afirma aos jornais que o projeto “fere de morte uns dos principais instrumentos da proteção ambiental do país, que é o licenciamento ambiental”. Abro o Instagram e vejo que Erasmo também reagiu à aprovação: “NÃO podemos aceitar isso! O Brasil não é mercadoria. Nossa Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica e todos os ecossistemas valem mais do que o lucro de

poucos. Lula, o senhor prometeu ser o presidente do clima e da floresta em pé. Agora é a hora de cumprir: VETE ESSE PL DA DEVASTAÇÃO.”

Em nossa conversa, Erasmo conta:

Era dezembro de 2019. Anos antes, a coisa de assassinatos estava um pouco mais calma na região, porque, com a morte da Dorothy, Anapu foi muito pra mídia e chamou a atenção do governo. Os grileiros aprenderam também que às vezes é melhor agir sem muito barulho, e foram inventando outros jeitos de aumentar o poder e as terras. Mas estava tudo pronto pra explodir de novo, com as disputas de terras em que os grileiros estavam tentando entrar, e o povo lá, resistindo. Queriam continuar os assassinatos que começaram anos antes, com a irmã Dorothy.

O Márcio Rodrigues dos Reis também era de Anapu, organizava os trabalhadores rurais da região. Antes, tinha sido preso duas vezes por posse ilegal de arma e ocupação de terras, e a polícia não deixava ele em paz. Na cadeia, queriam chantagear ele, e propuseram que denunciasse o padre Amaro, que continuava o trabalho da irmã Dorothy na região. Mesmo perseguido e afastado, o padre Amaro tinha celebrado a Romaria da Floresta – ele era muito próximo da luta dos camponeses. O Márcio foi solto, passou um ano fora, voltou para Anapu e foi trabalhar como mototaxista. A gente estava reunido com várias pessoas da região que conheciam o Márcio, e recebemos uma ligação de um dos maiores grileiros. Ele ligou pra perguntar se tinha morrido alguém. Foi um aviso, um deboche. O Márcio tinha acabado de ser degolado.

O Paulo Anacleto era presidente da associação de mototaxistas e denunciou o grileiro no velório. Foi morto cinco dias mais tarde, e depois eles foram atrás de mim. Um capanga famoso desse grileiro, o Ceará, foi mandado pra me matar, com dois outros capangas. Mas, antes de entrar no nosso lote, ele bebeu e se desentendeu no bar na beira da estrada, bebeu muito e deu dois tiros pra cima – e isso me salvou, porque alertou meus vizinhos e minha família, e deu tempo de a gente se esconder dentro de casa. Eles cercaram mesmo assim. Foi minha mãe que fez a negociação, e eles foram embora. Ficaram lá ameaçando a gente por seis horas, só foram embora às quatro da manhã.

No dia seguinte, Ceará foi morto pela polícia porque tinha feito o trabalho errado, não conseguiu me matar, e agora poderia delatar o grileiro que tinha encomendado o serviço. O outro apelido do Ceará era Queima Barraco. Ele era conhecido por trabalhar pra fazendeiro da região. Matava ou chegava queimando tudo dos camponeses. Lá é assim: morre camponês, morre indígena, mas quem está matando também se mata entre si. Por pouco, não termino que nem o Márcio e o Paulo Anacleto.

*

Uma sombra fria marca qualquer conversa sobre essa região do Pará: a Usina Hidrelétrica Belo Monte, um projeto concebido ainda na ditadura militar, construída em um dos governos do PT, sob protestos de indígenas, ribeirinhos, especialistas e ambientalistas. Belo Monte está para o período democrático como a Transamazônica está para a ditadura militar: ruínas vivas, monumentos de uma ideia de progresso retirada de uma cartilha autoritária. Desde os debates sobre sua criação, movimentos de resistência à usina passaram a chamá-la de “Belo Monte de Merda” ou “Belo Monstro”. Muito já foi dito sobre a usina que devastou o Rio Xingu, arrasou com a fauna da região e continua ceifando vidas em Altamira e seu entorno, como diz Erasmo:

Belo Monte arrasou com tudo. Sem ela, a gente seria ainda mais pleno, mas parece que ser feliz incomoda. Com Belo Monte, mudou tudo ali. Eu nadei no Xingu em Altamira, no bairro de onde foram tiradas as famílias ribeirinhas pra fazer a obra, expulsas dali e colocadas num bairro triste, longe, em casinhas de dois quartos, sem água nem esgoto, de péssimo acesso. Um monte de jovens se matou, muita gente ficou doente.

Pra nós, que moramos no pátio da usina, ela não trouxe nenhum benefício. Temos a energia mais cara do Brasil. E nem as condicionantes foram cumpridas. Nada. Agora chega a Belo Sun, que é a mineradora canadense que está entrando com tudo aqui: já acabaram com a água, agora é o solo.

Essa terra é riquíssima – o que, pra quem é de fora, significa exploração. Pra nós, significa risco, expulsão, fim da vida como conhecemos. Altamira é o exemplo. Antes de Belo Monte, era meio urbana, meio rural. Todo mundo tinha um lote. Era comunidade. Quinze anos depois, virou uma das cidades com pior infraestrutura do país. Criaram os Reassentamentos Urbanos Coletivos, os RUCS, verdadeiras favelas, guetos.

A cidade cresceu, mas sem escola, saúde, moradia. E pra gente, fora da cidade? Acabaram com a água. Os poços secaram, o Xingu foi desviado. O rio ficou intratável, os pescadores perderam tudo. Pagaram algumas indenizações, mas sem apoio nenhum. Vi gente que recebeu uma bolada e, um ano depois, estava trabalhando como diarista. Sem educação financeira, caíram em golpe, emprestaram, perderam tudo. Muita gente que vivia da terra hoje

está nesses RUCS – e ainda pagando a energia mais cara do Brasil. A usina tá aqui, e nem desconto na luz deram.

Essas ideias de grandes obras na Amazônia, eles não param de tirar das gavetas. Cada ano ressuscitam uma diferente. Agora falam da Ferrogrão, a ferrovia de Mato Grosso até Itaituba, pra escoar soja. Só vai atrair ainda mais ganância, especulação, destruição.

Quando eu paro pra pensar nos próximos vinte anos... Dá medo imaginar no que minha região vai virar. Lá é uma das áreas mais visadas pro garimpo. Ainda não tem exploração direta, mas a pressão está aumentando. A Belo Sun já está instalada a uns 8 km do sítio dos meus pais. E, por mais que a gente lute, eu tenho receio de que eles não vão conseguir ficar ali por muito tempo. Vai chegar uma hora em que a exploração vai ser tão violenta que a comunidade ou sai antes, ou vai ter que lidar com chumbo, mercúrio, contaminação.

A Belo Sun veio pra destruir tudo. O ouro daqui é na rocha. Começaram tirando pedra e terra dizendo que era pra pesquisa, mas saíam de madrugada com caminhões destruindo a estrada. Foi minha mãe que percebeu, filmou e mandou pra mim. Virou processo no MPF. É sempre o mesmo ciclo: acham valor no solo ou no subsolo e expulsam quem vive em cima, ou deixam a água e o solo do entorno contaminados. O ciclo não para.

*

Em uma de nossas primeiras conversas, quando disse a Erasmo que sou professor e escritor, ele me contou que também escreve: “Sou poeta, escrevo à noite pra lidar com a dor que a gente enfrenta na vida, mas também escrevo porque sou um apaixonado.” Ele me enviou vários de seus poemas nas semanas seguintes. Assim começa um deles, chamado *Raiz no exílio*:

*Minha mão, outrora aberta em sulco vivo
Hoje cerrada em golpe de saudade
Luta por um pedaço de terra cativa
Contra a cerca cega da humanidade.*

*Lutei não por um nome, não por glória
Lutei pelo pão que a terra mãe concede
Lutei para escrever uma nova história
Onde o fruto do chão a todos nos alimente.*

*Mas eis o preço amargo desta guerra:
O exílio é minha cela sem grades
Longe do chão que pariu minha esperança
Longe do cheiro da justa mudança.*

Natalha, quilombola e militante do movimento negro, ex-companheira de Erasmo e mãe de seus filhos, também escreve. Um de seus escritos circulou pelo país antes do segundo turno das eleições de 2022. Era uma carta pública, lida pela atriz Denise Fraga, que viralizou no Brasil e atingiu públicos no exterior. Nela, Natalha também fala da condição do exílio e de como a sua sobrevivência – a de Erasmo, de seus filhos e parentes, e de uma legião de ativistas, indígenas, quilombolas e camponeses – tornou-se ainda mais ameaçada desde a eleição de Bolsonaro, com muitos de seus aliados governando os estados e cidades da Amazônia. Ela diz:

Meu nome é Natalha Theofilo [hoje, Natalha Lopes Correa], refugiada dentro do meu próprio país. Quilombola, 33 anos [idade em outubro de 2022], feminista negra, defensora dos direitos humanos, defensora da floresta em pé, sou parte do povo-floresta. Escrevo a você do exílio para o qual fui condenada junto a meu marido, o líder camponês Erasmo Theofilo, e nossos quatro filhos pequenos. Exílio não em Paris ou Londres, Nova York ou Berlim. Nosso exílio é dentro do Brasil, escondidos para que uma bala não arrebe nem a nossa cabeça nem a de nossas crianças.

Erasmo continua:

Eu sinto a dor do exílio. Eu nunca desisti, tenho muito orgulho de mim. Concluí tudo que me propus, e quando não consegui não foi por minha culpa. Meu objetivo de vida é não desistir. Eu tenho muito medo de morrer. Meus filhos deram outro sentido à minha existência – antes eu dizia que podia morrer na luta, que não me importava. O meu filho de 10 anos ficou traumatizado com a tentativa de invasão da nossa casa pelo Ceará e outros capangas. Às vezes, ele fica olhando na televisão da câmera de segurança, com medo dos homens invadirem.

Quando cheguei na cidade grande, vi uma realidade que nunca tinha visto. Vi morador de rua pela primeira vez. Em Belém, eu vi a fome. Vi criança sendo violentada, sendo explorada sexualmente. Foi aí que entendi, de verdade, o que era abandono. O programa de proteção me ofereceu uma casa boa, cheia de móveis, tudo arrumado. Me perguntavam: “Erasmo, como tu não tá feliz? Muita gente sonha com isso.” E eu ria: “Se me dessem um barraco com terra pra plantar,

estaria melhor do que nessa casa cheia de móvel novo.” O problema era a falta de liberdade. Lá eu entrei em depressão. Mas essa depressão me trouxe outra coisa também: a poesia. Sofri muito, mas isso me desbloqueou a escrita.

E Erasmo me manda outro de seus poemas, *Campos de trabalho e esperança*. Duas das estrofes ecoam o que ele havia acabado de compartilhar comigo:

*No campo, a luta é dura
Mas a esperança é pura.
Cada passo, cada lágrima, cada suor,
É semente de um mundo melhor.*

*Aos defensores, nossa homenagem,
Por enfrentarem a injustiça e a selvageria.
Que sua luta seja eterna chama,
Iluminando o caminho da utopia.*

*

Mais um dia no barco. A floresta que vejo e ouço – a floresta viva dos amazônidas, sobretudo de camponeses, indígenas, ribeirinhos, dos defensores da floresta – contrasta de forma radical com a floresta de que se fala em conferências e simpósios internacionais de que participo. A Amazônia é hoje uma espécie de menina dos olhos do establishment climático internacional. Em cada *Brazil conference*, em cada *climate week* de Londres ou Nova York, em cada mesa de debates em universidades ou de hotéis cinco estrelas em que o Brasil é tema, a maioria dos olhares – daqui ou de fora – costuma abordar a floresta por um mecanismo de hiperredução: ela vira, como por passe de mágica, “créditos de carbono”, recursos naturais, indicadores de biodiversidade, mecanismos financeiros de sustentação da floresta em pé. Parte disso é inevitável, dada a grandeza desse ecossistema. Uma parcela dessa redução, contudo, é fruto do misto de salvacionismo bem-intencionado e de mentalidade de negócios que a floresta sempre despertou nos de fora e em vários setores da população local.

E, agora, acontece a COP30 – o maior evento climático do planeta, momento de enorme potencial para a política externa do país, mas de impasses e incertezas para os povos da floresta.

Erasmo, como muitos outros ativistas da região com quem conversei nos últimos meses, relata que nem sempre foi fácil mobilizar suas bases em torno da questão do clima, quando esse é tratado de forma abstrata. A linguagem das COPs, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, do Acordo de Paris, dos créditos de carbono e outros mecanismos discutidos por consultores, políticos, acadêmicos e ativistas dos grandes centros urbanos – esse vocabulário e a lógica que ele enlaça dizem pouco para os camponeses de Anapu, indígenas do Maranhão, ribeirinhos do Rio Madeira. A floresta não precisa dessa linguagem para se comunicar, me lembra Erasmo, e a experiência cotidiana de suas populações já está marcada pelo processo global de emergência climática, mesmo que eles a descrevam com outras palavras e a percebam a partir de sensibilidades diferentes. Como diz Erasmo:

A natureza está avisando que está morrendo. A floresta está dando o recado.

Falar de mudança climática na floresta sempre foi difícil. Em Belém é mais direto – é quente, desmatado. Lá na minha terra, cercado de árvore, o povo diz: “Você está doido? Isso aqui nunca vai acabar.” Você tenta explicar: “Essa árvore que você está derrubando vai secar o rio.” E respondem: “Fulano faz isso há dez anos e nunca deu nada.” Aí passam cinco, seis anos, e não conseguem mais produzir. Agora estão entendendo. Estão vendo com os próprios olhos.

Antes eu falava no vazio: “Vai ter consequência. Criar gado assim não vai dar certo.” E achavam que era papo de ambientalista. Mas nos últimos três anos – especialmente no último – a água baixou, virou tragédia. Ninguém consegue mais plantar ou criar. Minha mãe sempre teve horta, mas, pela primeira vez na vida dela, está tendo que regar a horta. Isso no meio da Amazônia. Ela nunca viu isso, com quase 70 anos: ter que regar a plantação. Essa seca a gente não conhecia.

Dez anos atrás, o colono sabia certinho quando plantar. Os mais velhos diziam: “Planta só na segunda semana de outubro.” E dava certo. Em novembro chovia, e se errasse o tempo, perdia a roça. Mas, de 2018 pra cá, tudo mudou. A chuva, que começava em novembro, foi empurrando pra dezembro... Hoje só chega lá pro dia 15 de janeiro. E termina em maio. Antes chovia até junho, julho. Agora, junho já é seco. Novembro, que era mês do feijão, virou mês seco. Antes bastavam duas chuvas. Hoje ninguém sabe quando ou como plantar.

Agora, é setembro, faz cinco meses que não chove. A pupunheira está sem cacho. Era pra estar produzindo. E o pior: as castanheiras estão jogando ouriço sem castanha dentro. Em volta da represa perto da casa dos meus pais está uma disputa. Os bichos estão descendo, vindo até a gente – porque na mata não tem mais água. Antes era a gente que ia caçar. Agora, são eles que vêm.

*

Pergunto a Erasmo, como a todas as pessoas com quem converso para este dossiê, se ele acha que o Brasil melhorou nas últimas décadas. Essa pergunta leva cada um dos entrevistados para lugares de memória muito diferentes: alguns pensam na infância, outros recitam estatísticas, e ainda há os que falam de seus pais e filhos. A gramática política de Erasmo é assentada em seu território, em suas lutas, na história do campo e da floresta. É de lá que ele observa o mundo e onde se forma sua ideia do que é o Brasil e do que o país pode ser.

Estou com 36 anos e, sendo direto, o Brasil não melhorou em vinte anos, pelo menos não na minha realidade. Na luta que vivo – ambiental, camponesa, florestal – só vi retrocesso. Talvez, pra quem vive em São Paulo, com estrutura e recurso, tenha havido algum progresso, mas essa não é a minha vivência. Na Amazônia, vi famílias camponesas com terra e vida boa que hoje têm filhos nas cidades vivendo como escravos modernos, muitas vezes porque os pais venderam ou perderam as terras – por necessidade, pressão ou ambição.

A nova geração ficou sem chão, sem opção, e quem não tem força política ou grana pra lutar por terra acaba na cidade. Vejo isso desde o tempo do meu pai, na abertura da Transamazônica: povos indígenas como os araras, que trabalharam com ele, hoje estão fragmentados, muitos em situação vulnerável, com álcool e droga usados como moeda pra explorar os territórios. Pro capital, parece evolução: soja no Pará, Cargill, hidrelétrica, mineração. Mas a vida de quem vive da terra não melhorou – e não melhoramos nada como seres humanos.

Acho que hoje as pessoas na cidade grande, aí pelo Sul do Brasil, até entendem mais da Amazônia. Mas entre entender e se importar tem uma distância grande. Principalmente em lugares como São Paulo, Brasília. Não basta compreender: é preciso viver. Participar. Só vivendo de perto, vendo com os próprios olhos, é que a gente se envolve de verdade. E pode se sentir responsável.

Hoje, nossa maior luta é tentar voltar ao que era há vinte anos. Voltar à natureza que existia, ao equilíbrio.

E o governo Lula tem decepcionado. A gente votou com esperança, mas nem 20% das expectativas foram cumpridas. Com Bolsonaro sabíamos quem era o inimigo. Já com Lula, por ter apoio de sindicatos e movimentos sociais, pouca gente questiona, com medo de abrir espaço pra extrema direita. E agora a COP. Não acredito numa COP que não olha de verdade pras necessidades das pessoas aqui. Se não olhar, é só manipulação, é só cena.

Os cientistas dizem: se seguir assim, em 2050 ninguém mais vive aqui. Calor demais. A vida como conhecemos acaba. Como justificar bilionário indo pra Marte, enquanto tem criança morrendo de desnutrição aqui? Meu maior medo é a maldade humana. Tem muita coisa que a gente pode temer, mas nada me assusta mais do que o que o ser humano é capaz de fazer – contra a natureza, contra os outros, contra si mesmo.

*

A nos atrás, li em algum lugar uma frase que carrego comigo como um enigma – e me arrependo de não ter anotado a autoria dela. A frase: “O Brasil é uma invenção de paulista e de carioca.” A sentença, brilhante em sua simplicidade e agudez, era emitida em tom crítico, e não como um louvor à suposta capacidade de criar uma nação das elites do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Nessa visão sintética e cortante, o “Brasil” chega em boa parte do seu próprio território como um gigante estrangeiro, uma máquina de colonização e de homogeneização cultural. Muitas vezes pensei nesse Brasil que chega como um alienígena, destruindo vidas e lugares, desorganizando relações locais, impondo-se sem diálogo, como uma nau que aporta na colônia com seus canhões, com cepas de vírus ali desconhecidos, com machados e livretos religiosos. O Brasil, nessa imagem, é uma imensa obra que nunca deixa de produzir ruídos e entulho: a Transamazônica, Belo Monte, a exploração de petróleo na Foz do Amazonas, o desmatamento que abre pasto para a pecuária e a soja, a Ferrogrão, a BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

Pergunto a Erasmo o que significa ser brasileiro para ele:

Ser brasileiro é, antes de tudo, ser colonizador. Ser brasileiro é nascer do estupro, da invasão, do genocídio. É carregar uma herança de expropriação. Pra mim, é ser herdeiro de uma violência. Dói ver esse povo tentar construir uma moral em cima de tanta brutalidade esquecida. A única saída que vejo é tentar viver de um jeito que repare o que foi causado pela história desse país.

Ser brasileiro hoje é viver num país hipócrita. Saímos de um governo de morte e caímos num governo que prometeu ser esperança, mas que decepciona. O que me resta? Não desistir e tentar não ser hipócrita. Viver de um jeito que respeite quem veio antes – povos originários, quilombolas, camponeses – e que seja uma forma de resistir ao massacre que continua. ☛

Uma orquestra,
infinitas emoções.

o s e s p

Assine a
Temporada 2026



Conheça e
programe-se
em osesp.art.br



Lei Rouanet
Incentivo a
Projetos Culturais



REALIZAÇÃO

FUNDAÇÃO OSESP
Organização Social de Cultura



SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS
Secretaria da
Cultura, Economia
e Indústria Criativas

MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PROCURA-SE UM LÍDER

As contradições da política ambiental de Lula às vésperas da COP

BERNARDO ESTEVES

O presidente Lula já vinha falando por mais de 12 minutos quando finalmente entrou no assunto do aquecimento global durante seu discurso na Assembleia Geral da ONU, realizada em Nova York em 23 de setembro. “Bombas e armas nucleares não vão nos proteger da crise climática”, disse Lula, evocando a forte escalada armamentista em curso. Era esperado que seu discurso tratasse do clima. Afinal, dali a um mês e meio o Brasil receberia pela primeira vez a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, a COP30, que acontece em Belém a partir de 10 de novembro. Essa “será a COP da verdade”, continuou o presidente. “Será o momento de os líderes mundiais provarem a seriedade de seu compromisso com o planeta.”

A crise climática foi o assunto durante 3 dos mais de 18 minutos do discurso do mandatário brasileiro, o que é sintomático da prioridade que o tema ocupa na agenda do Brasil e do mundo em 2025. Mas, quando chegou ao assunto, abordou aspectos importantes. Cobrou mais ambição dos países na definição das suas metas e mais recursos para que

as nações em desenvolvimento possam planejar as suas. Lembrou que esses países saem em desvantagem, porque têm que lidar com outros desafios, sendo que a crise climática foi causada por duzentos anos de emissões de gases do efeito estufa pelos países ricos. Alertou que a busca pelos minerais críticos que serão usados na transição energética não pode reproduzir a lógica de exploração dos últimos séculos. Elogiou os avanços nas negociações climáticas, mas defendeu que o tema tivesse espaço mais central na estrutura da ONU.

Apesar de mirar nos pontos certos, a fala de Lula deixou a desejar no mundo dos ambientalistas. “Aquele discurso estaria ótimo se ele fosse o líder da França, do Reino Unido ou do Uruguai”, disse à **PIAUI** Claudio Angelo, coordenador de Política Internacional do Observatório do Clima, uma coalizão de organizações da sociedade civil. “Só que ele é o cara que, em tese, vai liderar o planeta numa transformação completa do multilateralismo climático daqui a um mês, e não foi isso que a gente viu no discurso.”

A Amazônia está num ponto focal da crise climática. A maior floresta tropical

do mundo é essencial para a regulação do clima de toda a América do Sul, graças às chuvas produzidas por suas árvores que os rios voadores se espalham pelo continente. A vegetação e o solo estocam uma quantidade superlativa de carbono que, se for lançada na atmosfera pelo desmatamento e pelas queimadas, colocará a perder o compromisso mundial firmado no Acordo de Paris de manter o aquecimento global bem abaixo de 2°C – de preferência, abaixo de 1,5°C – acima da média do período pré-industrial. A região é o lar de povos indígenas, comunidades tradicionais e populações marginalizadas de áreas urbanas que vivem em condições precárias e estão entre aqueles que serão mais prejudicados pelo colapso do clima, embora praticamente não tenham contribuído para causar o problema. “Em Belém, o mundo vai conhecer a realidade da Amazônia”, prometeu Lula em seu discurso.

A ideia de sediar a COP30 na Amazônia foi anunciada por ele quase três anos atrás, quando participou da conferência em Sharm el-Sheikh, no Egito. Ali, Lula disse que tanto o Amazonas quanto o Pará poderiam receber o evento.

A escolha acabou recaindo sobre Belém, capital do único estado da Região Norte governado por um aliado do petista – Helder Barbalho (MDB). Lula viajou ao Egito numa condição peculiar: já tinha derrotado Jair Bolsonaro nas urnas, mas ainda não tinha tomado posse como presidente. Na COP do Egito, foi tratado como estadista, arrastou multidões por onde passou e despertou uma onda de otimismo na sociedade civil.

Desde 1992, quando sediou a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, o Brasil vinha sendo uma peça relevante do regime climático. Até que veio o governo Bolsonaro. Com Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente e Ernesto Araújo no Itamaraty, o país se distanciou do multilateralismo, e o combate à crise climática deixou de ser prioridade do governo. O Brasil abriu mão de sediar a COP que aconteceria em Brasília em 2019 e passou a obstruir alguns pontos de negociação. A ida de Lula ao Egito sinalizou que o vento tinha virado. “O Brasil voltou”, anunciou Lula, em Sharm el-Sheikh, falando para um auditório abarrotado.



Na floresta: ambientalistas alegam que, se a Petrobras estivesse de fato interessada em financiar a transição climática, destinaria mais do que 15% de seus investimentos às energias renováveis

O contraste entre o otimismo desenfreado de Lula no Egito e o tom moderado de seu discurso em Nova York três anos depois não poderia ser mais marcado. “O Lula de Sharm el-Sheikh não existe mais”, continua Claudio Angelo. “Ele está nitidamente cansado. Tomou dois anos de choque de realidade, lidando com um Congresso hostil e vendo a popularidade cair.” Suas preocupações, como as de outros líderes mundiais, estão mais voltadas para os conflitos domésticos – no seu caso, com o sequestro do Orçamento da União pelo Congresso, a ascensão da extrema direita e as ameaças à democracia. “Tudo isso vai drenando a vontade do Lula de ser o líder populista global que ele prometeu que seria em 2022”, diz o ambientalista. Pautas como o combate à crise climática tendem a cair na lista de prioridades à medida que a eleição se aproxima. “Essa é uma agenda que não dá voto, porque o mundo não vota aqui.”

Em Sharm el-Sheikh, Lula se comprometeu a enfrentar com determinação a mudança climática e a zerar o desmatamento e a degradação da Amazônia e de outros biomas até 2030. Prometeu também investir em fontes renováveis de energia – solar, eólica, hidrogênio verde e biocombustíveis – para promover a transição energética. O que ele não disse no Egito é que, como tinha sido eleito numa frente ampla para der-

rotar o extremismo de direita, formaria um governo de ampla coalizão, cujos integrantes, em parte, promovem agendas antiambientais.

No Congresso, o governo teve que lidar com os ruralistas do Centrão e com a extrema direita, que juntos promoveram alguns dos maiores retrocessos legislativos que o Brasil já viu na área ambiental. Em 2023, os parlamentares passaram uma lei instituindo o marco temporal para a demarcação de terras indígenas, afrontando uma decisão do Supremo Tribunal Federal que apontava a inconstitucionalidade da medida. Lula tentou vetar vários pontos da lei, mas foi atropelado pelos deputados e senadores. Seu governo tem priorizado outras batalhas no Congresso, relegando as pautas ambientais a segundo plano. Não se esforçou, por exemplo, para barrar o projeto de lei que altera as regras para o licenciamento ambiental, estimulando o desmatamento e a emissão de gases do efeito estufa. O presidente vetou 63 dispositivos da lei, mas os parlamentares ainda podem derrubar os vetos.

Junto com o veto a trechos da lei, Lula editou uma medida provisória que manteve um de seus dispositivos considerados mais nocivos pelos ambientalistas: a Licença Ambiental Especial (LAE) criada para acelerar projetos considerados estratégicos por um conselho de governo, eliminando etapas de análise

e participação social. A criação do dispositivo foi uma emenda acrescentada ao projeto de lei original pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), um aliado de Lula na Casa. Alcolumbre tinha introduzido a LAE no projeto com o objetivo específico de facilitar a exploração de petróleo na Margem Equatorial, perto da Foz do Rio Amazonas, uma atividade que um dia pode gerar royalties para municípios do seu estado, o Amapá.

A exploração de petróleo na Foz do Amazonas é o projeto que encarna de forma mais aguda as contradições entre o líder climático que Lula gosta de projetar em seus discursos no exterior e o presidente que apoia projetos que vão na contramão do que é preciso fazer para conter o aquecimento global. “Não podemos permitir que o Amapá permaneça pobre se tiver petróleo aqui”, disse Lula ao discursar no estado de Alcolumbre em fevereiro. Na semana seguinte, voltou a defender a ideia num evento no Rio Grande do Sul. “Eu sou contra o combustível fóssil, quando a gente puder prescindir dele. Enquanto a gente não puder, a gente tem que ter”, disse, na cerimônia em que formalizou a compra de quatro novos navios para transporte de petróleo.

Em 20 de outubro, a Petrobras anunciou que tinha recebido do Ibama, o instituto federal que cuida do meio ambiente, a licença para perfurar um poço experimental submarino para exploração de petróleo e gás no bloco FZA-M-59, na Foz do Amazonas, a 175 km do Oiapoque, no Norte do Amapá. O processo de licenciamento se arrastava desde 2014. Há dois anos, os técnicos do Ibama chegaram a recomendar que a licença não fosse concedida porque entenderam que a Petrobras não tinha elaborado um programa de emergência apropriado para o caso de acidentes.

Agora, assim que a licença foi concedida, a Petrobras iniciou a operação, pois já tinha um navio-sonda a postos na região, alugado ao custo de 4 milhões de reais por dia. As perfurações têm o objetivo de avaliar se há petróleo naquela área. Se houver óleo em quantidade que justifique a exploração comercial, a petroleira precisa pedir nova licença ao Ibama.

A decisão do Ibama abre as portas para a exploração de petróleo numa área que abriga um sistema recifal recém-descoberto e ainda pouco conhecido. Os litorais do Amapá, do Pará e do Maranhão abrigam 80% dos manguezais brasileiros e apresentam a maior faixa contínua de mangue em todo o planeta. As águas da região são frequentadas por peixes-boi e outras espécies ameaçadas. O temor dos ambientalistas é que um vazamento ameace toda essa riqueza.

Os combustíveis fósseis – uma categoria que abrange o petróleo, o gás natural e o carvão – são, de longe, os principais causadores do aquecimento global. Sua queima lança na atmosfera mais de dois

terços dos gases do efeito estufa que estão aquecendo o planeta e aumentando a frequência e intensidade de secas, enchentes, furacões e outros eventos extremos. Há tempos se sabe que abandonar o uso desses combustíveis é a forma mais eficaz de combater a crise climática. A produção de óleo e gás tem que cair 75% até 2050 em relação aos patamares de 2020 para limitar o aquecimento global a 1,5°C. No entanto, o Brasil e outros países seguem anunciando projetos de exploração de combustíveis fósseis como se não fosse preciso abandoná-los.

Há outros oito pedidos de licença para a exploração de petróleo na Foz do Amazonas tramitando no Ibama, sem contar os dezenove blocos na região arrematados pela Petrobras e outras empresas num leilão feito em junho pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Com o bloco 59, o Brasil começa a explorar uma bacia que pode ter mais de 10 bilhões de barris de petróleo, de acordo com uma estimativa. A exploração da Foz do Amazonas e de toda a Margem Equatorial, que vai até o litoral do Rio Grande do Norte, está no centro do projeto de fazer do Brasil o quarto maior produtor de petróleo do mundo (atualmente o país está entre a sexta e a oitava posição, a depender da base de dados consultada). O plano foi anunciado em 2023 pelo Ministério das Minas e Energia (MME).

Diante da pressão que o Ibama vinha recebendo da Petrobras, do MME, de Alcolumbre e do próprio Lula, a licença era vista por ambientalistas como uma questão de tempo. O que ninguém esperava era que o anúncio viesse a três semanas do começo da COP. Os ambientalistas reagiram com uma saraivada de críticas que chamaram a atenção para a incoerência do Brasil e de Lula. “Às vésperas da COP30, o Brasil se veste de verde no palco internacional, mas se mancha de óleo na própria casa”, declarou Mariana Andrade, coordenadora da frente de Oceanos do Greenpeace Brasil. “Lula acaba de enterrar sua pretensão de ser líder climático no fundo do oceano na Foz do Amazonas”, disse Suely Araújo, coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima.

Dois dias após a emissão da licença pelo Ibama, oito organizações da sociedade civil entraram com uma ação civil pública na Justiça do Pará solicitando a anulação da licença, alegando uma série de irregularidades no processo de licenciamento.

Lula gosta de justificar sua defesa da exploração de petróleo na Foz do Amazonas com um argumento controverso: “É o dinheiro da Petrobras que vai ajudar a gente a fazer a revolução da transição energética”, disse na inauguração dos navios petroleiros no Rio Grande do Sul. A afirmação é, em si mesma, um contrassenso: aponta uma suposta solução que agrava o problema que pretende sanar. Os ambientalistas ainda alegam que, se a Petrobras esti-

Ministério da Cultura e Governo do Estado de São Paulo,
por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, apresentam

FUNK

UM GRITO DE OUSADIA e LIBERDADE

EM CARTAZ de **TERÇA** a **DOMINGO**, das **9H** às **18H**
entrada permitida até as **16H30**

Museu da Língua Portuguesa

Saiba mais em:
WWW.MUSEUDALINGUAPORTUGUESA.ORG.BR

EXPOSIÇÃO TEMPORÁRIA
“FUNK: Um grito de ousadia e liberdade”

Patrocinador Principal: **CULTURA**

Patrocinador: **PETROBRAS** **W motiva**

Patrocinador: **VALE** **instituto ultra** **Itaú** **CAIXA** **OEI** **PERSEUTURA** **Cultura**

Museu da Língua Portuguesa

Coordenação e Realização: **idbrasil** **Museu da Língua Portuguesa** **Fundação Roberto Marinho**

Realização: **CULTSP** **Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas** **SÃO PAULO** **GOVERNO DO BRASIL**

vesse realmente interessada em financiar a transição, estaria destinando mais do que os atuais 15% de seus investimentos às energias renováveis. E defendem que o Brasil financie a transição abrindo mão dos subsídios que dá aos combustíveis fósseis.

“Não faz sentido querer ser líder ambiental e continuar explorando petróleo na Amazônia”, disse a ativista Txai Suruí, que integra um grupo consultivo de jovens sobre a crise climática da ONU. Ela ficou conhecida após discursar na abertura da COP26, realizada em Glasgow em 2021. Numa entrevista à **piauí** em agosto, ela lembrou que o governo Lula voltou a demarcar terras indígenas, criou o Ministério dos Povos Indígenas e pela primeira vez nomeou uma indígena – Joenia Wapichana – para presidir a Funai, órgão que trata dos povos originários. Mas pouco fez para barrar o marco temporal no Congresso. “A gente vê o governo gastando seu capital político para conseguir o que quer, mas não para garantir os nossos direitos, que acabam servindo de moeda de troca”, diz Suruí.

O governo não está unido em torno da exploração da Foz do Amazonas e do projeto de tornar o Brasil uma potência petrolífera. Marina Silva, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, evita se manifestar publicamente contra a iniciativa e nega estar sendo pressionada por Lula, embora ele tenha

dado declarações que podem ser lidas dessa forma. “Eu tenho certeza que a Marina jamais será contra. A Marina é uma pessoa inteligente”, disse Lula em fevereiro à Rádio Clube do Pará.

Em entrevista que a ministra deu à **piauí** no fim de julho, perguntei-lhe se é possível que o Brasil, liderado por um presidente que gosta de posar como líder ambiental, possa conduzir o mundo para a descarbonização das economias e, ao mesmo tempo, ser um dos últimos países a abandonar os combustíveis fósseis. Marina começou a resposta negando que Lula estivesse apenas posando de líder ambiental. “O presidente tem assumido compromissos que são indicadores de um esforço enorme para que a gente dê conta da agenda do enfrentamento da mudança do clima, do desmatamento, da perda da biodiversidade e da proteção dos povos indígenas”, disse.

Marina lembrou que o Brasil não é o único país com contradições em relação aos combustíveis fósseis. A União Europeia, protagonista tradicional do regime climático, ficou mais dependente dos combustíveis fósseis com a guerra da Ucrânia, e alguns de seus membros retardaram o abandono do carvão. O Reino Unido tem uma meta ambiciosa de redução de emissões até 2035, mas ao mesmo tempo lançou há dois anos uma grande frente de exploração de petróleo no Mar do Norte. “A contradição está

posta”, afirmou Marina. “Mas nós precisamos fazer uma transição justa e planejada para o fim do uso de combustível fóssil.” E completou: “Se quiser prescindir de combustível fóssil, o Brasil tem fontes para isso.” O caminho do país, continuou a ministra, é investir nas alternativas – hidrogênio verde, biocombustíveis, biomassa, energia eólica e solar.

A licença para explorar petróleo na Foz do Amazonas é certeza de dor de cabeça para o Brasil na COP30. O país será cobrado por isso por representantes da sociedade civil, e o anúncio tira a legitimidade do país para conduzir a conversa sobre a transição energética. Mas o presidente da COP, o embaixador André Corrêa do Lago, não vê espaço para que isso atrapalhe as negociações em Belém. Em entrevista à **piauí** no início de outubro, ainda antes da emissão da licença, Corrêa do Lago disse que as questões internas jamais são levantadas entre os países. “Pelos acordos que a gente negociou na Convenção do Clima da ONU e no Acordo de Paris, cada país tem que escolher o seu caminho para chegar à neutralidade de carbono”, afirmou. “No caso do Brasil, nós nos comprometemos a fazer isso até 2050.” O embaixador admitiu que as escolhas de cada país são questionadas pela sociedade civil. “O principal motivo desse questionamento é que os investimentos em combustíveis fósseis significam que você está se comprometendo

com essa energia por mais algumas décadas, porque os investimentos são muito altos e, para valer a pena, você tem que usar esses recursos por um certo tempo.”

Indagada em agosto sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial, a economista Ana Toni, diretora executiva da COP30, lembrou que a maior fonte de emissões brasileiras não são os combustíveis fósseis, mas o desmatamento. Notou ainda que o país se comprometeu a acabar com o desmatamento até 2030, e que vem agindo nessa direção. A onze dias do início da conferência, o governo anunciou a terceira menor taxa anual de desmatamento na Amazônia da série histórica. Desde que Lula tomou posse, o índice já caiu 50%. “O que não pode ser questionado – e o presidente não questiona em nenhum momento – é que a gente tem que fazer essa transição, e ela tem que ser rápida”, disse Toni à **piauí**. “Mas ela tem que ser feita de uma maneira ordenada, justa e equitativa, senão serão os mais vulneráveis que vão sofrer primeiro.”

A indústria dos combustíveis fósseis, obviamente, é a principal interessada em impedir o esforço mundial para frear o aquecimento global, porque implica uma redução rápida e brutal do seu negócio. Se quisermos manter o aquecimento abaixo de 1,5°C, as emissões globais de gases do efeito estufa têm que ser reduzidas em 42% em relação

Ministério da Cultura e Instituto Inhotim
apresentam

INHOTIM

EDGAR
RU JUB'ULIK
ACHIK'

CALEL
AROMAS
DE UM SONHO

Galeria Lago
inhotim.org.br

18.10.2025



aos índices de 2019 – isso até 2030, daqui a cinco anos – e zeradas até 2050. O cálculo é do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Os combustíveis fósseis são um setor imenso da economia, que movimentava um mercado global de mais de 6 trilhões de dólares em 2022, com previsão de passar de 11 trilhões de dólares até 2032. Num primeiro momento, a indústria se esforçou para esconder do mundo a existência do aquecimento global e a sua culpa no cartório. Quando a ciência mostrou de forma inequívoca que o planeta está aquecendo e que a queima de combustíveis fósseis é o motor central, a indústria passou a apostar em ações para frear o combate ao aquecimento global. Isso tem se traduzido na presença maciça de lobistas dos combustíveis fósseis nas conferências do clima. O auge se deu na COP28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos – um país petroleiro –, quando quase 2,5 mil lobistas dos fósseis foram credenciados para a conferência. Se fossem um país, a comitiva só seria menor que a do país-sede e a do Brasil.

Paradoxalmente, foi na COP28 em Dubai que, pela primeira vez, um documento oficial do regime climático enunciou a necessidade de eliminar os combustíveis fósseis. Mas a coisa saiu atenuada: os países foram conclamados a promover a “transição para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas de energia, de maneira justa, ordenada e equitativa”, de forma a zerar as emissões de gases do efeito estufa até 2050, conforme recomendam os cientistas do IPCC, o painel da ONU que reúne cientistas para avaliar o que sabemos sobre a crise climática. Houve também um ape-

lo para que se triplicasse a geração global de energias renováveis e para que se duplicasse a eficiência energética até 2030.

É certo que a indústria mandará seus emissários a Belém para retardar ao máximo o compromisso assumido em Dubai. O tema dos combustíveis fósseis não está na agenda de negociação em Belém, mas é forte a expectativa de que a presidência da COP30 encontre um meio de avançar nessa pauta. “Onde o governo brasileiro poderia ousar é propondo que se comece a desenhar o mapa do caminho para a transição para fora dos combustíveis fósseis, com datas, quantidades e proporções”, disse à **PIAUI** Marcio Astrini, secretário executivo do Observatório do Clima. No entanto, a notícia de que o Brasil vai explorar petróleo na Foz do Amazonas diminui a chance de que isso aconteça.

O Acordo de Paris foi o primeiro tratado climático internacional construído com contribuições de todos os países para conter o aquecimento global. Antes dele houve o Protocolo de Kyoto, adotado na COP3, em 1997, que incluía apenas metas de redução de emissões por parte dos países ricos. Os Estados Unidos, maior emissor de gases do efeito estufa à época, assinaram o protocolo, mas o Senado não o ratificou, por entender que um acordo que não previsse metas para os países em desenvolvimento seria prejudicial à economia do país.

A astúcia na costura do Acordo de Paris foi prever que cada país apresentasse de forma espontânea as medidas que julgasse capaz de tomar para combater o aquecimento global. No jargão do regime climático internacional, essas metas

voluntárias são conhecidas como Contribuições Nacionalmente Determinadas – ou NDCs, na sigla em inglês. A cada cinco anos, os países se comprometem a fazer uma revisão das suas NDCs, com a condição de apresentarem compromissos mais ambiciosos a cada nova rodada. Em 2025, quando se completam dez anos da adoção do Acordo de Paris, o combinado era que todos os países apresentassem uma nova versão de suas metas.

O prazo inicialmente pactuado para a entrega das NDCs era fevereiro, mas apenas 13 dos 195 signatários do Acordo de Paris entregaram as metas – entre os quais o Brasil, que anunciou seu compromisso durante a COP29, realizada em Baku, no Azerbaijão, cumprindo seu dever de bom anfitrião da COP seguinte. Houve uma extensão do prazo até setembro, para coincidir com a Assembleia Geral da ONU em Nova York. Ainda assim, apenas 56 países cumpriram o combinado, o que é mais um indicador da baixa prioridade que o combate à crise climática tem ocupado nas agendas nacionais pelo mundo afora.

Todo ano, a Convenção do Clima elabora um relatório comparando os objetivos declarados dos países com o que precisa ser feito para limitarmos o aquecimento a 1,5°C. As NDCs que estavam na mesa até setembro reduziriam as emissões de gases de efeito estufa em cerca de 10% até 2035 em relação a 2019 – para cumprir o Acordo de Paris, a redução teria de ser de 57%. De acordo com o relatório do ano passado, mesmo que os países cumprissem tudo o que prometeram, as emissões nos levariam a um mundo mais quente, de 2,1°C a 2,8°C, muito acima do teto estipulado no Acordo de Paris.

Mas os números só dão uma ideia aproximada da encrenca. Como mais de dois terços dos países não se dignaram a mandar a tempo uma nova NDC, as projeções têm base em números desatualizados. Sem o quadro completo dos compromissos nacionais, “caminharemos de olhos vendados para o abismo”, alertou Lula em seu discurso na ONU. O presidente anunciou também o principal compromisso brasileiro: “O Brasil se comprometeu a reduzir entre 59 e 67% suas emissões [em relação aos níveis de 2005], abrangendo todos os gases de efeito estufa e todos os setores da economia”, disse Lula. A NDC brasileira foi recebida com reticência por ambientalistas, pois não está alinhada com o objetivo de limitar o aquecimento a 1,5°C.

A COP30 será a primeira conferência do clima desde que Donald Trump retirou os Estados Unidos do Acordo de Paris pela segunda vez. O republicano já havia feito isso quando ocupou a Casa Branca, entre 2017 e 2021, mas Joe Biden trouxe o país de volta ao jogo no hiato em que os democratas estiveram no poder. Em dezembro do ano passado, no apagar das luzes de seu governo, Biden chegou a apre-

sentar uma nova NDC para os Estados Unidos. Havia alguma boa vontade na meta americana, que previa reduzir de 61% a 66% das emissões do país até 2035 em relação aos patamares de 2005 (ainda assim, não estava alinhada com um mundo de 1,5°C de acordo com ambientalistas). Com a volta de Trump, contudo, tudo desmoronou e a NDC virou peça de ficção.

Os Estados Unidos são uma das peças mais importantes do xadrez climático global. São o maior emissor histórico de gases do efeito estufa e o segundo maior entre os emissores atuais, atrás apenas da China. Portanto, qualquer esforço de frear o aquecimento global sem participação americana será fatalmente muito mais custoso. Mas não é que os Estados Unidos de Trump estejam se recusando a cooperar. É pior. Eles decidiram remar na direção contrária, incentivando os combustíveis fósseis – o que se resume no lema *Drill, baby, drill* (Perfure, baby, perfure).

André Corrêa do Lago minimiza o impacto da saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris, alegando que quem decidiu abandonar o processo foi apenas o governo federal. “Muitos estados americanos vão continuar tendo o Acordo de Paris como referência, assim como grande parte da economia do país”, diz ele. A Aliança pelo Clima, que reúne os estados e territórios americanos alinhados com as metas de Paris, conta com 24 membros. “A retirada do governo americano de Paris não significa a retirada dos Estados Unidos de Paris”, afirma Corrêa do Lago. Ana Toni, por sua vez, prefere chamar a atenção para os quase duzentos países que continuam no acordo. “Não dá para substituir os Estados Unidos, mas 195 menos 1 não é 0, é 194”, diz ela, referindo-se ao total de signatários do Acordo de Paris.

A verdade é que o segundo mandato de Trump já está causando um estrago muito maior à ação climática global do que ele provocou em sua primeira passagem pela Casa Branca. Além do incentivo aos combustíveis fósseis, Trump cancelou subsídios e investimentos bilionários que Biden havia destinado às energias renováveis. Em paralelo a isso, está desfazendo regulações para emissão de poluentes e desmantelando agências como a EPA, o equivalente americano ao Ibama. Seu governo tem a intenção de anular uma resolução da EPA de 2009 que reconhece que os gases do efeito estufa são prejudiciais à saúde, o que pode levar à derrubada de normativas para a emissão desses gases em vários setores da economia.

Não contente de frear o combate à crise climática, Trump virou um roteador global de desinformação sobre o aquecimento global. Seu Departamento de Energia lançou um relatório sobre o tema contendo informações falsas, e seu discurso na ONU foi um show de mentiras e disparates que lembram o negacionismo de velha guarda que nem

os lobistas da indústria fóssil têm mais coragem de propalar.

Trump também está promovendo uma guerra sem precedente contra a ciência do clima. Seu governo cortou o financiamento federal para pesquisas sobre a crise climática e está fazendo uma limpa dos sites do governo federal para eliminar dados e menções ao fenômeno. Está cortando o orçamento e enxugando as atribuições de agências como a Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA), que opera uma extensa rede de observatórios, satélites, navios e equipamentos que coletam e monitoram dados essenciais para caracterizar a mudança do clima e planejar as ações de adaptação. Focado na estratégia de abater o mensageiro das más notícias, o governo Trump cogita interromper a coleta de dados sobre a concentração de CO₂ medidos pelo Observatório Mauna Loa, no Havaí, e por satélites em órbita da Terra – como se a ausência de dados fosse apagar o gás carbônico da atmosfera num passe de mágica.

A União Europeia, outra potência climática, parece estar renunciando à relevância que sempre teve nas negociações climáticas. Desde a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, as questões de segurança interna se tornaram prioritárias e deixaram a

questão climática em segundo plano. O bloco europeu não entregou a tempo a sua nova meta climática, mas anunciou que o corte nas emissões seria de 66,3% a 72,5% até 2035, com relação aos índices de 1990 – número que ambientalistas, mais uma vez, consideram insuficiente para cumprir os objetivos do Acordo de Paris.

Em entrevista à **piauí**, o cientista político Eduardo Viola, professor da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo, disse que a União Europeia tinha liderado o regime climático desde o princípio, mas isso mudou em 2022, quando a Rússia invadiu a Ucrânia. Os países europeus ficaram mais preocupados com a segurança interna, aumentaram gastos com armamentos e passaram a priorizar a própria segurança energética em detrimento da transição energética. “Vivemos num mundo muito mais nacionalista, com mais conflitos e desconfiança”, diz Viola. “A capacidade de cooperar da humanidade está num momento baixíssimo.”

Com os Estados Unidos fora do jogo e a União Europeia apagada desde 2022, o regime climático está sem ninguém à frente há três anos. “Há um vazio profundo de liderança”, diz Viola. Quem poderia se beneficiar desse vácuo é a China, o maior emissor mundial de gases do efeito estufa, que, no entanto, tem feito investimentos ma-

ciços em energias renováveis. “A China tem uma oportunidade de ganhar muito espaço no sistema internacional a um custo muito baixo”, afirma Viola. Mas, para isso, o gigante asiático teria que mudar de status no sistema, ser reconhecido como potência climática e passar a contribuir com o financiamento da luta contra o aquecimento global nos países mais pobres. Mas a China não parece querer abrir mão do status de país em desenvolvimento aos olhos da Convenção do Clima. E nem se comportar como líder, tanto que apresentou uma nova meta climática considerada pouco ambiciosa pelos especialistas. Anunciou que pretende cortar de 7% a 10% de suas emissões até 2035 em relação ao pico de emissões, que pode ter acontecido no ano passado ou virá no futuro próximo.

O Brasil teria um cenário favorável para postular a liderança. “Para o governo Lula, existe uma enorme oportunidade de ocupar esse vazio”, diz o advogado e ambientalista Fabio Feldmann. Esse é um cenário em que o Lula de Sharm el-Sheikh teria nadado de braçada. Três anos depois, preso entre outras prioridades da agenda doméstica, a falta de ambição de seus compromissos e a defesa contraditória da expansão dos combustíveis fósseis, o Lula de Belém não mostra o apetite para ocupar o vazio. Parece dar razão

ao jornalista David Wallace-Wells que, num artigo recente para a revista do jornal *The New York Times*, concluiu que talvez a era dos estadistas do clima tenha acabado.

Qualquer pretensão que o Brasil pudesse ter de assumir a liderança na COP30 foi severamente prejudicada pelos preços escorchantes cobrados por hotéis e plataformas de hospedagem em Belém. Os valores tiveram aumento sem precedente em outras conferências do clima. A crise de hospedagem motivou o enxugamento de delegações e provocou críticas formais à organização da conferência – que é responsabilidade da Casa Civil, chefiada por Rui Costa. O assunto ocupou o noticiário sobre a COP nos meses anteriores à conferência, tomando o espaço das discussões sobre a crise climática.

O risco de que os problemas de hospedagem respinguem nas salas de negociação é real. A um mês do início da conferência, havia 162 delegações com presença confirmada, o que já garantia o quórum mínimo de dois terços dos países. Até aquele momento, 87 países tinham reservas para suas delegações. Nunca antes na história das COPs tinha sido preciso contar quantos países compareceriam, diz Claudio Angelo. “O fato de ser preciso verificar o quórum é uma sinalização horrenda para a COP.”

Ministério da Cultura, Prefeitura de São Paulo, através da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, Fundação Teatro Municipal e Sustenidos apresentam

Entre os vestígios do passado e os traços do futuro, o seu lugar é aqui.

ASSINE A TEMPORADA 2026 DO THEATRO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A nova Temporada do Teatro Municipal apresenta a estreia latino-americana da ópera *Intolleranza 1960*, de Luigi Nono; *Andrea Chénier*, ópera de Umberto Giordano; o concerto da Orquestra Sinfônica Municipal sob regência de Tan Dun, um dos maiores nomes da música contemporânea; as comemorações dos 90 anos do Coral Paulistano; os diálogos musicais do Quarteto da Cidade; novas criações para o Balé da Cidade, a volta do sucesso *Réquiem SP* e muito mais!



TORNE-SE ASSINANTE E GARANTA DESCONTOS EM INGRESSOS, PRIORIDADE NA ESCOLHA DOS MELHORES ASSENTOS E BENEFÍCIOS EM INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



COMPLEXO
THEATRO MUNICIPAL
DE SÃO PAULO

TEMPORADA
2026
LASTROS
E RASTROS

Acompanhe nossas redes sociais:

Theatro Municipal
f @theatromunicipalsp
@theatromunicipal
X @municipalsp
@theatromunicipal

Praça das Artes
f @pracadasartes
@pracadasartes
Municipal Online
/theatromunicipalsp



apoio:



realização:



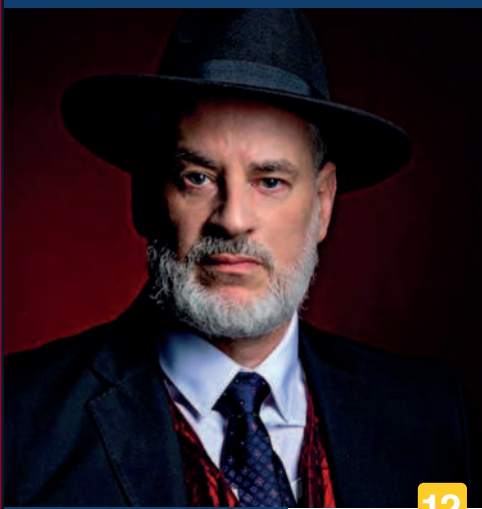
OS MAMBEMES



De Artur Azevedo e José Piza
Direção Emílio de Mello
Com Cláudia Abreu, Debora Evelyn,
 Jui Huang, Julia Lemmertz,
 Leandro Santanna,
 Orã Figueiredo e Paulo Betti

🕒 Sex às 21h00, Sáb às 20h00
 e Dom às 17h00 | **TUCA**

O MERCADOR DE VENEZA



De William Shakespeare
Direção Daniela Stirbulov
Com Dan Stulbach, Augusto Pompeo,
 Amauri Oliveira, Cesar Bacchan,
 Gabriela Westphal, Júnior Cabral,
 Marcelo Diaz, Marcelo Ullmann,
 Marisol Marcondes, Rebeca Oliveira,
 Renato Caldas e Thiago Sak

🕒 Sex e Sáb às 21h00
 e Dom às 18h00 | **TUCARENA**

📄 ingresso online



Mais informações
 Rua Monte Alegre, 1024 - Perdizes
 (11) 3670-8456 | 3670-8455

www.teatrotuca.com.br



PUC-SP

Alguns países que confirmaram presença vão mandar delegações mais enxutas que de costume, o que é má notícia para as negociações. Marcio Astrini, do Observatório do Clima, compara as salas de negociação a um tanque de combustível. “Quando o tanque está cheio, você chega mais longe.” Num cenário de baixa cooperação em que predomina a busca dos interesses nacionais, a carestia da hospedagem pode legitimar a falta de ambição dos atores que vão a Belém jogar pelo empate. “A logística complicada é a desculpa perfeita que os países estavam precisando para fechar um pacto coletivo de mediocridade”, diz Angelo.

Em 2024, a humanidade enfrentou o ano mais quente já registrado, e o ano anterior foi o segundo mais quente. Também em 2024, pela primeira vez a média de temperatura ficou 1,55°C acima da média do período pré-industrial. Não significa que o objetivo do Acordo de Paris tenha ficado para trás. A barreira do 1,5°C ainda não foi oficialmente rompida. Isso porque anos particularmente quentes e frios sempre aconteceram, e, para contemplar esses extremos, a variação da temperatura global é calculada com base na média de toda uma década. (No último cálculo, entre 2015 e 2024, a temperatura média subiu 1,24°C) Atravessar esse limiar parece ser uma questão de tempo. “Uma coisa já está clara: não conseguiremos conter o aquecimento global abaixo de 1,5°C nos próximos anos”, reconheceu em outubro o secretário-geral da ONU, António Guterres, durante o congresso da Organização Meteorológica Mundial.

Há quem defenda a sério que, se dermos um jeito de tirar carbono da atmosfera – plantando árvores, por exemplo –, poderemos recuar para abaixo de 1,5°C até o fim do século mesmo que ultrapassemos momentaneamente esse limiar. Mas parece uma hipótese irreal. O que temos, na prática, é uma curva de emissões que continua crescendo, mais de três décadas depois de os países resolverem agir a respeito do clima. Em 2024, a atmosfera recebeu uma quantidade recorde de gases do efeito estufa, o equivalente a quase 38 bilhões de toneladas de gás carbônico. Um estudo de 2023 concluiu que a última vez que havia tanto CO₂ na atmosfera foi há 14 milhões de anos, muito antes do surgimento da linhagem humana, em razão de uma série de fatores químicos, biológicos e geológicos.

Não é coincidência que os eventos extremos estejam se tornando mais intensos e frequentes em todo o mundo – exatamente como projetavam os relatórios do IPCC. Enchentes devastadoras na Índia, ondas de calor letal na Espanha e no Japão e vendavais bíblicos no México e nos Estados Unidos estão entre os exemplos que povoaram o noticiário no ano da COP30. “O que era

uma coisa que poderia ocorrer só no futuro há trinta ou quarenta anos agora está aí”, diz o físico Paulo Artaxo, pesquisador da USP e integrante do comitê de cientistas que assessora a presidência da COP30. “O futuro chegou.”

Na avaliação da ambientalista Natalie Unterstell, presidente do Instituto Talanoa, o desafio dos negociadores é justamente se conectar com a realidade do mundo 1,5°C mais quente que bate à porta. “O regime internacional de clima foi feito para um clima que não existe mais”, diz. Para Unterstell, o sistema precisa de reformas para dar conta das necessidades dos países e de seus povos, e a COP30 poderia ser o ponto de partida da transformação.

A ambientalista teme que as negociações terminem em impasse, num cenário de falta generalizada de apetite por liderança e de incerteza em relação à presença e ao tamanho das delegações. A culpa pelo fracasso certamente irá para o Brasil. “Imagina se a gente fica com a pecha de Copenhague tropical?”, disse Unterstell, referindo-se à COP15, em 2009. Naquela ocasião, os países não conseguiram chegar a um consenso quanto a um tratado que tivesse compromissos para todos os países – foi preciso esperar mais seis anos até a adoção do Acordo de Paris. Para evitar um novo fracasso, a diplomacia precisa se conectar com a realidade. “Com todas as forças colocadas para impedir a transição energética, a gente só pode dar uma resposta a isso na COP30 se dermos um sinal de que a transição é resiliente”, afirma Unterstell.

Mesmo quem está incrédulo quanto ao sucesso da COP de Belém admite que o imponderável pode acontecer. “Não dá para descartar que, de repente, os países resolvam se unir para dar uma banana para o Trump ou levar as coisas para a frente”, diz Claudio Angelo, do Observatório do Clima. “Se tem um lugar onde milagres acontecem, é a Conferência do Clima.”

Nem tudo são más notícias no campo da transição energética, porém. Puxado pela China, o mundo está abraçando as energias renováveis num ritmo jamais visto. As placas solares e turbinas eólicas estão entre as formas mais baratas de se gerar energia atualmente. Só no ano passado a capacidade instalada das energias renováveis aumentou 15%, um crescimento jamais visto na história. Mas essa capacidade vai ter que crescer ainda mais intensamente até 2030 se quisermos cumprir o objetivo acordado em Dubai de triplicar a participação das renováveis na matriz energética global. No primeiro semestre deste ano, pela primeira vez a eletricidade gerada por fontes renováveis superou a produzida por carvão, segundo um relatório da Ember Energy Research, uma organização da sociedade civil que atua na área de energia.

“Hoje a gente fala de painel solar e carro elétrico como se fosse a coisa mais normal do mundo”, diz Ana Toni, a diretora executiva da COP. “Dez anos atrás, quando estávamos fechando o Acordo de Paris, quem sonharia que essas tecnologias estariam acessíveis?” A economista acrescenta que, antes da adoção do acordo, o mundo estava na direção de um futuro cerca de 4°C mais quente até o fim deste século. Uma década depois, com os compromissos assumidos pelos países, vamos para um aquecimento de menos de 3°C. “Isso mostra que caminhamos”, diz Toni. “Ainda estamos longe do nosso objetivo que é chegar a 1,5°C, mas foi um grande passo.”

A diretora dá outro exemplo de como as negociações das COPs ajudaram a mudar a nossa perspectiva sobre a crise climática. “Em 1992, quando a gente falava de mudança do clima, mostrava um urso-polar numa geleira”, diz Toni. “Agora quando a gente fala de mudança do clima, coloca pessoas embaixo d’água por causa de enchente ou idosos morrendo devido a ondas de calor.” A economista afirma que aumentou a conscientização de que a crise climática é o maior acelerador de pobreza e desigualdade – inclusive por parte do presidente Lula, o que ajuda a explicar seu interesse por essa agenda. “A ficha está caindo para todo mundo.”

A urgência na transição energética contrasta com a lentidão dos avanços que o multilateralismo permite alcançar. Nas negociações climáticas, as decisões são tomadas por consenso entre os quase duzentos países, o que estimula que as partes se contentem com o mínimo. Na COP30 não será diferente, e é quase certo que o resultado decepcionará boa parte da sociedade que vai a Belém cobrar justiça climática dos governos. “Mas nós não temos outra coisa, além das COPs”, lembra Fabio Feldmann.

Ana Toni recomenda que pensemos a COP não como apenas duas semanas de negociação que vão produzir uma decisão a ser seguida pelos países, mas como o amadurecimento de um debate que vem se desenrolando por todo o ano. “No passado eu achava que as COPs tinham pouco efeito sobre a situação do planeta”, disse à **piauí** o ecólogo Fabio Scarano, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e curador do Museu do Amanhã. “Hoje eu vejo que, se elas não mudaram os rumos da emissão de gases ou da perda de espécies, ao menos aumentaram muito a consciência das pessoas.” Nossa tendência é enxergar a COP30 como um fim, mas é importante passar a vê-la como o começo da virada, continua o pesquisador. “A ciência mostra que a janela que vai até 2030 são os cinco anos que nós temos para mudar seriamente nosso padrão de consumo e nosso comportamento para que o pior não ocorra mais para a frente, em 2050.”

Quem começa? 🌱

beba desta fonte



31 de outubro a 16 de novembro - 10h às 20h - Praça da Alfândega - Porto Alegre



Lei Rouanet
Incentivo a
Projetos Culturais

Apresentado por:



Produção:



Apoio:



Patrocínio:



Apoio especial:



Patrocínio Máster:



Media Partner:



Financiamento:



Realização:



A VERSÃO DOS AFOGADOS

A distribuição desigual de ônus e bônus nas intervenções da COP

ROBERTO ANDRÉS, de Belém

A vista da janela das casas à entrada da Vila da Barca, em Belém, amanheceu diferente. Da noite para o dia, brotaram tapumes em volta do terreno do antigo Curtume Americano, um edifício histórico abandonado ao lado da praça principal. Isso foi em março deste ano, quando faltavam oito meses para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, a COP30, na cidade. A Vila da Barca é uma ocupação popular no bairro do Telégrafo que remonta ao início do século XX, quando a migração vinda do campo se intensificou com a crise da borracha. Sobre palafitas, as casas avançaram pelo terreno pantanoso às margens da Baía do Guajará.

A maior parte do bairro nunca tivera tratamento de esgoto. Para um olhar apressado, a sinalização sobre os tapumes poderia significar uma notícia boa. Afinal, a placa indicava que seria construída uma estação elevatória – um sistema que bombeia o esgoto interceptado para a estação de tratamento a um nível altimétrico superior. Seria o tão sonha-

do saneamento básico chegando sem aviso prévio? Um detalhe indicava que não: nas plotagens que envelopavam os tapumes estava escrito “Sistema de Esgotamento Sanitário *da Doca*”.

A Doca é um igarapé que divide os bairros Reduto e Umarizal, onde os preços dos imóveis estão entre os mais altos da cidade. O Canal da Doca foi revitalizado pelo governo do estado no contexto da preparação para a COP. No artigo *Vai ter COP*, publicado na **piauí** 211, abril, relatei que a obra foi apresentada em nível de estudo preliminar, mas já com o orçamento de 316 milhões de reais – algo incomum em intervenções do tipo, que necessitam de projeto executivo para produzir o orçamento. Tocada em ritmo acelerado, a intervenção estava praticamente concluída quando retornei à cidade em setembro passado. As imagens de jardins, ciclovias e espaços públicos às margens do canal tornaram-se corriqueiras nas propagandas da COP. A maior polêmica do projeto foi a instalação de árvores artificiais (estruturas de ferro em formato cônico para sustentar trepadeiras).

Pegou mal em uma cidade entranhada na Floresta Amazônica.

Mas isso acabaria sendo folclore perto da contradição que viria à tona naquele início de março. O que se descobria é que o sistema de esgoto do Canal da Doca não incorporava a estação elevatória na própria região, mas a transferia para a entrada da Vila da Barca, a 1,5 km de distância. Em resumo, o cocô dos ricos faria um *pit stop* no coração do bairro dos pobres antes de ser enviado à estação de tratamento. Ou, como disse uma moradora numa postagem que viralizou nas redes, a Vila da Barca estava sendo usada como vaso sanitário da Doca. A situação se agravava pelo fato de que a obra se iniciou sem os trâmites de consulta e informações, pegando a população de surpresa.

“Entre a Doca e a Vila da Barca há outros locais em que a estação elevatória poderia ter sido implantada. Por que foi justo aqui?”, pergunta Suane Barreirinhas, uma líder da comunidade. Ela é uma mulher negra de estatura média, tem cabelos curtos, um sorriso largo e

um jeito animado de falar de coisas difíceis. Circula pelo bairro com desenvoltura, conversando com moradores enquanto caminha sobre as ruas suspensas em palafitas. Junto com Kelyvn Gomes e Inêz Medeiros, ela me recebeu na Vila da Barca numa manhã ensolarada. Fomos à Padaria & Lanchonete Deus Proverá, onde tomamos um café antes de subir no terraço de uma casa para ver a comunidade do alto.

Uma parte da vila recebeu uma intervenção nos anos 2000, a partir de um projeto realizado em parceria com o governo federal. Foram construídas 136 casas de alvenaria e uma estação de tratamento de esgoto, que atendia somente às novas unidades. Depois disso, não houve manutenção adequada, e a estação de tratamento acabou desativada. Hoje todo o esgoto do bairro, onde vivem 7 mil pessoas, é jogado no rio que está sob as casas. A falta de manutenção também cobrou seu preço para o sistema de fornecimento de água, implantado nos anos 1980 – as tubulações, que passavam sob as palafitas, sofreram avarias,



Vila da Barca: obras de saneamento e macrodrenagem, um grande problema em Belém, foram realizadas para a COP, mas “vários dos projetos são de qualidade ruim”, diz o urbanista Lucas Nassar

de modo que, quando o rio enche, a sujeira contamina a água encanada.

A implantação abrupta dos tapumes trouxe alvoroço e muitas dúvidas. A estação elevatória produziria mau cheiro? Traria doenças? E o esgoto da comunidade, quando seria tratado? Por que um espaço central do bairro estava sendo usado para bombear esgoto? O incômodo e o sentimento de injustiça se espalharam, e iniciou-se uma mobilização contra a obra. Entre as lideranças, estavam Barreirinhas, Gomes e Medeiros. Já no início de abril, o movimento conseguiu que fosse realizada uma audiência pública para tratar do assunto. Na ocasião, relatou-se que a água das torneiras estava com coloração amarela e mau cheiro. Um diretor da companhia de saneamento refutou. Provocado por moradores a beber a água, ele cometeu a imprudência de blefar, dizendo que não teria problema em beber. Logo apareceram uma garrafa PET cheia de um líquido turvo e um copo plástico, colocados sobre a mesa. Em coro, o público gritava animado: “Bebe, bebe, bebe!” A turma do deixa-disso mudou de assunto.

Durante a audiência, moradores solicitaram a apresentação dos estudos de impacto ambiental da estação elevatória. Os representantes do governo afirmaram que a obra tinha todos os documentos necessários. “Eles mostraram os estudos da obra da Doca, que fica a quilômetros

daqui, e não da estação elevatória”, diz Medeiros. Três dias depois, o Ministério Público Federal pediu ao governo estadual cópia das licenças ambientais, estudos de viabilidade técnica, informações sobre a mitigação e compensação ambiental, além de documentos que comprovassem a participação popular no projeto da estação elevatória. O governo respondeu com planilhas orçamentárias e contratos de licitação.

A realização da audiência um mês depois do início das obras era uma evidência do atropelo do processo e do caráter protocolar da participação social. “Os moradores disseram ‘não’ à estação elevatória, mas ainda assim ela está sendo construída”, diz Barreirinhas, enquanto caminha pelas ruas do bairro e acena para vizinhos que a procuram pelos motivos mais diversos. “O cachorro está preso?”, ela pergunta a uma moradora antes de entrar em sua casa para tomar um café e conversar sobre um projeto.

Os meus três anfitriões atuam juntos em iniciativas sociais na Vila da Barca. Durante a pandemia, fizeram um censo dos moradores para apresentar à Unicef, que forneceu cesta básica às famílias. Os três estiveram na linha de frente do mapeamento e distribuição dos alimentos. “Eu peguei Covid já em março de 2020 porque estava na rua contando os moradores da vila”, lembra Medeiros, que é educadora e já foi presidente da Associação.

ção dos Moradores da Vila da Barca. Recentemente, o grupo iniciou um projeto sobre empreendedorismo gastronômico dirigido às mulheres da comunidade, com o objetivo de gerar renda e oportunidades de trabalho. O próximo projeto é bastante ousado: a construção da Barca, um centro de atividades culturais e sociais sobre palafitas, com uma arquitetura que se assemelha à de uma embarcação. “Este aqui é o terreno da Barca”, mostra Barreirinhas, apontando para um espaço vazio sobre o rio.

A grita dos moradores contra a estação elevatória acabou surtindo efeito. Constrangido pela crítica que ganhou a mídia, sob os holofotes da COP, o governo do estado passou a investir na região. A companhia de saneamento, privatizada recentemente, iniciou um projeto de renovação da infraestrutura de fornecimento de água. Enquanto caminhávamos pelo bairro, a menos de dois meses da abertura da COP, topávamos com trabalhadores instalando tubulações e registros de água nas casas. A promessa é de que toda a comunidade terá água tratada até este mês de novembro e que o tratamento do esgoto será implantado no ano que vem.

Essas melhorias são relevantes. São direitos elementares, que muitos bairros de moradores abastados possuem desde sempre. Na Vila da Barca, ter água encanada e, possivelmente, esgoto tratado, terá como contrapartida perder um espaço na entrada do bairro para bombeamento do esgoto de outro bairro, com impactos que ainda não estão claros. “Além de tudo, a obra do Canal da Doca custou mais de 300 milhões de reais, enquanto as obras de água e esgoto na Vila da Barca não chegam a 10% disso”, diz Kelvin Gomes.

A 18 km da Vila da Barca, rumo ao Leste, está o Quilombo do Abacatal, no município vizinho de Ananindeua. A viagem de carro leva mais de uma hora e termina em uma estrada de terra recém-alargada que chega a um portão azul. À direita, está um galpão com uma construção ao fundo, em cuja fachada se veem pinturas de duas mulheres negras e uma árvore. Sobre a copa da árvore está a sigla Ampqua (Associação de Moradores e Produtores Quilombolas do Abacatal e Aurá), grafada em uma tipografia que mescla o alfabeto latino com símbolos *adinkras*, do povo Ashanti, oriundo de vários países mas sobretudo de Gana. Aguardando sentadas à frente, estão Vanuza e Emanuela Cardoso, irmãs e figuras de referência da comunidade.

Vanuza tem o jeito despachado de quem já é liderança comunitária há bastante tempo. Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal do Pará, atualmente cursa o mestrado em antropologia cultural na mesma universidade. Atua como conselheira do Observatório de Protocolos Comunitários de Consulta, e, como ela mesma diz,

“está” coordenadora de Igualdade Racial de Ananindeua. “Pegue uma cadeira e se sente aí”, ela me diz, apontando para uma das quatro pilhas de cadeiras de plástico encostadas ao fundo. Pergunto se posso ligar o gravador, e ela faz um gesto de despreocupação: “A gente está acostumada a dar entrevista.”

O Quilombo do Abacatal remonta ao século XVIII, quando o entorno de Belém era ocupado por fazendas de cana-de-açúcar. Há um mito de origem de que ali seria o engenho do conde Coma Mello, que teria tido três filhas com uma mulher escravizada chamada Olímpia. O território do quilombo teria sido deixado a essas filhas como herança. A história aparece nos relatos orais de moradores há muito tempo, como apontam as sociólogas Rosa Acevedo e Edna Castro no livro *No caminho de pedras de Abacatal*, publicado em 1999.

Nos séculos XVIII e XIX, a comunidade ficava isolada no meio da floresta, “onde mesmo os padres não iam”, como escrevem as autoras. A única forma de acesso era pelo Igarapé Uriboquinha, afluente do Rio Guamá, que desemboca na Baía do Guajará. Por ser bem protegido e com terras boas para plantio, o quilombo atraiu pessoas escravizadas que conseguiam fugir das fazendas. O acesso por terra só foi aberto às vésperas da abolição da escravidão, com a construção da Estrada de Ferro de Bragança. A chegada da ferrovia marcou um momento novo para o quilombo, que perdia o isolamento territorial e passava a se ver ameaçado pelo contato com um entorno que lhe era hostil. Pouco mais de cem anos depois, a instalação de uma rodovia seria o estopim de uma nova fase de ameaças aos modos de vida da comunidade.

O projeto da Avenida Liberdade surgiu em 2012 e tinha o objetivo de criar uma nova conexão viária entre Belém e Marituba, na Região Metropolitana. “A estrada passaria aqui em cima da nossa sede”, conta Vanuza, apontando o dedo para o chão de cimento. Quando tomaram conhecimento do projeto, os moradores começaram a buscar informações e a se mobilizar contra a obra. Naquele momento a proposta não avançou, mas a ameaça deixou nítido que a comunidade precisaria se organizar para resistir às investidas do progresso.

Todos os anos, o quilombo comemorava no dia 13 de maio o aniversário da titulação da terra, conquistada nessa data em 1999. Em 2017, as lideranças resolveram comemorar a maioria estabelecendo um Protocolo de Consulta, previsto na Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. O instrumento estabelece como a comunidade deve ser ouvida quando empreendimentos com impactos ambientais e sociais são licenciados. Em outubro daquele ano, concluíram o protocolo, acreditando que isso os protegeria de empreitadas abruptas.

Qual o quê. Alguns meses depois a comunidade foi surpreendida com a cons-

The poster is a vibrant collage of geometric shapes in various colors (yellow, green, blue, red, white, black). At the top, a yellow banner contains the text: "Ministério da Cultura, Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, apresentam". Below this, a large green rectangle features the title "¡Cancha Brava!" in bold white letters. Underneath the title, a black banner reads "Futebol sudamericano en disputa". To the right, a blue rectangle contains the text "em cartaz" and "Terça a domingo das 9h às 17h (permanência até às 18h)". On the left, a yellow rectangle displays "Museu do Futebol" and the address: "Praça Charles Miller, s/n, Estádio do Pacaembu - São Paulo, SP Estacionamento zona azul - 3h por R\$ 6,67". At the bottom right, a green rectangle shows a white goalpost icon and the text "MUSEU DO FUTEBOL". A horizontal band across the middle contains the exhibition title "Exposição Temporária '¡Cancha Brava! Futebol sudamericano en disputa'" and logos for "Lei Roussakoff" and "Vale + cultura". Below this band, logos for sponsors (mercado livre, ARKEMA, GOODYEAR, EMS, Itaú) and supporters (Adidas, globo, PINHEIRONETO ADVOCADOS, Zanchetta, sabesp) are listed. The bottom section identifies the organizing institutions: "Museu do Futebol" (Gestão), "Fundação Roberto Marinho" (Concepção), and "Realização" by "CULT SP", "SP SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO" (Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativas), and "GOVERNO DO BRASIL" (DO LADO DO RIO DE BRASILEIROS).



econômica fundadora da região: o extrativismo. “É preciso diferenciar entre o extrativismo de aniquilamento, como a mineração, e o extrativismo da coleta, que sabe respeitar os ciclos da natureza”, diz Raul Ventura Neto, professor de Planejamento de Urbano e de Economia da Universidade Federal do Pará. Em sua visão, a extração e o processamento de produtos da floresta, prática que os jesuítas aprenderam com os indígenas da região e que se desenvolveu ao longo dos séculos, estrutura um tipo de economia sustentável – afinal a floresta precisa ser mantida para a continuidade das atividades – que deveria estar no centro do debate da questão ambiental hoje.

Em uma caminhada pela Cidade Velha, bairro do Centro de Belém, o economista foi apontando como a economia do açaí resulta em uma série de pequenos negócios na cidade. Aquilo que para um olhar externo não passaria de uma pequena serralheria, é uma minifábrica de um componente necessário para o processamento da fruta. Um levantamento do seu grupo de pesquisa, apresentado em um artigo ainda sob avaliação para publicação, identificou 1 147 CNPJs ativos ligados a processamento e revenda de açaí na capital. “O potencial dessa cadeia econômica é enorme. Aqui estamos falando somente de um produto, o açaí, dentre centenas que a floresta oferece”, defende o pesquisador.

O Parque da Bioeconomia promete fomentar negócios em torno do processamento de folhas, tubérculos, frutas e sementes extraídos na região. Um dos seus dois galpões é voltado para a incubação de novas empresas, com espaço de trabalho compartilhado e com atividades formativas, para auxiliar na estruturação de novos negócios. No segundo galpão, está

um parque industrial que poderá ser usado para a fabricação de produtos. A ideia é que empreendedores possam alugar maquinários que dificilmente teriam condições de comprar. “O propósito é ótimo, mas, como tudo na COP, o resultado vai depender de como esse centro será estruturado como política pública após o evento”, diz Ventura Neto, que esteve na inauguração do local.

Outro vetor importante foram as obras de restauração no Centro Histórico, como a reforma do Mercado de São Brás e do complexo do Mercado Ver-o-Peso. Com quase 400 anos de existência, o Ver-o-Peso é uma das maiores feiras abertas do continente e conta com edifícios históricos ao lado da estrutura de lona projetada por arquitetos vencedores de um concurso nos anos 1990. Cerca de 2,4 mil trabalhadores atuam no local, vendendo produtos dos mais variados para moradores da cidade e para turistas. Melhor seria se não fosse necessária a realização de um evento internacional para que uma estrutura dessa importância fosse restaurada de tempos em tempos.

Há também obras de saneamento e macrodrenagem, um grande problema na cidade (no ranking do saneamento do Instituto Trata Brasil, Belém ocupa a 95ª posição entre 100 municípios). “Essas obras já vinham sendo planejadas antes da COP, mas a realização do evento aumentou o ímpeto dos governos para realizá-las”, diz Lucas Nassar. De outro lado, o urbanista relembra que “vários desses projetos são de qualidade ruim, com excesso de infraestrutura cinza e pouca infraestrutura verde”. Em resumo, é a velha canalização e concretagem de cursos d’água, uma abordagem que degrada a qualidade ambiental dos bairros. O projeto de maior qualidade

nesse tópico, o Igarapé São Joaquim, que prevê espaços públicos e áreas verdes em torno do rio, avançou lentamente e somente a primeira de quatro etapas ficará pronta para a COP.

Em relação ao transporte urbano, a COP contribuiu para a conclusão dos novos corredores de BRTs, que vinham se arrastando há anos. Também foram comprados novos ônibus, com tecnologia menos poluente e ar-condicionado, que a população apelidou de “geladões”. Mas há dúvida se os novos veículos terão manutenção adequada e se o transporte terá outros avanços depois da COP, já que ainda não houve uma nova licitação, com cláusulas capazes de garantir a qualidade e o melhor uso dos recursos.

Ainda falta um balanço detalhado dessas obras, sobretudo no que diz respeito à adequação do gasto público aos escopos. O certo é que muitas intervenções foram realizadas de forma acelerada. O governo do Pará estabeleceu uma forma de trabalho com a mineradora Vale, que retirou projetos do processo burocrático de gestão pública. Os impostos da empresa foram alocados em obras, mas coube à própria mineradora executá-las. O mecanismo gerou maior celeridade, mas, por outro lado, alterou os processos convencionais de licitação, fiscalização e controle.

E não faltaram os escândalos. Em agosto, o ministro Flávio Dino autorizou a abertura de um inquérito para investigar supostas fraudes em licitações de obras para a COP. No centro da investigação, está uma empresa registrada em nome da mulher do deputado federal Antônio Doido, do MDB, o mesmo partido do governador Helder Barbalho, que recebeu mais de 900 milhões de reais em contratos do estado entre 2020 e 2024. O caso envolve saques em dinheiro de 5 milhões de reais e prisão em flagrante de um funcionário da fazenda do deputado.

Helder Barbalho estava à vontade no palco. De calça jeans e camisa de manga curta com estampa de grafismos indígenas, discursava para uma centena de pessoas na abertura do Amazônia Live. Dentro de algumas horas, Dona Onete, Gaby Amarantos, Joelma e Zaynara cantariam em um palco fluante em formato de vitória régia no Rio Guamá, seguidas pela cantora americana Mariah Carey. O espetáculo seria assistido por quinhentos convidados, público formado por ricos, artistas, influenciadores e ex-BBBS. A abertura do evento acontecia em terra, em um hotel da cidade, com presença de políticos e jornalistas. Dividindo o palco com o governador estava Roberta Medina, empresária realizadora do evento, filha de Roberto Medina, o criador do Rock in Rio.

Barbalho agradeceu pela realização do evento, que teria a “causa nobre, única, de salvar a floresta, preservar a Amazônia”. Evocou o orgulho paraense com a realização da COP e criticou “aqueles

que estão torcendo para dar errado”. Comparou o que está sendo construído no estado com uma árvore de raízes fortes. Saudou a participação das “divas” (as cantoras paraenses) no Rock in Rio e no The Town, eventos realizados pelos Medina. Antes de terminar, agradeceu à Vale, que, além de realizar obras da COP, patrocinou o Amazônia Live. Vieram então os aplausos, as fotografias no palco e as selfies com convidados.

Na saída do auditório, perguntei ao governador sobre a estação elevatória instalada na Vila da Barca. “Está 92% pronta”, ele respondeu, e apertou o passo. Insisti, ele desconversou, dizendo não se tratar de uma estação de tratamento, mas somente uma estação elevatória. Relembrei que, ainda assim, trata-se do esgoto do bairro dos ricos com uma estação elevatória no bairro dos pobres. Com rispidez, ele disse que eu estava desinformado. Perguntei se não haveria outro local para instalá-la. “Os engenheiros decidiram por esse local”, respondeu, antes de entrar no carro que o aguardava em frente ao hotel. Mais tarde, mandei perguntas por e-mail.

Em resposta, o governo do estado defendeu que “a localização da estação elevatória obedece exclusivamente a critérios técnicos de engenharia sanitária, hidráulica e geografia urbana” e que “a implantação segue rigorosamente as normas técnicas e ambientais vigentes”. Sobre a Avenida Liberdade que afetará o Quilombo do Abacatal, afirmou que “a obra está sendo executada conforme o planejamento aprovado e em total alinhamento com os termos definidos em audiência pública”. Em entrevista por videoconferência, o prefeito de Belém, Igor Normando, também do MDB, afirmou que a estação elevatória não produzirá nenhum malefício à Vila da Barca e que os investimentos em água e esgoto beneficiarão a comunidade. Para ele, que tem 38 anos e é primo do governador, o legado mais relevante da COP serão as obras de macrodrenagem e saneamento nas periferias.

Depois de uma edição do programa *Profissão repórter* que mostrou a precariedade de saneamento na Vila da Barca, as lideranças do bairro receberam críticas de que estariam disseminando uma visão pessimista de Belém. “Mas não se trata disso, não sou contra a COP. Eu só acho que não podemos ter nossos direitos anulados e que o evento é uma oportunidade de lutar por melhorias nas comunidades”, diz Suane Barreirinhas. Esse é um tema polêmico na cidade. Diante das matérias críticas à infraestrutura urbana na imprensa nacional e internacional, muitos moradores acusaram preconceito. De fato, isso ocorre em algumas situações, mas há outras em que a crítica fortalece a luta local por melhorias coletivas. “As contradições do progresso estão sempre aí”, disse Vanuza Cardoso. Antes de se despedir e partir para outra agenda no quilombo, ela completou: “O que muda é a nossa capacidade de falar delas.” ✪

o verde faz parte da nossa cultura.



COP30
AMAZÔNIA

SOMOS **CULTURA** 



FOTO: ESTÚDIO EM OBRA, grife, lápis de cor, tinta de caneta esferográfica e tinta de caneta hidrográfica sobre papel, 42 x 59,5 cm

“Sonho dos espíritos. Quando somos bem jovens e nosso interior está bem limpo, quando dormimos, nós sonhamos com os espíritos aparecendo bem nítidos para nós. Toda a floresta dos espíritos aparece. Quando sonhamos com os espíritos, nós não dormimos bem, pois estamos virando outros! É assim que se parece a floresta dos *xapiri* em nossos sonhos”, escreveu Joseca Yanomami no verso do desenho, em sua língua materna. Os textos das legendas nas páginas seguintes também são do artista. Ele os considera parte de cada trabalho

UMA OUTRA REALIDADE

Sonhos e mitos retratados pelo artista indígena da Amazônia

HANNA LIMULJA

Na infância, Joseca Mokahesi Yanomami gostava de caçar em torno da casa coletiva onde morava. À semelhança de outros meninos, ele ficava imerso na floresta e corria atrás de pequenos animais, sobretudo calangos e passarinhos. Por ser criança, nunca ia muito longe. Quando regressava, se sentia diferente. Deitava-se na rede e sonhava com a floresta. Nos sonhos, Joseca aumentava de tamanho. Seus braços, pernas, boca e olhos cresciam imensamente. Depois, quando despertava, ele percebia que seu corpo tinha voltado ao tamanho normal.

Às vezes, durante o sonho, a floresta aparecia com um brilho muito forte. As folhas das árvores cintilavam feito plumas de urubu. Para onde Joseca olhasse, havia uma luz intensa. Ele acordava com saudade dos animais que frequentavam a mata. Assim que o tempo da vigília encobria o do sonho, o garoto saía em busca dos bichos. Como também tinham saudade dele, os animais estavam sempre perto da casa, à espera do encontro.

A saudade era o que movia Joseca a ir atrás daquilo que enxergava em seus sonhos. É igualmente a saudade que emociona os yanomamis quan-

do, ao cair da tarde (e é preciso que a tarde caia), eles sentem o vazio deixado por aqueles que já se foram. Os sonhos com os mortos surgem da saudade que os próprios mortos sentem dos vivos, que permanecem neste plano, o *hwei mosi*. Os parentes vivos, ao despertarem, se dão conta de que era um sonho e de que a saudade é um sentimento que contagia.

Joseca passou a infância se defrontando com sonhos que não compreendia e que duraram até o início de sua juventude. Não raro, nessas ocasiões, sentia medo. Diante dos estranhos seres de luz que apareciam em alguns daqueles sonhos, ele pensava: “O que está acontecendo? Será que vou morrer?” Depois, nas andanças pela floresta, tinha dúvidas quando flechava um mutum: “Será que é uma ave de verdade? Será que é um yanomami? Ou um fantasma?” Joseca voltava para casa confuso, refletindo sobre essas coisas. Temia estar se transformando em outro e não conseguia dormir bem.

Um dia, seu pai lhe explicou: “Os seres de luz surgem nos sonhos porque querem que você se torne xamã.” Esses seres são os *xapiri pë*, espíritos



FOTO: FILIPE BERNOTI, acrílica sobre tela, 95 x 147 cm

“A casa dos espíritos *xapiri pë*. Assim são as casas dos espíritos de nossos grandes e verdadeiros xamãs. Aqui onde nós vivemos é a base da casa dos espíritos *xapiri pë* e, lá no céu, está o topo da casa dos espíritos, que ultrapassa as costas do céu. Lá no alto dessa casa, ficam alguns espíritos *xapiri* para proteger. Se algum espírito violento vier na sua direção, eles logo vão ver. Mas a casa dos espíritos é ainda mais alta e, em seu topo mesmo, está Paxoriwê, espírito do macaco-aranha. Lá ele fica segurando a ponta da casa para não deixá-la balançar. Dentro dessa casa vivem todos os espíritos *xapiri pë*, lá no alto, onde a casa está enfeitada de plumas. Assim são as casas dos espíritos *xapiri pë*”

auxiliares dos xamãs. Eles invadem o sono de toda criança que pretendem converter em xamã até que ela cresça e alcance a idade de ser iniciada.

Depois da explicação de seu pai, Joseca continuou tendo sonhos com os *xapiri pë*, mas agora não temia mais nada, pois desejava se tornar um xamã. Por várias razões, o desejo não se concretizou, e os seres de luz pararam de aparecer. As cenas daqueles sonhos, contudo, permanecem dentro de Joseca, que nasceu em 1971, à beira do Rio Uxiu, no Norte de Roraima. São essas imagens que ele transporta para seus desenhos e suas pinturas.

Desde 2022, quando realizou uma exposição individual no Masp, Joseca figura entre os principais artistas contemporâneos do Brasil. Já participou de mostras importantes em países como Austrália, Japão, China, França e Itália. Atualmente, mora na comunidade yanomami Buri-ti, na margem esquerda do Alto Rio Demini, no Amazonas.

Este relato deriva de uma entrevista que fiz com Joseca em Boa Vista, no dia 11 de maio de 2024. Comecei a conversa perguntando como

era possível que ele, sem ser xamã, retratasse um universo que apenas os xamãs conseguem ver. Foi então que Joseca me revelou a sua vocação xamânica interrompida precocemente. No final da conversa, lhe entreguei as gravações dos sonhos de xamãs yanomamis que realizei entre 2015 e 2017, durante meu trabalho de campo como antropóloga na comunidade do Pya ú, no Amazonas.

Em suas experiências oníricas, esses grandes homens veem um mundo a que só eles têm acesso. Por meio de seus cantos e falas – ou seja, da palavra –, contam para os *kuapora thë pë* (as pessoas comuns, que não são xamãs) tudo o que viram. Dessa maneira, mostram que a floresta é muito mais do que aquilo que podemos enxergar a olho nu e no tempo da vigília. Joseca, por sua vez, transforma em imagens o que os xamãs narram com palavras. Percebo, assim, que ele também atua como um xamã. Afinal, por meio de suas pinturas e seus desenhos, mostra para nós, os *napë pë* (não yanomamis), que há mais coisas entre o céu e a terra do que sonha nossa vã cosmologia. ✨



“Sobre como é o grande coração da Terra. Nós, yanomamis, os não indígenas, os animais que andam no chão, os animais que voam e os animais aquáticos, não conhecemos o grande com o coração da Terra, quando ele respira o ar, todos nós respiramos juntos, porque todos os nossos corações estão conectados com o grande coração da Terra. É assim que todos nós



FOTO: FILIPE BERNDT. Acrílico sobre tela, 91,5 X 137,5 CM

coração da Terra. Somente os espíritos *xapiri pë* e os xamãs o conhecem, por isso pensamos que o grande coração da Terra não existe. Mas assim que é, todos nós estamos respirando juntos respiramos juntos com o grande coração da Terra”

FOTO: ESTÚDIO EM OBRA_ grafite, lápis de cor, caneta esferográfica e caneta hidrográfica sobre papel_50,5 X 65 CM



FOTO: ESTÚDIO EM OBRA_ acrílica sobre tela_100 x 120 cm



“O sonho de jacaré-açu (*Melanosuchus niger*). Quando o jacaré-açu quer nos atacar, é assim que nós sonhamos. Em cima de nossas cabeças, muitas abelhas solitárias (*Centris sp.*) ficam voando, os nossos mais velhos nos ensinaram que elas são os genros do jacaré-açu. Quando temos um sonho assim, facilmente seremos atacados por um jacaré quando formos tomar banho”

“Palavras sobre o espírito Koimari. Este Koimari pode ser bom para os yanomamis, mas também pode nos causar mal. Quando os espíritos amarram e carregam o interior de uma criança, é Koimari que os busca de volta rapidamente. Mas Koimari também ataca muito as crianças, ataca os velhos, ataca os inimigos, ataca as onças... É assim que Koimari faz”



FOTO: JULIA THOMPSON. _grafite, lápis de cor, caneta estilográfica e caneta hidrográfica sobre papel_ 50 X 65 CM

“Antigamente nossos antepassados comiam carne crua. Apesar de comerem crua, depois, com o tempo, dois jovens viram cabeças de lagartas caxa cozidas quando a maloca estava vazia. Então, jovem, velho, moça, mulher idosa, as pessoas ficaram pensando *[sobre aquilo]* até tarde. E, assim, muitas pessoas se reuniram, juntos se pintaram com tinta de urucum de forma que ficassem engraçadas, já que queriam fazer o jacaré rir *[para conseguirem roubar o fogo que o jacaré escondia dentro de sua boca]*. E, assim, ao terminar, as pessoas continuaram a dançar, mas o jacaré não riu de forma alguma. Sua esposa, a rã Hrãmeri (*Otophyrne robusta*) não deixou que o jacaré desse risadas, as pessoas que dançavam estavam passando dificuldades ali, porém o pássaro Hiômôra Moxi fez o jacaré rir ao defecar durante sua dança de apresentação. Dessa forma, como o jacaré riu com entusiasmo, deixou o fogo escapar *[de sua boca]* e todas as pessoas se apossaram do fogo. Então, *[o pássaro]* pegou o fogo com seu bico e assim colocou o fogo no alto do tronco da árvore. A esposa do jacaré, a rã Hrãmeri, tentou apagar o fogo com sua urina, mas o fogo não apagou. Dessa forma, o fogo existe até os dias de hoje, foi assim que nossos antepassados fizeram com o fogo”

“Palavras sobre morrer nos sonhos. Quando morremos em nossos sonhos, nosso fantasma vai para o outro céu. Quando morremos no sonho, vemos todos os fantasmas dos mortos novamente. Voltamos a entrar nas casas dos fantasmas dos mortos. É assim que acontece quando morremos em sonho”

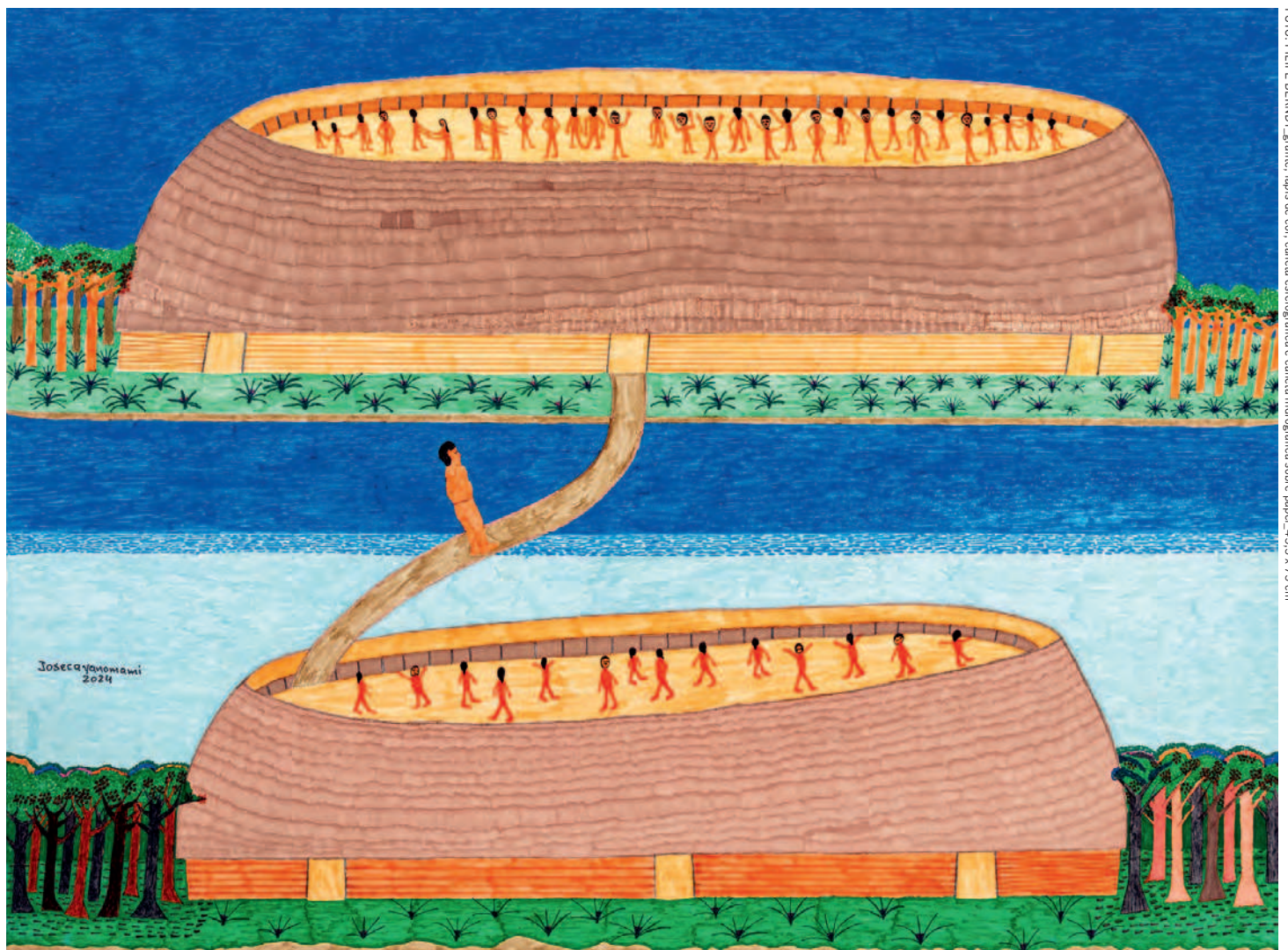


FOTO: FILIPE BERNDI. _grafite, lápis de cor, caneta estilográfica e caneta hidrográfica sobre papel_ 45,5 X 75 cm



“Quando escurece, os sonhos se espalham e dispersam. Então isso faz com que todos nós sonhemos. Nós, yanomamis, os não indígenas e os animais. A escuridão faz com que todos nós

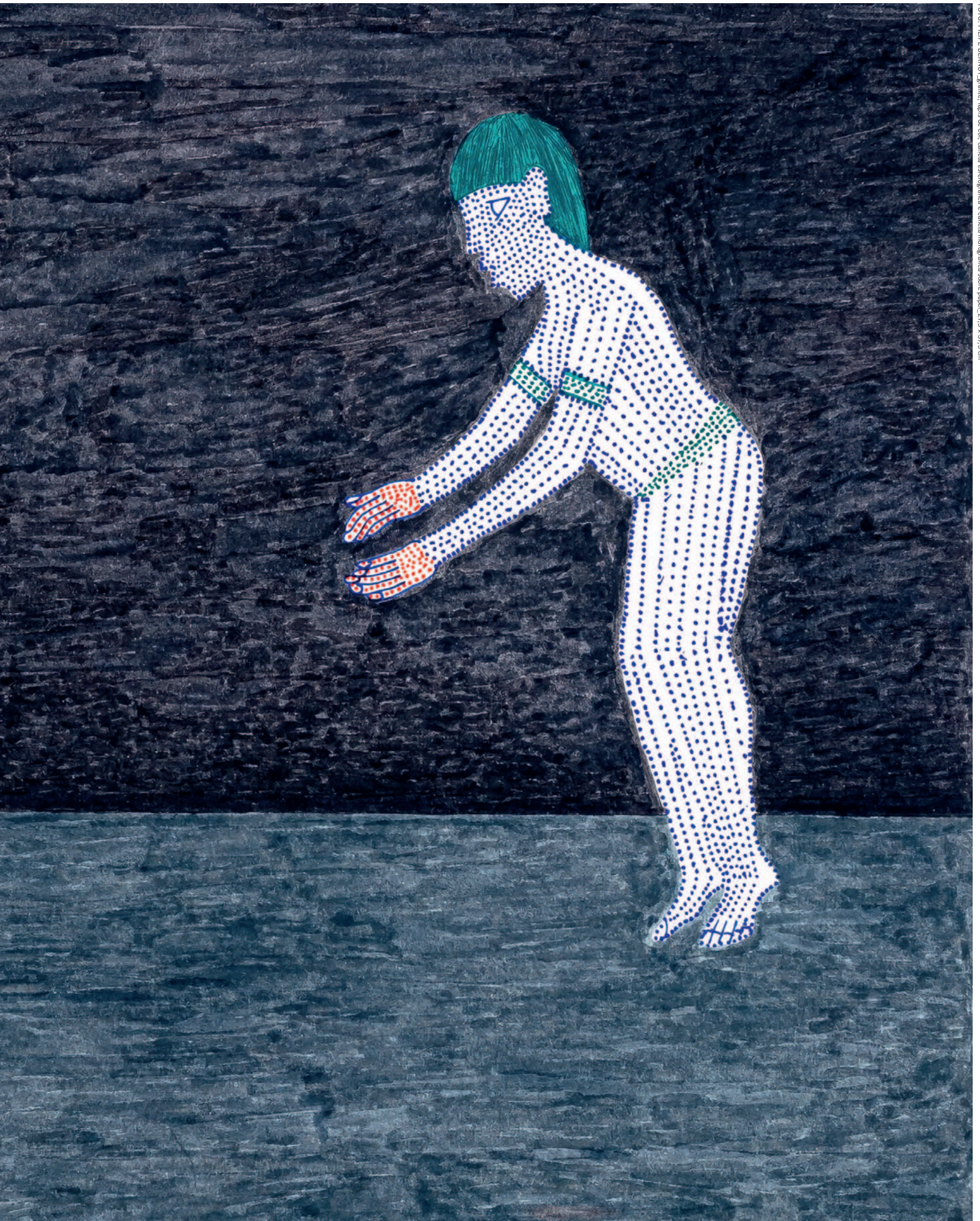


FOTO: FILIPE BERNDT. graffiti, lápis de cor, caneta esferográfica e caneta hidrográfica sobre papel. 2015. 27,5 x 37,5 cm

sonhemos em toda parte”

ELA TINHA ESQUIZOFRENIA

E, de repente, não tinha mais

RACHEL AVIV

Quando sua filha Christine tinha 9 anos, Mary lhe disse: “Venha aqui. Quero te contar um segredo.” As duas então se sentaram no sofá marrom da sala, em Santa Ana, na Califórnia. Mary, na época com 43 anos, contou que um professor que ela conhecera na faculdade de medicina estava lhe enviando mensagens sobre um plano para levá-la embora e os dois viverem em uma mansão. “Lembro de ter ficado empolgada com aquilo porque combinava com o que eu achava que devia estar acontecendo”, disse Christine. “Eu era fascinada por *Harry Potter* e pela ideia de que, se você é um dos eleitos, percebe que os acontecimentos, na verdade, são uma história muito maior.”

Mary (que me pediu para não usar seu nome completo para proteger sua privacidade) se inclinou e começou a separar as mechas do cabelo de Christine, como se estivesse procurando piohos. “Ele coloca microfones no seu cabelo?”, perguntou Mary, referindo-se

ao professor. “Ele já pediu para me dizer certas coisas?”

“Eu acreditava em tudo o que ela dizia”, me contou Christine, a mais velha das duas filhas. “Até que ela me acusou de algo que eu sabia que não era verdade.” Mary sempre tinha sido carinhosa, atenciosa e prática. Christine disse: “Tive então uma sensação, no meu próprio corpo, de que ela não era mais a mesma.”

Sua irmã, Angie, sete anos mais nova, aprendeu a seguir as instruções da mãe, quer fizessem sentido ou não. “Fui ensinada a obedecer às regras dos delírios dela, e ao mesmo tempo aprender as outras regras e normas do mundo”, disse Angie. Ela acabou encarando as histórias da mãe sobre o tal professor e os amigos dele, envolvidos na mesma missão, como encarava as histórias da Bíblia: “É tipo assim... o.k., algumas dessas pessoas são reais, e outras não.”

Christine ficava sempre com o papel de vilã. A mãe gritava com ela por ter envenenado a pizza, escondido as chaves ou cometido atos agressivos.

Christine tentava explicar que não tinha feito nada daquilo. Às vezes Mary lhe dava uns tapas. (Mary não se lembra disso.) Christine também começou a desconfiar da própria memória: “Minha mãe me acusava de certas coisas e eu pensava: Será que eu não fiz isso mesmo?” No quinto ano, ela pediu ao Papai Noel um polígrafo, um detector de mentiras. “Eu tinha uma sensação constante de que as pessoas podiam duvidar de mim a qualquer momento.”

Ela imaginava que poderia obter ajuda para a mãe caso conseguisse encontrar as palavras certas para descrever aquela transformação. No ensino médio, passava horas estudando o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM, na sigla em inglês). Chegou até a mandar uma mensagem para uma amiga dizendo que “tinha se casado com o DSM-4”, referindo-se à quarta versão do manual. Explicou que a mãe sofria do “delírio de Fregoli”, nome do distúrbio em que o paciente acredita que pessoas diferentes são, na verdade, uma

única pessoa que muda de aparência. Em seu diário, Christine escreveu: “Minha mãe tem um transtorno delirante erotomaniaco, com uma pitada de delírio persecutório.” Pediu ajuda a professores e a uma orientadora escolar, mas, segundo ela, o retorno em essência foi o seguinte: “Todo mundo tem seus problemas. Você tem que lidar com isso e continuar tirando boas notas.”

Mary, que nasceu na Índia e lá trabalhou como médica durante uma década, falava tanto sobre o tal professor de medicina que seu marido, Chris, funcionário público estadual, acabou entrando em contato com ele. Chris recorda: “O professor disse: ‘Não estou em contato com ela. Nem sabia que sua esposa tinha vindo para os Estados Unidos.’” Por sugestão do professor, Chris marcou uma consulta para Mary com um psiquiatra. Christine ficou sentada na sala de espera, torcendo para que aquilo fosse o início de um processo de recuperação da mãe da sua infância, que ela lembrava como “uma figura mágica e radiante”.



Na sala, a mãe parece procurar piolhos na cabeça da filha, mas busca microfones ocultos em seus cabelos: “Por que vocês me chamaram? Não estou entendendo. Ela não tem sintoma nenhum”

Ao sair da consulta, porém, Mary disse que o psiquiatra achou que ela estava bem e não tinha nenhum problema. Pouco depois, Mary expulsou Chris do apartamento em que moravam e bloqueou a porta com uma escrivaninha e duas malas pesadas. Pela manhã, Christine e Angie passaram a acordar mais cedo para ter tempo de retirar os obstáculos da porta e ir para a escola.

Karl Jaspers, psiquiatra e filósofo alemão, descreveu o que chamou de “atmosfera delirante” como uma alteração profunda na forma como certas pessoas vivenciam o mundo. “Há uma mudança que envolve tudo com uma luz sutil, onipresente e estranhamente vaga”, escreveu ele. As pessoas nesse estado procuram uma narrativa que explique por que tudo de repente parece tão estranho, sinistro e ameaçador. “Essa sensação de tudo tão vago deve ser insuportável”, continuou. “Conseguir finalmente chegar a algo definido, preciso, é como se livrar de um enorme peso.”

Mary havia bolado uma história que anulava a realidade da vida das filhas, mas elas perceberam que a história embutia também uma espécie de lógica emocional. Mary fora pressionada a se casar com Chris, em um casamento arranjado. Quando os dois foram morar nos Estados Unidos, o marido mostrou que tinha ideias tradicionais sobre o papel da mulher e restringiu a liberdade de Mary de seguir sua carreira profissional. Christine e Angie passaram a achar que os delírios da mãe – de que seus ex-colegas a libertariam do casamento, de que ela recuperaria sua posição na comunidade médica – eram “uma maneira de explicar como ela acabou presa nessa situação”, contou Christine. “Nós teorizamos que a psicose era quase uma resposta razoável.”

Ao terminar o ensino médio, Christine se mudou para Nova York por duas razões. Porque é a cidade onde se passa o enredo do seu livro favorito, *Submundo*, de Don DeLillo, e porque lhe parecia o lugar ideal para as pessoas que querem fugir de casa. Ela morou no Bronx, perto

de um tio paterno, e arranhou um emprego em um dos restaurantes Planet Hollywood. Queria ser romancista e relia *Submundo* obsessivamente, cobrindo as páginas com anotações objetivas: “Diálogo integrado”, “metacomentário”, “sensação de imediatismo juvenil”.

Da Califórnia, Angie e a mãe mandavam mensagens para Christine pedindo que comprasse mantimentos ou pizza, e ela, do outro lado do país, pedia um *delivery* para elas. Mary continuava bloqueando a porta. Chris, o marido expulso, dormia no carro. (Depois foi morar com uma namorada.) Christine se preocupava com Angie, que tinha 11 anos e estava sendo criada dentro de uma espécie de *folie à deux* (loucura a dois). Disse Angie: “Nunca consegui entender por que minha mãe fazia essas coisas comigo, e acabei criando uma explicação emocional: há outras coisas que são mais importantes para ela. Estou ali apenas como um receptáculo para o seu pensamento mágico.” Depois de cerca de um ano, Christine pro-

videnciou para que a mãe e a irmã também fossem morar em Nova York.

Mary se mudou com Angie para um apartamento no Bronx, no mesmo prédio do irmão de Chris, e recobriu as paredes com fita adesiva para impedir que a vida dela e a da filha fossem gravadas pelos reality shows da tevê. Angie procurava tomar banho enquanto a mãe dormia, porque Mary acreditava que havia uma câmera no chuveiro e decidira cobri-lo com uma meia. Angie se sentia como se estivesse vivendo uma espécie de versão urbana de *Grey gardens*, um filme formativo para ela. Esse documentário retrata a vida de uma mãe e uma filha, parentes de Jacqueline Kennedy Onassis, que viveram juntas durante mais de cinquenta anos, em uma casa onde as convenções sociais foram ficando cada vez mais remotas e as pilhas de lixo não paravam de se acumular por todo o canto.

Decorridos dois anos em Nova York, Mary parecia cada vez mais incapaz de cuidar de si mesma, e Christine, agora aluna da Universidade Columbia, cha-



mou uma unidade móvel de atendimento cuja equipe avalia pessoas em crise de sofrimento psíquico. A unidade bateu à porta de Mary. Depois de uma conversa em que relatou receber transmissões elétricas por meio de uma obturação num dente, Mary foi internada no hospital Mount Sinai Beth Israel, em Manhattan.

Os psiquiatras solicitaram autorização a um juiz para interná-la por um mês e tratá-la com antipsicóticos, contra a vontade dela. Um dos médicos escreveu no prontuário: “Creio que ela não tem discernimento quanto à natureza da sua doença.” Em um formulário de avaliação, outra psiquiatra registrou, de início, que Mary apresentava um “transtorno psicótico não especificado”. Depois, talvez insatisfeita com um diagnóstico tão vago, riscou as palavras e escreveu “esquizofrenia”. Mary tinha 55 anos e seus sintomas haviam começado por volta dos 40, algo incomum na esquizofrenia. A maioria das pessoas é diagnosticada na faixa dos 20, ou no máximo 30 e poucos anos.

Christine mudou-se para o apartamento da mãe e entrou com uma petição para ter a guarda compartilhada de Angie. O pai delas, Chris, que continuava morando na Califórnia, não contestou o pedido. “Eu faço o café da manhã”, escreveu Christine em seu diário, descrevendo sua nova rotina com Angie. “Lavo a louça. Passo a chave na porta à noite. Aos trancos e barrancos, consegui estabelecer meu lugar como um agente ativo no universo.”

Quando Mary teve alta do hospital, parou de tomar os medicamentos – nem ela, nem as filhas achavam que os remédios haviam ajudado. Para cerca de um terço das pessoas com esquizofrenia, os antipsicóticos não dão resultado. “Eu

gostaria que os delírios e a paranoia da minha mãe fossem tratáveis”, escreveu Angie, numa redação para admissão à faculdade. “No entanto, ela convive com isso há doze anos, e sua internação ano passado não surtiu nenhum efeito.”

A internação de Mary no Mount Sinai Beth Israel marcou o início de um ciclo de nove anos, durante o qual ela era internada em diversos hospitais psiquiátricos e, depois de algumas semanas, recebia alta sem qualquer mudança. Segundo Mary, cada vez que era hospitalizada, a equipe “fazia as mesmas perguntas, mas ninguém nunca mudou o modo de ver a situação. Todos continuavam com a mesma coisa: esquizofrenia”.

Depois de cinco internações – incluindo uma em que se recusou a sair do apartamento, acabou algemada e levada até a ambulância pela polícia –, Mary foi transferida para o Centro Psiquiátrico do Bronx, uma instituição do estado de Nova York que oferece atendimento de longo prazo. Ali ela observou que, quando os pacientes se recusavam a tomar os remédios, às vezes os funcionários chamavam a segurança e os medicavam com injeções, uma possibilidade que a deixava aterrorizada. Mary conta: “Eu tomava os remédios sem questionar, porque não ia querer brigar com a segurança. Essas pessoas são muito sensíveis ao que elas chamam de ‘desafiar a autoridade’.” Ela passava o dia todo temendo a hora da medicação, quando seria obrigada a engolir os comprimidos.

Por vezes, Mary imaginava que Deus tinha um motivo para mantê-la no hospital. “Mas eu nem queria enveredar por esse caminho, porque a mente racional deixa a gente muito nervosa e insegura”, diz. Sua vida diária se tornou tão limitada

que ela parou de perceber as mudanças no clima. “Eles não indicam para você a mudança das estações, que a primavera já está virando verão, que o inverno já está virando primavera. Você procura apenas passar o dia o mais rápido possível.”

Christine, que falava com a mãe toda semana, disse que nessa época Mary nunca mencionou sua tristeza. “Eu gostaria de ter conversado com ela no nível de ‘Sinto muito que você esteja aí, você está triste?’. E tenho certeza de que ela estava sentindo essas emoções, mas não conseguia expressá-las. Era sempre aquilo: ‘Estou sendo atacada. Estou aqui como uma prisioneira.’” Christine achava que sua mãe estava em segurança no Centro Psiquiátrico do Bronx, mais do que estaria em qualquer outro lugar, mas se sentia culpada por querer que Mary ficasse lá pelo resto da vida.

Em setembro de 2023, depois de um ano de internação, Mary foi liberada. Uma semana depois, desmaiou no banheiro e ficou com dificuldade para se movimentar. Foi levada a um hospital no Brooklyn, onde os médicos suspenderam os antipsicóticos, pois suspeitavam que seu problema fosse um efeito colateral dos remédios. Então, descobriram que ela tinha linfoma, um câncer que pode ser fatal. Mary iniciou sete sessões de quimioterapia com rituximab, um medicamento que atua sobre os anticorpos envolvidos na resposta imunológica do organismo.

Quando Christine e Angie visitaram a mãe no hospital, Mary só respondia suas perguntas com monossílabos. Seu rosto tinha uma expressão vazia. As filhas achavam que ela estava morrendo. Mary também. Sonhou que era criança, brincando com sua irmã e seus quatro irmãos em Calcutá, onde foi criada. Ela conta: “Pensei comigo, ‘isso deve ser o fim’.”

Angie, na época com 22 anos e recém-formada na Faculdade de Dartmouth, se preparou na terapia para a morte da mãe. Ela me contou: “Tive várias sessões em que fiquei só chorando, chorando pelas coisas fundamentais que eu gostaria que ela tivesse me dado. Queria que ela tivesse me contado o que se passava na sua cabeça. Queria que ela tivesse pedido desculpas, que dissesse que sentia muito por tudo que me fez.”

No Natal, dois meses depois de iniciar a quimioterapia, Mary já se movia com um pouco mais de facilidade e estava começando a conversar melhor. Christine e Angie perceberam que sua personalidade parecia diferente: estava calma, extrovertida e educada, e muitas vezes expressava gratidão. Angie mandou uma mensagem para Christine dizendo que Mary parecia em paz, como se, quem sabe, estivesse sentindo “alguma clareza sobre o pós-vida ou a morte”.

Christine, que tinha 29 anos e se mudara para Londres para fazer mestrado em psicologia, ficou impressionada com a capacidade de sua mãe de assistir ao noticiário e absorver as informações corretamente. Durante muitos anos, a tele-

visão fora uma causa de agitação: Mary afirmava que as pessoas na tevê estavam usando suas ideias e repetindo suas falas.

Certo dia, quando Christine a visitava no hospital, Mary pediu um celular. Christine conta: “Eu meio que brinquei com ela: ‘Só agora você está pedindo um telefone?’ Na hora não dei muita importância, mas depois pensei: por que será que ela pediu um celular? Isso não é nada normal.” Mary já tinha um telefone, mas estava guardado porque, segundo dissera a Christine, o aparelho continha um programa de espionagem. Angie lhe deu um celular novo e, por precaução, cobriu a câmera com fita adesiva. “Ela usava com tranquilidade, o que era estranho”, disse Angie.

Em maio, um mês depois de Mary terminar a quimioterapia, Christine e Angie pediram a um psiquiatra do hospital que a examinasse. Christine relata: “O psiquiatra perguntou: ‘Por que vocês me chamaram aqui? Não estou entendendo. Ela não tem sintoma nenhum.’ E nós dissemos: ‘Sim, doutor, é justamente por isso que resolvemos chamá-lo aqui.’”

Christine voltou a ter a mesma sensação física que sentiu quando a mãe adoeceu pela primeira vez – uma sensação de que algo muito profundo havia mudado em sua mãe. Tentou então fazer os médicos compreenderem a magnitude da recuperação. No meio do ano, o câncer estava em remissão. Há meses Mary não tomava antipsicóticos, mas, mesmo assim, “os sintomas psicóticos desapareceram”, anotou um dos médicos. Christine lhes disse: “Ela tem um histórico psiquiátrico de vinte anos. Vocês já ouviram falar de algo assim? Será que algum dos medicamentos poderia ter causado isso?” Conversou também com um neurologista do hospital, mas ele não teve resposta para lhe dar. Omid Heravi, um dos oncologistas de Mary, também não compreendia o que estava acontecendo. “A medicina é muito especializada; nós não entramos em outras áreas”, explicou ele. Sua única hipótese era que algum dos medicamentos contra o câncer tivesse exercido benefícios colaterais. “Na medicina, nem todos os efeitos colaterais são negativos”, disse.

Quando alguém se recupera de uma doença, em geral está tudo resolvido e a história está encerrada. Mas, quando alguém fica são, também acontece uma espécie de colapso narrativo, um confronto com uma história pessoal que já não é mais reconhecível. Christine incentivou os amigos e irmãos da mãe, de quem ela estava afastada havia anos, a entrarem em contato. Queria restaurar o senso de conexão da mãe, mas também, como ela me relatou, “queria que eles me dissessem – fora das minhas lembranças de infância – se essa era a mesma pessoa que ela era antes”.

Durante muitos anos, os amigos de Christine pouco sabiam sobre sua mãe além dos detalhes da sua doença mental.

“De repente comecei a dizer: ‘Ei, minha mãe está melhor. Você gostaria de ligar para ela e conversar um pouco?’ E era uma ideia chocante para eles”, contou Christine. “Muita gente não está necessariamente aberta a dar um telefonema assim de improviso, mas minha mãe agora era uma pessoa flexível, receptiva, com uma conversa fluida.” Segundo Christine, sua mãe era uma “debutante psicológica”.

Angie, que morava no Queens e trabalhava numa empresa que fazia análise de dados sobre violência sexual, estava incrédula com a transformação da mãe. Christine disse: “Eu pensava assim: se minha mãe desapareceu, então também pode reaparecer.” Mas, para Angie, era diferente. Ela não tinha lembranças da mãe antes da doença, e sentia como se lhe pedissem para acreditar que a mãe se tornara uma nova pessoa. “Minha tendência é escolher a segurança, não o processo da descoberta. Eu não tinha uma curiosidade que compensasse os riscos emocionais”, explica ela. Angie sempre sentira que, de certa maneira, a mãe havia “preferido seus delírios” em lugar das filhas. E não queria vivenciar novamente essa escolha.

Christine pesquisou artigos médicos que pudessem explicar a recuperação da mãe e, assim, convencer Angie a acreditar na mudança. Passou a ler sobre cada um dos medicamentos que a mãe havia tomado e concluiu que o responsável poderia ser o rituximab, o imunossupressor usado na quimioterapia. “Tenho uma nova teoria”, escreveu a Angie, em maio do ano passado. “Teoricamente, a quimioterapia pode ter curado a mamãe, como efeito colateral.” Christine encontrou alguns estudos de caso recentes que documentavam uma recuperação psiquiátrica drástica de pessoas que se trataram com medicamentos capazes de reduzir a atividade do sistema imunológico.

Um estudo de 2017, publicado na *Frontiers in Psychiatry*, relatava o caso de uma mulher com um histórico de 25 anos de esquizofrenia. Como também tinha uma doença de pele, a paciente tratou-se com medicamentos que reduzem a inflamação e suprimem a resposta imunológica. Os médicos notaram um padrão recorrente: quando tratavam as lesões cutâneas, a psicose desaparecia. Levantaram então a hipótese de que a erupção cutânea e a psicose eram causadas pelo mesmo distúrbio autoimune. E as duas foram curadas pelos mesmos medicamentos. Outro artigo na *Frontiers in Psychiatry* tratava sobre o caso de um homem com “esquizofrenia resistente ao tratamento”, que teve leucemia. Depois de um transplante de medula que reconstituiu seu sistema imunológico, ele surpreendeu os médicos ao se tornar subitamente lúcido. Oito anos depois, segundo os autores do artigo, “o paciente está muito bem e não há sintomas psiquiátricos residuais”.

Christine também encontrou um artigo de 2023, publicado no jornal *The Washington Post*, segundo o qual uma

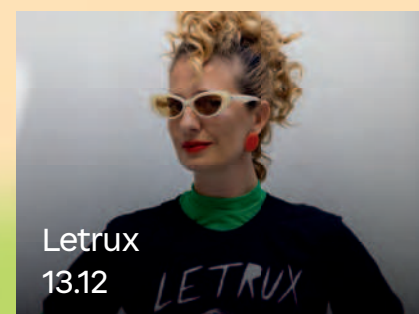
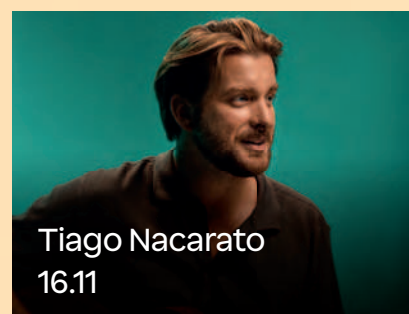
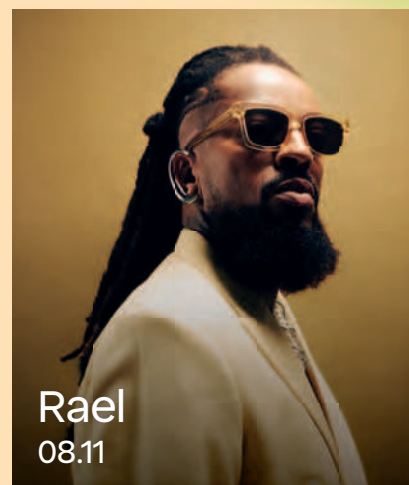
mulher chamada April entrou em estado catatônico aos 21 anos de idade e foi diagnosticada com esquizofrenia. Sander Markx, professor de psiquiatria da Universidade Columbia, conheceu April em um hospital psiquiátrico em Long Island, em Nova York, quando ainda estudava medicina. Vinte anos depois, ficou consternado ao encontrá-la no mesmo hospital, na mesma situação. “Faz vinte anos que ela não sai de lá. Ficou totalmente reclusa”, disse ele, num simpósio na escola de medicina Weill Cornell. Ele e seus colegas realizaram uma avaliação extensa e descobriram que April tinha lúpus, uma doença autoimune que, em casos raros, pode causar uma inflamação no cérebro, provocando sintomas similares aos da esquizofrenia. Depois de passar por uma terapia imunossupressora, incluindo rituximab, April saiu de “um coma de 25 anos, e conseguiu nos contar tudo”, disse Markx. “Nós não temos um protocolo para isso. Não vemos pacientes voltando ao normal depois dessa doença.”

No mesmo ano de 2023, o caso de April inspirou a criação do Centro de Psiquiatria de Precisão e Saúde Mental da Fundação Stavros Niarchos, na Universidade Columbia. O centro está trabalhando para identificar subtipos biologicamente distintos de diversas doenças, que sempre foram obscurecidos ao serem inseridos nas amplas categorias do DSM. Christine enviou um e-mail para Sander Markx, codiretor do Centro Stavros Niarchos, no qual faz uma breve cronologia da vida de sua mãe e diz: “Os sintomas psiquiátricos dela desapareceram meses atrás e até agora não voltaram. Os médicos que a acompanham estão perplexos com essa recuperação.” Como Markx não respondeu, Christine, que estava visitando Nova York, decidiu ir pessoalmente à universidade e se apresentar, junto com Angie. Markx não estava no seu escritório, pois acabara de entrar numa licença médica prolongada, mas as duas irmãs passaram por baixo da porta um envelope cor-de-rosa com um cartão manuscrito. Também usaram o correio interno do campus para enviar cartões aos outros diretores do Centro. Elas tentavam pensar nesse passo, disse Angie, como “aquela parte do documentário em que a câmera começa a tremer e você sente que alguém está prestes a esclarecer o caso”.

Emil Kraepelin, que criou o primeiro sistema moderno de diagnóstico da psiquiatria nos anos 1890, definiu a doença que hoje chamamos de esquizofrenia como um transtorno sem esperanças. O diagnóstico permitia aos administradores hospitalares separar os pacientes com “insanidade periódica” (depressão e transtorno bipolar) daqueles considerados incuráveis, que deveriam ficar internados num hospício. Kraepelin esperava que a esquizofrenia acabasse se revelando uma doença semelhante à neurosífilis — na época, um mal res-



Aqui, o som tem casa e a emoção, palco.



Ingressos: casanaturamusical.com.br

Leitor piauí tem 20% de desconto* com o código PIAUI20

*Para aplicar o desconto, basta selecionar a promoção “LEITOR PIAUI” e digitar o código “PIAUI20”.

O desconto é válido sobre o valor da entrada inteira e disponível para até 2 compras por CPF. Promoção limitada!



ponsável por grande parte dos casos de insanidade nos hospitais psiquiátricos. Em 1913, cientistas demonstraram que o cérebro desses pacientes estava infectado por bactérias. “As doenças produzidas pela sífilis nos dão uma lição prática exemplar”, escreveu Kraepelin quatro anos depois. “Pela lógica, podemos supor que conseguiremos descobrir as causas de muitos outros tipos de insanidade, que podem ser evitados e talvez até curados, embora no momento não tenhamos a menor pista.”

A psiquiatria e a neurologia eram, originalmente, uma única disciplina médica. Aos poucos, porém, os neurologistas passaram a se responsabilizar por doenças como a neurosífilis e a demência, que podem ser observadas em uma autópsia do cérebro, enquanto os psiquiatras assumiram os males que restaram, cujas causas continuam um mistério. A esquizofrenia, que afeta menos de 1% da população mundial, tornou-se o distúrbio por meio do qual a psiquiatria construiu sua identidade. Em parte, porque a esquizofrenia parecia representar todo o mistério e toda a dificuldade de tratamento da loucura, levantando questões fundamentais sobre o que significa ter um “eu”. “A história da psiquiatria moderna é, na verdade, praticamente a história da esquizofrenia – a forma de loucura por excelência do nosso tempo”, escreve o psicólogo Louis Sass.

Mas os psiquiatras não conseguiam encontrar uma característica única capaz de unificar o diagnóstico. “A grande questão é: o que é esse ‘algo’ subjacente aos sintomas?”, observou Karl Jaspers em 1913. Oito décadas depois, o psiquiatra Ian Brockington fez um alerta: a obsessão pela esquizofrenia havia sufocado

a curiosidade clínica. “Transtornos menores e mais homogêneos foram sugados pela gravidade dessa grande ideia e aniquilados”, escreveu ele. Há décadas os cientistas vêm buscando, em vão, um marcador biológico que confirme se alguém sofre de esquizofrenia. No ano passado, em um artigo publicado na *Schizophrenia Research*, dezessete especialistas concluíram que a esquizofrenia não é definida por uma única etiologia, nem um único sintoma, tampouco um único mecanismo biológico. “É prudente questionar se o constructo em torno do qual estamos organizando essas informações é fundamentalmente falho”, apontam os autores.

Talvez a ruptura mais marcante com a noção de que a esquizofrenia é um conceito monolítico tenha começado em 2007. Nessa ocasião, Josep Dalmau, neurologista da Universidade Autônoma de Barcelona, começou a publicar artigos, em coautoria com seus colegas, descrevendo pacientes jovens com delírios, alucinações e mudanças súbitas de comportamento, como agitação e risadinhas impróprias. Dentro de poucos dias ou semanas, esses pacientes pioravam, apresentando convulsões, perda de consciência ou dificuldade para respirar. Dalmau descobriu que eles tinham uma forma de encefalite, uma inflamação cerebral. O sistema imunológico dos pacientes havia identificado erroneamente o receptor NMDA – uma proteína no cérebro que afeta o humor e a memória – como um corpo estranho, e então produzia anticorpos para atacá-lo. Quando esses jovens foram tratados com imunoterapia, a maioria se recuperou plenamente, alguns deles em menos de um mês.

Thomas Pollak, neuropsiquiatra do King’s College London e do Hospital Maudsley, me relatou que tratar pacientes com essa doença foi a um só tempo “revelador” e “perturbador”. Ele explica a razão: “Alguns deles se pareciam exatamente com os pacientes que eu via na ala psiquiátrica. Era muito estranho ver que um caminho totalmente diferente podia levar ao mesmo quadro.” A doença desses jovens pacientes, que recebeu o nome de encefalite antirreceptor NMDA, em geral ataca pessoas na faixa dos 20 e poucos anos, tal como a esquizofrenia. A descoberta dessa enfermidade colocou em xeque a divisão artificial entre a psiquiatria e a neurologia – as duas únicas especialidades médicas focadas no mesmo órgão. “Muitos sintomas são iguais, mas cada especialidade usa palavras diferentes”, diz Pollak.

Na sua autobiografia intitulada *Insana: meu mês de loucura*,* publicada em 2012, a jornalista Susannah Cahalan, a 217ª paciente no mundo a ser diagnosticada com encefalite antirreceptor NMDA, conta que passou um mês oscilando entre a agressividade paranoide e a euforia, mas era tratada por alguns médicos como se fosse apenas uma paciente psiquiátrica difícil que tomava uns drinques a mais. Ela escreve: “Se um dos melhores hospitais do mundo demorou tanto para chegar a esse diagnóstico, quantas outras pessoas estão sem tratamento, diagnosticadas com uma doença mental, ou condenadas a passar o resto da vida numa casa de repouso ou ala psiquiátrica?”

Desde a descoberta de Josep Dalmau, os cientistas já identificaram mais de vinte novos anticorpos associados a sintomas psiquiátricos. Em 2020, um artigo publicado na revista *The Lancet Psychiatry*, com 28 autores, propôs uma nova categoria de doença chamada “psicose autoimune” – uma forma mais branda ou incompleta de encefalite, que se manifesta apenas por sintomas psiquiátricos. Christopher Bartley, que investiga o papel da disfunção imunológica nas doenças mentais, no Instituto Nacional de Saúde Mental dos Estados Unidos (NIMH, nas iniciais em inglês), acredita que os vinte anticorpos conhecidos até agora podem ser apenas “uma gota d’água no oceano”. Segundo Bartley, há inúmeros alvos no cérebro que podem ser atacados por anticorpos e alguns deles conseguem alterar a percepção e o comportamento da pessoa. “Precisamos ter humildade epistemológica e aceitar que existem modelos alternativos para as doenças”, disse ele.

Para identificar pacientes psiquiátricos que possam se beneficiar de imunoterapia, os pesquisadores criaram centros especializados, semelhantes ao da Universidade Columbia, em instituições como a Escola de Medicina Baylor, no Texas, o King’s College, em Londres, a Universidade de Uppsala, na

Suécia, e a Universidade de Freiburg, na Alemanha, entre outras. A Alemanha se destaca nas pesquisas sobre o fenômeno, já que no país é mais comum que o paciente de um primeiro episódio psicótico faça uma punção lombar para análise do líquor, exame que pode revelar a presença de anticorpos. Bartley estima que entre 1% e 5% das pessoas diagnosticadas com esquizofrenia tenham, na verdade, uma doença autoimune. A estimativa se baseia numa pesquisa do seu próprio laboratório (ainda não publicada) e num estudo na Alemanha feito com mil pacientes, o mais abrangente sobre a psicose autoimune realizado até hoje. “Mesmo que seja apenas 1%, estamos falando de quase 1 milhão de pessoas no mundo todo que deveriam receber um tipo diferente de medicamento”, diz Bartley.

Em mais de sete décadas, o tratamento farmacológico da esquizofrenia pouco mudou. Muitos laboratórios farmacêuticos abandonaram a área por completo. Para que um medicamento seja aprovado, é preciso ter razoável chance de que funcione para um bom número de pacientes. Mas a esquizofrenia se manifesta de formas tão diversas que apenas os tratamentos genéricos – ou seja, pouco afiados – têm surtido efeito. Os antipsicóticos mais recentes são mais refinados e causam menos efeitos colaterais, mas quase todos atuam de forma semelhante aos antigos: aliviam alguns sintomas, como alucinações e delírios, mas não resolvem outros, como a falta de motivação ou a incapacidade de sentir prazer. Andrew Miller, vice-diretor de pesquisas do Departamento de Psiquiatria da Universidade Emory, afirma que a área ainda vive à sombra do sucesso inicial dos antipsicóticos, descobertos por acaso nos anos 1950. “Você acaba com uma falsa ideia de que como os remédios são ‘tamanho único’, a doença também é ‘tamanho único’”, diz ele. “Mas com a psicose autoimune, é bem claro que existe algo diferente. E aí começamos a nos perguntar: ‘Será que há outros mecanismos patológicos nítidos que estamos ignorando porque agrupamos todos os pacientes como se tivessem a mesma doença?’”

O Centro Stavros Niarchos está iniciando um projeto neste semestre que pretende examinar todos os pacientes internados no sistema de saúde mental do estado de Nova York, em busca de distúrbios autoimunes, metabólicos e genéticos. O objetivo é identificar casos em que os sintomas podem estar vinculados a algum mecanismo biológico específico. “Sempre considere a possibilidade de que existem causas tratáveis da psicose, ocultas nos pacientes crônicos”, diz Joshua Gordon, diretor executivo do Instituto Psiquiátrico do Estado de Nova York e ex-diretor do NIMH. “Porém, a ideia de que essa hipótese poderia ser aplicada na prática, que poderíamos fazer testes para descobrir essas causas, só ficou clara há poucos anos.” O Centro

* No Brasil, o livro saiu pela Editora Belas Letras em 2015.

Stavros Niarchos fará exames de sangue em todos os pacientes, oferecendo testes complementares, como a punção lombar, para os que apresentarem resultados incomuns. Gordon acredita que, se o centro conseguir identificar algumas dezenas de pacientes que possam ser tratados com eficácia a ponto de deixar o hospital, “poderemos saber se vale a pena aplicar esse método a todos os pacientes com esquizofrenia”.

A psiquiatria tem um histórico de procedimentos drásticos – entre os quais, a lobotomia – que mais tarde foram considerados absurdos e insanos. Mas também é conhecida por propor teorias psicológicas para doenças que ainda não são compreendidas no nível biológico. Vários psiquiatras me disseram que estão relendo a história da disciplina e questionando, por exemplo, se alguns pacientes descritos por Emil Kraepelin, cujos sintomas ajudaram a definir a esquizofrenia, não teriam, na verdade, encefalite ou doenças autoimunes. Os mais fortes candidatos formam um subconjunto de pacientes que, nas palavras de Kraepelin, apresentavam “fenômenos espasmódicos na musculatura facial” e não conseguiam caminhar sem cair. Os pesquisadores também perguntam se essas doenças poderiam explicar a chamada “catatonía letal”, com frequência considerada uma manifestação da esquizofrenia: o paciente fica extre-

mamente agitado e depois entra num estado de estupor. Em 1986, um estudo publicado no *American Journal of Psychiatry* (que revelou, inadvertidamente, o perigo da inércia conceitual), revisou cerca de trezentos casos de catatonía letal. Quase todos os pacientes haviam sido tratados com antipsicóticos. Mais da metade morreu.

Depois de ler o relato de Christine, Steven Kushner, codiretor do Centro Stavros Niarchos, marcou um encontro com a mãe e as duas filhas. Mary estava morando em um centro de reabilitação no Bronx, recuperando a força muscular. Relutava em ir a mais um psiquiatra, segundo me disse, mas precisava “estar à altura das filhas na dedicação aos estudos”. Em outubro do ano passado, Kushner e três colegas foram ao centro de reabilitação e conversaram com Mary durante três horas. “A psicose havia desaparecido”, diz Kushner. “Não havia outra conclusão. Não seria possível manter aquele nível da nossa conversa e, ao mesmo tempo, suprimir voluntariamente os sintomas psicóticos.”

Na conversa, Mary lembrou detalhes íntimos da infância das filhas – o que elas comiam no café da manhã, as brigas no recreio da escola –, mas não fez nenhuma menção aos próprios delírios, que dominaram toda a vida delas. Quando Angie contou que a mãe às

vezes a impedia de sair de casa, até mesmo para fazer os deveres escolares com as colegas, Mary deu uma explicação prática: havia muito crime no Bronx, e ela se preocupava com a segurança da filha. Para justificar por que colocava uma meia no chuveiro, disse que queria filtrar os sedimentos da água. Percebia-se que ela preenchia as lacunas na memória de uma maneira coerente com a sua nova identidade, de pessoa mentalmente sã.

Em 1911, o psiquiatra Eugen Bleuler descreveu como os pacientes esquizofrênicos são capazes de fazer uma espécie de “dupla contabilidade”: eles conseguem viver, ao mesmo tempo, em dois mundos “desconectados”, um baseado na realidade compartilhada por todos, o outro baseado em seus delírios particulares. Podem acreditar que são alvo de uma conspiração envolvendo quase todos ao seu redor, mas também conseguem falar sobre amenidades numa confeitaria e conferir o troco. É como se os delírios ocupassem uma categoria ontológica própria, isolada da lógica comum que se usa para viver no mundo. Atualmente, quando Mary relembra suas décadas de doença, é como se acessasse apenas o registro da realidade compartilhada. Quando menciona o tempo que passou no centro psiquiátrico do Bronx, fala como se fosse uma pessoa aprisionada em um ambiente ao

qual não pertence. “Para mim e minha irmã, era como se ela tivesse dois eus”, diz Christine. “Mas minha mãe vê o seu ‘eu’ como algo contínuo.”

O Centro Stavros Niarchos providenciou para Mary uma punção lombar, para verificar se ela tinha anticorpos associados a doenças neuropsiquiátricas conhecidas. Durante o procedimento, disse Kushner, ficou claro que Mary já tivera “uma identidade profissional fantástica: ela comandava a conversa, falava das punções lombares que já tinha feito, quantos pacientes costumava atender por dia”. O teste deu negativo. Kushner tentou recuperar uma amostra congelada do liquor, coletada quando Mary estava doente. Um teste desse fluido teria sido mais revelador, mas o material já havia sido descartado. Segundo ele, a explicação mais provável é que ela tivera uma forma de psicose autoimune, para a qual ainda não se descobriu um anticorpo: “O consenso, acredito, é que só conhecemos a ponta do iceberg dos vários tipos de anticorpos que podem causar doenças autoimunes, e com certeza isso se aplica também à psicose autoimune.”

Algumas pessoas, ao se recuperarem da psicose, compreendem que os soturnos inimigos que as atormentavam nunca existiram na realidade. Outras dizem que estão aliviadas ao ver que seus inimigos pararam de persegui-las, mas

[acesse APOIA.SE/TRIP](https://apoia.se/trip)

[acesse APOIA.SE/TRIP](https://apoia.se/trip)

Você já parou pra pensar...



...

em quem te faz pensar?

DESDE 1986, A TRIP

FAZ MAIS DO QUE

CONTAR HISTÓRIAS.

ESCOLHEU APROFUNDAR

QUANDO O MUNDO

PEDIA PRESSA. ESCUTAR

QUANDO QUASE TODO

MUNDO SÓ QUERIA

FALAR. E COLOCAR NO

CENTRO NARRATIVAS QUE

CUTUCAM, EMOCIONAM

E AJUDAM A ENXERGAR

ALÉM DO ÓBVIO.

**A gente instiga.
Provoca. Escancara.**

Mas resistir com verdade, profundidade e liberdade editorial tem cada vez menos espaço.

Por isso, lançamos nossa campanha de financiamento coletivo. Para seguir produzindo jornalismo independente, corajoso e necessário. Para continuar livre, para continuar Trip.

Contribuindo, você ajuda a manter cada vez mais vivo e pulsante um dos últimos espaços de jornalismo independente e necessário do país.

Se em algum momento a gente te fez pensar diferente, repensar seus caminhos ou acreditar em outras possibilidades, agora é a hora de caminhar junto.

Porque os próximos 40 anos não vão se escrever sozinhos.



[acesse APOIA.SE/TRIP](https://apoia.se/trip)





não negam a realidade da experiência. “Não sabemos o que acontece com alguém que foi psicótico durante vinte anos e agora está... vamos chamar de ‘curado’”, disse Kushner. “Eu hesito em usar essa palavra porque, na psiquiatria, é algo excepcional.” Mas, segundo ele, “o tratamento modificou a biologia de Mary de tal forma que a doença basicamente desapareceu”.

Kushner começou a se encontrar com Mary e as filhas periodicamente, em parte para monitorar possíveis sinais de recaída. Nas conversas, evitavam falar sobre os delírios de Mary. Quando o tema surgia, Mary ficava em silêncio ou mudava de assunto. “Ela tem uma maneira extraordinariamente agradável de desarmar a situação”, diz Kushner. A ideia de ter causado sofrimento às filhas parecia tão dolorosa que ela não permitia que entrasse no seu consciente. Diz ele: “Não há uma só consulta em que ela não diga, espontaneamente, que suas filhas vão indo bem. Não creio que seja por acaso.”

Kushner não acredita que as lacunas na memória de Mary reflitam um comprometimento cognitivo. Em um exame neuropsicológico, sua memória ficou acima da média. Mas ele tampouco acha que ela tente se esquecer deliberadamente. “Olhar para trás e dizer ‘Vinte anos da minha vida estiveram fora da realidade’ seria um golpe fatal para a sua identidade como médica e como mãe”, diz ele, um desafio “a um dos nossos instintos mais primitivos: o de que podemos discernir o que é real”. Quando expressei minha preocupação sobre como apresentar a disparidade nas lembranças dela com a devida sensibilidade, Kushner me disse: “Creio que essa é a história. Como se reconciliar e como compensar por todos esses anos perdidos?”

Quando um paciente sai de um estado delirante crônico, considera-se que o trabalho da psiquiatria foi concluído. A pessoa é deixada sozinha, com duas visões irreconciliáveis da realidade. “Precisamos começar a pensar no que acontece no dia seguinte, depois que esses transtornos foram tratados”, diz Kushner.

Christine não tinha certeza se podia dizer que a mãe estava “curada” só porque não apresentava mais os sintomas anteriores. Ela explica: “Minha mãe não está mais fixada em coisas como a contaminação, ou ser vigiada, mas também nunca disse que deixou essas convicções para trás.” Christine sentia que era tabu falar com a mãe sobre quem ela havia sido. A filha sofria com a ideia de que, se confrontasse a mãe pelas atitudes destrutivas do passado, Mary voltaria ao comportamento daquela época e ficaria psicótica novamente. “O que eu sinto é algo típico de uma criança traumatizada: não seja gananciosa, não queira demais. A cavalo dado não se olha os dentes.”

Christine não sabia como ter uma conversa corriqueira com a mãe. Durante vinte anos, Mary sempre ficava desconfiada quando a filha lhe perguntava sobre sua vida. Agora, Christine se sentia como uma filha adotiva “conhecendo minha mãe biológica pela primeira vez”, disse. Para ajudar a direcionar as conversas, comprou um livro de uma antropóloga, Elizabeth Keating, chamado *The essential questions: interview your family to uncover stories and bridge generations* (As perguntas essenciais: entreviste sua família para revelar histórias e conectar gerações). “Aqui fala: ‘Deixe que as pessoas toquem no que é importante’”, disse Chris-

tine, lendo o livro durante uma visita ao centro de reabilitação da mãe. E continuou: “Se ninguém nunca deixou você falar sobre si mesma, pode ser difícil. Você tem que...”

– Pensar – disse Mary.

– Talvez praticar, encontrar a sua voz – emendou Christine.

A filha, que gravou a conversa, começou com algumas perguntas de aquecimento:

– Quando você era criança, qual era sua atividade favorita?

– Correr – respondeu Mary de imediato.

– Por que você gostava de correr?

– Faz a gente sentir que tem asas.

Outra pergunta:

– Qual é o seu programa de tevê favorito?

– *Seinfeld*.

– *Seinfeld*! Do que você gostava em *Seinfeld*?

– Do absurdo.

De vez em quando, elas abordavam um novo tema proposto pelo livro: tempo, identidade, corpo, crenças, posses, memória, medo. De início, Mary dava respostas lacônicas, mas aos poucos passou a se expressar mais. Em uma sessão, disse que suas ideias sobre castigos físicos na educação haviam mudado: não achava mais aceitável bater, dar tapas. Christine explica: “Sem relacionar comigo ou com a Angie, ela meio que disse: ‘Era isso que nos ensinavam quando éramos jovens, mas não creio que seja a maneira certa de criar uma criança.’” Ela sentia que talvez a mãe estivesse refletindo, de forma indireta, sobre o que acontecera em casa. E conclui: “A capacidade de dizer ‘Eu mudei de ideia’ me pareceu o máximo que eu poderia pedir.”

Durante anos, Christine vinha documentando sua vida – fazia um diário, guardava registros, gravava conversas importantes – para compensar o fato de que ela própria também tinha brancos nas suas lembranças, coincidindo com acontecimentos traumáticos. Não tinha certeza se os lapsos de memória da mãe – que ela e Angie chamavam de “os anos perdidos” – eram diferentes dos seus. Há pouco, ela descobriu um provérbio: “O machado esquece, mas a árvore lembra.” Sentia que ela e a mãe talvez tivessem chegado a um impasse que, na verdade, é universal: os filhos sempre formam sua identidade em resposta a traumas que os pais nem percebem que infligiram.

Angie é menos conciliadora: “Estou feliz vendo que minha mãe agora está normal, que podemos ter uma ligação profunda e que posso compartilhar minha vida com ela. Ao mesmo tempo, quero justiça para a criança que sofreu nas mãos daquela outra mãe.”

A irmã de Mary, Nima, me disse que, antes da doença, Mary era “muito resistente, muito paciente”. As cartas de recomendação de seus professores de medicina a definem como “gentil e solidária”, sempre “disposta a assumir qualquer trabalho ex-

tra”. Quando saiu da psicose, Mary voltou a essa versão dedicada de si mesma. Começou a conversar por telefone com o marido, Chris, todos os dias. Ele me disse que se sentia como se estivesse encontrando novamente a mulher que conhecera nos primeiros anos do casamento: “Como é possível? Passei por todos esses anos de escuridão e, de repente, ela me parece normal? Ela me reconforta, me dá apoio emocional.”

Cris chegou a pedir que Mary fosse à Índia para resolver uma disputa financeira de família. Christine e Angie consideraram o pedido inconveniente e recomendaram que a mãe não se envolvesse no assunto. Mary havia deixado para trás a paranoia de que todos estavam contra ela, mas as filhas preferiam que ela mantivesse certa cautela em relação às pessoas que a magoaram no passado. “Agora que ela está melhor, dá para ver como seus delírios evitavam que as pessoas desrespeitassem seus limites, e agora ela não tem outra estratégia”, disse Christine.

Mary concordou prontamente em conversar comigo para esta reportagem, mas tinha dificuldade em imaginar que ela seria mais que uma personagem coadjuvante. Durante anos a fio, Mary dizia que as pessoas na tevê estavam roubando ideias e enredos da sua história de vida. “Era como se ela dissesse: ‘Eu sou importante’”, observou Christine. “‘Eu tenho valor. Tenho coisas a dizer.’ E agora somos nós que estamos lhe dizendo: ‘Você é importante. Você tem valor. Você tem coisas a dizer.’ Mas ela não consegue sentir que merece ser a personagem principal.”

Quando conheci Mary, em uma reunião virtual por Zoom com ela e as filhas, perguntei se me autorizava a ler seus registros psiquiátricos. Ela disse que sim, mas avisou que seria muito entediante e acrescentou que não conseguia se lembrar de nenhum dos seus psiquiatras: “Deixei para trás as lembranças muito antes de sair daquele lugar.” Christine sugeriu que interpretássemos isso como uma maneira gentil de Mary me responder que não.

Algumas semanas depois, Christine me contou que Mary encontrou uma pilha de registros psiquiátricos no seu quarto. “Ela disse: ‘Não quero mais ver isso. A Rachel pode ficar com essas fichas e dar um fim nelas.’ E eu respondi: ‘Sim, mãe, mas a Rachel é uma jornalista. Não é uma especialista em triturar documentos.’” Ao que sua mãe respondeu: “Não quero ver essas fichas, só isso.”

Parecia que Mary estava lidando com sua ambivalência em relação a suas lembranças por meio daquela pilha de papéis. Depois de passar dois meses conversando por Zoom todas as semanas, fui com Christine e Angie encontrar Mary no seu centro de reabilitação. Chegando ao fim da conversa, ela se levantou sem dar explicações, foi até um armário onde pegou as fichas psiquiátricas e as entregou para mim, dizendo: “Senti que isso que aconteceu

foi um milagre. E se essas fichas servirem para dar confiança para alguém, então para mim está bom.”

Não há quase nada na literatura médica sobre o pós-vida da loucura, a experiência de deixar para trás aquilo que Karl Jaspers chamou de “ideia definida”. A psicose autoimune levanta a possibilidade de uma recuperação rápida e completa – uma trajetória nada típica na esquizofrenia. E, ao fazer isso, nos apresenta uma nova categoria de testemunha: uma pessoa capaz de descrever qual a sensação de olhar, em retrospecto, para um “eu” que, de certo modo, está extinto. E, no entanto, a sanidade não significa que a pessoa enxergue seu passado sem nenhuma atitude defensiva ou distorção. (Enxergar com demasiada clareza pode levar a outro tipo de insanidade, a depressão.) Um dos temores de Christine era que, ao conversar com a mãe sobre tudo que as duas irmãs tinham vivenciado, iria “roubar dela a capacidade humana de negar”.

Durante uma das minhas visitas ao centro de reabilitação, perguntei a Mary se ela gostaria de saber o que eu estava escrevendo sobre as lembranças das filhas a respeito de sua doença, ou se preferia não ouvir essa parte da história. Christine e eu nos sentamos em cadeiras. Mary sentou-se na beira da cama, ao lado de uma mesinha com rodinhas que usava para comer e também como escrivaninha. Ela logo respondeu que queria saber o que as filhas lembravam. “Vou aceitar, porque isso vai me ajudar a lembrar”, disse.

– Você se lembra das coisas de forma muito diferente, e pode ser doloroso – disse Christine com delicadeza. – Você se sente tranquila com isso, emocionalmente?

– Sim, vá em frente! – disse Mary. – Vou lembrar como mãe. Não vou lembrar do ponto de vista de vocês.

E continuou:

– Este é o melhor momento para me relacionar com essas lembranças e reparar os erros.

Christine contou sua primeira lembrança da doença: sentada no sofá, com a mãe lhe dizendo que seu professor da faculdade de medicina estava apaixonado por ela.

Mary ficou sentada na cama bem ereta, de braços cruzados, olhando fixamente para a filha. Tinha a postura de uma aluna estudiosa decidida a passar em um teste difícil.

Christine continuou:

– Você me perguntou se já tinham colocado coisas no meu cabelo, para...

– Microfones – Mary completou. – Microfones.

Contou então que o professor e os amigos dele ficavam insistindo para ela deixar o marido. “Eles me diziam: ‘Não se preocupe com os sogros e tudo mais. Trate de ir embora, só isso, e comece a viver por sua conta.’” Os amigos tentavam ajudar, mas também a importunavam, e ela não tinha ninguém em

quem confiar. “Eu sentia que ela deveria me apoiar”, disse Mary, apontando para Christine. “Mas ela falava em nome dos meus amigos.”

– Você achava que eu estava repetindo frases que outras pessoas me diziam.

– Lembro disso muito bem – disse Mary.

– Para mim, como criança, isso foi muito doloroso.

– Nunca culpei você – disse Mary. – Mas meus colegas de classe... Eu confiava tanto neles.

– Eu não estava em contato com seus colegas – explicou Christine, em um tom contido. – Eu explicava isso, mas você não acreditava em mim naquela época.

Christine perguntou então:

– Agora que sou mais velha, você confia em mim quando digo que eles não estavam falando comigo?

Mary disse que era possível que Christine estivesse lendo seus e-mails, e não falando diretamente com os colegas. Ou que era o pai de Christine que lhe dizia o que devia falar. “Ela era muito articulada”, disse Mary. “E fazia tudo o que ele mandava.”

Mary explicou que a sensação de estar sendo perseguida, às vezes por pessoas do passado, às vezes por estranhos, continuou ainda durante várias semanas depois do diagnóstico de câncer: “Eu sentia que eles estavam agindo através dos médicos, e eu tinha que tomar a quimioterapia só para me destruir, me deixar careca, me fazer perder peso e me humilhar.”

Mas então, depois de algumas semanas do tratamento do câncer, seus sonhos se tornaram surpreendentemente agradáveis. Ela sonhava repetidamente com a irmã e os irmãos, e eles eram tão sensíveis e amorosos que ela pensava que talvez aquilo fosse o prelúdio para uma espécie de vida celestial após a morte. Com o tempo, os sonhos começaram a parecer mais conscientes, como se ela mesma estivesse dirigindo as cenas. Deitada na cama do hospital, tentava lembrar detalhes de sua casa da infância, que não lhe vinha à mente havia muitos anos. Ela explica: “Tudo que eu conseguia captar, eu colecionava.”

Ao que parece, sua volta à sanidade ocorreu semanas antes de as filhas perceberem o que estava acontecendo. Seus músculos estavam tão fracos que ela não conseguia dizer mais do que uma palavra de cada vez, mas desejava se comunicar com as filhas: “Estou sorrindo. Estou bem com tudo isso.”

A ideia de que havia pessoas tentando puni-la secretamente não desaparecera por completo, mas parecia distante, como um vestígio de outra era. Ela explicou que quando esse pensamento reaparece, “eu saio fora dele e digo: ‘Não é meu fardo.’ E entrego tudo, como uma cesta de presentes, para Deus”. Ela conta que aprendeu esse mecanismo para enfrentar as dificuldades ainda quando menina na escola, mas até recentemente não funcionava.

Christine se sentia ao mesmo tempo validada e desorientada pela ideia de que, na relação entre mãe e filha, os fatos nunca estiveram realmente em questão. “É doloroso saber que ela ainda acha que eu a espionava durante todos aqueles anos, mas agora ela diz: ‘Tenho tanto orgulho das minhas filhas, elas cuidam de mim.’ Talvez a interpretação dela seja que, através do poder do perdão, ela pode agora interagir comigo como sua filha amorosa. Será que isso é suficiente para mim?”

Durante um ano, Christine e Angie vinham conversando por Zoom com uma terapeuta de família para ajudá-las a processar as mudanças na mãe. Há pouco, Mary também começou a participar das sessões. Numa delas, Christine sugeriu que as três iniciassem um processo de relatar suas mágoas, cada uma por sua vez. “Houve momentos em que cada uma de nós teve suas falhas como cuidadora”, disse Christine. Ela sabia que a mãe se sentiu traída quando ela chamou a unidade móvel de atendimento. Mary concordou: “Fiquei muito decepcionada porque ninguém confiou em mim para me dar essa informação.” Christine então disse: “Fiz o melhor que pude. Mesmo assim, sinto muito por ter te magoado.”

Embora sentissem que já haviam resolvido os conflitos de relacionamento entre si, as duas irmãs e a mãe tentaram “encenar uma espécie de peça teatral”, como disse Christine: cada uma relata-

va seus ressentimentos – tais como o sentimento de abandono de Angie; a sensação de Christine de que Angie não queria a sua ajuda – e depois pediam desculpas, “de modo que em algum momento ela possa dizer essas palavras para nós”. Cada uma ressaltava que não achava que a outra fosse uma má pessoa, e tudo bem se cada uma lembrava das coisas de forma diferente. Tentaram dizer todas as palavras de absolvição que conseguiam lembrar, “caso esse fosse o bloqueio mental dela”, disse Christine.

Mary ficou entusiasmada com o processo, mas Christine percebeu que ela não sabia exatamente o que dizer quando chegava a sua vez. Como havia estudado a mente da mãe durante toda sua vida, Christine tinha várias justificativas para a falta de uma reação igual à de Mary: ela não fora criada numa cultura onde as pessoas expressam seus arrependimentos dessa forma. A incapacidade de ver as coisas pela perspectiva das filhas era um sintoma cognitivo persistente. Em seu estado frágil, pedir desculpas exigia um nível de autoconfiança que ela ainda não tinha. “Neste momento da minha vida, preciso sentir que minha mãe está de volta”, disse Christine. Mais tarde, talvez daqui a alguns anos, “vou lidar com o fato de que ela foi uma mãe imperfeita que me foi devolvida”. ★

Tradução: Isa Mara Lando

OS DEBATES QUE MOLDAM O PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO ESTÃO AQUI.
UMA SÉRIE QUE APROXIMA GRANDES PENSADORES DE QUEM QUER ENTENDER O AGORA.

EM BREVE NA BOX BRASIL

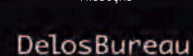
ALBERTO MANGUEL - DAVID GROSSMAN - BRIAN GREENE - CAMILE PAGLIA - CARL HART - GEOFFREY WEST
JAVIER CERCAS - JOHN GRAY - MIA COUTO - PASCAL BRUCKNER - PAUL BLOOM - JOSHUA GREENE



FRONTEIRAS DO PENSAMENTO

VOZES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

DIREÇÃO: PEDRO ZIMERMAM - PRODUÇÃO EXECUTIVA: RODRIGO BERTHO MATHIAS



O ESPELHO DA ORFANDADE

A mãe, o pai, a filha, o irmão – e o impossível da história de cada um

CONCEIÇÃO FREITAS

Uma semana antes de minha mãe amanhecer morta, um pesado armário que eu tentava arrastar caiu para a frente. Se eu não tivesse saltado para o lado, aquele caixão de defunto poderia ter me matado. Depois do estrondo, recuei mais quatro passos, me sentei à beira da cama e fiquei observando o móvel que servira de armário de sapatos tombado no chão, com seu grande espelho, agora espantado.

Nos dias seguintes à morte de minha mãe, três bichos apareceram em casa: uma estranha aranha de cabeçorra quadrada, uma centopeia de dorso vermelho e cem pés pretos, e algo parecido com um minhocaçu de mais de meio metro. Matei dois deles: a aranha desapareceu.

Minha mãe vivia repetindo que quase havia morrido para que eu nascesse. Depois de doze horas de dor, pediu a Nossa Senhora Imaculada Conceição, branca, e a Nossa Senhora Aparecida, preta, que aquilo tivesse um fim. Aí me tornei Conceição Aparecida, com o sobrenome do pai.

Tive mãe desde o fim daquelas doze horas até, mais ou menos, os meus 7 anos de idade. Tive sim, tenho testemunhas: fotos de festa de aniversário, roupinhas bordadas à mão, meias e sapatos, cabelinho pixaim penteado, bolo com confeitos coloridos. Nos dezembros, Papai Noel sempre deixava presentes debaixo da cama.

Tive mãe, aquela que cuida do filho até que o pequeno *sapiens* consiga andar, falar e controlar a bexiga e o esfíncter. Aos poucos, os cuidados de mãe foram escasseando até sumirem de vez bem antes da minha adolescência.

A primeira aparição da mãe que guardo na memória é de uma mulher belíssima, nunca jamais houve outra tão bela. Pele cor de sapoti, e se eu pu-

desse sentir o gosto da mãe seria levemente adocicado e estonteantemente suculento e insinuante. O gosto vai logo embora, como o de uma fruta líquida, mas a boca fica sugando a saudade.

Minha mãe é filha de negro nordestino com indígena amazônica. Escrevo no presente do indicativo porque mãe nunca deixa de ser mãe, não importa de que tipo tenha sido. O pai da mãe era um cavador de buraco antes que a pessoa encarregada desse ofício passasse a se chamar bombeiro hidráulico. A mãe da mãe era filha de um tuxaua que foi sequestrada na aldeia, nas proximidades de Manaus e levada para a cidade. Assim minha mãe contava, misturando orfandade e fantasia. A mãe da minha mãe morreu muito jovem, com pouco mais de 30 anos. Minha mãe teve mãe apenas até os 9 anos de idade. Das poucas lembranças que guardou da infância, a mais viva era a dos piolhos que desciam dos cabelos longos, pretos e lisos do corpo de sua mãe, no caixão no meio da sala.

Neuza, minha mãe, era uma mulher sexualmente livre. Antes dos 20 anos, na Manaus da década de 1950, perdeu a virgindade com o namorado. Não se sabe como o acontecimento virou fofoca, mas o certo é que o pai botou a filha da porta para fora.

Não muito tempo depois, Neuza se amasiou com um viajante baiano 25 anos mais velho que apareceu em Manaus ostentando riqueza e prometendo levar a moça malfalada para conhecer o Brasil. Logo ela engravidou dele e, assim que eu nasci, os dois desceram o Rio Negro, atravessaram o encontro com o Rio Solimões e desaguaram no Amazonas até Belém, com a recém-nascida e uma mala de dinheiro.

Tudo o que sigo contando aqui é a costura de vagos retalhos cerzidos por

uma quase memória, em que nítido mesmo é somente a geografia onde tudo aconteceu, desde a descida pelo rio, de Manaus a Belém, até a descida da estrada, de Belém a Brasília, por onde essa história vai passar e vai cair. Os nomes da mãe, do pai e do irmão são fictícios. Foi meu modo de escrever esse relato quase impossível de ser escrito.

Desde que descemos o rio, vivemos apartados da grande rede familiar. Da parte de mãe, duas tias ficaram em Manaus e um tio, marinheiro, foi para o Rio de Janeiro, e há décadas perdemos o contato com ele. Da parte do pai, o afastamento foi ainda maior. Esparsas lembranças de tios e primos, encontros desconfortáveis com desconhecidos com os quais se tem laços consanguíneos, mas nenhuma intimidade.

Quase todos estão mortos. De minha família nuclear, estamos vivos meu filho e eu. Segue viva também uma tia de 89 anos, com uma memória mais desejosa do que rememorativa. A minha é quase ausente, desde sempre. A que ficou está alojada na coxa esquerda, desde que, suponho, ficou insuportável lembrar. Ninguém, nem médico, nem psicanalista, nem mãe de santo, conseguiu até hoje explicar por que parte de minha perna é indiferente ao tato. A perna está aqui, mas se finge de morta.

Quando acordei para a vida, estava numa palafita sobre solo seco, a uns 200 metros do Rio Guamá. Na frente da minha casa passava um esgoto a céu aberto, resultado da política de boa vizinhança entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial.

Como se sabe, Belém serviu de apoio logístico para tropas e armamentos americanos, e por isso foi construída a Base Aérea de Val-de-Cans, onde hoje fica o

aeroporto de Belém. Um surto de malária na época assustou os estrangeiros, que logo trataram de dar um jeito nos mosquitos. Construíram um dique de escoamento das águas da baixada até as margens do Guamá, o rio de mais de 1 km de largura que deságua na Baía de Guajará, que se mistura com a Baía de Marajó, que cai no Atlântico. Vinte e poucos anos depois, quando a minha história começa, o dique tinha virado um esgoto de tripas abertas.

Para eu chegar à rua que me levava à escola era preciso atravessar essa vala nojenta que, na minha escala de menina, era um precipício de lama, dejetos, baratas, lacraias, lagartixas, siris olhudos que entravam e saíam dos buracos, como se esperassem que eu caísse no esgoto para me devorarem.

Eu tinha que me equilibrar na ponte de madeira esburacada, olhando de rabo de olho para os bichos, até finalmente alcançar o asfalto. Três mil, seiscentos e cinquenta vezes atravessei o medo sem olhar para o esgoto, sabendo que ele me olhava. A conta é o resultado da multiplicação de cinco anos de minha infância pelo tanto de vezes que eu saltava sobre os bichos nojentos.

Estrada Nova era o nome muito apropriado para a pista de asfalto em linha reta – entre o rio e o dique/esgoto –, que conduzia até a Cidade Velha, o Centro antigo de Belém. À margem da estrada, havia os sucessivos pequenos portos de embarcações que chegavam da Amazônia profunda trazendo indígenas e caboclos para a cidade grande. De madrugada, quando tudo se aquietava e os bichos do esgoto iam dormir, o po-po-po-po-po dos motores dos barcos de madeira era minha canção de ninar.

Os amanheceres eram intensos. Eu podia, por exemplo, ver da janela de casa um pequeno grupo de homens (uns cinco



A mãe, em Manaus, na década de 1950: Neuza não gostava de dormir em cama, mas na rede ou no chão, ouvia os sons os mais inaudíveis, como o de uma mosca, e comia como um passarinho



ou seis, por aí) carregando uma cobra es-
ticada e morta como num desfile cívico
de caçadores amazônicos. Tudo era dema-
siado naquela estrada que, com a saída dos
americanos, virou uma área de expansão
de populações caboclas e indígenas.

A Estrada Nova me levava para a Be-
lém exuberante que resultou dos primei-
ros anos de ocupação portuguesa e, bem
mais tarde, do ciclo da borracha. Era uma
cidade, era um esplendor, com as igrejas,
os palácios, as praças, os navios de ferro, a
revoada de urubus em voos rasantes e os
estivadores musculosos carregando sacas
nas costas e entoando um canto sincroni-
zado. Mesmo o mais solitário deles reso-
ava uma melodia sem letra, ritmada
pelos passos pesados do corpo-cargueiro.

Em casa, mãe era silêncio, e pai, dis-
tância. Na rua, a cidade semovente era
minha família. Estava tudo ali, as gen-
tes, as avenidas, os paralelepípedos, as
calçadas de pedra portuguesa, as alame-
das de mangueiras, as camadas de ar-
quitetura, o barulho dos ônibus, o suor
da existência humana, Nazaré no altar.

Como eu disse, minha mãe era belís-
sima, mais bela até que Nazinha, a santa
adorada. Um metro e 65, magra, bundi-
nha empinada, traços finos, boca dese-
nhada em sorriso, dentes alinhados,
como se moldados em joalheria, cabelo
pixaim alisado a bobes e um silêncio que
virava malícia quando um homem se
aproximava se o pai não estava por perto.

Neuza não gostava de dormir em
cama, gostava de rede, de colchão no
chão ou, em dias de muito calor, de chão
puro. Ouvia sons os mais inaudíveis,
como o de um carapanã, uma mosca,
uma osga, e qualquer cheiro um pouco
mais forte lhe dava enxaqueca. Comia
como um passarinho, não gostava de
temperos fortes e todo prato de almoço

tinha de ter uma banana-prata. Quase
nunca jantava, no máximo um mingau
ou chibê de farinha. Nunca a vi repetir ou
colocar uma porção a mais no prato.

Tinha uma altivez lânguida, a mãe.
À mesa, mantinha o corpo ereto diante do
prato, usava talheres com perfeição – uma
novidade onde só se usava colher; naquele
tempo e lugar, garfo e faca só em situações
sociais. Comia-se com a mão, fosse para
fazer bolotas de comida, fosse para atirar a
farinha à boca numa destreza malabarista.
Até hoje, nos mercados e feiras, o cabo-
clo prova a farinha-d’água lançando um
jato certo de grãos à boca.

A voz da mãe era música calada que
eu só ouvia quando chegava uma visita,
rara. Até que um dia, o medo abriu a boca
da minha mãe, ouvi a voz, vi os olhos me
olhando, creio que nesse instante parei de
respirar. O motivo era grave: um parceiro
de negócios do pai havia sido morto por
pistoleiros no Sul do Pará, terra conflagra-
da desde o começo da colonização da
Amazônia, da política agrária da ditadura.
Minha mãe temia ficar órfã de novo.

Decidiu me contar que o meu pai
ganhava dinheiro com negócios nebu-
losos. Que era jogador viciado, varava
dia e noite nos cassinos, perdia e ganha-
va pequenas fortunas, e perdia de novo
e voltava a ganhar. O dinheiro vinha
em levadas e ia embora do mesmo jeito.

O pai era pai de três – da mãe, de
mim e do filho que ele no fundo não
fundo renegava (essa história vou
contar mais adiante). Era homem sem
estudo, mas sabia das coisas: me matricu-
lou em colégio bom, de menina rica. Além
de mim, menina de pele e cabelo
cor de burro fugido, como o pai vivia re-
petindo, e de uma amiga de feições indi-
genas, só havia brancas no colégio de

escada de mármore, freiras com hábitos
até o pé e a imagem original de Nossa
Senhora de Nazaré na capela da escola.

Não gostava quando o pai dizia que eu
tinha “cor de burro quando foge”. Ele era
um negro de cor um pouco menos fugidia
que a minha. Muito mais tarde, desco-
bri que essa expressão era uma das 136
que os brasileiros usavam para definir o
tom da própria pele em uma pesquisa do
IBGE feita em 1976 com o objetivo de ma-
pear a mestiçagem brasileira. Branca suja,
melada, retinta, morena bem chegada fo-
ram algumas das imprecisões anotadas,
cujo significado é nítido. Quanto a mim,
ter a cor de um burro fugido me atirava
num vazio incolor, do qual só saí já adulta.

Também era do IBGE um dos livros
mais inesquecíveis da minha vida. Livrão
gigante e pesado para meu tamanho de
menina: 37 cm de altura x 27 cm de lar-
gura, 4 kg e letras douradas na capa dura,
livro que eu folheava deitada no chão e
com o qual descobria que o mundo era
bem maior do que a Amazônia. Era um
dos 36 volumes da *Enciclopédia dos mu-
nicípios brasileiros*, obra de referência
com informações sobre todos os municí-
pios do país, publicada de 1957 a 1964.
Servia de material de pesquisa para a co-
retagem de imóveis, o ofício visível do pai.

Outro livro inesquecível tinha o ta-
manho de uma carteira de cigarro. Na
verdade, eram vários livros, talvez oito,
talvez nove, que compunham a coleção
As mil e uma noites, que o pai me trouxe
de uma de suas viagens ao outro lado do
mundo. Desde então, nunca mais parei
de inventar histórias para seguir viva
nos vãos do medo. Do silêncio da mãe
aos sumiços do pai e o olhar do siri,
tudo era medo em estado de suspensão.

Suspensa entre Belém e Manaus e en-
tre Belém e Brasília, indo e voltando, vol-
tando e indo. Às vezes, o pai nos levava.
Numa dessas viagens, ele ficou para sem-
pre. Íamos de Brasília para Belém num
Opala prata, de longe o carro mais chique
do pai: zero-quilômetro, sedã quatro por-
tas, motor de seis cilindros, uma novidade
no Brasil. Tinha até rádio, e íamos ouvin-
do “um gato preto cruzou a estrada”, es-
touro dos Secos & Molhados, naquele
começo de 1974, gato preto premonitório.

Paramos num posto de gasolina na
Belém-Brasília, almoçamos com cerveja
num restaurante de beira de estrada,
perto de Imperatriz, no Maranhão. Ado-
lescente, eu já bebia uns goles com o
pai. Ele ensinou os dois filhos, desde
pequenos, a beber uma talagada de pin-
ga com limão para abrir o apetite do al-
moço e aprender a ser forte.

Seguimos viagem e, alguns quilôme-
tros adiante, o pneu furou. Com minha
blusa listrada de costas nuas e shortinho
– bonita para o pai –, rolei o pneu furado
até o porta-malas, e voltamos para o ca-
ro, minha mãe na frente, eu e meu ir-
mão atrás, num tempo em que ainda
não era obrigatório o cinto de segurança.

Até que a mãe gritou: “Que é que é isso,
Ezequiel?!” Entrei numa espécie de globo
da morte. Me lembro de ver o meio-fio

bem perto de mim, até que acordei dentro
do carro ouvindo piar de passarinho e a
voz do meu irmão, Ezequiel Filho.

Pela janela, vi a mãe ensanguentada
sobre uma pedra e o mano intacto ao
lado. Entendi de imediato que meu pai
estava morto. Antes de sair do carro,
pedi a um Deus ao qual eu nunca tinha
dirigido a palavra e nunca tinha nem
nada pedido: “Por favor, não me deixe
ver o meu pai morto.” Saí do carro não
sei por onde, passei pela minha mãe e
meu irmão, e subi um morro até alcan-
çar o asfalto ainda molhado de uma
chuvinha fina que nos acompanhava
havia algum tempo na viagem.

Segui andando na direção de Belém,
me deixando levar pelo traçado amarelo
da pista até que surgiu um pau de arara.
Desceram homens e mulheres, correram
na direção do carro. Ouvi uma voz femi-
nina: “Seu pai tá aqui, só quebrou o bra-
ço.” Ridícula, não cheguei a pensar, mas
tive o sentimento anterior ao pensamento.

Três órfãos subiram o barranco do
Km 1700 da Belém-Brasília. Um carro
meio troncho, de poltronas puídas e mo-
tor barulhento, nos levou à cidade mais
próxima, Imperatriz. A mãe ensanguen-
tada, mas andando, entrou no banco de
trás com meu irmão ainda pequeno, eu
fui no banco da frente. Não tive cora-
gem de ir ao lado dela, não tive, e se
fosse hoje eu também não teria. Não sei
cuidar de gente com sofrimento físico.

Não muito longe de onde o carro ca-
potou e despencou no barranco, um
outro acidente havia matado Bernardo
Sayão, num mesmo janeiro, quinze
anos antes. Uma árvore caiu sobre o en-
genheiro da Belém-Brasília perto do lo-
cal onde as frentes de trabalho do Norte
e do Sul iriam se encontrar para juntar
as pontas de dois Brasis, até então isola-
dos, o do Norte e o do Centro-Oeste.

Antes de cair naquele barranco, o pai
tinha subido e descido a Belém-Brasília
inúmeras vezes, desde que ela ainda era
a estrada das onças, como ficou conhe-
cida pelos que duvidavam da necessida-
de de riscar a floresta Brasil acima. Sayão
era um herói para meu pai, e é também
o novo nome da Estrada Nova – Avenida
Bernardo Sayão –, em homenagem a
esse engenheiro que ligou os Brasis.

A Belém-Brasília era vermelha e tinha
cheiro de suor antigo. Quando o pai des-
cia do jipe pintado de poeira, o olor de
falta de banho me enchia de inebriante
alegria, que virava excitação quando ele
abria as malas cheias de presentes: roupas
compradas prontas que tinham o nome
chique de prêt-à-porter, doce de leite em
barra, marrom-glacê em lata, revistas
com enormes fotos coloridas e cartões-
postais de uma cidade que estava nascen-
do e que, aos meus olhos de menina,
parecia feita de cartolina branca.

Para a mãe, o pai trazia presentes de
homem apaixonado – estojos de perfu-
mes, espelhos, pentes e escovas de cabelo
com cabos de metal, um robe acolchoa-
do que me pareceu roupa de rainha sair do
banho. Tudo para a mulher do pai, sob o

testemunho invejoso e ciumento da filha do pai. Profusão de acontecimentos que moviam meu lado de dentro e paralisaram meu lado de fora.

O pai apaixonado que passava meses, às vezes quase um ano, viajando, não acreditou quando minha mãe anunciou que estava grávida do meu irmão, oito anos mais novo do que eu. “Se ele diz que o filho não é dele, pois agora eu vou ter esse filho”, Neuza contava para as visitas esporádicas. Minha mãe nunca foi de ter amigas. O pai registrou o menino, mas nunca acreditou que fosse filho dele, agia como se não houvesse outra criança em casa, além de mim. Éramos meu irmão e eu: filho órfão de pai vivo e filha órfã de mãe viva.

Com a morte do pai, seguimos os três em estado atordoado de orfandade. O cacula parou de estudar, a mãe-órfã começou a namorar, e eu continuei querendo fazer bonito para o pai morto (e desse amor por homens inexistentes nunca consegui sair). Adulto, Ezequiel Filho ficou a cara do pai. O mesmo porte, as mesmas entradas laterais no cabelo, o mesmo espirro escandaloso, a mesma agitação no fazer as coisas, a mesma entonação de voz, o jeito de comer uma banana inteira com apenas duas mordidas, até o cheiro do suor era o mesmo.

O pai deixou um dinheiro gordo no banco, quantia que nos permitiu viver por uns cinco anos. De uma casa num bairro popular passamos a morar em barracos de fundo de quintal até pararmos num quarto com banheiro coletivo. Empobrecemos, mas a viúva, no esplendor dos 40 anos, renasceu. Namorou o quanto pôde. Nesse tempo, eu tinha de ter cuidado para chegar em casa e não flagrar minha mãe com o namorado no chão da sala.

Até que um namorado de Neuza, policial militar, foi assassinado. A namorada caiu de cama, de onde só saiu quase perto de morrer. Nos trinta anos seguintes, minha mãe, quase sempre deitada vendo tevê, me manteve prisioneira – eu na rua, ela no quarto.

Não conheci ninguém mais inteligente e conhecedora da alma humana, com absoluto domínio sobre mim. Foram trinta anos de um jogo de vida e de morte, duas mulheres presas uma à outra, dominadora e dominada pedindo mãe uma à outra, invejando na outra o que uma não tinha. O que só acabaria, em termos, quando ela morreu, aos 90 anos. A herança que ela me deixou está petrificada dentro de mim, como se ela tivesse me moldado para que eu não pudesse existir – a minha vida pertenceu a ela, e eu não soube escapar. Mãe nunca saiu de dentro da gente, não importa que tipo de mãe tenha sido.

Foi uma morte gentil, enquanto ela dormia. Neuza não era uma pessoa, era uma entidade soberana. Quase cega (porque se negou a fazer cirurgia de catarata), se arrastava da cama para o chão debaixo da cama. Via macacos, cobras e indígenas em alucinações amazônicas cada vez

mais cinematográficas. Até que não mais voltou para a realidade comezinha.

Neuza era indomável, só fazia o que queria. Virou de cabeça para baixo o lar de idosos onde morou nos últimos sete anos. Xingava, arrancava botões dos jalecos de enfermeiras e cuidadoras, cantava, dançava, namorava. Uma vez tirou a roupa e entrou no quarto vizinho. O ocupante, respeitável professor universitário aposentado, a denunciou aos enfermeiros.

Meu irmão, Ezequiel Filho, morreu seis meses antes de minha mãe. Uma doença de nome comprido, linfoma difuso de grandes células B, matou Quiel em três meses e meio. Quando percebeu que ia morrer, ele me disse: “Fui o único na família que nasceu estragado.” Sentada na cadeira ao lado da cama do hospital, senti um frio gelado indo do cóccix ao pescoço. E não consegui dizer nada.

Dois anos e pouco depois das duas mortes minhas, voltei a Manaus para tentar acordar os nervos adormecidos da minha coxa. As referências eram poucas. Encontrei a única tia viva morando no mesmo lugar desde que nasceu. Tudo o que eu tinha, além do contato dela, eram algumas indicações toponímicas: Cachoeirinha, Educandos, São Raimundo, nomes que eu ouvia de minha mãe. São bairros antigos que abrigam populações pobres, os dois últimos ainda com palafitas e flutuantes à beira do Rio Negro.

Sabia também que minha mãe, depois que ficou órfã de mãe, foi trabalhar numa casa no Largo de São Sebastião. Encontrei a casa, bem ao lado do Teatro Amazonas, o monumento à fartança da borracha construído ao modo delirante de Fitzcarraldo. Todas as vezes em que estive diante do teatro, senti o coração apertado, nunca saberei a razão. Talvez seja uma extensão atávica do sentimento da minha mãe ao deixar, ainda menina, o bairro pobre onde vivia e ir morar bem perto de um edifício opressivo de tão grande, numa Manaus entremeada de igarapés e bordejada por um rio negro e uma floresta verde.

Tentei encontrar alguém da família dos que criaram minha mãe – era assim que ela se referia a eles, “os que me criaram”. Localizei uma neta da garota de quem minha mãe tinha sido “dama de companhia” – era essa a definição que ela dava à função que exercia na casa. Não consegui nenhuma informação, além das que eu já tinha.

Se minha mãe não existe na memória dos descendentes da garota a quem serviu como “dama de companhia”, guardo um relato que ouvi de uma das cuidadoras dela: quando foi levada, aos 9 anos, para a casa de brancos e ricos, minha mãe acreditou que iria fazer parte daquela família. Que seria, então, irmã da menina de mesma idade que ela. Demorou algum tempo para perceber, com a ajuda da cozinheira da casa, que era apenas mais uma das empregadas, só que sem nenhum salário.

A menina branca a quem a menina cafuza servia – escrevo cafuza porque é



CYNTHIA BONACOSSA, 2025

o termo que o dicionário me oferece, mas escrevo com certo constrangimento, o mesmo que nos deixa no vazio das denominações e considerações raciais desse país de 136 tons de pele. A menina branca a quem a menina cafuza servia tocava piano; vem daí o esforço vão que minha mãe fez para que sua única filha mulher aprendesse a tirar música do teclado preto e branco.

Na viagem a Manaus, conheci boa parte de minha família consanguínea. Prima, marido, filhos, netos, genros e noras me receberam com um churrasco de tambaqui, maionese, farofa e cerveja de litrão (o marido de minha prima me mostrou 2 litros de uísque, caso eu me animasse), ao som de sertanejo universitário. Gente que recebeu como visita ilustre aquela que a maioria não sabia nem que existia.

Percebi, depois de longas conversas com minha tia e da cerimônia amazônica de meus parentes, que nenhuma história, muito menos a minha, pode ser contada ao pé da letra. A letra é só a versão possível para o impossível da história de cada um, talvez da minha um pouco mais, dadas as circunstâncias extremas.

Na manhã seguinte ao churrasco de tambaqui manauara, acordei com a lembrança nítida de um sonho. Uma data passando em câmera lenta diante dos meus olhos, como uma cena em zoom: 2 de agosto de 1966, escrita com letras de um jornal em papel. Corri à Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e busquei as publicações diárias de Manaus. Havia só um jornal naquele dia, mês e ano, o *Jornal do Comércio*, com oito páginas.

A manchete do dia: “Atirador louco matou cinco e feriu dezessete.” A segunda notícia mais importante era sobre a nova

política de aumento salarial dos trabalhadores, decretada pelo primeiro presidente da ditadura militar, Castello Branco. Colada na notícia do marechal estava a foto de maiô da nova Garota da Ponta Negra, a praia fluvial mais importante de Manaus. À esquerda, havia uma foto-legenda de galões com 900 litros de leite adulterados, sob o título de “O leite proibido”. Mais embaixo, noticiava-se a apreensão de “farta documentação subversiva” na redação do jornal *Folha da Semana*.

Vasculhei as oito páginas tentando lincar a data gritante do meu sonho com o motivo da minha estada em Manaus. Encontrei no jornal a notícia da prisão do “indivíduo Expedido Duarte, amazonense, solteiro, 28 anos de idade, pedreiro, residente à Avenida João Coelho, 817, que agredira a sra. Maria Helena Mota Silva, que mora na Boa Sorte, s.n.”. Não me disse nada.

Havia muitos anúncios nas oito páginas: de máquina de costura, radiotransmissor de mesa, geladeira, fogão, crediário em até 24 prestações, aniversários, mortes, missas de sétimo dia, editais de órgãos públicos. Soube que o Rio Negro baixara 7 cm e li a lista de navios atracados no maior porto flutuante do mundo.

Voltei à primeira página. Imprensa da entre a notícia do marechal Castello Branco e a da expansão das linhas da Varig para os Estados Unidos, havia uma notinha vinda de Brasília: “Criança nasceu de mãe já morta.” A mãe, no oitavo mês de gestação, morrera subitamente, e os médicos do Hospital Distrital conseguiram salvar o bebê, que tinha sido “encaminhado à incubadora após aplicação do oxigênio sob pressão e continua com vida”. Senti no corpo o recado de que, de algum modo, eu tinha me libertado da mãe. ★

“ESTOU DESAPARECENDO?”

Os últimos dias de Dalton Trevisan

FELIPPE ANÍBAL

A agente literária Fabiana Faversoni posicionou seu notebook em uma mesinha ao lado da cama de Dalton Trevisan – e deu play no filme *Amarcord*, de Federico Fellini. Apesar de ser um dos prediletos do contista de 99 anos, ele logo se cansou, interrompendo a sessão. Nem prestou atenção à trilha musical de que tanto gostava, assinada por Nino Rota. Horas antes – naquele mesmo sábado, 7 de dezembro de 2024 –, com a saúde fragilizada, Trevisan havia recebido a visita de seu médico, João Carlos Folador. Diante da agente, o escritor comunicou ao médico, em tom sóbrio, uma decisão sobre a própria morte. “Ele disse: ‘Não quero mais, tô cansado... Quero ter uma morte tranquila, quero ter uma morte em casa’”, conta Faversoni.

No dia seguinte – o domingo, 8 de dezembro –, Trevisan passou a maior parte do dia dormindo, ainda mais abatido. Os enfermeiros disseram a Faversoni que a respiração do paciente estava excessivamente fraca, o que já caracteriza um quadro agônico. Foi respeitado, porém, o desejo dele de permanecer em casa. Em determinado momento, Trevisan recobrou o fôlego e perguntou: “Estou desaparecendo?” Foram suas últimas palavras, segundo a agente.

O escritor morreu por volta de 18h30 de segunda-feira, 9 de dezembro de 2024, no apartamento em que morava havia três anos e meio, no 12º andar do Edifício São Bernardo, na Alameda Dr. Muricy, no Centro de Curitiba.

Cerca de um ano e meio antes de sua morte – em 16 de junho de 2023 –, Trevisan deixara registrada em cartório uma declaração com suas últimas vontades. Orientou que Rikinha – sua cachorra, da raça dachshund – deveria ficar sob guarda da sobrinha Angela Trevisan Zacharias (a cadelinha, no entanto, morreu meses depois do registro do documento). Também apresentou diretrizes práticas, pedindo que não houvesse qualquer cerimônia fúnebre. Escreveu: “Não quero velório, nem caixão aberto.” Acrescentou que não queria “padre nem missa de sétimo dia”, que desejava ser cremado e que suas cinzas fossem espalhadas entre as raízes dos cedros da casa onde viveu por 68 anos, no bairro Alto da xv.

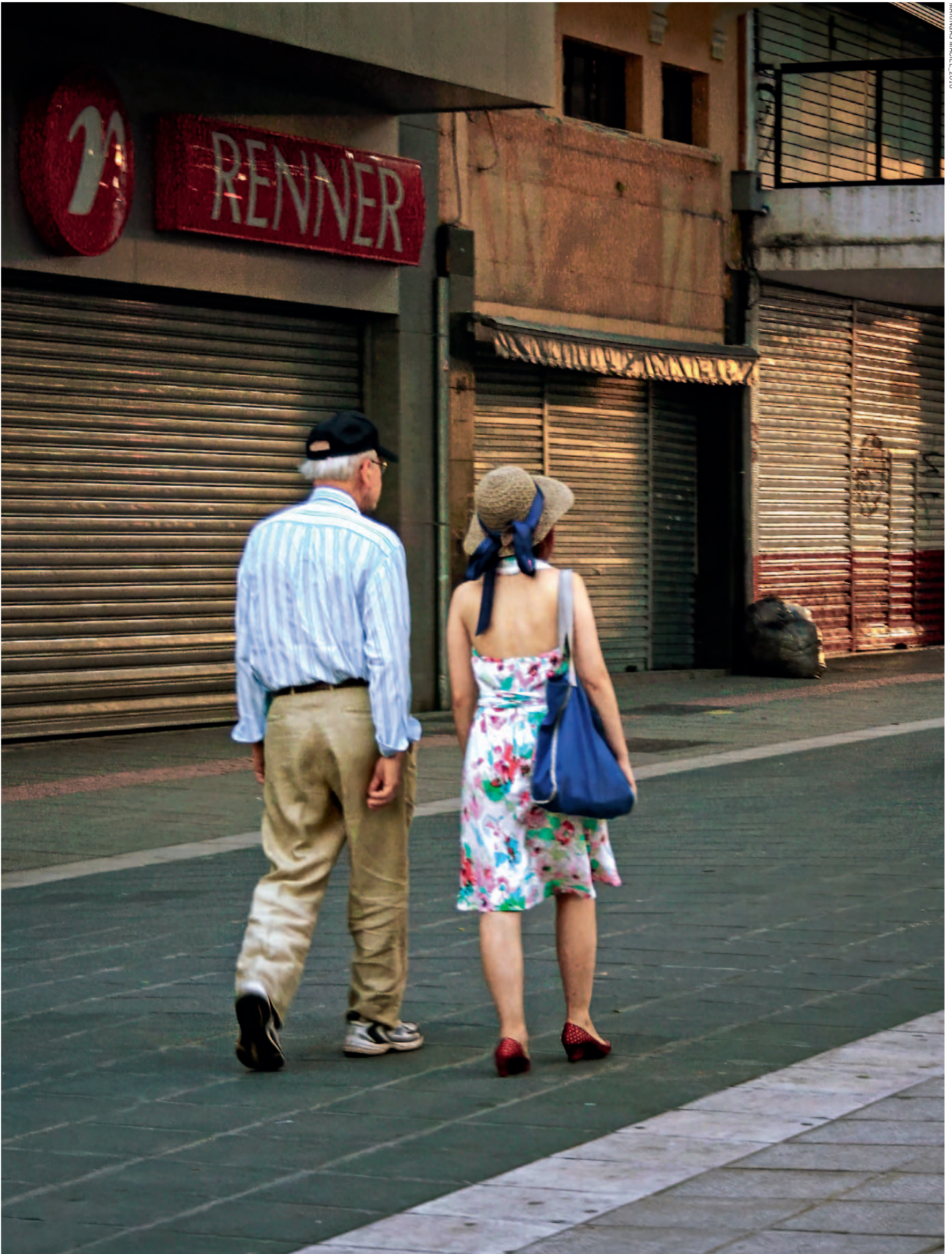
Trevisan, historicamente cioso de sua privacidade, quis se manter longe dos holofotes mesmo após a morte. Recomendou que houvesse “a menor publicidade possível sobre o falecimento, de preferência sem nenhuma notícia”. Foi difícil, no entanto, cumprir esses desejos. Logo após a morte, seguindo a

praxe, o serviço funerário da Prefeitura de Curitiba publicou o registro na seção online de óbitos do dia. A partir de então, os celulares de Faversoni e de Zacharias não pararam de tocar. Eram jornalistas ou amigos do escritor querendo confirmar a informação do falecimento. A pedido delas, a prefeitura tirou o registro do ar. Mas era tarde: o *print* já circulava em grupos de WhatsApp e postagens se alastravam em redes sociais. O alvoroço foi tamanho que, segundo Faversoni, carros da imprensa fizeram plantão em frente ao prédio.

Para despistá-los, Faversoni e Zacharias recorreram a um subterfúgio. Contrataram os serviços funerários do Crematório Vaticano, em Almirante Tamandaré, município da Região Metropolitana, ao Norte de Curitiba. Logo, a notícia se espalhou – e a imprensa correu para lá. Livre de jornalistas e curiosos, o corpo de Trevisan foi levado então ao Crematório Complexo Cerimonial de Pinhais, a Leste da capital, onde não houve ritual de despedida algum. O ex-prefeito de Curitiba e sobrinho do contista, Gustavo Fruet, escreveu em suas redes sociais: “Até o anúncio de seu falecimento entrará para as lendas do Vampiro!”, aludindo ao epíteto pelo qual o escritor ficou conhecido.

Ainda nas declarações de suas últimas vontades, Trevisan deixou orientações sobre seu espólio literário: deu a Faversoni – que o acompanhara de perto nos últimos quinze anos de vida – plenos poderes para quaisquer decisões relativas a seu acervo e sua obra. Justificou, dizendo ter “confiança que [ela] dará a destinação mais adequada a todo o acervo, bem como do que e como vier a ser publicado em meu nome”. Não era pouca coisa. Tido como um dos maiores e mais prolíficos contistas do Brasil, Trevisan deixou uma obra composta por mais de setecentos contos, publicados em 36 livros, sem contar reedições e edições comemorativas.

Ao longo de sua vida, construiu em torno de si uma mística sem paralelos. Desenvolveu tal obsessão pela própria privacidade que atravessou as últimas cinco décadas sem dar entrevistas (a última foi em agosto de 1972, aos 47 anos). Também não comparecia a cerimônias para receber prêmios nem deixava que o fotografassem (os raros registros fotográficos foram feitos nas ruas, sem sua autorização). Essa atitude contribuiu para disseminar a lenda de que era um ser taciturno e recluso – o que não correspondia à realidade, segundo pessoas próximas. Seu estilo literário, marcado por



Dalton Trevisan e Fabiana Faversani no centro de Curitiba, em março de 2010: ele adorava fofocas, sobretudo se envolvesse algum figurão do meio literário, além de ser dado a implicâncias



contos curtos e uma escrita seca, dialoga com essa persona que criou, a ponto de ele ter recebido a alcunha de O Vampiro de Curitiba – título de um de seus livros, publicado em 1965. Graças à autopreservação de sua imagem, conseguia flunar quase anonimamente por Curitiba, que retratou como ninguém.

Nos últimos anos, entretanto, Trevisan deixou aos poucos de perambular pelas ruas do Centro, como gostava tanto de fazer, e se recolheu no apartamento em que passou o fim da vida. Ao mesmo tempo, o Vampiro se expôs ao ambiente virtual, com uma exibição inédita de várias fotos antigas (inclusive uma de torso nu) e até uma conta no Instagram, tudo sob a influência e a supervisão de Faversoni.

Fabiana Faversoni é uma mulher de baixa estatura, voz aguda e estilo despojado. Mantém os cabelos pretos num corte *shaggy*, curto e desfiado, que enquadram bem seus olhos expressivos. Curitibana, ela cresceu a poucas quadras do casarão localizado na esquina entre as ruas Ubaldino do Amaral e Amintas de Barros, onde Trevisan morava. A menina vivia com o pai, um fotógrafo, e quase não teve contato com a mãe, de quem pouco fala. Ela define sua infância como uma fase introspectiva e muito solitária: na época, excessivamente tímida e um tanto gaga, preferia os livros e exposições, demonstrando certa inclinação para as artes plásticas e a literatura.

Anos depois, Faversoni foi contratada como balconista na Livraria do Chain – uma antiga loja de rua com acervo estimado em mais de 70 mil exemplares, a uma quadra da casa de Trevisan. Além de comprar livros ali, o contista

usava o ponto como endereço para receber correspondências, evitando passar o próprio endereço a quem não era de seu círculo – embora a localização de sua residência fosse conhecida por muitos curitibanos. Em razão dessa estratégia, o escritor frequentava a livraria diariamente. “Aqui era o correio dele”, define o livreiro Aramis Chain, um senhor de 81 anos, de voz pausada, que usa suspensórios e mantém um bigode branco.

Logo no início, Faversoni observou, curiosa, que Trevisan costumava dedicar certo tempo para checar a seção destinada aos próprios livros e organizar os exemplares ali expostos. Também percebeu que, às segundas-feiras, ele costumava aparecer carregando uma sacola com as fitas VHS que havia alugado para assistir no fim de semana. Como gostava de cinema e seu orçamento pessoal era enxuto, Faversoni se aproximou do cliente *habitué* com uma proposta: que ele lhe emprestasse as fitas alugadas, depois de assisti-las. Em troca, ela as devolveria na locadora.

O contista topou, desde que conversassem sobre os filmes. “Ele começou com uma coisa meio de mentor: ‘Quero que você diga quais filmes gosta, quais não gosta e o porquê’”, conta Faversoni. “No princípio, me deu os filmes do diretor japonês Akira Kurosawa. Depois, cinema italiano, Fellini, algumas comédias inglesas... Ele gostava muito do Monty Python. Mais tarde, começou a me emprestar um monte de livros também.” Faversoni estima que o encontro dos dois tenha ocorrido entre 2003 e 2004. Nessa época, Trevisan tinha entre 78 e 79 anos, e ela entre 15 e 16 anos. (À *piauí*, a agente disse que iria completar 40 anos, mas seus documentos informam que tem apenas 37.)

Trevisan se encantou pela balconista, a tal ponto que pediu autorização a Chain para convidá-la a trabalhar consigo. Com o sinal verde do livreiro, Faversoni se demitiu e passou a atuar como uma espécie de secretária do escritor e a frequentar o casarão onde ele morava sozinho desde 1998, quando ficou viúvo. O trabalho era informal: com remuneração fixa, mas sem carteira assinada. Ela despachava as correspondências, agendava consultas médicas, pagava contas, fazia compras e acionava profissionais para fazer reparos e manutenção na velha casa. Em 2009, a jovem iniciou a graduação em gravura na Escola de Música e Belas Artes do Paraná (Embap), que abandonou em 2015, segundo seu currículo na plataforma Lattes.

Faversoni acompanhava a rotina metódica do escritor. Trevisan acordava às 6 horas, tomava um café da manhã leve, sempre usando a mesma xícara e os mesmos complementos – ricota, ameixa seca e frutas da estação. Em seguida, passava o restante da manhã escrevendo ou editando os próprios contos. Seu escritório ficava na “cabana”, um austero casebre de madeira isolado da residência, construído no vasto quintal de 1,7 mil m², com vista para os 34 cedros que se erguiam rentes ao muro. (Segundo amigos, Trevisan tinha se inspirado em J. D. Salinger, que também gostava de se enfiar em uma cabana no campo para escrever.)

No fim das manhãs, a jovem e o contista costumavam caminhar sem pressa pelo Passeio Público e pelo Centro. Em 2010, o fotógrafo Maringás Maciel flagrou uma dessas caminhadas. A sequência de fotos mostra Trevisan em mangas de camisa e de boné, acompanhado de Faversoni, que usava um vestido estampado com flores e chapéu com laço, deixando antever os cabelos curtos, então pintados de ruivo. Usualmente, os dois almoçavam em um restaurante vegetariano ou no Mercado Municipal.

À tarde, depois da sesta, o escritor se dedicava à leitura de outros autores – quase sempre os mesmos, como Machado de Assis e Anton Tchekhov. De vez em quando, saía para tomar café com os amigos. À noite, depois de um jantar leve, assistia a dois filmes. Além de Fellini, era aficionado por faroestes e cinema *noir*.

Na convivência com o contista, Faversoni não deixou de se deslumbrar. “Ele conhecia todas as pessoas que eu mais admirava: foi na casa do Manuel Bandeira, na casa do Murilo Mendes... Eu também tinha muita curiosidade em relação à biblioteca dele”, conta ela. A proximidade entre os dois logo deu margem a rumores de que o escritor havia engatado um namoro com Faversoni. A literatura alimentou as especulações. Em seu livro *O anão e a ninfeta*, de 2011, Trevisan publicou três contos protagonizados por Tito, um idoso colecionador de livros que se apaixona por balconistas de livrarias. No conto *O colecionador*, o personagem diz: “Embora

mais velho, não posso gostar de você? Um sentimento sincero e desinteressado. Apenas o prazer da companhia. Partilhar a tua alegria de viver.”

Os boatos chegaram à imprensa. Em maio de 2015, por ocasião dos 90 anos de Trevisan, a *Folha de S.Paulo* publicou uma reportagem assinada por Marco Rodrigo Almeida, que dizia: “Há testemunhos de que Dalton teria hoje uma namorada de menos de 30 anos, pesquisadora da obra dele.” Na esteira dessa publicação, o jornalista curitibano Aroldo Murá fez uma longa postagem em seu blog, ampliando a história: “A jovem chama-se Fabiana, é estudante de letras” (Faversoni só viria a começar o curso três anos mais tarde). Murá acrescentou que Trevisan a apelidara de Chapeuzinho Vermelho. O contista reagiu e enviou esclarecimentos ao blog: asseverou que não era namorado da jovem, com quem mantinha “relações pessoais em torno de temas literários”, e que ela o apoiava “fazendo trabalhos de secretária e assistente”.

“Dalton e eu tirávamos sarro desses boatos”, diz Faversoni à *piauí*, com as bochechas enrubescidas. “Quando eu nasci, ele já estava com 60 e muitos anos. Era um absurdo. Que pessoas doentes, machistas dos infernos. Mas, como dizia o Dalton: ‘Comentário desfavorável você não alimenta.’”

Apesar das negativas públicas, as especulações foram parar na Academia Brasileira de Letras (ABL). Um dos imortais procurou a jornalista e escritora Marleth Silva, de Curitiba, uma das amigas mais próximas de Trevisan, e a informou sobre a boataria. Em um dos seus encontros semanais com o contista, Silva relatou o episódio ao amigo. “Dalton ficou bravo e falou: ‘Imagina, que ridículo! Um homem de 90 anos... Homem de 90 anos não namora’”, conta a jornalista.

Marleth Silva trabalhava na sucursal curitibana da *Veja* quando, em 1992, recebeu a incumbência de encomendar a Dalton Trevisan um texto a ser publicado na revista. Como não tinha contato com o contista, ela pediu a amigos sugestões sobre como chegar até ele. Por orientação do escritor e advogado Nireu Teixeira, passou a escrever cartas e deixá-las na casa de Trevisan. A estratégia surtiu efeito. O contista topou escrever o texto, que teria ilustrações de Poty Lazzarotto (1924-98), seu velho amigo. Quando foi ao apartamento do artista plástico para ver as ilustrações, Silva se deparou com Trevisan escondido atrás da porta, simulando um chique de forma teatral, fazendo chiste com o fato de ter sido visto por uma jornalista. “Dalton falou assim: ‘Ai, agora eu não tenho como sair daqui! Ela me viu!’”, relembra Silva, emulando o tom de voz jocoso feito por Trevisan. “Era brincadeira, óbvio. O Poty, que era ranzinza, disse: ‘Dalton, pare de ser ridículo!’”

O contato profissional aproximou o escritor da jornalista. Ele disse que tinha gostado das cartas e que, se ela quisesse, poderia continuar escrevendo para ele. Silva continuou a enviar as cartas a cada dois ou três meses, até que Trevisan lhe passou o número do telefone de sua casa e um código para quando fosse acioná-lo: ela deveria deixar o aparelho chamar três vezes, desligar e, em seguida, fazer uma nova ligação. A partir de então, Silva passou a encontrá-lo semanalmente para conversar e tomar café. Não raro, se juntava a eles o advogado e artista plástico Constantino Viaro, hoje com 87 anos.

Não havia um local específico para os encontros, mas alguns pontos se tornaram recorrentes, todos na região central: a Confeitaria Schaffer (até o início dos anos 2000), o Mercado Municipal, uma lotérica próxima ao jornal *Gazeta do Povo* e um café modesto da Rua Riachuelo – de onde, segundo Viaro, o contista gostava de observar “as putas” que faziam ponto em frente ao cinema pornô, em plena tarde, no outro lado da via. Trevisan tomava muitos cafés, embora às vezes optasse por chá de morango. Cuidava da alimentação, evitando comidas gordurosas, mas tinha um fraco por doces, chocolate e “broinhas de fubá mimoso” – esta frase utilizada de forma recorrente em seus contos para designar algo muito bom. Tinha pavor de pegar friagem e ter um resfriado.

Trevisan é descrito por pessoas próximas a ele como um tipo bem-humorado e falante, que gostava não só de conversar sobre literatura e cinema, mas de contar histórias sobre si mesmo. Era tido, porém, como genioso e irascível, pela maneira como zelava por sua privacidade. Era ele quem estabelecia os limites, revelando a seu respeito apenas o que queria, sempre de forma espontânea. Em regra, os amigos desenvolveram uma espécie de autocensura, medindo bem as perguntas, com receio de contrariá-lo. “Eu me viciéi em não perguntar, para não parecer que eu estava fazendo uma entrevista”, diz Marleth Silva.

Ele adorava fofocas, principalmente se envolvesse algum figurão do meio literário. Também era dado a implicâncias. Comprava as brigas de seu *entourage*, passando a falar mal do desafeto de seus amigos, ainda que não soubesse de quem se tratava. Do mesmo modo, não poupava pessoas próximas. “Dalton falava sobre literatura, sobre cinema, e falava mal dos amigos. Era um maledicente profissional e juramentado”, define, em tom leve, o escritor, professor e crítico literário Miguel Sanches Neto, reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). “Tem uma frase do crítico Wilson Martins, que eu repetia: ‘Um dia, o Dalton briga com você, e você não sabe por quê.’”

A vez de Sanches Neto logo chegou. Ele havia conhecido Trevisan no início da década de 1990, depois de ter defendido uma dissertação de mestrado sobre

a obra do contista (que também foi tema de seu doutorado). Ficaram tão próximos que o jovem se tornou pupilo do escritor. Falavam-se diariamente por telefone e quase toda semana se encontravam para almoçar ou tomar café. De acordo com Sanches Neto, em 2002, o *Correio Brasileiro* publicou uma reportagem sobre Trevisan, com detalhes de sua rotina. O contista se sentiu traído pelos entrevistados, entre eles Sanches Neto. “Segundo me dizem, como se fosse uma maldição, ele datilografou o nome de todas as pessoas que apareciam na matéria. Meu nome estava no topo da lista. Ele mostrava: ‘Com essas pessoas, eu não converso mais’”, lembra o reitor.

Naquele mesmo ano, Sanches Neto escreveu o romance *Chá das cinco com o Vampiro* (publicado apenas em 2010, pela Objetiva). O enredo se centra na relação entre um jovem aspirante a escritor e Geraldo Trentini – inspirado em Dalton Trevisan. Descreve em detalhes não só a rotina do contista, como as picuinhas de outros figurões literários de Curitiba, como Valêncio Xavier (1933-2008), Fábio Campana (1947-2021), Wilson Bueno (1949-2010) e Jamil Snege (1939-2003) – que aparecem no livro como Valério Chaves, Orlando Capote, Uilson Branco e Antônio Akel.

“Toda a parte do livro sobre a vida literária é muito fiel”, assegura o autor. “Eu quis desmistificar a ideia do vampiro. É um vampiro que toma chá de morango, e não sangue. É uma homenagem às avessas.” Ainda antes da publicação, Trevisan teve acesso aos originais de *Chá das cinco com o Vampiro*. Sanches Neto diz que a cópia foi furtada de sua casa por um amigo em comum, a pedido do contista. Furioso com o que considerou uma inconfiabilidade, Trevisan sacramentou o rompimento definitivo com o pupilo por meio do poema *Hiena papuda*, distribuído de forma artesanal em Curitiba e publicado mais tarde em uma edição de bolso da L&PM. “Ali, ele me ‘bustificou’”, vangloria-se Sanches Neto, que, em resposta, escreveu um poema em prosa, intitulado *A corujinha encenqueira* ou *A corujinha constipada*, que nunca publicou.

Produtor e diretor de cinema, além de dono de uma pequena lotérica no Centro de Curitiba, Estevan Silveira, outro amigo próximo de Trevisan, não só atuou como leva e traz do contista, como estabeleceu certa relação profissional com ele, a quem se referia como “o tio”. Com autorização do autor, transformou em curtas-metragens onze contos do escritor, incluindo *Balada do Vampiro* (2007), premiado nos festivais de cinema de Gramado, no Rio Grande do Sul, da Lapa e de Maringá, no Paraná, e de Canoa Quebrada, no Ceará. O diretor conta que Trevisan se interessava pelas produções e estabelecia uma condição: que Silveira mantivesse o texto original. “Ele foi meu melhor professor de cinema. Dava toques, sugeria filmes. Tinha muita referência de fotografia, talvez



CYNTHIA BONACOSSA, 2025

pela convivência com o Poty Lazzarotto”, diz Silveira, um tipo despojado que não revela a idade e, não importa se frio ou calor, sempre usa bermuda e botas de trilha. “Quando eu definia o ator que faria determinado personagem, levava a fotografia dele para o Dalton ver. Em duas vezes, eu o levei ao set de filmagem. Pedi para o fotógrafo sair, para ele ficar mais à vontade”, recorda o diretor. Ele diz ter autorizações assinadas por Trevisan para transpor outros contos, incluindo *Asa da ema* e *A gorda do Tiki Bar* (este último, Silveira tentou realizar via lei de incentivo, mas a parecerista que avaliou o projeto lhe tirou pontos por considerar “gorda” uma palavra pejorativa).

O modo como Silveira circulava com desenvoltura por várias partes da região central de Curitiba talvez tenha sido uma de suas características que mais chamou a atenção de Trevisan. Não tardou para que o diretor passasse a fornecer matéria-prima aos contos do escritor, inclusive apresentando a ele personagens que o ajudariam a atualizar as suas histórias – como “usuários de crack, mandros e golpistas”, enumera Silveira. “Eu os levava para Dalton pegar a fala, o jeito, os trejeitos e, depois, escrever.” A partir de uma dessas histórias de rua, Silveira escreveu o roteiro para um curta. Certo dia, quando caminhava com “o tio” pelo Centro, o diretor apresentou a ele o personagem do seu futuro filme. Impressionado com a história, Trevisan logo escreveu o conto *O escapulário*, que mostrou em primeira mão a Silveira. “Quando li, peguei meu roteiro e... rrrrrrrsch”, diz, fazendo como se rasgasse folhas de papel. Em vez da sua história, o diretor preferiu filmar a versão de Trevisan, em 2001.

No fim dos anos 1940, Dalton Trevisan já tinha lançado dois livros (que, posteriormente, renegaria), mas estava longe de se consolidar como escritor. Nessa época, começou a produzir o que chamava de “caderninhos” – pequenas brochuras, que imprimia, encadernava artesanalmente e enviava a amigos, jornalistas e críticos literários, como forma de divulgar sua literatura. Trevisan concebia integralmente a publicação, inclusive a diagramação. Costumava dizer aos amigos que era melhor capista do que contista. Mesmo depois de consagrado, manteve a produção e a distribuição dos caderninhos, criando uma tradição que o acompanharia até seus últimos anos.

Na virada para a década de 2010, Fabiana Faversoni passou a auxiliá-lo na elaboração dos caderninhos e de capas das edições de bolso da L&PM. Ela ajudava o escritor a selecionar imagens que já estivessem em domínio público, pesquisando em catálogos e livros de artes do acervo do próprio Trevisan. Compartilhavam admiração por artistas como o mexicano José Guadalupe Posada (1852-1913) e o belga Frans Masereel (1889-1972). Faversoni digitalizava as imagens e, sob a orientação do contista, as dispunha nas páginas, executando no computador o que em outros tempos ele fazia de modo artesanal. Antes dela, outros “ajudantes”, como Estevan Silveira, já tinham prestado esse apoio.

Embora amigos e outros ajudantes continuassem a fazer favores pontuais a Trevisan, Faversoni foi se tornando cada vez mais predominante. Depois de ganhar, em 2012, o Prêmio Camões – a mais importante distinção literária em língua portuguesa –, Trevisan passou a demonstrar maior preocupação com o



próprio acervo. Coube a Faversoni organizar e catalogar todo o material, principalmente os mais de 6 mil livros e as cartas que, ao longo de décadas, trocou com Antonio Candido, Otto Lara Resende, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Rubem Braga e Fernando Sabino. Os diários – escritos entre 1947 e 1978 – já estavam numerados e organizados. Essa organização foi fundamental para que o acervo final viesse a ser doado ao Instituto Moreira Salles (IMS).*

Em 2010, Trevisan completou 85 anos. Ao longo da década, manteve as caminhadas diárias, os cafés com os amigos e o zelo com sua privacidade. (Quando visitava Marleth Silva na redação da *Gazeta do Povo*, por exemplo, sempre informava na portaria um nome diferente: Machado de Assis, Murilo Mendes, Manuel Bandeira...). Em 2014, deixou de escrever. Segundo Faversoni, depois de concluir a edição de *O beijo na nuca* (relançado pela Todavia), Trevisan afirmou: “Limpei. A partir de agora, não escrevo mais. Para por aí.” Ela diz que o contista tinha receio de se tornar “um pastiche de si”. Desde então, ele passou a revisar antigos trabalhos, mas já sem interesse profissional. “Até escreveu uns haicaisinhos. Mas escrevia e jogava fora.”

A reclusão do escritor começou a partir de março de 2020, quando a pandemia impôs medidas de isolamento social. Ainda assim amigos, como Marleth Silva e Constantino Viaro, chegaram a visitá-lo com certa regularidade, mantendo o distanciamento: permaneciam na rua, enquanto Trevisan ficava à janela ou na varanda de sua casa. “Eu

ia toda semana. Inventava alguma coisa, ia levar bolachinha, um colete... Ele vivia querendo coletes”, relembra Silva. No mesmo período, a casa – que fica ao rés do chão e tem quatro janelas que dão para a rua – sofreu quatro assaltos. Faversoni conta que, certa vez, Trevisan foi acordado de madrugada por barulhos estranhos. Deparou-se dentro do banheiro com um homem em estado alterado – provavelmente em decorrência do uso de crack –, tomando banho, depois de ter revirado a casa.

Em razão desses episódios, no início de 2021, ele se mudou da casa em que havia passado quase sete décadas. Em junho de 2022, o imóvel foi vendido por 4,6 milhões de reais à construtora Hugo Peretti, que vai erguer um prédio residencial no quintal em que estão os cedros de que o escritor tanto gostava. Tombado desde 2017, o casarão será mantido e restaurado, a partir de um convênio com a prefeitura, e se transformará em um centro cultural dedicado a Trevisan. Segundo Faversoni e amigos, o contista tinha horror à ideia de que sua casa virasse um ponto de visitação, por isso mesmo, antes de vender o imóvel, mandou demolir a cabana. O público jamais saberá como era seu espaço de criação.

Trevisan se mudou para um apartamento no mesmo edifício que Faversoni: ele, no 12º andar; ela, no 15º. A partir de então, seu isolamento se tornou definitivo. Aos 96 anos, ele abandonou de vez as caminhadas e, com a audição comprometida e se negando a usar aparelhos de surdez, precisava da intermediação de Faversoni para conversar com as visitas, cada vez mais raras. Por causa do estado de saúde do escritor, a agente literária nem sempre permitia os encontros.

Com o passar do tempo, a saúde de Trevisan demandou acompanhamento especializado ininterrupto: quatro enfermeiros se revezavam em turnos. Além disso, ele fazia sessões semanais de fisioterapia em casa. A logística e a supervisão de todos esses cuidados também ficou sob responsabilidade de Faversoni.

Autora do livro *Quem vai cuidar dos nossos pais?* (Viva Livros), Marleth Silva se preocupava com o isolamento do amigo e com a centralização das responsabilidades em Faversoni. A jornalista diz que, apesar da boa vontade dos cuidadores, um erro comum deles é pensar que são capazes de dar conta de tudo sozinhos, o que, na sua opinião, é um risco. “Se duas ou três pessoas ficarem encarregadas dos cuidados, se enxerga muito mais coisas”, diz. A jornalista também se preocupava com a situação de Trevisan depois do fim do isolamento social, quando Faversoni voltasse às aulas presenciais do seu curso de letras. “Com a mudança de Trevisan para o apartamento, era tudo via Fabiana. Foi ali que se fechou esse círculo em torno dele. E ele não se incomodou com isso”, avalia Silva. “Os dois se fecharam muito. É uma situação muito perigosa.”

No fim de 2022, outro acontecimento abalou Trevisan. Sua filha Rosana Trevisan, a Titinha, foi diagnosticada com câncer em estágio avançado – a mesma doença que matara em 1996 a outra filha do escritor, Isabel Trevisan. Segundo as netas, o avô vivia às turras com Rosana. “Os dois se enfrentavam muito, porque eles tinham um gênio muito parecido”, diz Natascha Trevisan Cornelsen. Em maio de 2023, Rosana faleceu, não sem antes pacificar a relação com o pai. “Ele mandou muitos áudios para ela, muitas cartas de pai amoroso. Foi muito bonita a relação deles no fim”, recorda Natascha, que guarda o celular de sua tia com as mensagens.

Na primeira semana de dezembro de 2024, Constantino Viaro visitou Trevisan no Edifício São Bernardo. Encontrou o escritor revisando provas de um de seus livros, que seriam relançados pela Editora Todavia. Viaro constatou que o amigo estava lúcido, embora com capacidade auditiva reduzida: era preciso falar muito alto para que ele escutasse. Em determinados momentos, Faversoni precisava servir de intérprete. “A moça tinha uma voz estridente. Aí, ele ouvia”, relata Viaro. Na despedida, o contista clamou ao amigo que voltasse a visitá-lo. “Ele me falou umas três vezes: ‘Volta aqui, volta aqui... Não esqueça de voltar aqui’”, conta Viaro. Dias depois, Trevisan faleceu.

Tirada em *contra-plongée*, a fotografia em preto e branco mostra o jovem Dalton Trevisan com óculos de lentes grossas e sem camisa, trepado no alto de uma palmeira. No terço inferior da imagem, um *lettering* berra, em letras garrafais: “DALTON COMO VOCÊ NUNCA VIU.” Publicada no Instagram em 5 de novembro de 2024 – um mês e

quatro dias antes da morte do escritor – a foto faz parte de uma campanha da Todavia para anunciar a republicação de sua obra completa a partir deste ano, o mesmo em que se celebra o centenário de seu nascimento. A imagem constava no perfil @trevisan.dalton, criado dias antes e onde outras fotos do contista foram publicadas a seguir.

A novidade alvoroçou o público, mas deixou espantados os amigos de Trevisan ouvidos pela *piauí*. Todos acham que tamanha exposição violava a intimidade que o escritor tanto lutou para manter hermeticamente fechada por décadas. “Acho que ele ficaria louco da vida, até porque me parece que estão mostrando coisas que ele jamais gostaria de mostrar”, opina Constantino Viaro. “As pessoas não se dão conta de que ele não gostava de exposição e agora acham tudo lindo”, diz Marleth Silva, com o celular na mão, deslizando o dedo pela tela, aberta na conta de Trevisan no Instagram. “Olha! Foto para todo lado! Parece uma provocação a ele. Para mim, é um susto.” Ela recorda que Trevisan classificava o poeta Paulo Leminski – que morreu cedo, aos 44 anos, em 1989 – como uma celebridade pop: todos o reconheciam pelas fotos em que ostentava os longos bigodes e os óculos ovalados, como se fosse um ícone. O contista desenvolveu uma tese a respeito. “O Dalton dizia: ‘Quem morreu em Curitiba foi o Dalton Trevisan. O Paulo Leminski está vivo.’ Porque era do Leminski que falavam. Ele falava isso rindo, achava engraçadíssimo”, recorda Silva. Em seguida, a jornalista diz, reflexiva: “Ele não ia gostar disso. Coitado, vai virar pop.”

Faversoni diz que a conta de Instagram de Trevisan foi uma sugestão de sua orientadora de mestrado no curso de letras, Sandra Mara Stroparo. A agente diz que a rede social faz parte de uma estratégia de divulgação das ações do centenário para alcançar o público jovem, que ainda não conhece a obra de Trevisan. Quando aventaram a possibilidade de abrir a conta no Instagram, o próprio escritor não só concordou com a exposição, mas participou da seleção das imagens, segundo Faversoni. A maior parte das fotos vem do acervo de Dérson Trevisan, fotógrafo e irmão de Dalton, já falecido. O perfil é administrado por uma agência particular, paga pela agente, a Momo, que pertence a Lucian Woytovicz e Beatriz Galindo, enteada de Stroparo.

“Aqueles fotos são ótimas”, diz Faversoni. “Foi o Dalton que escolheu a foto dele saltando, foi ele que escolheu a da palmeira. Ele disse: ‘Se eu não publicar essas fotos do meu álbum, vão publicar umas fotos minhas de um velho andando com sacolinha de mercado.’” O escritor se referia às fotos que costumavam fazer dele nas ruas de Curitiba, sem sua autorização. Faversoni diz que Trevisan viu a postagem da Todavia com sua foto da juventude e aprovou a

* O fundador da *piauí* foi presidente do conselho de administração do IMS.

repercussão obtida: “Ele ficou muito feliz de ver esse acolhimento da obra.”

Foi ela a artífice da mudança de editora, da Record para a Todavia. Faversoni conta que Trevisan sempre teve bom relacionamento com Alfredo Machado, fundador da Record, falecido em 1991, mas que a partir da década de 2010 passou a manifestar insatisfação com a editora. Em e-mail de despedida, enviado em 16 de outubro de 2024 à presidente da Record, Sônia Machado Jardim, o contista aludiu à demora da editora em repor títulos esgotados e acrescentou: “O mundo mudou, minha obra mudou e ando inquieto com as baixas vendas de certos títulos. Apesar dos esforços dos editores (quicá os melhores da casa!), mais de quinze dos meus títulos não venderam sequer um exemplar no último trimestre”, queixou-se. “Velhinho cansado, me inquieta algumas obras não chegarem ao público.”

Nos últimos anos, o editor André Conti, um dos fundadores da Todavia, tinha passado a manifestar interesse em relançar o catálogo do escritor. De acordo com Faversoni, Trevisan concordou com a mudança, desde que tivesse controle sobre as publicações. “A Record é uma editora maravilhosa, mas muito grande. Tem um catálogo que não dava conta do Dalton, de manter aquela obra toda em circulação”, avalia ela. “Dalton falou: ‘Se eu estou vivo e eles estão tra-

tando a obra assim, você não vai conseguir fazer nada quando eu morrer. A obra vai morrer também.’”

Para Miguel Sanches Neto, as decisões tomadas por Trevisan na última década vão na contramão da trajetória do próprio escritor. Como o contista renegava seus escritos anteriores à década de 1950, Sanches Neto questiona, por exemplo, a reedição de *Sonata ao luar* (de 1945, relançado em 2023 pela Arte e Letra) e a publicação de *O beijo na nuca*, que traz textos da fase rejeitada pelo autor. “Dalton Trevisan pagava para o Jamil Snee roubar esses livros do acervo da Biblioteca Pública do Paraná e dar fim”, conta. Sanches Neto coloca tais publicações no mesmo pacote das redes sociais do contista: “Uma coisa meio carnavalesca”, define. “Não estou dizendo que ele não tenha autorizado isso. Não sei até que ponto estava no pleno domínio de suas próprias razões. Os últimos anos são muito estranhos para mim, porque não é o Dalton. É como se fosse uma outra pessoa no lugar do Dalton”, diz ele. “O final da vida dele é um conto do Dalton Trevisan: ele, isolado, publicando coisas que tinha renegado.”

Sanches Neto traça um paralelo: “Fabiana Faversoni é a María Kodama do Dalton Trevisan”, define. “Teve um Dalton antes da Fabiana e depois. Não estou fazendo nenhum juízo de valor, mas ele

se isolou durante esse período”, continua. “O Vampiro, extremamente isolado, se tornou um doce velhinho.” María Kodama (1937-2023) foi secretária e assistente literária de Jorge Luis Borges (1899-1986) e o acompanhou em conferências pelo mundo quando ele já estava cego. Para alguns, como Adolfo Bioy Casares, a secretária isolou o escritor e o afastou do convívio com amigos. Pouco antes de sua morte, Borges, que não tinha filhos, casou-se com Kodama, fazendo dela sua herdeira universal e a responsável por todo o seu espólio literário.

Em janeiro de 2025, Katiuscia e Natascha Trevisan Cornelsen – netas e herdeiras diretas de Dalton – procediam com os levantamentos para o inventário do espólio do avô. O escritor havia deixado um patrimônio de 27,4 milhões de reais. Apesar de ter ganhado alguns prêmios literários – o Camões lhe rendeu 100 mil euros, mais de 600 mil reais em dinheiro de hoje –, a fortuna de Trevisan não vinha da literatura, mas de heranças. Seu pai, João Evaristo Trevisan, tinha sido um influente industrial, dono de uma fábrica de louças. Chegou a se candidatar a deputado estadual e vice-presidente da Associação Comercial do Paraná. A família também tinha uma imobiliária.

Apesar disso, Trevisan levava uma vida quase franciscana em seu casarão

deteriorado. Seu último carro foi um Fiat Cinquecento, que pouco usava. Quando venceu o Camões, o contista recebeu que a publicidade em torno do dinheiro pudesse chamar a atenção sobre ele, levando a crer que fosse rico. Por isso, ao terem notícia da fortuna do escritor, até os amigos se surpreenderam. “Eu nunca imaginei que ele tivesse tanto dinheiro, porque na maioria das vezes era eu que pagava a conta”, diz Constantino Viaro.

Ao longo dos levantamentos do espólio, dois pontos deixaram as netas de Trevisan preocupadas: havia dois planos de previdência privada milionários que tinham como única beneficiária Fabiana Faversoni. Juntos, os planos em VGBL somam mais de 5,7 milhões de reais. Um deles, contratado com o Bradesco, recebeu aportes de 4,4 milhões de reais em sete operações realizadas ao longo de 2024, entre 3 de janeiro e 31 de outubro. (Em janeiro de 2025, o extrato atualizado indicava que a aplicação continha 4,8 milhões de reais.) Em outra instituição financeira, a XP Investimentos, Trevisan contratou mais um VGBL em que colocou Faversoni como beneficiária, também em 2024, dessa vez no valor de mais de 904 mil reais.

Inventariante do espólio do avô, Katiuscia ajuizou duas ações, que tramitam na 1ª Vara de Sucessões de Curitiba, uma contra o Bradesco, outra contra a

espaço **Cult**

CICLO DE DEBATES

LUTAS LGBTI+ ENTRE PASSADO, PRESENTE E FUTURO

CURADORIA **RENAN QUINALHA**

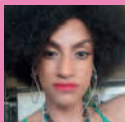
COM A PRESENÇA DE:



Amara Moira



Assucena



Carolina Iara



Gabriel Lodi



Guilherme Terrier



Helena Vieira



Hubert Alquéres



Jean Wyllys



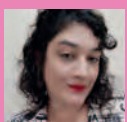
João Silvério Trevisan



Jurandy Valença



Luanda Pires



Marília Moschkovich



Pedro Ambra



Renan Quinalha



Wellington Andrade

Em quatro encontros presenciais, pensadores irão refletir sobre a construção histórica da luta pelos direitos das pessoas LGBTI+ em uma sociedade organizada para puni-los.

DIAS 25, 26, 27 E 28/11, DAS 19h30 ÀS 21h30

PÇA. SANTO AGOSTINHO, 70, 10º ANDAR, SÃO PAULO-SP

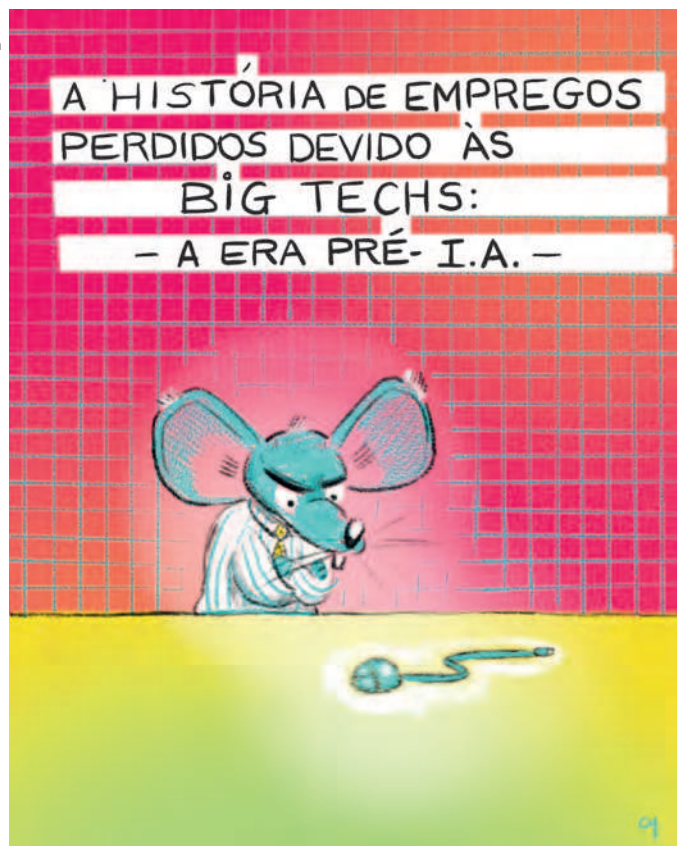


Inscreva-se e ganhe uma ecobag exclusiva.

Acesse pelo QR code ao lado ou em **somoszoom.com.br**



EVENTO PRESENCIAL



XP Investimentos, com o objetivo de anular os aportes financeiros e a indicação da Faversoni como beneficiária. Em decisão liminar, o juiz Ronaldo Sansone Guerra deferiu, em janeiro passado, o pedido para que os valores fossem bloqueados. “A gente questiona assim: se Dalton queria que ficasse pra ela [Faversoni], porque ele não deixou por escrito?”, diz Katiuscia. O escritor não deixou testamento. Apenas aquela declaração de vontades, registrada em 2023.

Em sua defesa, assinada por três advogadas, Katiuscia levanta uma série de dúvidas sobre as aplicações. Alega que, por terem sido contratados poucos meses antes da morte do escritor, os VGBLs não teriam natureza securitária, mas de investimento. Por isso, os planos previdenciários deveriam fazer parte do inventário. As advogadas também põem em dúvida se foi o próprio Dalton Trevisan quem fez os aportes, argumentando que o contista jamais demonstrou “pleno domínio sobre plataformas digitais ou aplicativos financeiros” e que toda sua vida bancária se deu de forma tradicional, “mediante cheques e movimentações presenciais”.

À **piauí**, Katiuscia e Natascha relatam que tiveram uma convivência relativamente próxima com o avô na infância. Aos sábados, iam com a mãe, Isabel, passar a tarde no casarão da Ubaldino do Amaral. A avó, Yole Maria Bonato Trevisan, preparava um farto lanche. O escritor se sentava à mesa com a família, mas só para conversar. Logo, ele se retirava para a cabana – e só no fim da tarde tomava um chá com torradas. Lá pelas tantas, o avô costumava pôr na vitrola o disco de música instrumental *Io sono il robot* – provavelmente uma edição italia-

na de *I robot*, da banda Alan Parsons Project – e dançava com as netas, com movimentos duros, imitando um androide. “Às vezes, a gente ia na cabana e ele pedia para fazermos desenhos. Ele sugeria: ‘Desenhe o Top’, que era um cachorro, um linguíça, o xodó dele. Depois, guardava os desenhos e falava para minha mãe me incentivar, porque eu tinha o dom”, conta Katiuscia, que se tornou designer, cenógrafa e artista plástica. “À medida que fui crescendo, ele começou a falar dos livros.”

Em meados da década de 1990, Isabel Trevisan, a mãe de Katiuscia e Natascha, foi diagnosticada com câncer. O tratamento pôs fim às visitas de sábado, afastando as netas dos avós. Em 3 de maio de 1996, quando Isabel faleceu, Katiuscia tinha 20 anos, e Natascha, 17. Elas foram morar com uma tia paterna, embora o avô as tenha bancado financeiramente nessa época, pagando, inclusive, os cursos universitários em que se formaram. Cada uma seguiu sua vida: casaram-se, tiveram filhos e, depois, se separaram de seus maridos. Dizem que, durante todo esse tempo, mantiveram uma rotina regular de visitas ao avô, pelo menos uma vez por mês.

As irmãs contam que conheceram Faversoni depois de 2008, como se ela tivesse surgido “de uma visita para outra”. Dizem que Trevisan apresentou a jovem sem dar muitos detalhes, como se não quisesse ser questionado. Notaram também o encantamento do avô pela nova ajudante. Katiuscia chegou a perguntar ao avô se Faversoni prestava algum serviço formal e se era registrada. “Ele ficou vermelho, assim, ficou nervoso e falou: ‘Isso não te diz respeito.’ Então, eu não perguntei mais nada.”

Katiuscia e Natascha afirmam que foi só depois que Trevisan já estava morando no edifício de Faversoni que elas souberam da mudança, ocorrida no início de 2021. Sentiram-se ofendidas por não terem sido avisadas. As duas dizem que, a partir de então, passaram a enfrentar entraves para ver o avô. As visitas tinham que ser agendadas previamente com Faversoni, que, segundo elas, blindava o escritor. “Simplesmente, foi isolando mais. Isso, acho que ela queria desde sempre. A coisa foi tomando um grau cada vez maior, maior, maior, maior, e depois que a minha tia Rosana morreu, ela tomou conta. [Como quem fala:] ‘Agora, a principal aqui sou eu’”, diz Natascha.

Elas relatam que, em uma das visitas ocorrida em 2024, se depararam com Trevisan em um quadro de aparente confusão mental. O avô passou a elogiá-las mais do que o habitual e, em seguida, perguntou: “E as meninas? E a mãe de vocês?” Como a mãe de Katiuscia e Natascha falecera havia quase trinta anos, elas supõem que o escritor não as tenha reconhecido. Dias depois, Natascha voltou ao apartamento – dessa vez, sem avisar. Mais uma vez, o avô perguntou: “E a sua mãe?” No processo judicial, Katiuscia inseriu um vídeo gravado nesse dia. A defesa questiona se Trevisan estava em pleno domínio de suas capacidades mentais ao longo de 2024, quando foram feitos os aportes que tinham Faversoni como beneficiária. Mencionam três medicamentos para “quadros mentais” que o contista tomava, segundo registros das enfermeiras.

Faversoni afirma que Trevisan “se preparou para morrer”, deixando todos os detalhes organizados. Como o escritor a havia nomeado gestora de seu espólio literário, ele teria criado os fundos para que ela tivesse condições de cuidar de sua obra. Ela diz que sabia que o contista a tinha nomeado como beneficiária de um VGBL, mas que ignorava o valor da aplicação. A defesa de Faversoni pediu para ser incluída nos processos abertos pelas netas de Trevisan contra as instituições financeiras. Em maio, ajuizou um processo de produção antecipada de prova contra Katiuscia – que também tramita na 1ª Vara de Sucessões de Curitiba –, com o objetivo de ter acesso integral às movimentações financeiras feitas pelo escritor.

Segundo Faversoni, o contista “não se dava” com as netas, por isso não queria que elas o visitassem. Sua defesa incluiu no processo declarações de enfermeiros, que mencionam o fato de Trevisan ter proibido as visitas. Uma das profissionais, a enfermeira Ana Carolina Padilha, escreveu: “Em duas ocasiões no período diurno, [ele] recebeu visita de suas netas, o que o deixou agitado e com os sinais vitais alterados, pois as mesmas faziam filmagens dele sem a sua permissão; após a saída delas, fez o pedido que não as recebesse mais.”

Além disso, a defesa de Faversoni incluiu um parecer, assinado em 30 de ja-

neiro de 2025, pelo médico João Carlos Folador. Ele informou que até trinta dias antes do falecimento, Trevisan “encontrava-se lúcido e consciente para decidir sobre sua vida e em plenas condições mentais”. Também foram inseridas no processo declarações de Sandra Mara Stroparo e do marido dela, o escritor e linguista Caetano Galindo, que visitaram Trevisan ao longo de 2024, além do pesquisador Christian Schwartz, que está escrevendo um ensaio biográfico sobre o contista. Todos relataram que ele aparentava estar em plenas condições mentais. A defesa das netas pretende desqualificar os depoimentos, apontando que todos são pessoas próximas a Faversoni.

Quando teve acesso à movimentação financeira, a defesa de Faversoni observou que, em outubro de 2024, Katiuscia e Natascha foram beneficiárias de transferências via Pix feitas pelo escritor no valor de 50 mil reais, cada uma. “Teria Dalton Trevisan realizado essas transferências eletrônicas que favoreceu as herdeiras também com vício de vontade e ilicitude? Afinal, as transações são rigorosamente do mesmo período em que Dalton Trevisan fez aportes no plano previdenciário que tinha Fabiana como beneficiária”, questionam os advogados de Faversoni.

A defesa da agente também constatou que Trevisan havia deixado outro VGBL, no valor de 12,7 milhões de reais, que supõe ter as netas como beneficiárias. Os advogados evocam o artigo nº 1846 do Código Civil, segundo o qual pelo menos 50% do patrimônio do falecido devem ser destinados aos seus descendentes diretos. Apontam ainda, que os planos previdenciários deixados por Trevisan a Faversoni correspondem a 20% do patrimônio disponível, o que não violaria a lei. “O destino do restante do patrimônio, algo em torno de 21 milhões, se foi partilhado ou de qualquer outra forma destinado, caberá às próprias herdeiras justificarem e documentarem neste processo”, diz a defesa de Faversoni.

Quem foi próximo do escritor lamenta que os episódios em torno do espólio tenham se convertido num conto daltoniano. Sanches Neto vai mais longe e teme que as idiosincrasias de Trevisan se sobreponham à obra do maior contista da língua portuguesa. Certo enigma sempre restará em torno do Vampiro, como ele próprio assinalou em 2024, quando lançou *Dalton Trevisan: uma literatura nada exemplar*, que reúne ensaios sobre sua obra. Depois de ler o livro, o escritor enviou uma carta aos organizadores da publicação, Fernando Paixão e Hélio de Seixas Guimarães, dizendo: “Escreve primeiro e se arrependa depois. Você sempre se arrepende... Mas, depois de ler esses ensaios e descobrir que tenho tão bons leitores, me arrependo um pouco menos. Mas ainda me pergunto: ‘Ei, Vampiro, qual é a tua?’”

Talvez, como o próprio Trevisan frisou tantas vezes, as respostas estejam mais nos livros do que na vida. 🐾



Assine as newsletters da piauí

Inscreva-se e receba
toda semana, direto no seu e-mail.



MURRO EM PONTA DE FACA



No meio literário: a cada dia parece mais difícil apontar a fronteira entre amadorismo e profissionalismo, entre analfabetismo formal e domínio formal, entre trabalhos ruins e trabalhos bons,

Para a Palhacinha da Vó

Em entrevista à *Folha de S. Paulo* publicada em 30 de agosto de 2025, a ensaísta e tradutora Aurora Fornoni Bernardini, professora de letras aposentada da Universidade de São Paulo (USP), fez algumas afirmações que causaram furor no meio literário brasileiro. Ela disse, entre outras coisas, que a literatura contemporânea “ficou mais pobre ao privilegiar o conteúdo e esquecer a forma”; teceu críticas a autores como Itamar Vieira Junior, Annie Ernaux e Elena Ferrante; alegou que “não se pode dar o mérito

antes das condições”, insinuando que a recepção positiva a livros como *Torto arado* seria repercussão de eventos do passado, como a escravidão. Rapidamente dúzias de escritores, livreiros, professores e leitores foram às redes sociais e até aos jornais comentar o assunto, em sua imensa maioria criticando a professora.

Entre mortos e feridos, a treta, me parece, surtiu ao menos um bom efeito: mobilizou esforços aqui e ali para examinar de maneira crítica estes tempos estranhos em que vivemos, coisa que é sempre positiva. E cá estou eu, me aventurando no mesmo sentido, menos pelo ensejo em si do que pelo

interesse sincero e profundo que tenho no assunto há algum tempo.

Começo a organizar as minhas ideias relembando um conceito já bastante fundamentado: o *argumentum ad hominem*. A expressão latina traduzida como “argumento contra a pessoa humana” designa a iniciativa de refutar alguém criticando a própria pessoa, em vez do conteúdo de seu argumento. Por mais curioso que possa parecer, o fato de eu ter sido virgem até os 30 anos contribuiu, e muito, para que eu compreendesse bem o que é *argumentum ad hominem* antes mesmo de saber que havia um nome para isso. Durante a minha vir-

gindade, em especial no final da adolescência e no início da vida adulta, fosse qual fosse o debate entre mim e qualquer um dos meus amigos – política, religião, futebol, *Big Brother Brasil* –, bastava o meu interlocutor argumentar que eu era virgem e pronto: tudo o que eu já houvesse dito ou ainda tivesse para dizer estava permanentemente desqualificado, pouco importando qualquer eventual mérito das minhas proposições. Stephen Downes, em seu site Guia das falácias lógicas, define bem a situação:

Ataca-se a pessoa que apresentou um argumento e não o argumento que apre-

Existe hoje uma dificuldade generalizada em admitir que nem todo texto é literário

JOSÉ FALERO



ELOY GUZZELLI FILHO_2025

sem que isso provoque uma desnecessária avalanche de mágoas, rapidamente convertida em discursos de ódio nas redes sociais; não é à toa que a figura do crítico está à beira da extinção

sentou. A *falácia argumentum ad hominem* assume muitas formas. Ataca, por exemplo, o caráter, a nacionalidade, a raça ou a religião da pessoa. Em outros casos, a falácia sugere que a pessoa, por ter algo a ganhar com o argumento, é movida pelo interesse. A pessoa pode ainda ser atacada por associação ou pelas suas companhias.

À luz disso, tenho a nítida impressão de que Bernardini foi vítima de *argumentum ad hominem* por parte de quem expressou incômodo com as suas afirmações publicamente. Todos os comentários contrários à professora de que pude me inteirar têm uma coisa em comum: nenhum deles se propõe a de-

monstrar falta de base material para as afirmações de Bernardini; em vez disso, se dedicam a desqualificá-las por ser ela branca, de origem europeia, bem posicionada socialmente. Para mim, argumentos desse tipo não podem ser classificados de outra maneira que não desonestidade intelectual, seja voluntária, seja involuntária; trata-se de uma trapaça que, não raro, garante vitórias no campo do debate público, como aconteceu nesse caso: a impressão geral deduzida do episódio é a de que a professora teria dito bobagem, sem que as suas proposições tenham sido confrontadas de fato com antíteses reais.

Há um par de conceitos muito em voga hoje em dia: *lugar de fala* e *pacto narcísico da branquitude*. A importância e a legitimidade de tais conceitos estão fora de discussão; não resta qualquer dúvida, no entanto, de que o uso imprudente de ambos tem enorme potencial para promover injustiças, como a meu ver promoveu no caso de Bernardini. *Lugar de fala*, por exemplo, não é nem nunca foi sobre silenciamento; não é nem nunca foi sobre impedir que o outro se pronuncie a respeito de algo por “não ter lugar de fala”; *lugar de fala* é, isto sim, sobre análise de discurso; é sobre entender que uma pessoa pensa como pensa e

argumenta como argumenta devido ao lugar a partir de onde fala, ou seja, devido aos mais variados aspectos da construção de sua subjetividade; mas, qualquer que seja o caso, essa pessoa sempre terá o sagrado direito de se expressar como bem entender, a respeito do que bem entender, e por essa razão *lugar de fala* não é, nem de longe, um conceito útil para debater a veracidade ou a falsidade das afirmações da professora.

Já o *pacto narcísico da branquitude* tem melhor potencial nesse sentido. Com efeito, seria possível e até faria nexos – embora não me pareça que seja o caso, bem entendido – que Bernardini,

Piauí é aqui

PARA ASSINAR

revistapiaui.com.br/assine
whatsapp e SAC: [11] 3584 9200
segunda a sexta, 9h às 17h30

SAC [ATENDIMENTO AO CLIENTE]

site: minhaabril.com.br
atendimento.piaui@abril.com.br
whatsapp e SAC: [11] 3584 9200
renovação: 0800 775 2112
segunda a sexta, 9h às 17h30

EDIÇÕES ANTERIORES

colecione@revistapiaui.com.br

ESCREVA PARA A PIAUÍ

redacaopiaui@revistapiaui.com.br

PARA ANUNCIAR

publicidade@revistapiaui.com.br

BANCA PIAUÍ_24 HORAS

temos todas as edições da revista
av. ataulfo de paiva, 1273
rio de janeiro_rj
[21] 99358-3339

EDITORA ALVINEGRA

rua aníbal de mendonça, 151_2º andar
22410-050_rio de janeiro_rj
[21] 3511 7400
rua dr. virgílio de carvalho pinto, 445 / 1º andar
05415-030_são paulo_sp
[11] 97410 3500 / [11] 3061 2122

site da piauí_com conteúdo extra
revistapiaui.com.br
_pra quem tem um clique a mais

na tendência de apreço por seus semelhantes e despreço por seus dessemelhantes – tendência essa que nos acomete a todos, diga-se de passagem –, tivesse, por exemplo, defendido a forma como o aspecto mais fundamental da literatura por encontrar nessa perspectiva um suposto espelho, isto é, por encontrar na defesa da forma um suposto meio para exaltar a si mesma através da exaltação aos seus pares. Sim, seria possível e até faria nexo; de qualquer modo, levantar essa hipótese não basta: é necessário comprová-la, o que nos leva, de novo, a tirar o foco da pessoa da professora para direcioná-lo às suas afirmações, às suas proposições.

Acontece que, sem os tipos de trapacas argumentativas que demonstrei, torna-se bastante difícil desmentir a professora; e tal dificuldade, por si só, constitui indício de que as suas asserções sejam, afinal, verdadeiras – se não todas, vá lá, pelo menos a maior parte delas –, algumas inclusive beirando a obviedade.

Tomemos uma, como exemplo inicial: “Um fenômeno muito curioso acomete o mundo, mas o Brasil em particular: a literatura se baseia no conteúdo e esquece a forma.” Cá entre nós, é ou não é uma afirmativa de exatidão patente? Hoje em dia, pouco importa se um escritor ou uma escritora tem pleno domínio das ferramentas empregadas na elaboração de um texto literário e, portanto, sabe dar boa forma ao seu trabalho; muito mais relevante do que isso é que esse escritor ou essa escritora represente uma voz historicamente oprimida, de tal maneira que o conteúdo da sua produção seja incomum na tradição literária. Em outras palavras, há uma série de experiências sociais historicamente impedidas de serem representadas na literatura, e um conteúdo capaz de representar essas experiências, hoje, mostra-se muito mais relevante do que a forma dada a tal representação. Por óbvio, trata-se sobretudo de uma questão de mercado: vivemos em um mundo capitalista, onde Deus é uma nota de 100, como diria o Mano Brown.

Entre todos os atores do meio literário – escritores, leitores, livreiros, editores, críticos – sem sombra de dúvida aqueles que têm maior poder de influência posicionam-se longe dos propósitos artísticos, encabeçando, ao invés, a ponta empresarial da corda e visando a nada mais que lucro; refiro-me, claro, às grandes editoras, que, de posse dos mais variados indicadores mercadológicos, definirão estrategicamente o que será publicado ou não, e ponto final. É, de fato, como Bernardini resumiu, com precisão, um fenômeno que acomete o mundo, mas o Brasil em particular; e não chega a ser difícil imaginar os motivos dessa particularidade brasileira: estando o nosso país entre os mais machistas do mundo, entre os mais racistas do mundo, entre os mais homofóbicos do mundo, entre os mais desiguais do mundo em termos de classes sociais,

enfim, entre os que mais oprimem as minorias no mundo, é muito razoável supor que a nossa tradição literária tenha sido especialmente excludente, como de fato foi, de maneira que, agora, com o referido fenômeno de inclusão representativa por meio do conteúdo dos livros, em absoluto detrimento da forma, o Brasil se apresente como mercado editorial proeminentemente aquecido nesse sentido.

Quanto à alegação indireta de que a literatura emerge da forma, e não do conteúdo, também nisso estou de pleno acordo com a professora. Inclusive, quando participei da Flip em 2024, tive a oportunidade de defender essa ideia em público pela primeira vez. Na ocasião, argumentei, basicamente, que conteúdo é coisa banal: toda e qualquer pessoa neste mundo, me parece, deve ter tido uma vida interessante, repleta de dramas, de sonhos, de frustrações, de alegrias, de singularidades, de acontecimentos inusitados; seja uma pessoa branca, seja uma pessoa negra, seja gay, seja hétero, seja rico, seja pobre, seja a pessoa que for, a mim me parece muito difícil imaginar que essa pessoa tenha tido uma vida desinteressante por completo, já que a própria condição humana, independentemente dos marcadores sociais que a diversificam, costuma ser complexa e surpreendente e emocionante e assustadora e por aí vai, de tal maneira que a vida dessa pessoa serviria sem problema algum como subsídio para compor o conteúdo de um livro ou até mesmo de vários.

Não falo apenas do que nos últimos tempos se convencionou chamar de “escrita de si”, vale esclarecer; mesmo uma ficção à primeira vista afastada das experiências do autor que a concebeu no fundo é sustentada, preenchida e mediada por elas – e aqui, sim, o conceito de *lugar de fala* mostra-se bastante útil. Ademais, ainda que consideremos a demanda mercadológica por inclusão representativa, a banalidade do conteúdo ainda se aplica a olhos vistos: se o público leitor, e consequentemente o mercado editorial, anseiam por histórias de domésticas negras, por exemplo, quantas das domésticas negras do Brasil são capazes de usar a sua experiência social para compor o conteúdo de um livro ou até mesmo de vários? Eis a resposta: todas elas, sem exceção. Em outras palavras, toda e qualquer pessoa com a experiência social de mulher, negra e doméstica tem, forçosamente, incontáveis histórias para contar a partir dessa experiência em particular, e tais histórias poderiam muito bem compor o conteúdo de um livro ou até mesmo de vários.

A forma, por outro lado, não é coisa banal assim. Se há milhões de domésticas negras no Brasil, todas elas capazes de usar a sua experiência social para compor o conteúdo de um livro ou até mesmo de vários, como de fato há, por certo pouquíssimas delas poderiam dar a esse conteúdo uma forma tecnicamen-

te atraente, instigante, bem elaborada, bem desenvolvida, bem-acabada. Friso, entretanto, que o bom trabalho de forma não é raridade só entre as minorias, claro, mas também entre as camadas privilegiadas da sociedade: pouquíssimos brancos dão boa forma aos seus textos, pouquíssimos homens dão boa forma aos seus textos, pouquíssimos ricos dão boa forma aos seus textos. Isso acontece porque um conteúdo é sempre subsidiado por uma experiência, coisa que toda e qualquer criatura tem, independentemente da sua vontade; a capacidade de dar boa forma a um conteúdo, em contraste, jamais se manifesta de maneira espontânea, sendo possível apenas mediante esforço consciente, estudo prolongado e prática obstinada. Todos temos dedos nas mãos e podemos, sem qualquer tipo de preparo prévio, bater com eles nas teclas de um piano, ao acaso; fazer música é uma outra coisa.

Além disso, parece haver uma dificuldade generalizada em compreender, ou em admitir, que nem todo texto é literário. Ora, se todo e qualquer texto fosse literário, a expressão “texto literário” seria um pleonismo. Uma bula de remédio ou um manual de instruções para montar um guarda-roupa, por exemplo, são textos, mas não são literários, e não o são justamente porque podem cumprir o seu objetivo sem qualquer preocupação de ordem estética, como de fato assim o cumprem. Em outras palavras, tanto a bula como o manual abrigam conteúdo (as informações a serem transmitidas), mas nem um nem outro apresentam o que Bernardini chamou de “estilo particular”, ou seja, toda e qualquer bula, assim como todo e qualquer manual, parecem sempre escritos por uma mesma pessoa.

A razão é elementar: se o autor de uma bula ou um manual decidisse imprimir estilo particular em um texto assim – lançando mão, por exemplo, de ironias ou metáforas, divagações ou comentários espirituosos, ambiguidades ou contradições e por aí vai –, o objetivo único de um texto desse tipo, que é transmitir informações de maneira clara, direta e objetiva, terminaria prejudicado, ensejando confusão. Eis aí o que impede tanto a bula como o manual de serem textos literários: a preocupação com o conteúdo, em absoluto detrimento da forma, a fim de possibilitar a transmissão de informações de maneira clara, direta e objetiva. Por outro lado, a partir do momento em que a forma passa a ser uma preocupação fundamental na elaboração de um texto – isto é, quando para além de apenas transmitir informações desejamos sobretudo imprimir estilo, através de esforço imaginativo, de noção estética, de trabalho de linguagem, de elaboração psicológica, de cuidado com as proporções e por aí vai –, é então, e apenas então, que surge o conto, que surge o poema, que surge a crônica, que surge o ensaio, que surge o romance, que surge, enfim, o texto literário.

Não sei se ficou claro o suficiente, mas estamos em meio a uma verdadeira catástrofe, cujo diagnóstico não é outro senão aquele apontado pela professora: a relação inversamente proporcional que se estabeleceu entre a importância dispensada ao conteúdo e a dispensada à forma.

O conteúdo dos livros literários, historicamente falando, condenou as minorias à caricatura ou à exclusão, é verdade; hoje, com o desenvolvimento e a popularização de uma série de categorias de análise no campo das ciências sociais, formou-se uma demanda implacável por um tipo de conteúdo que confronte a tradição literária e presente melhor as minorias; à medida que o conteúdo vai capturando mais e mais atenção, no entanto, a forma vai sendo mais e mais sufocada, porque o mercado literário, como todo e qualquer mercado, é uma máquina de atender demandas cegamente, visando ao lucro; e o problema desse processo todo é que a literatura, enquanto expressão artística textual, subsiste justamente do trabalho de forma, hoje minguate: a morrer este, morre também aquela.

Bem-vindo, leitor, ao século XXI, onde já não se manda mais consertar os sapatos, porque é mais barato comprar uns novos quando os antigos se estragam, e onde tudo o que se espera dos livros, em geral tão descartáveis quanto os sapatos, é que eles contenham algumas frases de impacto que possam ser postadas no Instagram. Seria cômico, não fosse trágico. No passado, tememos que o rádio fizesse o livro desaparecer, o que não aconteceu; tememos que a televisão fizesse o livro desaparecer, o que não aconteceu; tememos que o videogame fizesse o livro desaparecer, o que não aconteceu: quem diria que terminaríamos derrotados pela produção em massa de camisetas do Che Guevara? Refiro-me à surpreendente promiscuidade entre anseios sociais legítimos e a mentalidade capitalista sempre capaz de convertê-los nas mais repugnantes mercadorias; promiscuidade essa que não fez o livro desaparecer, é verdade, mas está à beira de transformá-lo em um ente bizarro, algo como uma bandeja de tangerina descascada, dessas à venda nos grandes estabelecimentos comerciais – sem agrotóxico, claro.

Sim, trata-se sobretudo de uma questão de mercado, mas não só. Há pelo menos mais alguns fatores dignos de nota, a começar por certo engano que, a cada dia mais recorrente, termina por agravar o quadro. Muitos autores contemporâneos, em especial aqueles cujos perfis foram historicamente apartados do meio literário, queixam-se de ainda haver ali muito elitismo, como de fato ainda há. Eu próprio, em entrevista à revista *Trip*, em 2021, argumentei que precisamos arrancar a literatura do altar burguês em que foi metida, porque ela deve pertencer ao povo. Entendo, porém, que urge separar o joio do trigo, a

fim de evitar confusão entre elitismo e conhecimento acumulado. Se por um lado muitas das ideias que orientam as noções formais no meio literário são de fato puramente elitistas e podem ir direto para a lata de lixo, por outro lado há, no mesmíssimo meio literário, ferramentas estéticas muito úteis que se consolidaram com o tempo e permanecem à disposição até hoje: abrir mão de usá-las por confundi-las com elitismo, a meu ver, implica escandaloso retrocesso.

Em 1675, Isaac Newton, possivelmente inspirado em Bernardo de Chartres, escreveu: “Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes.” Ora, será que não podemos identificar o elitismo no meio literário, para combatê-lo, mas, a um só tempo, aproveitar todo o bom senso, todas as boas ideias de trabalho de forma, todo o ferramental estético desenvolvido ao longo de séculos de literatura? Que mal há em subir nos ombros de um Eça de Queiroz ou de um Guimarães Rosa? Que mal há em aproveitar todo um legado formal indiscutivelmente positivo, ainda que oriundo de uma tradição literária excludente? Desperdiçá-lo é como deixar de usar celular e voltar à era da comunicação via sinais de fumaça só porque William Shockley, um dos inventores do transistor, era racista. Até quando vamos nos fazer de cegos? O que não falta são exemplos a demonstrar de modo categórico que a literatura caminha a passos largos para a desnutrição estética, impulsionada, em parte, pelo engano de muitos autores contemporâneos que, ao confundir acúmulo de conhecimento com elitismo, terminam por embarcar na aventura fadada ao fracasso que é a tentativa de empreender a partir do zero uma concepção formal nova por inteiro.

A dura verdade, leitor, é que produzir literatura não é mesmo para qualquer um. Frase assustadora, não? Contudo, permita-me contextualizá-la, antes de correr a me acusar de elitista. Não quero dizer que apenas algumas poucas pessoas iluminadas trazem de fábrica o potencial para a produção literária, nada disso; ao contrário, acredito com todas as forças que tal capacidade é inerentemente humana, a exemplo de qualquer outro tipo de potencial artístico. Ocorre, porém, que produzir literatura não é fácil. Exige estudo. Exige prática. É trabalhoso. É cansativo. Nos arranca suor e lágrimas. Demanda enorme investimento de tempo e energia. Diante disso, cada um é que dirá, com a própria boca: “Sim, produzir literatura é para mim”; ou então: “Não, produzir literatura não é para mim.”

Sendo assim, cada um é que decidirá, por si mesmo, se está disposto ou não a pagar o preço, se está disposto ou não a aprender, se está disposto ou não a realizar os esforços necessários. Haverá quem decida por se empenhar e haverá quem decida por desistir, ambas as opções sendo legítimas. O que não é legítimo é o en-

godo. O que não é legítimo é evitar o caminho massacrante que leva da incompreensão à compreensão, e daí ao domínio prático, para apresentar-se como sabedor daquilo que, em verdade, não sabe. O que não é legítimo é querer enfiar goela abaixo dos outros como literatura aquilo que demonstravelmente não o é, acusando de preconceito aqueles que se recusam a engolir.

Digo tudo isso em diálogo com outra afirmação de Bernardini em sua entrevista à *Folha*, que repito aqui: “Não se pode dar o mérito antes das condições.” Perfeito: de fato, não se pode fazer as coisas dessa maneira. É bem verdade que a nossa sociedade tem mantido enormes parcelas da população sem acesso à educação de qualidade; nem mesmo no intuito de desfazer uma injustiça como essa, entretanto, contrataríamos para matemático alguém que infelizmente não teve a oportunidade de aprender que 2 mais 2 são 4. Por que, então, aceitamos como autores de literatura escritores que claramente não têm a menor ideia do que fazem ao despejar palavras em uma folha em branco?

Sempre fui e sempre serei a favor da popularização da literatura, mas popularizá-la não é sinônimo de banalizá-la, não é sinônimo de desrespeitá-la, não é sinônimo de tratá-la como atividade trivial, possível de se realizar sem esforço, sem conhecimento, sem técnica, sem cuidado. Se anseio pela popularização da literatura, como de fato anseio, creio que isso só seja possível através do caminho indicado pela professora: primeiro, precisamos estabelecer condições favoráveis, para que depois os méritos surjam como efeito; inverter essa ordem em nada poderia contribuir para a saúde do meio literário, como de fato já se observou que não contribui.

Lembro-me agora de uma história real, envolvendo um par de amigos queridos: um deles escritor de prosas, e o outro, de poemas. Um dia andavam os dois por São Paulo, até que adentraram uma biblioteca pública. O prosador, então, apontou para o setor onde ficavam os clássicos de todos os tempos da poesia mundial e disse, à guisa de incentivo: “Um dia os teus livros de poemas poderão estar aí.” Ao que o poeta respondeu, como quem recusa uma oferta desagradável: “Ah, não, não, escrever esse tipo de coisa dá muito trabalho.” Quem me contou o caso foi o prosador, desconcertado com a lembrança, mesmo tempos depois do encontro. Eu compartilho até hoje do seu desconcerto. Ao que parece, o poeta optava por produzir um suposto tipo de literatura que não dá trabalho – coisa cuja inexistência me empenho em denunciar ao longo deste texto. O que, no entanto, o teria levado a crer em tão descabida possibilidade, se não justamente a desvalorização hodierna dos aspectos formais da produção literária? Por acaso não seria razoável supor que, na cabeça do querido amigo, bastaria, para produzir literatura, ter algo a dizer, um conteúdo

VENDA - COMPRA - TROCA

Fifo discs

LP, CD E K7

NOVOS E USADOS

MPB - SAMBA - JAZZ - ROCK - REGGAE

RUA 14 DE DEZEMBRO, 292, CAMPINAS-SP

@FIFODISCOS

FIFODISCOS@GMAIL.COM

Selas de cavalo

Cida da Selaria Ascot

Selas sob encomenda, dos tipos australiana, para adestramento, saltos e também selas especiais para os Luzitanos.

Também especializada em roupas para montaria

Rua Visconde de Taunay, 479 – Vila Cruzeiro

Santo Amaro/SP

Tel: (11) 5641 8409

Pra quê marido?

Chega de favores... você precisa, nós fazemos!

Pequenos reparos, parte elétrica e hidráulica com profissionais técnicos uniformizados.

Após uma visita de diagnóstico pelo supervisor técnico, fazemos um orçamento. Nota fiscal e garantia.

Atendemos em toda a Grande São Paulo.

(11) 3049-0050

www.praquemarido.com.br

Banco de Leite Materno

RECEBEMOS DOAÇÕES DE LEITE MATERNO, DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA BEBÊS EM UTIS NEONATAIS.

TAMBÉM ORIENTAMOS MÃES COM DIFICULDADES DE AMAMENTAR.

APOIAMOS A AMAMENTAÇÃO E NECESSITAMOS DE LEITE MATERNO PARA BEBÊS INTERNADOS EM UTIS NEONATAIS.

BANCO DE LEITE MATERNO

Instituto Fernandes Figueira

Av. Rui Barbosa, 716 – Flamengo

Tels (21) 2554-1703 / 2554-1943

Rio de Janeiro / RJ

www.redeblh.fiocruz.br

COMIDA CASEIRA DO SERTÃO

CARNE DE SOL [NA CHAPA, NA NATA E FEITO PAÇOCA] - ARROZ DE LEITE - FEIJÃO DE CORDA - CUSCUZ EM FLOCOS - MACAXEIRA COZIDA - PIRÃO DE QUEIJO - CAJUÍNA - DOCES - COMPOSTAS - QUEBRA-QUEIXO - MANTEIGA DE GARRAFA - MELADO DE CANA E UMA BODEGA - CHEINHA DE DELÍCIAS NORDESTINAS

RUA ARRUDA ALVIM, 187

ACEITAMOS DÉBITO, CRÉDITO, SODEXO E ALELO

SEG. A SEX., 12H - 15H | SÁB.: 12H - 16H, [11] 2649-3812

JESUÍNO BRILHANTE



a transmitir, uma comunidade historicamente marginalizada a representar?

Tudo isso que estou dizendo aqui é fartamente discutido no meio literário, ainda que à boca miúda. E, quando eu próprio participo de conversas assim, com frequência pego-me obrigado a explicar que de modo algum me oponho a que se escreva e se publique mais e mais, conforme felizmente vem acontecendo. Ao contrário, tudo o que mais quero é que todos, independentemente de dominarem ou não os aspectos formais da literatura, tenham o direito de pôr o seu livro no mundo, em especial pessoas pertencentes a minorias historicamente marginalizadas, como é o meu caso. Não se trata, portanto, de proibir a escrita ou a publicação por parte de quem quer que seja, e, para ilustrar o meu ponto, recorro sempre a uma mesma metáfora. Uma pessoa pode, se quiser, brincar de jogar futebol às escondidas, entre quatro paredes, longe das vistas alheias: isso equivale a escrever textos e mantê-los para sempre engavetados, sem jamais convidar ninguém a lê-los. Essa pessoa também pode, caso seja do seu interesse, participar de peladas no campo de futebol da esquina ou até mesmo dos campeonatos de várzea da região, assim submetendo o seu desempenho ao olhar da plateia: isso já equivale à publicação de textos, ou seja, ao ato de pô-los à vista de todo e qualquer interessado, para além de simplesmente escrevê-los.

Digamos, porém, que essa pessoa queira disputar a Copa Libertadores da América, queira uma convocação para a Seleção Brasileira, queira um Prêmio Bola de Ouro, queira, enfim, atuar como atleta profissional do futebol. Isso

implica treinar praticamente todos os dias, por horas e horas a fio, faça sol ou faça chuva, faça frio ou faça calor; implica conhecimento rigoroso das regras do esporte, dedicação a planos táticos, viagens frequentes, submissão inegociável a alimentação adequada, exaustão física absoluta nos dias de jogos, lesões, dores musculares e, em muitos casos, procedimentos cirúrgicos; implica toda uma série interminável de coisas que distinguiriam por completo essa pessoa de uma outra que pratique futebol amador – e tal distinção não significa, de modo algum, proibir ou constranger o amadorismo. Ao contrário, o amador é muito mais livre, porque pode dedicar-se à prática do futebol e às vezes até ganhar algum dinheiro com isso sem ter que enfrentar a pressão exercida pelo fanatismo de milhões de torcedores, sem ter que ver os seus equívocos duramente criticados por jornalistas esportivos em programas televisivos que muitas vezes alcançam públicos massivos em todos os continentes, sem ter que passar o resto da vida sem conseguir dormir direito por ter tido responsabilidade direta em uma derrota importante que será discutida por décadas em cada canto do país, enfim, sem ter que lidar com uma longa lista de infortúnios a que está sujeito o profissional. No meio literário, contudo, a cada dia parece mais difícil apontar a fronteira entre amadorismo e profissionalismo, entre analfabetismo formal e domínio formal, entre trabalhos ruins e trabalhos bons, sem que isso provoque uma desnecessária avalanche de mágoas, rapidamente convertida em discursos de ódio nas redes sociais; não é à toa que a figura do crítico, de quem se esperaria distinções dessa natureza, esteja à beira da extinção.

Tem havido, aliás, uma sintomática troca de papéis entre público e crítica. Porque, em meio a tanta confusão, os escritores inaptos à produção literária não são os únicos impostores: há também os leitores disfarçados de especialistas. Ora, o leitor está para o livro assim como o passageiro de um voo está para a aeronave: após a viagem, este pode alegar desconforto ou mau atendimento, pode queixar-se da comida, pode deixar reclamações em uma caixa de comentários adequada, pode até optar por jamais voar com a mesma companhia aérea outra vez, mas não lhe cabe discutir qual teria sido o melhor momento para baixar o trem de pouso ou empurrar o manche, porque para isso seria necessária qualificação específica. Analogamente, o leitor tem todo o direito de emitir as suas opiniões como bem entender, de recomendar ou não a leitura de um livro, contanto que não confunda a manifestação das suas impressões pessoais com a observação objetiva a atributos técnicos própria do crítico.

E o crítico, coitado, o que dizer dele? A cada dia mais intimidado por hordas de fãs agressivos que fazem das redes sociais uma ferramenta de linchamento, vai perdendo a coragem de falar a verdade sobre livros tenebrosos que conseguem a proeza de tornarem-se fenômenos de venda. O resultado de tudo isso é o público atuando como crítica, e vice-versa, numa inversão de papéis que pode parecer inofensiva num primeiro momento, mas não é; trata-se, isto sim, de engrenagem central no círculo vicioso demeritocrático a que temos assistido calados: um mau trabalho eventualmente vende muito; os consumidores desse mau trabalho não entendem nada de literatura e por isso o apreciam e até viram fãs dele; um crítico ou outro tenta revelar as fragilidades do mau trabalho, mas termina achincalhado nas redes sociais pelos fãs já disfarçados de especialistas; então, outros críticos ficam com medo disso e decidem amplificar os elogios dos fãs em jornais de grande circulação; aí novos consumidores tomam conhecimento daquele mau trabalho sem a informação de que é um trabalho ruim e optam por adquiri-lo; e então o processo se repete com esses novos consumidores.

Aqui aproveito para fazer uso de uma frase que sempre quis empregar em algum lugar: não dá para culpar o padeiro quando o açougueiro se mete a assar o pão. Público é público; crítica é crítica. Público fala se gostou ou se não gostou e expressa impressões pessoais; crítica revela o que é bom e o que não é baseado na observação objetiva de qualidades ou defeitos técnicos, de preferência sem ter uma faca no seu pescoço. Às vezes um crítico se equivoca, claro; além disso, mesmo quando acerta, ninguém é obrigado a comprar e ler um livro avaliado como literariamente bom, do mesmo modo que ninguém é proibido de comprá-lo e lê-lo quando avaliado como

literariamente ruim, não havendo, portanto, motivo algum para pânico.

Muitas são as vozes do nosso tempo a entoar o refrão de que o elitismo no meio literário seria a única fonte de atrito possível entre público e crítica. Tais vozes em geral dão a entender que só um livro de fato bom pode vender muito e se tornar popular, de modo que desgostar desse livro seria necessariamente sintoma de elitismo, isto é, sintoma de desprezo não pelo livro em si, mas pelas camadas populares em cujas graças caiu. Não dá para negar o amplo fundamento a partir do qual é possível chegar a conclusão semelhante; que o diga Pierre Bourdieu, autor de *A distinção: crítica social do julgamento*, trabalho impressionante exclusivamente dedicado a demonstrar que fenômenos assim não só acontecem como parecem ser mesmo a regra em nossa sociedade.

Contudo, se por um lado pode-se usar de amplo fundamento para identificar elitismo real no meio literário, por outro também é possível nutrir falsas noções de elitismo a partir da reprodução de discursos vazios. Ora, o papel da crítica e o papel do público são antagônicos por natureza; a discordância entre este e aquela não representa necessariamente sintoma de elitismo; ao contrário, pode ser indicativo de um meio literário sadio, maduro, profissionalizado. Caso bastasse olhar as listas dos livros mais vendidos para conhecer os melhores, jamais teria surgido a crítica, para início de conversa; o papel dela é justamente oferecer contraponto ao gosto popular sempre que necessário.

Quanto a esse nobre papel, inclusive, tenho ainda um par de considerações. A primeira delas é que não precisamos, nem devemos, ter a análise de um crítico como infalível só por ser ele um crítico. Se iniciei este ensaio falando sobre *argumentum ad hominem*, lembro agora um conceito oposto e complementar: o *argumentum ad verecundiam* (argumento de autoridade). Assim como é falaciosa a tentativa de desqualificar um argumento atacando a pessoa que o apresentou, também constitui falácia a tentativa de validá-lo só porque foi apresentado por uma figura de autoridade. Felizmente, tanto *argumentum ad hominem* quanto *argumentum ad verecundiam* são armadilhas das quais podemos escapar com um mesmo cuidado simples: ater-se de todo ao argumento apresentado, desconsiderando por completo a figura que o apresentou. Não foi à toa que usei o verbo “revelar” quando disse que a crítica *revela* o que é bom e o que não é: uma análise literária séria e bem-feita não consiste em “inventar verdades” nas quais todos devemos acreditar por causa da autoridade do inventor, mas em demonstrar verdades preexistentes e verificáveis, ou seja, atributos positivos ou negativos que de fato já estavam no livro analisado antes mesmo da análise e podem ser encontrados lá por qualquer um, mesmo um leigo, com o auxílio da crítica.

Já a minha segunda consideração quanto ao papel da crítica diz respeito a algo que lhe é tão prejudicial quanto os leitores disfarçados de especialistas: o conflito de interesses em que muitos profissionais da área se veem implicados. Se não dá para culpar o padeiro quando o açougueiro se mete a assar o pão, talvez seja o caso de culpá-lo quando ele deixa de assar o pão porque prefere empenhar-se noutro sentido. Tirando os profissionais das letras que já estão com a vida ganha e, portanto, não têm rabo preso, por assim dizer – como aliás é o caso de Bernardini, professora aposentada da maior universidade do país –, o que sobra é um mar de gente batilhando pelo seu lugar ao Sol; gente que não quer se tornar inimiga de uma Companhia das Letras da vida; gente que quer ser convidada para uma Flip da vida; gente que não quer perder o emprego no caderno cultural de um *O Globo* da vida; gente que quer compor o comitê julgador de um Jabuti da vida; gente que, por conta de tudo isso, acaba tirando o pé da dividida e produzindo, em vez de críticas autênticas, tímidas colunas de opinião ou mesmo desavergonhadas peças publicitárias.

E agora chego à afirmação da professora Aurora Bernardini que talvez tenha sido a mais polêmica de todas: a de que *Torto arado*, de Itamar Vieira Junior, não seria uma obra literária por faltar-lhe estilo particular. Quando argumentei sobre a impossibilidade de a literatura surgir do conteúdo sem qualquer trabalho de forma, trouxe, para ilustrar o meu ponto, a imagem da bula de remédio e a do manual de instruções, que voltam a ser úteis aqui: quem, em sã consciência e falando sério, compararia o romance de Vieira Junior a uma bula ou a um manual? Recuso-me a crer que uma profissional experiente como Bernardini, com décadas dedicadas às letras, seja capaz de tamanho equívoco; a professora, no entanto, de fato traz *Torto arado* como primeiríssimo exemplo do que não seria literatura, restando a nós apenas a possibilidade de interpretar tal afirmação para além do seu significado imediato e literal, ou seja, especular. E isto, afinal de contas, é o que todos têm feito em torno do assunto: especulação.

Vale lembrar que Bernardini respondeu a uma entrevista, cuja versão definitiva trazida a público contém afirmações curtas e diretas; não era um artigo amplo e profundo sobre o romance de Vieira Junior, onde a professora por certo teria a oportunidade de desenvolver os porquês das suas conclusões, poupando a todos nós do trabalho de imaginá-los. Se tudo o que nos resta, porém, é conjecturar, de minha parte prefiro fazê-lo com cautela. Sugerir que a explicação por trás da afirmação de Bernardini seja racismo, por exemplo, constitui gravíssima acusação, que ademais não pode ser comprovada de nenhuma maneira, o que configura

calúnia. Na entrevista, inclusive, a professora compara Vieira Junior a Umberto Eco, estendendo a *O nome da rosa* um olhar crítico semelhante àquele direcionado a *Torto arado*, o que enfraquece a tese de racismo por parte da professora, já que o autor italiano era branco.

Não havendo tampouco qualquer possibilidade de inferir elitismo no que disse Bernardini, pelo menos não a meu ver, limito-me a acreditar na hipótese de hipérbole, de força de expressão, de exagero da significação, a exemplo de quando dizemos que estamos mortos. Ora, como acontece com quase tudo, a condição de literário não é de modo algum binária; em outras palavras, tal condição não é como um interruptor de luz que ou está ligado ou não está. Em vez disso, há um imenso espectro entre o que é totalmente desprovido de condição literária, como a bula e o manual, e o que é totalmente provido de tal condição, como o livro literário perfeito que ninguém jamais escreveu nem jamais escreverá. Nessa ampla distribuição de quantidades abstratas, dispostas segundo a sua magnitude, a professora, ao que tudo indica, vê o romance de Vieira Junior posicionado num ponto que não satisfaz o seu rigor formal em particular, situação que pode ser expressa por meio de uma hipérbole, bastando, para isso, uma afirmação como a que Bernardini fez: *Torto arado* não é literatura. Sei que essa minha interpretação não chega a ser lá muito emocionante, mas é o melhor que posso fazer sem base material; e a partir de tal interpretação, francamente, não me sinto inclinado a sacar a minha tocha e conduzir a professora à fogueira.

Por outro lado, se na minha avaliação não cabe acusar Bernardini de racismo ou elitismo, acho bastante possível classificá-la como conservadora, pelo menos no que diz respeito aos aspectos formais da literatura. Por razões que não vêm ao caso discutir aqui, hoje viceja, sobretudo nos setores progressistas da sociedade, a noção de que todo e qualquer tipo de conservadorismo seja necessariamente negativo, o que não pode ser verdade, já que nem toda mudança é necessariamente positiva.

O professor Luís Augusto Fischer observa que concepções formais, sobretudo as romancescas, sempre transformaram-se através dos tempos, não sendo incomum que tais transformações se deem justamente como resultado natural da aparição de novos tipos de conteúdo, trazidos para o seio da produção literária através da inclusão de minorias antes apartadas dali; a pista mais poderosa que Fischer oferece nesse sentido é um traço recorrente no romance contemporâneo: os “muitos personagens se alternando no centro de interesse dos relatos”. Ora, se a tradição romanesca anterior, “que punha em destaque um protagonista e poucos outros em torno dele”, tinha a ver com o caráter decididamente individualista da classe confortável a que pertenciam aqueles que desenvolveram e consolidaram o

estilo, é razoável supor que o divórcio do romance contemporâneo com tal abordagem tenha a ver com a experiência social muito mais comunitária por parte de romancistas que vieram a participar da produção literária apenas nas últimas décadas. Eis aí o caminho já manjado pelo qual a experimentação no campo da forma costuma triunfar (porque não é sempre que triunfa, longe disso): quando nasce não de vão capricho, nem da infantilidade de querer “aparecer para as visitas”, como se diz no Sul do Brasil, mas da necessidade prática de alcançar o que era inalcançável com o ferramental estético então disponível. Dessa perspectiva, não obstante, é perfeitamente possível que um espírito mais afeito à tradição do que à inovação, como me parece ser o de Bernardini, torça o nariz, por exemplo, para um fenômeno como o destacado por Fischer; isso, de qualquer modo, nada tem a ver com racismo ou elitismo, e sim com concepção formal, âmbito onde ainda nos resta um pouco de liberdade intelectual. Ainda.

Por fim, faço questão de comentar que o risco de uma pessoa formular críticas a um meio do qual participa, como faço aqui, é o de que veja a si mesma como exceção, ou assim seja vista pelos outros. Quero deixar bastante claro que me esforço para não cometer esse equívoco, e gostaria muito que os eventuais leitores deste ensaio também

se esforcem no mesmo sentido. Quando escrevi um posfácio para a edição recente de *O cortiço* (1890) publicada pela Antofágica, argumentei que, “enquanto produto do seu tempo e do seu lugar, o romance de Azevedo não pode, à maneira de sagrada exceção, descolar-se das circunstâncias problemáticas que ele próprio termina por denunciar”.

O mesmo vale para mim e para os meus textos, naturalmente, de modo que este ensaio não deixa de ser uma autocrítica. Se me dei ao trabalho de aproveitar a treta para escrever tudo isso, porém, é porque, parafraseando Darcy Ribeiro, me dói o meio literário brasileiro que é, uma vez que tenho tão nítido o que pode ser e há de ser: um meio literário sadio, maduro, profissionalizado e sobretudo amplamente inclusivo, não só no que diz respeito ao conteúdo, não só no que diz respeito às histórias que as minorias têm a contar, mas também, e principalmente, no que diz respeito ao pleno domínio técnico e formal – um direito que nos é negado desde sempre, antes pela proibição explícita de acesso ao conhecimento, hoje pelo discurso capcioso de que a técnica e a forma não são importantes para a produção literária.

Estou absolutamente convencido do potencial de todos nós. Podemos, sim, fazer melhor. E, mais do que isso, temos *direito* às condições que nos permitam fazer melhor. ☺















leve o MAM com você, onde estiver

museu de arte moderna de são paulo
mam.org.br
@mamsaopaulo

PERFIL DE SANTA CLARA

Ela pronunciou baixinho a oração de todos os dias

LILIA GUERRA

— **A** pure, seu Espiguinha! Calças e camisas de homem no meio das roupas dela. Como é que pode, se mora sozinha? A abusada empata o tanque, os varais e gasta a água que já é pouca, lavando roupa de freguesia. Ganha dinheiro à nossa custa. Não está direito! Não está direito!

Diante de queixa tão eloquente, Espiguinha não teve alternativa, senão admoestar a acusada, o que lhe causou evidente desconforto. Procurou fazê-lo em público, para que a denunciante se sentisse vingada. Bateu palmas junto à porta do barracão. Quando Dindier veio atender, ele falou baixo e não aplicou energia alguma nas palavras.

— Eu soube que a senhorita anda lavando a ganho nos tanques. Não quero ter que embutir uma multa à sua mensalidade, mas, sabe como é... os outros inquilinos reclamam e tenho que tomar providências.

Sem demonstrar surpresa, entre uma espreguiçada e um bocejo, Dindier respondeu em seu tom sereno habitual:

— Bom dia, seu Espiguinha! Me explique melhor, quem é que reclama? Dona Inglesa, que tem oito filhos e passa mais tempo no tanque do que qualquer outro morador, gasta mais água do que todos nós juntos e não deixa espaço nas cordas pra ninguém?

Temendo dizer qualquer coisa que fermentasse a massa de argumentos sova-da por Dindier, Espiguinha mastigou as palavras antes de cuspi-las. Dona Inglesa, sempre à espreita, invadiu a discussão. Outras mulheres se achegaram dando palpites até que o senhorio, como de costume, se tornou o alvo principal das acusações. Doralice trouxe a pauta principal:

— E o novo banheiro que o senhor ficou de mandar construir? Não tem cabimento que só exista uma cabine para atender a todos. Meu marido dorme no emprego por receio de se atrasar pela manhã, tendo que esperar tanta gente fazer a toalete.

Os olhos do Espiguinha amiudaram e o protesto ganhou volume:

— Principalmente a gente de dona Inglesa! Se demoram ali feito noivas, queimam fusíveis e resistências. Ando esquentando água no canecão para banhos de bacia. Assim, se vai um botijão de gás em quinze dias...

Dona Inglesa rebateu:

— Essa aí que enche a boca pra dizer “meu marido” não passa de uma palerma. O sem-vergonha tem um caso em cada esquina. Usa essa desculpa para ter as noites livres. E a idiota acredita.

Explodiram xingamentos e desabaços.

— E a cobertura que o senhor prometeu para o ano passado? Desde que o telheirozinho despencou por falta de ma-

nutenção, não temos onde estender nossas roupas quando chove!

Por sua vontade, ele espantaria o mulherio como se faz com um bando de pombos inconvenientes.

— Pois! Não se apoquentem, mada-mes. Já está tudo tratado, acreditem! Na semana que vem...

O manjado refrão as atingiu em cheio. Doralice o arremedou:

— Na semana que vem, na semana que vem... Parece até relógio de repetição!

Espiguinha sentiu a ardência subir do nariz aos olhos. Girou os pés calçados em botinas em direção ao seu pátio. Quando os locatários reivindicavam melhorias, ele se esquivava com a urgência de uma tempestade.

— Me desculpem, mas tenho um compromisso e estou atrasado. Na semana que vem...

A pequena revolução serviu para despertar o dia, que começara sonolento. Todos dispersaram. As portas das tocas se mantinham escancaradas. Sons e aromas escapavam e se tornavam públicos. Um rádio foi ligado e reproduziu um samba triste. Dona Inglesa ralhava com o garoto mais velho que, distraído com a discussão, não escorrera a água da panela onde boiavam pedaços de mandioca cozida, como ela ordenara antes de sair para a contenda.

— Apure, desligado! O quilo todo está perdido! Deus permita que ainda preste

para caldo e olhe lá! É preciso tirar os bocados assim que o fogo se apaga ou ficam pubas! Eu já ensinei! Já ensinei!

Tudo era muito importante. A chorradeira do bebê de Catarina, com os dentinhos apontando. O perfume do café forte coado por seu Ênio pipoqueiro. O toque do martelo de dona Ingrácia, que torturava o único bife na tábua. Além de fazer render, a surra tinha a missão de amaciar a carne, quase sempre, de segunda. Dindier rumou para o quintal dos fundos onde as frutíferas, as mais antigas moradoras do cortiço, pareciam solicitar detalhes sobre a desavença dominical, corriqueira, mas do interesse de todos. Se pudessem, a teriam acompanhado. Se falassem, a teriam defendido. Mas, como nada disso era possível, ofereceram sombra e silêncio. Quase lhe sorria o mangueirão de corações-de-boi, de cujos frutos toda a gente se fartava, quando verdes com pitadas de sal, ou maduros, como saíam do pé. O abacateiro parecia envergonhado pela escassez de frutos. Ao contrário da pitangueira, que apresentava orgulhosa a safra de suculentas escuras e muito doces e da laranjeira-anã, carregada de dar gosto. Dindier os conhecia desde que era uma criança. Nasceu no cortiço, amparada pelas mãos de siá Balbina Parteira, que morava na maloca concorrente da rua de cima, demolida pelo progresso para proporcionar



Prece: as mulheres da vila costumavam depositar ovos sobre os muros, pedindo bom tempo à santa, mas as oferendas desapareciam com frequência, o que suscitava brigas e acusações



alívio à avenida. O pai de Dindier empregara sabedoria ancestral naquele chão, que não lhe pertencia formalmente. Investira muito tempo adubando e podando as árvores, rezando para que frutificassem. Benzina as plantas. As bendizia. E elas pareciam retribuir.

Vitorino. Com a companheira Léia, viajou desgostoso do interior para a capital. Não deixaria a pequena cidade onde nascera se nela tivesse o direito de tomar um quadrado de chão onde pudesse existir. Mas todo o chão tinha dono. Toda a terra tinha cerca. O sítio onde servia fora vendido. O antigo patrão permitia aos empregados o cultivo de hortas para consumo e a ocupação de choupanas. O novo dono estabeleceu suas regras. Tudo o que era produzido na propriedade deveria ser levado ao celeiro e comercializado no armazém interno. Também instituiu uma cobrança de pagamento mensal pela estadia. Os valores seriam descontados dos salários. A novidade o magoou e então preferiu se retirar. No povoado, passou a prestar serviços na construção civil. Mas era custoso se manter, contando com trabalhos eventuais.

Numa ocasião, um cidadão que visitava o arraial notou as reformas empreendidas no prédio onde funcionava o cartório de registros. Encantado com o arremate, solicitou que o tabelião o apresentasse ao encarregado responsável. Tratava-se de Pedro Vitorino. O forasteiro, Antônio Espigão, fez uma proposta. Se encontrava em delicada situação financeira, mas herdara um largo terreno que arquitetava transformar em uma vila de cubículos. Vitorino pareceu-lhe a pessoa ideal para encabeçar o desenvolvimento do projeto. Espigão acumulara material suficiente para o arranque, mas não dispunha de

recursos para investir em mão de obra. Oferecia como salário moradia livre de cobranças enquanto durasse a missão. Os valores que se referissem ao acerto pelo labor seriam registrados em uma caderneta. Quando a importância estabelecida fosse alcançada, uma pequena extensão da propriedade seria desmembrada e transferida de papel passado ao empreiteiro, como pagamento pelos serviços prestados. Vitorino acalentou a esperança adocicada, que camuflava o amargor da injustiça. A possibilidade de adquirir um pedaço de mundo de acordo com as leis estabelecidas o impulsionou.

Esponaneamente designado Mestre, ocupou com Léia um barracão fincado num espaço fértil, rodeado por bananeiras, onde também cresciam o pé de manga e o abacateiro nos confins do terreno. As outras árvores chegaram com o tempo. Assim como Dindier. Única filha gerada durante o longo casamento.

Léia produzia parte da renda com a lavagem a ganho. Mestre dividia seu tempo trabalhando na concepção do complexo e em outros empenhos. Mas as tarefas eram sempre classificadas de biscates, apesar da exigência de que fossem realizadas com rigor profissional. Ele aceitava os pagamentos mesquinhos, acreditando não merecer mais do que um auxílio em troca dos serviços. Não conhecia as letras, alegavam os exploradores. Se não tinha estudo ou qualificação, não podia exigir. Era o que diziam os que procuravam desfrutar de sua capacidade e competência, sem desembolsar justa remuneração. Restava se despedaçar em troca de migalhas. E ainda agradecer por isso. Sem nenhum direito ou amparo.

Manteve-se à entrada da vila a residência do pretenso senhorio, num sa-

guão avarandado. Dispunha de banheiro exclusivo, despensa, área para serviços e jardim. Espigão se instalou com a família, composta pela esposa e um casal de filhos, uma mocinha pela qual tinha adoração e o rapaz que de tão parecido com o pai fora apelidado Espiguinha. O pátio contíguo, o das tocas, foi equipado com tanques e um sanitário coletivo. Logo abrolharam corredores adornados com canos e emaranhados de fio. Surgiram caixas d'água, centrais de fusíveis. E novos e numerosos habitantes.

Mestre persistiu pelos anos realizando as adequações idealizadas por Espigão, que declarava ainda não ter sido atingida a soma que resultaria na coroação do acordo firmado. Seu corpo encolhia, afetado pelo peso excessivo que transportava. As mãos entortavam. Mas Espigão abandonou a vida, num repente, desgostoso com a perda precoce da filha, vitimada por uma doença incurável. Quando isso aconteceu, já era viúvo, assim como Mestre. Espiguinha, assumiu a administração do cortiço. Dindier seguiu o ofício da lavagem e cuidou do pai até que ele também se despediu, amargurado por nunca ter obtido notícias sobre a tal caderneta. Concluiu que ela, na verdade, nunca havia existido. Envergonhado por compreender que fora enganado, jamais comentou com alguém sobre o acordo.

Dindier se sentou no banco fincado por seu Carolino, um que angariava caraminguás em troca de vigiar a rouparia nas cordas, evitando furtos e confusões. Seu Carol se apresentava na primeira hora da manhã, fiscalizando quem estendia o que e onde. Não havia maneira de uma peça ser retirada por alguém que não a tivesse estendido, nem de um gatuno surrupiar um par de meias enquanto ele estivesse no observatório. Só abandonava o posto pelas seis da noite, quando tudo já havia sido recolhido. Recebia o cascalho em esquema de coleta às sextas-feiras e se mandava para a quadra da escola de samba, retornando somente na segunda, pleno de boemia.

Os varais estavam livres. Ninguém lavava aos domingos. Ela refletiu sobre a enorme carga de tarefas que logo lhe sobreviria. Em meados da primavera, as senhoras de mansões e sobrados vasculhavam os baús, selecionando itens para integrar os enxovais de verão. Colchas tecidas com pontos largos, fronhas e lençóis em cores claras, forros de algodãozinho, xales leves... Peças que se ausentavam do uso quando os pesados cobertores eram escalados para o serviço nos meses frios. Para se reintegrarem, precisavam passar por um minucioso processo de higienização, que as livrasse do cheiro incômodo de guardado, dos berços de inseto arraigados nos vãos das tramas, e das manchas contraídas durante a clausura. As estações apresentavam comportamento constante, de modo que era possível fazer planos e arrumações. Nos outubros, as manhãs nasciam

quase sempre quentes. Ela pronunciou baixinho a oração de todos os dias:

– Santa Clara, traga Sol, pra secar o meu lençol!

As mulheres da vila costumavam depositar ovos sobre os muros, propondo acordos à Santa Clara em troca de bom tempo. Mas as oferendas desapareciam com frequência, o que suscitava brigas e acusações. Dona Inglesa jurava que escorraçaria o ladrão quando o flagrasse e levantava suspeitas que nunca incluíam os seus próprios filhos. Cobrava informações de seu Carol, que retrucava: ou bem vigiava as peças ou bem observava os ovos.

Espiguinha retornou, se esgueirando por uma passagem pouco utilizada. Procurava evitar novos confrontos. Se achegou simulando admirar as mangas, que pendiam como pingentes. Pigarreou e esfregou as botas no gramado. Se dirigiu à Dindier. Admirava-se por ela ainda não ter arranjado companhia, bonita como era, beirando os 30 anos.

– Eu não queria te aborrecer, Din. É que, a dona Inglesa... Você sabe...

Ela o encarou com uma ternura filial e procurou retirá-lo da situação embaraçosa.

– Não se preocupe. Há quanto tempo as mesmas cenas se repetem? Mas cá pra nós: a vila está mesmo caindo aos pedaços. O velho Espigão, de onde estiver, não deve aprovar o seu governo.

– Mas eu disse a verdade. Na semana que vem...

– Hum. As obras para a melhoria vão começar? Tá bom...

– É que... seu pai faz muita falta por aqui.

– Eu sei. E como sei. Todos eles fazem.

Dindier procurou encerrar a conversa.

– Olha, no final da quinzena, já terei o valor para o pagamento do aluguel. Passe no barracão para receber.

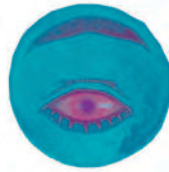
– Pela minha vontade, eu não cobraria nada de você. Mas meu filho checa os recibos. Eu não poderia explicar a lacuna.

– Sou muito agradecida pelo senhor permitir que eu continue morando no cômodo depois da morte de meus pais, sem formalizar nenhum contrato.

– Imagine. Enquanto eu estiver no comando, você pode ficar sossegada. Sempre haverá uma maneira de contornar as dificuldades.

A manhã passava depressa e Dindier se despediu. Em seu pátio, o domingo acontecia. Amenina Quitéria o enfeitava, exposta ao Sol com a manta xadrez sobre as pernas, compenetrada na leitura de um romance, espantando eternamente as sequelas de um resfriado mal curado. Bilu, o neto de dona Mirtes doceira, preparava uma pipa para ganhar as alturas.

Espiguinha acendeu um cigarro, retirou uma caderneta do bolso da camisa e a folheou, lembrando as recomendações feitas por seu pai, pouco antes de morrer. Analisou novamente o céu sem nuvens pensando que Santa Clara também não era dada a acordos. Com ou sem ovos o céu se tornava azul ou nublava. Como tinha que ser. ★



BELEROFONTE

*Devorando seu próprio coração e evitando
as veredas humanas²
vagueava, só, do começo ao fim
do fim.
E errava
pela planície de Aleia,
pela várzea do Capibaribe
pelas memórias por vir
sem errada.*

DEATH, BE NOT PROUD³

Quando eu tiver condições
não vou deixar ninguém morrer
nem o último dos homens.
É o que ordena fazer
o clamor da fé
daqueles ortodoxos bizantinos:
*Ao dizer eu te amo, estarás dizendo:
não morrerás jamais!*

MEUS MORTOS

Uma galeria,
não uma feira organizada de pedra
ao relento da noite, ao sopro
do nada.
Figuras silentes
em eterna tocaia
assaltando por simples vontade
meu peito e memória,
do nada.
Comigo a sós,
*eram a carne viva do granito bruto
uma imobilidade feita de inquietude.⁴*

² Versos da *Ilíada*, em tradução de Frederico Lourenço.

³ *Morte, não se orgulhe*, verso de John Donne, do poema *Holy Sonnet 10*.

⁴ *C'était de la chair vive avec du granit brut, / Une im-*
mobilité faite d'inquiétude, versos de Victor Hugo em *La*
légende des siècles.

A DECISÃO

A decisão é um instante de loucura,
e a indecisão não lhe é distinta:
tão louca quanto o seu contrário
é o hesitar entre
o vazio do medo
e o furor inútil
que se arrastam
em meio ao torpor
onipresente.

ASSIM NA TERRA

*Apenas não viver lhe dava tudo,¹
glosa maldita,
eterna caminhada,
mouco destino
a doer e sempre mudo,
contente em si e no mais,
nada.*

Na terra, nos céus
como nos infernos
o despotismo de uma só paisagem

¹ Verso de Jorge de Sena, do poema *Quem muito viu*.

O RISO DE MINHA MÃE

Nem mesmo a expressão de uma imagem:
uma estocada surda
rastros de um sentido adiado na busca
como se o esquecimento dentro de mim
fosse defeito nato
ou virtude insigne
não decifrada.

PERIGA SER

Uma ausência
horrível no peito
é coisa que exista?
Periga ser,
talvez por não mais esperar
que o sonho plasmasse a dor
e a aflição guardasse sempre
o seu lugar.
Então,
*bem no fundo de meu ser obscuro
lembro-me antigamente do futuro.⁵ ★*

⁵ Versos de Dante Milano, do poema *Momento*.



**O podcast de política da piauí,
com Fernando de Barros e Silva,
Ana Clara Costa e Celso Rocha de Barros.**

Sexta-feira, às 11h,
em todas as plataformas de áudio.

Realização:

**RÁDIO
NOVELO
WMMMMMM**

piauí DONA DO
SEU PRÓPRIO
NARIZ



SALVE, BITUCA

Parabéns à **piauí** pelos 19 anos e sua alentada edição especial com 110 páginas. Nós, leitores, fomos contemplados por um número recorde de matérias, do maior interesse, entre as quais destaque *O julgamento*, da Camille Lichotti, *A grande chantagem*, da Ana Clara Costa, *Universidade à venda*, do Leandro Aguiar, *A estrada*, do Bernardo Esteves e *Pai e filho*, do João Batista Jr.

Como é impossível discorrer sobre todas as reportagens mencionadas, escolhi a que contou a história da adoção de um filho pelo cantor Milton Nascimento e seu atual estado de saúde. É um breve relato biográfico desse músico extraordinário, que encantou toda uma geração com sua arte, cuja transcendência projetou-o internacionalmente, principalmente entre os grandes instrumentistas do jazz. Foi acima de tudo um congregador, pois reunia no seu entorno músicos excepcionais, como o legendário Clube da Esquina.

Na questão da paternidade, a matéria esclareceu algo que sempre deve ter intrigado aqueles que acompanharam sua carreira musical, pois no lançamento do álbum *Milagre dos peixes*, havia uma composição denominada *Pablo*, em homenagem ao filho recém-nascido. Inclusive a capa que encarta o disco, totalmente diferente, mostra uma mão amparando um bebê. E depois houve silêncio total sobre o assunto. Agora é revelado o motivo do afastamento do filho que ele assumira de um relacionamento passado, devido a intimidações recebidas.

Só resta lamentar seu estado atual, algo terrível para qualquer pessoa, principalmente para esse grande ídolo, que ao menos pode contar com o carinho e os cuidados do filho adotado.

DIRCEU LUIZ NATAL_RIO DE JANEIRO/RJ

GAZA

É curioso que a tradução do artigo *A measure of things human* tenha se trans-

formado em *Quem seremos depois de Gaza?* (artigo publicado no site da **piauí**, em 14 de outubro de 2025) Por que não “*Quem serão os israelenses depois de Gaza?*”, ou “*Quem serão os palestinos depois de Gaza?*”. O “nós” universal escolhido pela tradutora, esse “quem seremos”, revela mais do que parece: mostra como grande parte do debate sobre a guerra em Gaza, especialmente no Ocidente, foi conduzido a partir da perspectiva de quem nada tem a ver com o conflito. Ignora-se deliberadamente a experiência traumática de uma das partes envolvidas e o ataque bárbaro que deflagrou a guerra, tudo em nome de um propósito narcisista de virtude moral.

Essa postura não é nova. Ela repete o modo como muitos não judeus tratam o Holocausto.

Dara Horn, em *People love dead jews*, observa com precisão que o Holocausto sempre foi usado por não judeus como uma maneira de se sentirem virtuosos, mas raramente como uma tentativa de compreender o antissemitismo que o tornou possível. O genocídio dos judeus tornou-se um espelho moral no qual o mundo gosta de se ver compassivo, sem jamais encarar a própria cumplicidade no ódio que o gerou.

É essa exatamente a postura do escritor indiano citado no artigo como alguém entre aqueles que “buscam resgatar as lições liberais e humanistas do Holocausto para impedir que deem margem a impulsos vingativos”. Novamente, um não judeu falando sobre um evento do qual não faz parte e propondo a sua universalização. Mas transformar o Holocausto em alegoria universal é, em si, uma forma de negá-lo.

A única lição possível do Holocausto, senão a mais importante, deveria ser sobre o ódio aos judeus, o mesmo ódio que mobilizou populações inteiras contra essa minoria e produziu a barbárie. Retirar dos judeus a centralidade nesse evento é apagar da história o próprio antissemitismo.

Como disse o sobrevivente do Holocausto Elie Wiesel, o Holocausto não foi a inumanidade do homem para com os homens. “Foi a inumanidade para com os judeus! Os judeus não foram mortos porque eram humanos — aos olhos dos assassinos, eles não eram humanos: eram judeus!”

Quando se afirma, como nesse artigo, que os judeus vêm se “vingando do Holocausto” através do Estado de Israel, reedita-se o mais antigo dos libelos antissemitas: o judeu como vingativo, beligerante, desumano, suspeito.

O Holocausto não começou com os fornos crematórios. Começou exatamente como este tipo de atitude: silenciando uma minoria, deslegitimando sua dor, criando teorias conspiratórias que transformam vítimas em algozes.

O título da tradução pergunta: *Quem seremos depois de Gaza?* A resposta está dada pela própria publicação do artigo em uma revista de prestígio: seremos, e já somos, uma sociedade que normaliza o apagamento do trauma judaico e o silenciamento das vozes judaicas. Um mundo que usa judeus como peças simbólicas em disputas ideológicas, que só lhes concede voz quando ela serve para deslegitimar o campo oposto ou legitimar narrativas convenientes. Um mundo em que o mais bárbaro ataque terrorista, que deu origem a uma guerra terrível, é tratado como irrelevante, em que as vítimas judias e israelenses não merecem sequer ser lembradas. Em que o trauma de um povo perseguido há séculos, sobrevivente de massacres, espalhado pelo mundo por expulsões sucessivas, é deslegitimado. Em que um movimento político que devolveu a esse povo o direito de existir e de se defender é descrito como mera vingança e quem é considerado apto a ensinar sobre esse movimento são aqueles a quem ele se opõe.

Depois de Gaza seremos um mundo que apaga a dor alheia em nome da própria pureza moral. E, nesse gesto, voltamos a ser cúmplices do mesmo silêncio que um dia tornou o Holocausto possível.

FLAVIO TREIGER_SÃO PAULO/SP

REPORTAGENS EM ÁUDIO

Nem posso crer que agora vocês estão publicando reportagens também em áudio. Um sonho antigo meu, para viabilizar a leitura de tanto conteúdo de qualidade no trânsito e em meio a outros afazeres. Eu já havia pedido isso a vocês havia anos, mas nunca me retornaram. Expandam a iniciativa!

ANA VASCONCELOS_SÃO PAULO/SP

NOTA EM ÁUDIO DA REDAÇÃO:



CARTA AO RENATO

Enquanto leio a edição de outubro em tons comemorativos, seja pelo aniversário da revista ou por uma recente condenação histórica, chego em uma das seções que mais me diverte: o *Diário do Geraldo*. Desta vez, um tom melancólico me acompanha, visto que recentemente Renato Terra anunciou seu desligamento de outra redação, por onde eu o acompanhava religiosamente. Como Renato é um homem afeito a comentários, aproveito o espaço para elogiar seu trabalho, pedir por mais colunas humorísticas e dizer que desejo muito sucesso na sua carreira. Todos os meses me divertia com os comentários de *Vale tudo*, com o nosso vice dando suas escapadas a São Paulo às sextas-feiras e com as incontáveis alfinetadas distribuídas com muito bom humor.

REBECA LOURENÇO_SÃO PAULO/SP

NOTA METALINGUISTICA DA REDAÇÃO:

Fica a sugestão para que o próximo diário traga um comentário do Geraldo a respeito da saída do Renato da outra redação.

Por questões de clareza e espaço, a **piauí** se reserva o direito de editar as cartas selecionadas para publicação. Solicitamos que as cartas informem o nome e o endereço completo do remetente.

Cartas para a redação:

REDACAOPIAUI@REVISTAPIAUI.COM.BR

piauí

FUNDADOR

João Moreira Salles

CONSELHO EDITORIAL

Dorrit Harazim, Flavia Lima, João Moreira Salles, Marcelo P.L. Medeiros, Natuza Nery, Simon Romero, Thiago Amparo

DIRETOR DE REDAÇÃO

André Petry

EDITORES EXECUTIVOS

Alcino Leite Neto, Daniel Bergamasco

PRODUTORA EXECUTIVA

Raquel Freire Zangrandi

EDITORES

Alejandro Chacoff, Armando Antenore, Guilherme Henrique, Luigi Mazza

REPÓRTERES

Allan de Abreu, Amanda Gorziza, Ana Clara Costa, Angélica Santa Cruz, Bernardo Esteves, Breno Pires, Camille Lichotti, Consuelo Dieguez, Fernando de Barros e Silva, João Batista Jr., Pedro Tavares, Tatiane de Assis, Thallys Braga, Tiago Coelho

DIRETORA DE ARTE

Maria Cecilia Marra

EDITORIA DE ARTE

Paula Cardoso

REDES SOCIAIS

Emily Almeida, Fabio Brisolla, Isa Barros

COORDENADORA DE CHECAGEM

Marcella Ramos

CHECAGEM E REVISÃO

Carlos Santos, Carolina Rodrigues, Fábio Martins, Gilberto Porciconio, João Felipe Carvalho, Luciene Gomes, Luiza Barbara

COORDENADOR DIGITAL

Pieter Zalis

COORDENADORA DE ESTRATÉGIAS

Mariana Faria

COORDENADORA DE NARRATIVAS VISUAIS

Fernanda Catunda

ESTAGIÁRIOS

Danilo Marques, Felipe Fernandes

DIRETORA EXECUTIVA

Catarina Carvalho

DIRETOR DE ESTRATÉGIA

Vitório Canozzi

DIRETOR FINANCEIRO

Guilherme Terra

DIRETORA DE CRESCIMENTO

Heloisa Joly
heloisa.joly@revistapiaui.com.br

GERENTE COMERCIAL

Isabella Jaggi
isabella.jaggi@revistapiaui.com.br

GERENTE DE PROJETOS

Bárbara Uchiyama

ESPECIALISTA DE NEGÓCIOS DIGITAIS

Felipe Poppe

ADMINISTRAÇÃO

Andréa Albuquerque, Elena Abramcheva, Elisangela Prado, Leandro Arruda, Pedro Eduardo Vinhas, Simone Cardoso

COORDENADOR DE PUBLICIDADE

Tarcisio Perroni
tarcisio@revistapiaui.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL

comercial@revistapiaui.com.br
Enio Santiago [RJ]:
eniosantiago@revistapiaui.com.br
João Fernandes [SP]:
joao.fernandes@revistapiaui.com.br
Sérgio Siqueira [SP]:
sergio.siqueira@revistapiaui.com.br
Tida Cunha [SP]:
tida.cunha@revistapiaui.com.br
Paulo Tamanaha [BSB]:
paulo.cin@centrodeideiasenegocios.com.br

EDITORIA ALVINEGRA

Rua Aníbal de Mendonça, 151 / 2º andar
22410-050 Rio de Janeiro / RJ
tel [21] 3511 7400
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 445 / 1º andar
05415-030 - São Paulo / SP
tel [11] 97410 3500 / [11] 3061 2122
e-mail: redacaopiaui@revistapiaui.com.br



Associação Nacional dos Editores de Revistas



Instituto Verificador de Comunicação

PRÉ-IMPRESSÃO

Antonio Rhoden



A **piauí** é impressa pela Plural Indústria Gráfica Ltda, em papel pólen bold 90 gramas nas capas e pólen soft 70 gramas no miolo, produzidos em bobinas exclusivamente para a **piauí** por Suzano Papel e Celulose S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 34 150 exemplares

PARA ANUNCIAR

publicidade@revistapiaui.com.br

PARA ASSINAR

revistapiaui.com.br/assine
WhatsApp e SAC: [11] 3584 9200
Segunda a sexta, 9h às 17h30

SAC [ATENDIMENTO AO CLIENTE]

site: minhaabril.com.br
atendimento.piaui@abril.com.br
WhatsApp e SAC: [11] 3584 9200
Renovação: 0800 775 2112
Segunda a sexta, 9h às 17h30

COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Abril Assinaturas
assinaturas@revistapiaui.com.br

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL EM BANCAS

Total Express
bancas@revistapiaui.com.br

EDIÇÕES ANTERIORES

colecione@revistapiaui.com.br

www.revistapiaui.com.br

despedida

SOBRE RATOS E BÊBADOS

A CHOCANTE HISTÓRIA DA MORTE DO RATO SIG



ROTEIRO DE ALLAN SIEBER A PARTIR DE UM DEPOIMENTO DE JAGUAR.

O RATO SIG, MASCOTE DO PASQUIM, EXISTIU DE VERDADE. ERA UM RATINHO BRANCO DE ESTIMAÇÃO DE HUGO BIDEU, QUE O BATIZOU CARINHOSAMENTE DE IVAN LESSA.



IVAN LESSA ESTAVA SEMPRE CONOSCO NO VELHO BAR JANGADEIRO, UM CLÁSSICO DA IPANEMA DOS ANOS 1970.



HUGO EMBEBIA BOLINHAS DE PÃO NA VODCA, QUE O RATO COMIA E FICAVA DE PORRE.



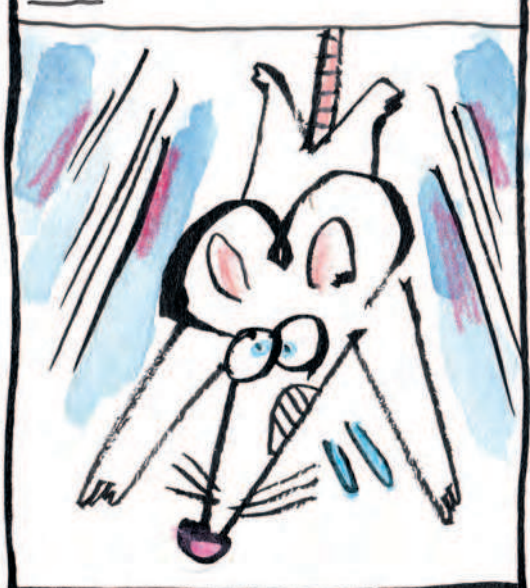
QUANDO O BAR FECHAVA, A GENTE ÀS VEZES ESTICAVA NA CASA DO HUGO, QUE ERA ALI DO LADO.



NUMA DESSAS O IVAN LESSA, QUE COSTUMAVA FICAR ZANZANDO PRA LA' E PRA CA' NO PARAPEITO, CAIU, COMPLETAMENTE DE PORRE.



ERA NO PRIMEIRO ANDAR, MAS PARA UM RATO ERA COMO SE FOSSE O DÉCIMO.



DESPENCAMOS PELAS ESCADAS, HUGO, PEREIRO, RONIQUITO E EU.



AQUI FAZ-SE NECESSÁRIA UMA PEQUENA PAUSA DRAMÁTICA PARA ILUSTRAR COM DUAS HISTÓRIAS ESTES DISTINTOS PERSONAGENS: RONALD CHEVALIER, O RONIQUITO, E PAULO CÉSAR PEREIRO.







ines249
um filme de daniel rezende



EM CINEMAS SELECIONADOS EM 30 DE OUTUBRO

NETFLIX | 19 DE NOVEMBRO

#AGROPALMANACOP30

Somos a mudança que queremos ver no mundo

E estamos certos de que o futuro
que desejamos nós fazemos hoje, juntos.

COM NOSSO PROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR E INTEGRADA, TRANSFORMAMOS A VIDA E O FUTURO DESSES PARCEIROS

Há 23 anos, 50 famílias paraenses deixaram a agricultura de subsistência e o extrativismo para aderir ao nosso Programa de Agricultura Familiar e Integrada. Hoje, a iniciativa conta com 505 parceiros, que produzem 23,3% dos frutos que processamos. São mulheres e homens que viram sua renda aumentar 528% ao longo dos anos, além de vislumbrar novas perspectivas para o amanhã de seus filhos e da nossa região.

Como uma empresa paraense, que atua na Amazônia e tem operações em Belém, cidade-sede da COP30, fazemos questão de reafirmar nosso compromisso com essas pessoas e, assim, demonstrar que é possível criar valor sem destruir.



agropalma

www.agropalma.com.br

Douglas Weverton de Lima Feitosa
Estudante de 15 anos, morador de Moju (PA)
e neto de Domingos Otávio Furtado de Lima,
agricultor parceiro da Agropalma desde 2002